

TVR N.º 198, DE 2012
(Do Poder Executivo)

Mensagem nº 286/2012
Aviso 525/2012

Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante do Decreto de 22 de junho de 2012, que outorga concessão à Rádio e Televisão Século 21 Ltda. para explorar, pelo prazo de quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Campanha, Estado de Minas Gerais.

(ÀS COMISSÕES DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA E CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD))

Mensagem nº 286

Senhores Membros do Congresso Nacional,

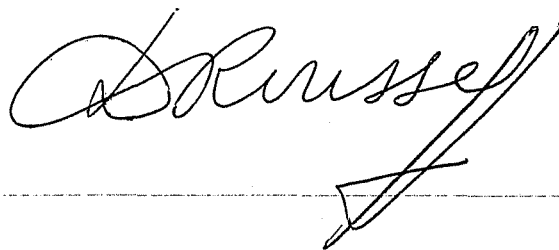
Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhados de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, os atos constantes dos Decretos de 22 de junho de 2012, publicados no Diário Oficial da União do dia 25 de junho de 2012, que outorgam concessões às entidades abaixo relacionadas para explorarem, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão de sons e imagens:

- 1 – Sinal Brasileiro de Comunicação S/C Ltda., no município de Macapá - AP;
- 2 – Rádio e Televisão Século 21 Ltda., no município de Campanha - MG;
- 3 – Empresa de Comunicação Piemonte Ltda., no município de Campina Grande -
- 4 - Rede Mundial de Rádio e Televisão Ltda., no município de Santo Ângelo -
- 5 – TV Pioneira de Mogi das Cruzes Ltda., no município de Cubatão-SP.

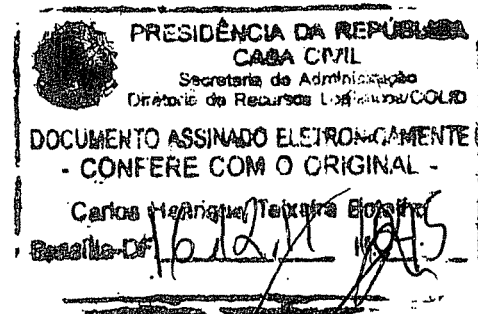
PB;

RS; e

Brasília, 25 de junho de 2012.



EM nº. 876/2011 - MC



Brasília, 14 de dezembro de 2011.


Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. De conformidade com as atribuições legais e regulamentares cometidas a este Ministério, determinou-se a publicação da Concorrência nº 003/2010-CEL/MC, com vistas à implantação de uma estação de radiodifusão de sons e imagens, no Município de Campanha, Estado de Minas Gerais.
2. A Comissão Permanente de Licitação de Serviços de Radiodifusão, constituída pela Portaria nº 223, de 06 de junho de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 7 subsequente, depois de analisar a documentação de habilitação e as propostas técnica e de preço pela outorga das entidades proponentes, com observância da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da legislação específica de radiodifusão, concluiu que a Rádio e Televisão Século 21 Ltda. (Processo nº 53000.019793/2010) obteve a maior pontuação do valor ponderado, nos termos estabelecidos pelo Edital, tornando-se assim a vencedora da Concorrência, conforme ato da mesma Comissão, que homologuei, havendo por bem outorgar a concessão, na forma do projeto de decreto.
3. Esclareço que, de acordo com o § 3º do art. 223 da Constituição, o ato de outorga somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, para onde solicito seja encaminhado o referido ato.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Paulo Bernardo Silva

COORDENAÇÃO-GERAL
DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO-CODIN/SA/PR

Publicado na Seção  do DOU de 25 JUN 2012
Cópia Autenticada

DECRETO DE 22 DE JUNHO DE 2012.

Outorga concessão à Rádio e Televisão Século 21 Ltda., para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens, no Município de Campanha, Estado de Minas Gerais.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, **caput**, inciso IV, e 223, da Constituição, e art. 34, § 1º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e de acordo com o que consta do Processo nº 53000.019793/2010, Concorrência nº 003/2010-CEL/MC,

DECRETA:

Art. 1º Fica outorgada concessão à Rádio e Televisão Século 21 Ltda., para explorar, pelo prazo de quinze anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens, no Município de Campanha, Estado de Minas Gerais.

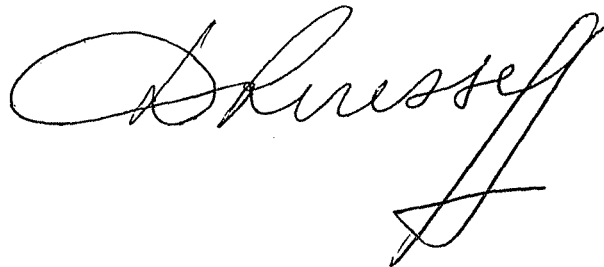
Parágrafo único. A concessão será regida pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º O contrato decorrente da concessão deverá ser assinado no prazo de sessenta dias, contado da data de publicação da deliberação de que trata o art. 2º.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 22 de junho de 2012; 191º da Independência e 124º da República.



MC - D

PRIMEIRA-SECRETARIA

RECEBIDO nesta Secretaria

Em 26/06/2012 às 7:05 horas

João Vitor 4.766
Assinatura Posto

TVR 197/12

TVR 201/12

Em 25 de junho de 2012.

Aviso nº 525 - C. Civil.

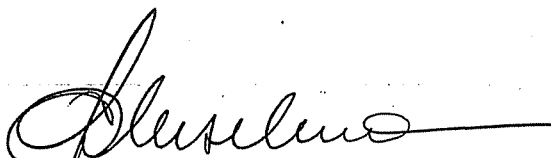
A Sua Excelência o Senhor
Deputado EDUARDO GOMES
Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados

Assunto: Radiodifusão.

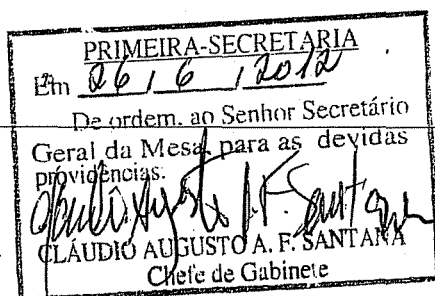
Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem da Excelentíssima Senhora Presidenta da República, na qual submete à apreciação do Congresso Nacional os atos constantes dos Decretos de 22 de junho de 2012, publicados no Diário Oficial da União do dia 25 de junho de 2012, que outorgam concessões para exploração, sem direito de exclusividade, de serviços de radiodifusão de sons e imagens.

Atenciosamente,



GLEISI HOFFMANN
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República



Secretaria-Geral da Mesa SEPRO 27/Jun/2012 14:40
Porto: 148 Ass.:
Gomes D-15em:

1º Sec.

NT 1937/12



Cópia 1

DEC. EM.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
BRASILIA - DF

53000 019793/2010-87

SEPRO/DILOG/COLOG/CGRL/SPO

22/04/2010-10:12

TVR 1937/12

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO : 53000.019793/2010-87
PROponente : RÁDIO E TELEVISÃO SÉCULO 21 LTDA.
CONCORRÊNCIA : 003/2010 - CEL/MC SERVIÇO: TV
LOCALIDADE : CAMPANHA/MG.

MOVIMENTAÇÕES:

SEQ.	SIGLA	CÓDIGO	DATA	SEQ.	SIGLA	CÓDIGO	DATA
01			/ /	15			/ /
02			/ /	16			/ /
03			/ /	17			/ /
04			/ /	18			/ /
05			/ /	19			/ /
06			/ /	20			/ /
07			/ /	21			/ /
08			/ /	22			/ /
09			/ /	23			/ /
10			/ /	24			/ /
11			/ /	25			/ /
12			/ /	26			/ /
13			/ /	27			/ /
14			/ /	28			/ /

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL
09 SET 2011

AS MOVIMENTAÇÕES DEVERÃO SER COMUNICADAS AO PROTOCOLO

ANEXOS:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO



TERMO DE INSTAURAÇÃO

CONCORRÊNCIA Nº : 03/2010 – CEL/MC MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
BRASÍLIA - DF

SERVIÇO : TV (CANAL 50) 53000 019793/2010-87

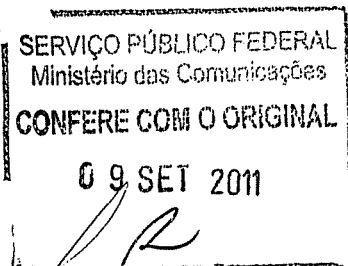
LOCALIDADE : CAMPANHA - MG SEPRO/DILOG/COLOG/CGRL/SPO
22/04/2010-10:12


PROPONENTE : RÁDIO E TELEVISÃO SÉCULO 21 LTDA.

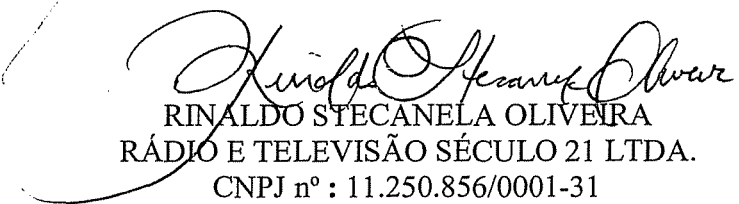
CNPJ Nº : 11.250.856/0001-31

A Comissão Especial de Licitação, instituída pela Portaria n.º 432, de 24 de julho de 2009, e suas alterações, por seu presidente, instaura o presente processo, consignando que o invólucro que segue em anexo, relativo aos documentos de habilitação da proponente em epígrafe, continha 86 páginas (excluídos os documentos a que se refere o subitem 8.2.1 do edital, também ora anexados).

Brasília (DF), 22 de abril de 2010.




ALVIMAR BERTRAND D. G. DE MACÊDO
Presidente da Comissão Especial de Licitação


RINALDO STECANELA OLIVEIRA
RÁDIO E TELEVISÃO SÉCULO 21 LTDA.
CNPJ nº : 11.250.856/0001-31

N. I. R. E. SINGULAR	
MATRIZ	<input checked="" type="checkbox"/>
FILIAL	<input type="checkbox"/>



JUCESP PROTOCOLO
0.961.482/09-6



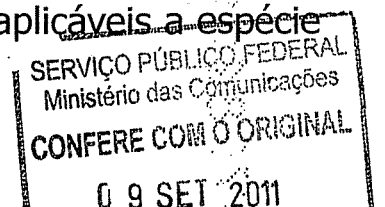
247
Comunicações
02
Rubrica: P
CEL.

**CONTRATO SOCIAL DE CONSTITUIÇÃO DE SOCIEDADE
EMPRESÁRIA LIMITADA, DENOMINADA RÁDIO E TELEVISÃO
SÉCULO 21 LTDA.**

JOVENTINA TECILLA, brasileira, solteira, religiosa, portadora da RG nº. 419.875/SSP/PR, CPF nº. 019.261.278-62, residente e domiciliada na cidade de Valinhos, Estado de São Paulo, à Rua João Previtalo nº. 1834, Jardim Alto da Colina;

RINALDO STECANELA OLIVEIRA, brasileiro, solteiro, religioso, portador da cédula de identidade RG 1.974.712-8/SSP/SC, CPF nº. 613.359.249-49, residente e domiciliado na Rua Ezequiel da Silva nº. 261, Vila São José, na cidade de Valinhos, Estado de São Paulo,

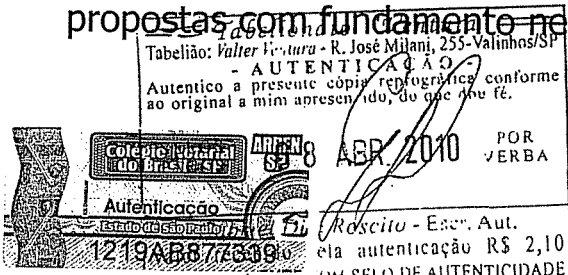
pelo presente instrumento particular de Contrato Social, ajustam entre si constituir uma sociedade empresária limitada, que se regerá pela Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2.002, subsidiariamente pela Lei 6.404/76, pelo Contrato social e pelas disposições aplicáveis a espécie e conforme o seguinte



CONTRATO SOCIAL

CLÁUSULA I - A Sociedade girará sob o nome empresarial **RÁDIO E TELEVISÃO SÉCULO 21 LTDA.**

CLÁUSULA II - A sede da Sociedade será na cidade Valinhos, Estado de São Paulo, à **Rua João Previtalo, 1834, anexo B, Jd. Alto da Colina**, podendo instalar, manter e extinguir sucursais, filiais e agências em quaisquer outras localidades, após prévia autorização do Poder Público Concedente. Fica eleito o Foro da Sociedade na Comarca de Valinhos, Estado de São Paulo, eleito para conhecer e decidir em primeira instância, as questões judiciais que lhe forem propostas com fundamento neste Contrato Social.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL
09 SET 2011

09 SET 2011

SECRETARIA DA FAZENDA
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARANÁ
CERTIDÃO ORIGINADA EM 19/03/2010
SEM FIMITE E CONTRA SINALADO INCONTINGENTE

1944

Tribelionato "Ventura"
 Rua: Valter Ventura - R. José Milani, 255-Valinhos/SP
ATENTICAÇÃO
 Cópia reprográfica conforme
 original, da que dou fé.
COLETA NOTARIAL
 (Valinhos/SP)
Autenticação
 Feito no dia 27/04/2010
 27/04/2010
ABR 2010
 POR
 VERBA
 Cui: Roscio - Escr. Aut.
 Valor recebido pela autenticação R\$ 2,10
VÁLIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE

Comunicações
03

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL

09 SET 2011

CLAUSULA III – A sociedade terá como principal objetivo:

A execução de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, seus ancilares, auxiliares, afins e correlatos, sempre com finalidades educativas, culturais e informativas, cívicas e patrióticas, bem como a exploração de concessão, permissão ou autorização, nesta ou em outra localidade do território nacional, tudo de acordo com a legislação específica em vigor.

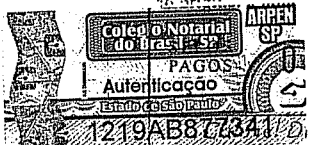
CLÁUSULA IV - O prazo de duração é por tempo indeterminado, podendo ser dissolvida pelos preceitos da legislação específica.

CLÁUSULA V - O capital social será de R\$ 50.000,00(cinquenta mil reais), representado por 50.000 (cinquenta mil) quotas no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma, subscrito e integralizado na sua totalidade, no ato de assinatura do presente instrumento, ficando assim distribuído entre os quotistas:

SÓCIOS	QUOTAS	VALOR R\$
Joentina Tecilla	47.500	47.500,00
Rinaldo Stecanela Oliveira	2.500	2.500,00
TOTAL	50.000	


CLÁUSULA VI - A responsabilidade dos sócios é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

CLÁUSULA VII - As quotas representativas do capital social poderão ser transferidas até no máximo de 30% (trinta por cento) do capital total e do capital votante a estrangeiros ou brasileiros naturalizados há menos de dez anos, sendo permitida essa participação de forma indireta, por intermédio de pessoa jurídica constituída sob as leis brasileiras e que tenha sede no País.

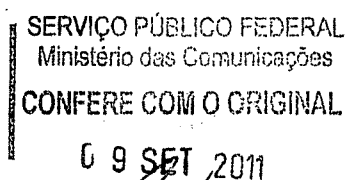

 Tabelionato "Ventura"
 Viter Ventura - R. José Milam, 255 - Valinhos/SP
 - AUTENTICAÇÃO -
 Autentico a presente cópia reprográfica conforme
 o original, de que não há fé.
 08 ABR 2010 POR VERBA
 1219AB87434110
 Roscio - Escr. Aut.
 pela autenticação R\$ 2,10
 VALIDO SOMENTE COM SELLO DE AUTENTICIDADE

SECRETARIA DA DEFESA
UNTA COMANDO EM CHEFE DO EXERCITO DO BRASIL
SANTOAG, 25-03-1964
SOL NUN PRO E CADA COMPANHA E INDIVIDUAMENTE.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL
09 SET 2011


 Tabela: Valor
 Autenticação -
 12/04/2010 12:34:21
 SELOS PAGOS 08 ABR 2010 POR VERBA

Gabriel Dini Roscito - Escr. Aut.
 Valor recebido pela autenticação R\$ 2,10
 VÁLIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE



04
DEL

CLÁUSULA VIII - As alterações dos objetivos sociais, a modificação do quadro diretivo, a alteração do controle societário e a transferência da concessão, permissão ou autorização, dependerão de prévia anuência do Poder Concedente, sendo que as demais alterações deverão ser comunicadas no prazo de sessenta dias.

CLAÚSULA IX - As quotas em que se divide o capital social são nominativas e indivisíveis e para cada uma delas a sociedade reconhece apenas um único proprietário.

CLÁUSULA X - A propriedade da Sociedade deverá pertencer em pelo menos setenta por cento do capital total e do capital votante, de forma direta ou indireta, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, aos quais caberá a responsabilidade por sua administração e orientação intelectual.

CLÁUSULA XI - Os administradores da Sociedade serão brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, e a investidura nos cargos somente poderá ocorrer após terem sido aprovados pelo Poder Concedente.

CLÁUSULA XII - O quadro de funcionários da Sociedade será formado, preferencialmente, de brasileiros, ou constituído, ao menos de 2/3 (dois terços) de trabalhadores nacionais.

CLÁUSULA XIII - A Sociedade será administrada por um ou mais de seus quotistas, ou por terceiros, sob a denominação de Administrador (es), quando indicado(s), eleito(s) e demissível (is) por deliberação de sócio(s) que represente(m) a maioria do capital social, observado o disposto na Cláusula XI deste instrumento, aos quais compete *in solidum* ou cada um de *per si*, o uso da denominação social e a representação ativa ou passiva, judicial ou extrajudicial da Sociedade, a ele(s) cabendo quando na representação legal, as atribuições e os poderes que a lei confere aos dirigentes das Sociedades Empresárias Quotas de Responsabilidade Limitada, a fim de garantir o funcionamento da empresa.



CLÁUSULA XIV - Fica indicado para gerir e administrar a Sociedade, no cargo de Administrador o sócio **RINALDO STECANELA OLIVEIRA**, eximido de prestar caução de qualquer espécie em garantia de sua gestão.

CLÁUSULA XV - O Administrador depois de ouvido o Poder Concedente, poderá em nome da Sociedade, nomear procurador de acordo com a legislação vigente, mediante instrumento público ou particular que defina os respectivos poderes, cujos mandatos com prazo de duração, serão outorgados exclusivamente a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, provada essa condição.

CLÁUSULA XVI - É expressamente proibido ao Administrador, aos procuradores e sócios, utilizarem-se da denominação social em negócios ou documentos de qualquer natureza, alheios aos fins sociais, bem como a prática de atos de favor, assim entendidos a prestação de fiança, cauções, avais, ou endossos, ou constituição, em favor de terceiros, de garantia fiduciária, caucionária, hipotecária ou pignoratícia, ainda que deles não resultem obrigações para a sociedade ou ponha em risco o seu patrimônio, ficando a Administradora, na hipótese de infração desta cláusula, pessoalmente responsável pelo ato praticado.

CLÁUSULA XVII - A título de pró-labore, o Administrador poderá retirar mensalmente importância fixa, convencionada entre quotistas que representem a maioria do capital social para vigir num determinado período, de preferência coincidente com o encerramento do exercício social, a qual não sendo inferior ao piso nacional de salários, não ultrapasse os limites da sistemática da legislação em vigor, sendo o produto bruto escritural desde logo considerado para todos os fins como o encargo operacional da empresa e, como tal, dedutível da receita bruta.

CLÁUSULA XVIII - Os sócios poderão ceder ou transferir parte ou totalidade de suas cotas a estranhos, mediante o consentimento de sócios que representem mais da metade do capital social, após o que,



24

09 SET 2011

1219AB87734C

08 APR 2010

Valor recebido pela autenticação R\$ 2,10
VÁLIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE

deverão notificar por escrito à Sociedade, discriminando preço, prazo e forma de pagamento, para que seja através dos sócios, exercido, ou não, o direito de preferência dentro de sessenta dias, a contar do recebimento da notificação. Decorrido este prazo, sem que haja manifestação da vontade de aquisição, as quotas poderão ser transferidas, com a anuência prévia do Poder Concedente, ou a comunicação no prazo de sessenta dias dependendo do caso.

CLÁUSULA XIX - No caso de morte de sócio, terá o cônjuge supérstite ou herdeiro à faculdade de optar entre:

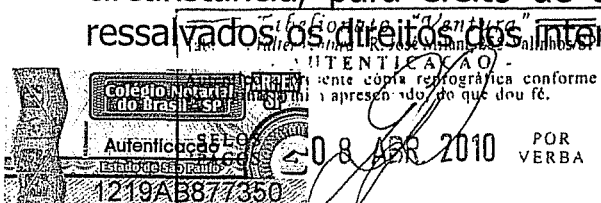
- a) a sua participação na Sociedade, o que ocorrerá desde que, para tanto, obtenha a aprovação de sócio(s) que represente(m) a maioria do capital social e a prévia autorização do Poder Concedente quando for o caso, ou
- b) o recebimento do capital e demais haveres do sócio falecido, mediante a cessão das quotas, de acordo com os termos da Cláusula XVIII deste instrumento, caso, por motivo qualquer não ingressar na Sociedade;

CLÁUSULA XX - Ocorrendo a hipótese prevista na letra "b" da Cláusula anterior, as quotas e os haveres do sócio falecido serão pagos ao cônjuge supérstite ou ao herdeiro, em doze prestações iguais, mensais e sucessivas acrescidas de juros de doze por cento ao ano.

CLÁUSULA XXI - Executada a hipótese de sucessão hereditária não será permitida a transferência de concessão, permissão, antes de decorrido o prazo estipulado na legislação específica.

CLÁUSULA XXII - Em caso de dissolução da Sociedade o patrimônio será distribuído na proporção na proporção de quotas que cada sócio possui.

CLÁUSULA XXIII - O instrumento de alteração será assinado por sócios que representem à maioria do capital social, e havendo sócio divergente ou ausente, constará do instrumento de alteração essa circunstância, para efeito de arquivamento no órgão competente e ressalvados os direitos dos interessados.



Gabriel Diniz Roscito - Escr. Aut.
Valor recebido pela autenticação R\$ 2,10
VALOR SOMENTE COM SELLO DE AUTENTICIDADE

OCT 14 2009

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 Ministério das Comunicações
 CONFERE COM O ORIGINAL
 09 SET 2011



CLÁUSULA XXIV - O exercício social coincidirá com o ano civil, ao fim do qual será levantado o balanço da Sociedade como de lei, sendo que os lucros ou prejuízos serão repartidos ou suportados pelos quotistas na proporção de suas quotas.

CLÁUSULA XXV - A distribuição dos lucros será sempre sustada quando se verificar a necessidade de atender despesas inadiáveis ou que impliquem no funcionamento das estações.

CLÁUSULA XXVI - A Sociedade por todos os seus quotistas, obriga-se a cumprir rigorosamente as leis, regulamentos, normas e recomendações que lhe forem feitas pelo Poder Concedente.

CLÁUSULA XXVII - O início das atividades da Sociedade será a partir da data do respectivo registro deste instrumento no órgão competente.

CLÁUSULA XXVIII - Os sócios quotistas declaram, para todos os efeitos legais, que não estão impedidos, nos termos da lei, de exercerem os atos empresários, em virtude de condenação criminal ou qualquer tipo de impedimento legal, inclusive incapacidade superveniente, estando no exercício pleno dos seus direitos cíveis, inclusive de personalidade.

CLÁUSULA XXIX - O Administrador ora nomeado, declara, sob as penas da Lei, que não está impedido, por lei especial, de exercer a administração da Sociedade, e nem condenado ou sob efeito de condenação, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar de prevaricação, peita ou suborno, concussão ou peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência; contra as relações de consumo; a fé pública ou propriedade mercantil em virtude de condenação criminal.

CLÁUSULA XXX - Não sendo ou deixado de ser permissionária, concessionária ou autorizada de serviços de radiodifusão, poderá alterar qualquer das cláusulas, sem consentimento prévio do Poder Concedente.



das Comunicações
 07-1
 Rutica:
 CEL

OCT 14 2009

SECRETARIA DA RECEITA
 JUNTO COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO DE
 CREDITO - CREDITO FISCAL
 seu número e cópia para fins de comunicação,
 TER CAMPUS - SECRETARIA DA RECEITA

22708622

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 Ministério das Comunicações
 CONFERE COM O ORIGINAL
 09 SET 2011

Tabelionato "Ventura"
 Valm. Ventura - R. José Milani, 255-Valinhos/SP

AUTENTICACAO
 Atesta a cópia xerográfica conforme
 o original apresentado, do que dou fé.

Autenticacao
 Estado de São Paulo
 1219AB877353

48 ABR 2010 POR VERBA

Gabriel Dion Roscito - Escr. Aut.
 Valor recebido pela autenticação R\$ 2,10
 VÁLIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE

CLÁUSULA XXXI - Os casos não previstos no presente contrato social serão resolvidos de acordo com os dispositivos legais que regem o funcionamento das Sociedades por Quotas de Responsabilidade Limitada e pela legislação que disciplina a execução dos serviços de radiodifusão.

E, assim por estarem justos e contratados, de comum acordo mandaram digitar o presente instrumento em cinco vias de igual teor e forma, o qual lido e achado conforme, assinam juntamente com as testemunhas presenciais abaixo, que após será levado o registro no órgão competente, para produzir efeitos legais.

Valinhos, 13 de outubro de 2009.

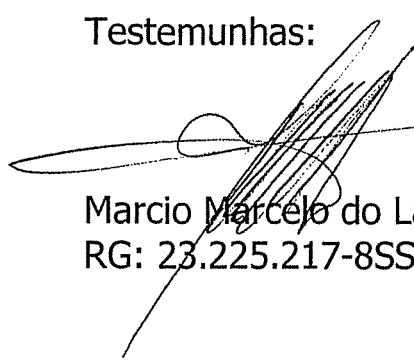

JOVENTINA TECILLA

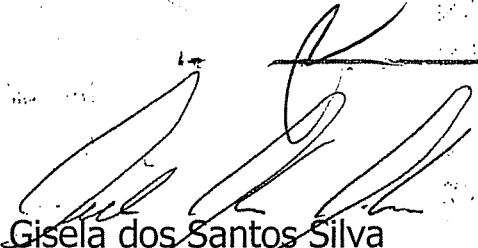

RINALDO STECANELA OLIVEIRA

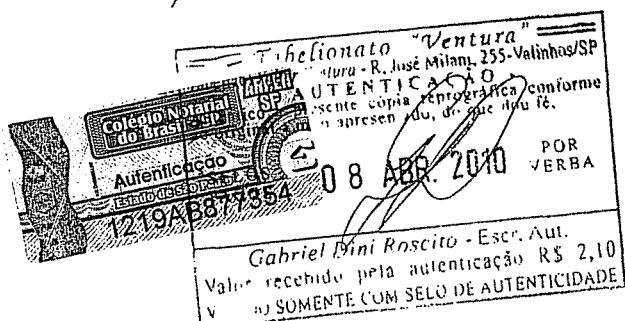

Sergio Carvalho de Aguiar Vallim Filho
OAB/SP 103.144

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL
09 SET 2011

Testemunhas:


Marcio Marcelo do Lago
RG: 23.225.217-8SSP/SP


Gisela dos Santos Silva
RG: 24.943.031-9SSP/SP



SECRETARIA DE
PUNTA COMUNITAT
CULTURALS
SECRETARIA DE
PUNTA COMUNITAT
CULTURALS
SECRETARIA DE
PUNTA COMUNITAT
CULTURALS

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL
09-SET-2011

Tabelionato "Ventura"
 Rua Valter Ventura - R. José Milani, 255-Valinhos/SP
 A. AUTENTICACAO
 Autenticacao de copia documental conforme o presente instrumento, do que dou fe.
 08 ABR 2010
 POR VERBA
 Gabriel Dim Ruscio - Escr. Aut.
 Valor recebido pela autenticaçao R\$ 2,10
 VÁLIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

SERIAL Nº 974-712-B DATA DE EMISSÃO 14/ JAN / 2004

NOME RINALDO STECANELA OLIVEIRA

FILIAÇÃO ANÍZIO DE OLIVEIRA
NADIR STECANELA OLIVEIRA

NATURALIDADE CAMBARÁ DO SUL-RS DATA DE NASCIMENTO 01/ JUL / 1967

DIGITO ORGEM C NASC 1967 14 01 298

CART. DE REGISTRO CIVIL CAMBARÁ DO SUL-RS

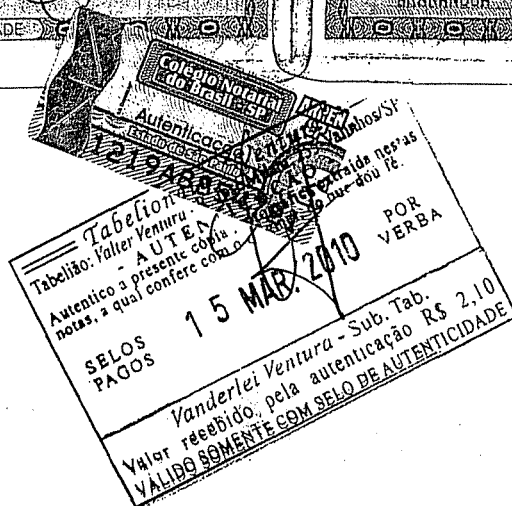
CPF 613.359.249/49

ASSINATURA DO DETENTOR DA CARTA

ARARANGUA SC

DELEGADO REGISTRAR DE POLÍCIA

ASSINATURA DO DIRETOR DE REGISTRO CIVIL Nº 110 DE 29/09/81 - Nº 190.658-5



NACIMENTO 01.07.67 INSCRIÇÃO NO CPT 413 359 249 49
 CONTRIBUINTE RINALDO STACANELA DE OLIVEIRA
 SECRETARIO DA RECEITA FEDERAL
 Coligação de

MINISTERIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
COORDENACAO DO SISTEMA DE INFORMACOES ECONOMICAS E FISCAIS

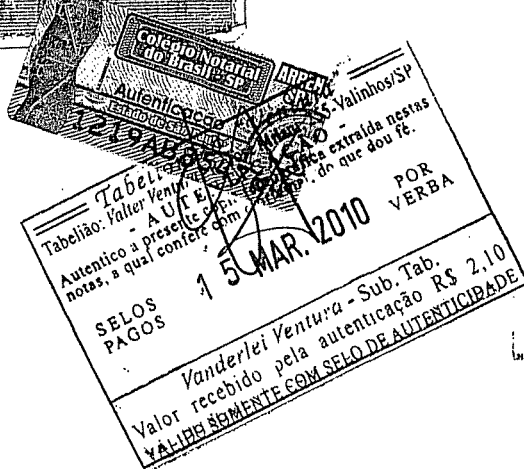
CARTAO DE IDENTIFICACAO DO CONTRIBUINTE

DOCUMENTO COMPROBATORIO DE INSCRICAO NO
CADASTRO DE PESSOAS FISCAIS

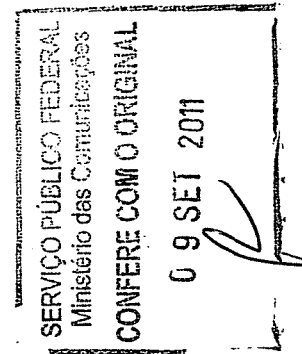
VALIDO EM TODO TERRITORIO NACIONAL

ASSINATURA DO CONTRIBUINTE

Rinaldo S de Oliveira



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL
09 SET 2011



CONJUNTO Nº 1 - DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO Edital da Concorrência nº 03/2010 – CEL/MC SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO	
LOCALIDADE DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO:	Campanha - MG
RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE	RÁDIO E TELEVISÃO SÉCULO 21 LTDA.
<u>Conteúdo:</u> Conjunto nº 1- Documentação de Habilitação: Habilitação Jurídica; Qualificação Econômico-Financeira; Regularidade Fiscal.	

[Handwritten signatures and scribbles at the top of the page]

[Vertical handwritten notes on the left margin]

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL
19 SET 2011

[Handwritten signature at the bottom left]

0000001
Min. das Comunicações
Rubrica
CEL.
11




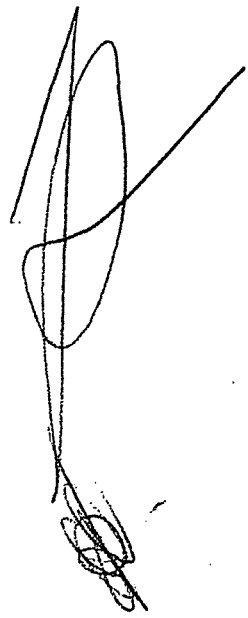
Documentação de Habilitação

Campanha – M/G

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL
09 SET 2011

**RÁDIO E TELEVISÃO
SÉCULO 21 LTDA.**



Proponente: **RÁDIO E TELEVISÃO SÉCULO 21 LTDA.**
Edital da Concorrência nº. 03/2010-CEL/MC
Localidade: Campanha - MG

0000002
das Comunicações
Fls. 12
Rubrica
CEL

CONJUNTO Nº. 1
INDICE
DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

1 – Habilitação Jurídica (5.1)

- 1.1 – Contrato Social (5.1.1)
- 1.2 – Prova de nacionalidade dos sócios (5.1.2)
- 1.3 – Declaração Anexo I (5.1.3)
- 1.4 – Declaração Anexo II (5.1.4)
- 1.5 – Certidões expedidas pelas Justiças Estadual e Federal Cartórios Distribuidores Cíveis, Criminais e do de Protestos e Títulos (5.1.5).
 - 1.5.1 – Certidões Cíveis e Criminais da Justiça Estadual
 - 1.5.2 – Certidão Cível e Criminal da Justiça Federal.
 - 1.5.3 – Certidão dos Cartórios Distribuidores de Protestos de Títulos
- 1.6 – Certidão de Quitação Eleitoral (5.1.6).
- 1.7 – Alvará de funcionamento da proponente ou documento congênere (5.1.7).

2 – Qualificação Econômico-financeira (5.2)

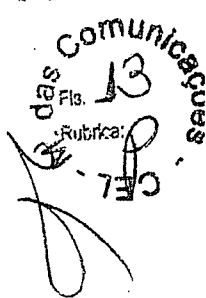
- 2.1 – Balanço Patrimonial de Abertura (5.2.1)
- 2.2 – Caução em dinheiro (5.2.3b)
- 2.3 – Índice de Solvência (5.2.5b)
- 2.4 – Certidão Negativa de Pedido de Falência, Recuperação Judicial e Concordata (5.3).



3 – Regularidade Fiscal (5.4)

- 3.1 – Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuintes – CNPJ/MF (5.4a)
- 3.2 – Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual
- 3.3 – Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuintes Municipal.
- 3.4 – Certidões Negativas de Débitos com a Fazenda Nacional (5.4d).
- 3.5 – Prova de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS (5.4c)
- 3.6 – Prova de Regularidade relativa à Seguridade Social (5.4b)
- 3.7 – Certidão Negativa de Débito com a Fazenda Estadual (5.4d).
- 3.8 – Certidão Negativa de Débito com a Fazenda Municipal (5.4d).

000003



1 - Habilitação Jurídica (5.1)



[Handwritten signature]

[Handwritten signatures]

0000004

Ministério das Comunicações
Fis. 14
Rubrica: CEL. 14

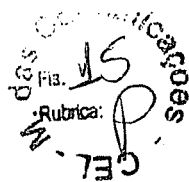
1.1 - Contrato Social (subitem 5.1.1)

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL
09 SET 2011

[Handwritten signature]

[Handwritten signatures]

N. I. R. E. SINGULAR	
MATRIZ	<input checked="" type="checkbox"/>
FILIAL	<input type="checkbox"/>



JUCESP PROTOCOLO
0.961.482/09-6



247

000005

**CONTRATO SOCIAL DE CONSTITUIÇÃO DE SOCIEDADE
EMPRESÁRIA LIMITADA, DENOMINADA RÁDIO E TELEVISÃO
SÉCULO 21 LTDA.**

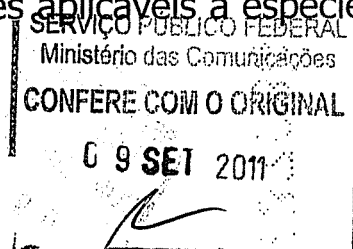
JOVENTINA TECILLA, brasileira, solteira, religiosa, portadora da RG nº. 419.875/SSP/PR, CPF nº. 019.261.278-62, residente e domiciliada na cidade de Valinhos, Estado de São Paulo, à Rua João Previtalo nº. 1834, Jardim Alto da Colina;

RINALDO STECANELA OLIVEIRA, brasileiro, solteiro, religioso, portador da cédula de identidade RG 1.974.712-8/SSP/SC, CPF nº. 613.359.249-49, residente e domiciliado na Rua Ezequiel da Silva nº. 261, Vila São José, na cidade de Valinhos, Estado de São Paulo,

pelo presente instrumento particular de Contrato Social, ajustam entre si constituir uma sociedade empresária limitada, que se regerá pela Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2.002, subsidiariamente pela Lei 6.404/76, pelo Contrato social e pelas disposições aplicáveis a espécie e conforme o seguinte

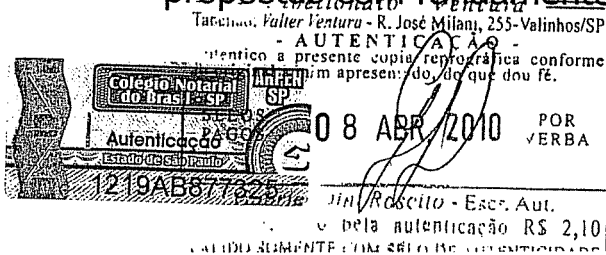


CONTRATO SOCIAL



CLÁUSULA I - A Sociedade girará sob o nome empresarial **RÁDIO E TELEVISÃO SÉCULO 21 LTDA.**

CLÁUSULA II - A sede da Sociedade será na cidade Valinhos, Estado de São Paulo, à **Rua João Previtalo, 1834, anexo B, Jd. Alto da Colina**, podendo instalar, manter e extinguir sucursais, filiais e agências em quaisquer outras localidades, após prévia autorização do Poder Público Concedente. Fica eleito o Foro da Sociedade na Comarca de Valinhos, Estado de São Paulo, eleito para conhecer e decidir em primeira instância, as questões judiciais que lhe forem propostas com fundamento neste Contrato Social.



226062

Comunicados
15-10-05
Publica: 10
CFL

[illegible]

19

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL
09 SET 2011

09 SET 2011

1219AB877326

Tabelionato "Ventura"
Tabelião: Valtier Ventura - R. José Milani, 255-Valinhos/SP
- AUTENTICACAO -
Autentica e resente cópia reprográfica conforme
pedido em apreço, do que dou fé.

08 ABR, 2010

Valor recebido pela autenticação R\$ 2,10
VÁLIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE

0000006
Comunicações
16
Publicação
2-738

CLAUSULA III – A sociedade terá como principal objetivo:

A execução de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, seus ancilares, auxiliares, afins e correlatos, sempre com finalidades educativas, culturais e informativas, cívicas e patrióticas, bem como a exploração de concessão, permissão ou autorização, nesta ou em outra localidade do território nacional, tudo de acordo com a legislação específica em vigor.

CLÁUSULA IV - O prazo de duração é por tempo indeterminado, podendo ser dissolvida pelos preceitos da legislação específica.

CLÁUSULA V - O capital social será de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), representado por 50.000 (cinquenta mil) quotas no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma, subscrito e integralizado na sua totalidade no ato de assinatura do presente instrumento, ficando assim distribuído entre os quotistas:

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL
09 SET 2011

SÓCIOS	QUOTAS	VALOR R\$
Joentina Tecilla	47.500	47.500,00
Rinaldo Stecanela Oliveira	2.500	2.500,00
TOTAL	50.000	

CLÁUSULA VI - A responsabilidade dos sócios é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

CLÁUSULA VII - As quotas representativas do capital social poderão ser transferidas até no máximo de 30% (trinta por cento) do capital total e do capital votante a estrangeiros ou brasileiros naturalizados há menos de dez anos, sendo permitida essa participação de forma indireta, por intermédio de pessoa jurídica constituída sob as leis brasileiras e que tenha sede no País.



Comunicações
16
CE

OCT 14 2009

SECRETARIA DA DEFESA
JUNTA COMISSÃO DE REVISÃO DE EDO PAULO
SOB NÚMERO E DATA PARA SUBSTITUIÇÃO
AR. CAMPINAS

EXEMPLAR ORIGINAL
EXEMPLAR ORIGINAL

105 192 R

223708622

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL
09 SET 2011

Colégio Notarial do Brasil - SP
Autenticação
219AB877328

Tabelionato "Ventura"
Tabelião: Valtier Ventura - R. José Milani, 255-Valinhos/SP
- AUTENTICAÇÃO -
- presente cópia autenticada conforme
- a presente cópia, do que dou fé.
08 ABR 2010 POR VERBA
G. el Dini/Rosário - Escr. Aut.
Valor recebido pela autenticação R\$ 2,10
VÁLIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE

8

8

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL

09 SET 2011

000007
Comunicações
17
Rubrica: CEL. 730

CLÁUSULA VIII - As alterações dos objetivos sociais, a modificação do quadro diretivo, a alteração do controle societário e a transferência da concessão, permissão ou autorização, dependerão de prévia anuência do Poder Concedente, sendo que as demais alterações deverão ser comunicadas no prazo de sessenta dias.

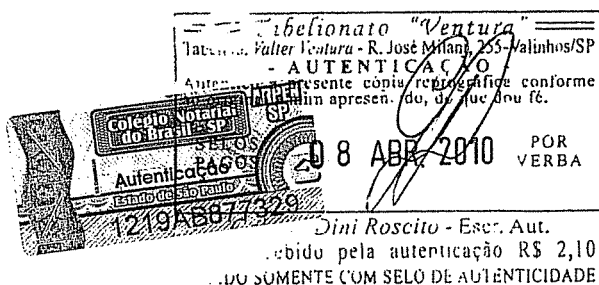
CLÁUSULA IX - As quotas em que se divide o capital social são nominativas e indivisíveis e para cada uma delas a sociedade reconhece apenas um único proprietário.

CLÁUSULA X - A propriedade da Sociedade deverá pertencer em pelo menos setenta por cento do capital total e do capital votante, de forma direta ou indireta, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, aos quais caberá a responsabilidade por sua administração e orientação intelectual.

CLÁUSULA XI - Os administradores da Sociedade serão brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, e a investidura nos cargos somente poderá ocorrer após terem sido aprovados pelo Poder Concedente.

CLÁUSULA XII - O quadro de funcionários da Sociedade será formado, preferencialmente, de brasileiros, ou constituído, ao menos de 2/3 (dois terços) de trabalhadores nacionais.

CLÁUSULA XIII - A Sociedade será administrada por um ou mais de seus quotistas, ou por terceiros, sob a denominação de Administrador (es), quando indicado(s), eleito(s) e demissível (is) por deliberação de sócio(s) que represente(m) a maioria do capital social, observado o disposto na Cláusula XI deste instrumento, aos quais compete *in solidum* ou cada um de *per si*, o uso da denominação social e a representação ativa ou passiva, judicial ou extrajudicial da Sociedade, a ele(s) cabendo quando na representação legal, as atribuições e os poderes que a lei confere aos dirigentes das Sociedades Empresárias Quotas de Responsabilidade Limitada, a fim de garantir o funcionamento da empresa.



09 SET 2011

000008
Comunicações
19
Rubrica: P.
CEL. 730

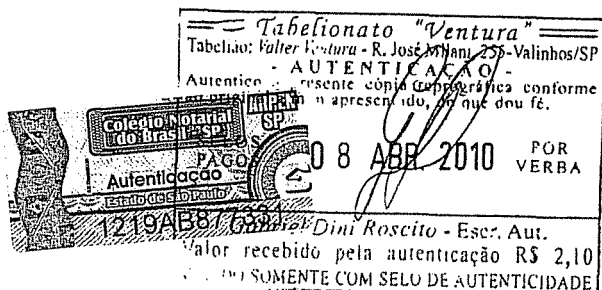
CLÁUSULA XIV - Fica indicado para gerir e administrar a Sociedade no cargo de Administrador o sócio **RINALDO STECANELA OLIVEIRA**, eximido de prestar caução de qualquer espécie em garantia de sua gestão.

CLÁUSULA XV - O Administrador depois de ouvido o Poder Concedente, poderá em nome da Sociedade, nomear procurador de acordo com a legislação vigente, mediante instrumento público ou particular que defina os respectivos poderes, cujos mandatos com prazo de duração, serão outorgados exclusivamente a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, provada essa condição.

CLÁUSULA XVI - É expressamente proibido ao Administrador, aos procuradores e sócios, utilizarem-se da denominação social em negócios ou documentos de qualquer natureza, alheios aos fins sociais, bem como a prática de atos de favor, assim entendidos a prestação de fiança, cauções, avais, ou endossos, ou constituição, em favor de terceiros, de garantia fiduciária, caucionária, hipotecária ou pignoratícia, ainda que deles não resultem obrigações para a sociedade ou ponha em risco o seu patrimônio, ficando a Administradora, na hipótese de infração desta cláusula, pessoalmente responsável pelo ato praticado.

CLÁUSULA XVII - A título de pró-labore, o Administrador poderá retirar mensalmente importância fixa, convencionada entre quotistas que representem a maioria do capital social para vigir num determinado período, de preferência coincidente com o encerramento do exercício social, a qual não sendo inferior ao piso nacional de salários, não ultrapasse os limites da sistemática da legislação em vigor, sendo o produto bruto escritural desde logo considerado para todos os fins como o encargo operacional da empresa e, como tal, dedutível da receita bruta.

CLÁUSULA XVIII - Os sócios poderão ceder ou transferir parte ou totalidade de suas cotas a estranhos, mediante o consentimento de sócios que representem mais da metade do capital social, após o que,



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL
09 SET 2011

[illegible]

Certidão de Autenticidade
 Ventura - R. José Milani, 255 - Valinhos/SP
 25-03-2010
 Gabriel Lima Bosquito - Escr. Aut.
 Valor recebido pela autenticação R\$ 2,10
 VÁLIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE

Certidão de Autenticidade
 Ventura - R. José Milani, 255 - Valinhos/SP
 25-03-2010
 Gabriel Lima Bosquito - Escr. Aut.
 Valor recebido pela autenticação R\$ 2,10
 VÁLIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE

Certidão de Autenticidade
 Ventura - R. José Milani, 255 - Valinhos/SP
 25-03-2010
 Gabriel Lima Bosquito - Escr. Aut.
 Valor recebido pela autenticação R\$ 2,10
 VÁLIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL
09 SET 2011

0000009
Comunicações
Fls. 19
Rubrica
CEL

deverão notificar por escrito à Sociedade, discriminando preço, prazo e forma de pagamento, para que seja através dos sócios, exercido, ou não, o direito de preferência dentro de sessenta dias, a contar do recebimento da notificação. Decorrido este prazo, sem que haja manifestação da vontade de aquisição, as quotas poderão ser transferidas, com a anuência prévia do Poder Concedente, ou a comunicação no prazo de sessenta dias dependendo do caso.

CLÁUSULA XIX - No caso de morte de sócio, terá o cônjuge supérstite ou herdeiro à faculdade de optar entre:

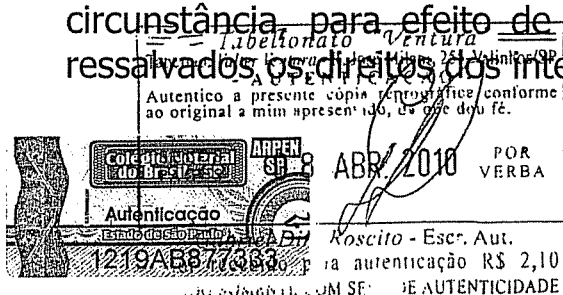
- a) a sua participação na Sociedade, o que ocorrerá desde que, para tanto, obtenha a aprovação de sócio(s) que represente(m) a maioria do capital social e a prévia autorização do Poder Concedente quando for o caso, ou
- b) o recebimento do capital e demais haveres do sócio falecido, mediante a cessão das quotas, de acordo com os termos da Cláusula XVIII deste instrumento, caso, por motivo qualquer não ingressar na Sociedade;

CLÁUSULA XX - Ocorrendo a hipótese prevista na letra "b" da Cláusula anterior, as quotas e os haveres do sócio falecido serão pagos ao cônjuge supérstite ou ao herdeiro, em doze prestações iguais, mensais e sucessivas acrescidas de juros de doze por cento ao ano.

CLÁUSULA XXI - Executada a hipótese de sucessão hereditária não será permitida a transferência de concessão, permissão, antes de decorrido o prazo estipulado na legislação específica.

CLÁUSULA XXII - Em caso de dissolução da Sociedade o patrimônio será distribuído na proporção na proporção de quotas que cada sócio possui.

CLÁUSULA XXIII - O instrumento de alteração será assinado por sócios que representem à maioria do capital social, e havendo sócio divergente ou ausente, constará do instrumento de alteração essa circunstância, para efeito de arquivamento no órgão competente e ressalvados os direitos dos interessados.



OCT 14 2009

223708622

CEL.
Rubrica
19-03
das Comunicações

RECEBIMOS DA
JUNTA DO COMARCADE
DE SÃO PAULO
O CERTIFICADO
DE AUTENTICIDADE
DO BULLÃO DE
OBRAS DE
RECONSTRUÇÃO
DE SÃO PAULO

Tabelionato "ventura"
Walter Ventura - R. José Milani, 255-Valinhos/SP
Colegio Notarial
de Itapetininga
Autenticação
1219AB877334
ABR 2010
POR VERBA
Gabriel Dini Roscito - Escr. Aut.
Valor recebido pela autenticação R\$ 2,10
VALIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL
09 SET 2011

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL
6 9 SET 2011

000010
Comunicações
Fls. 20
Rubrica
CEL. 730

CLÁUSULA XXIV - O exercício social coincidirá com o ano civil, ao fim do qual será levantado o balanço da Sociedade como de lei, sendo que os lucros ou prejuízos serão repartidos ou suportados pelos quotistas na proporção de suas quotas.

CLÁUSULA XXV - A distribuição dos lucros será sempre sustada quando se verificar a necessidade de atender despesas inadiáveis ou que impliquem no funcionamento das estações.

CLÁUSULA XXVI - A Sociedade por todos os seus quotistas, obriga-se a cumprir rigorosamente as leis, regulamentos, normas e recomendações que lhe forem feitas pelo Poder Concedente.

CLÁUSULA XXVII - O início das atividades da Sociedade será a partir da data do respectivo registro deste instrumento no órgão competente.

CLÁUSULA XXVIII - Os sócios quotistas declaram, para todos os efeitos legais, que não estão impedidos, nos termos da lei, de exercerem os atos empresários, em virtude de condenação criminal ou qualquer tipo de impedimento legal, inclusive incapacidade superveniente, estando no exercício pleno dos seus direitos cíveis, inclusive de personalidade.

CLÁUSULA XXIX - O Administrador ora nomeado, declara, sob as penas da Lei, que não está impedido, por lei especial, de exercer a administração da Sociedade, e nem condenado ou sob efeito de condenação, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar de prevaricação, peita ou suborno, concussão ou peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência; contra as relações de consumo; a fé pública ou propriedade mercantil em virtude de condenação criminal.

CLÁUSULA XXX - Não sendo ou deixado de ser permissionária, concessionária ou autorizada de serviços de radiodifusão, poderá alterar qualquer das cláusulas sem consentimento prévio do Poder Concedente.



Comunicações
CEL
Rubrica: *[assinatura]*

OCT 14 2009

SUBSTITUIÇÃO DA ASSINATURA
FIM DO COMPROVANTE DE RECEBIMENTO
CERTIFICADO
Sua Rubrica e a do Substituto devem ser colocadas
seguentemente.

223708622

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL
09 SET 2011

Tabelionato "Ventura"
Cartório: Valter Ventura - R. José Milani, 255-Valinhos/SP
AUTENTICAÇÃO -
certificando a veracidade da cópia fotográfica conforme
inscrição do, ou que dou fe.
08 ABR 2010 POR VERBA
G. [assinatura] Dini Roscito - Escr. Aut.
Valor recebido pela autenticação R\$ 2,10
VÁLIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE

CLÁUSULA XXXI - Os casos não previstos no presente contrato social serão resolvidos de acordo com os dispositivos legais que regem o funcionamento das Sociedades por Quotas de Responsabilidade Limitada e pela legislação que disciplina a execução dos serviços de radiodifusão.

E, assim por estarem justos e contratados, de comum acordo mandaram digitar o presente instrumento em cinco vias de igual teor e forma, o qual lido e achado conforme, assinam juntamente com as testemunhas presenciais abaixo, que após será levado o registro no órgão competente, para produzir efeitos legais.

Valinhos, 13 de outubro de 2009.

JOVENTINA TECILLA

RINALDO STECANELA OLIVEIRA

Sergio Carvalho de Aguiar Vallim Filho
OAB/SP 103.144

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL
09 SET 2011

Testemunhas:

Marcio Marcelo do Lago
RG: 23.225.217-8SSP/SP

Gisela dos Santos Silva
RG: 24.943.031-9SSP/SP



CEL. 21-1
das Comunicações
Ruibira

OCT 14 2009

223708622

SEU FOLHA DE...
PUNTA CO...
Sob nome e...
sob nome e...

14

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL
09 SET 2011

Abelionato "Ventura"
José Milani, 255-Valinhos/SP
C.A.C.A.O.
reprodução conforme
do de...
1219AB877338
6 ABR 2010
POR VERBA
Gabriel Diniz Ruscito - Escr. Aut.
Valor recebido pela autenticação R\$ 2,10
VALIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE

000012
Ministério das Comunicações
Fis. 22
Rubrica: [assinatura]
CEL. 4

[assinatura]

1.2 - Prova de nacionalidade dos sócios (subitem 5.1.2)

[assinatura]

[assinatura]

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL
09 SET 2011

[assinatura]

[assinaturas]

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DIRETORIA DE POLÍCIA TÉCNICO-CIENTÍFICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

21.503.01 DIREITO

Rinaldo Stacanela Oliveira
ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO CIVIL 11.974.312-9 DATA DE EMISSÃO 14/JAN/2004

NOME RINALDO STACANELA OLIVEIRA

ALFABETIZAÇÃO ANILZATO DE OLIVEIRA

MATER. STACANELA OLIVEIRA

NATURALIDADE CAMBARÁ DO SUL RS

DATA DE NASCIMENTO 01/07/1967

CPF 613.359.249-49

CART. ELETORAL CAMBARÁ DO SUL RS

ASSINATURA DO DIRETOR INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

ARARANGUA SC

LEI Nº 7.116 DE 20/08/88

Colégio Notário Valinhos/SP

Tabelião: Valtier Venturi - A.U.T. - 155-Valinhos/SP

Autentico a presença e a assinatura de: *Vanderlei Ventura* POR VERBA

SELOS PAGOS 15 MAR 2010

Valor recebido pela autenticação R\$ 2,10

VALIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE

CEL. M. das Comunicações

Fis. 23

Rubrica: 000013

NASCIMENTO 01.07.67

INSCRIÇÃO NO CPF 613 359 249 49

CONTRIBUINTE RINALDO STACANELA DE OLIVEIRA

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES ECONÔMICAS FISCAIS

CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE

DOCUMENTO COMERCIAL DE INSCRIÇÃO NO CADASTRO DE EMPRESAS FISCAIS

VALIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL

ASSINATURA DO CONTRIBUINTE *Rinaldo S. de Oliveira*

Colégio Notário Valinhos/SP

Tabelião: Valtier Venturi - A.U.T. - 155-Valinhos/SP

Autentico a presença e a assinatura de: *Vanderlei Ventura* POR VERBA

SELOS PAGOS 15 MAR 2010

Valor recebido pela autenticação R\$ 2,10

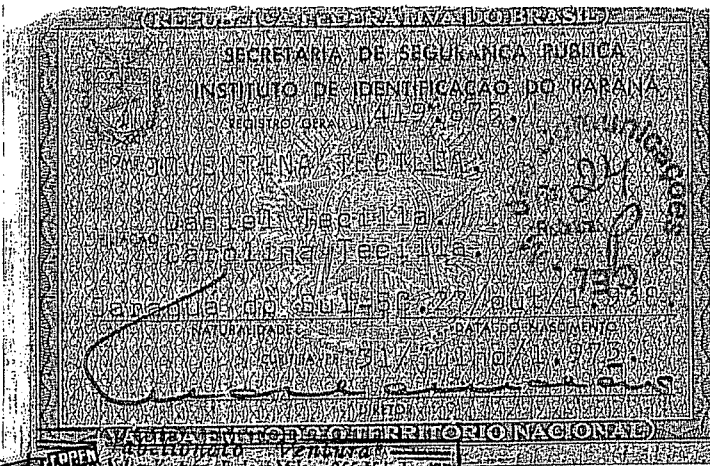
VALIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações

CONFERE COM O ORIGINAL

09 SET 2011

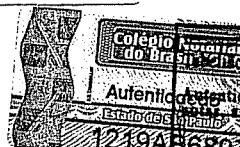
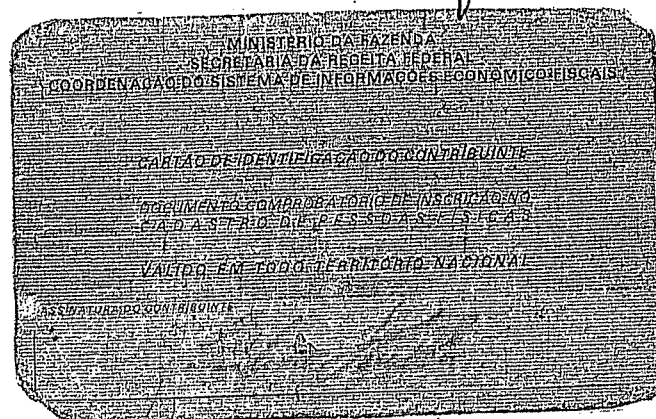
[Handwritten signatures and marks]



Autenticação
02 SET. 2009 POR VERBA
Marcos Passos Junior - Escr. Aut.
Valor recebido pela autenticação R\$ 2,00
VÁLIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE

000014

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL
09 SET 2011



Autenticação
02 SET. 2009 POR VERBA
Marcos Passos Junior - Escr. Aut.
Valor recebido pela autenticação R\$ 2,00
VÁLIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE

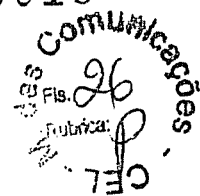
000015



1.3 - Declaração, Anexo I (subitem 5.1.3)



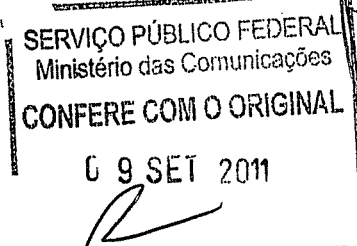
000016

**ANEXO I****DECLARAÇÃO****Ref.: Concorrência nº. 03/2010-CEL/MC**

A **RÁDIO E TELEVISÃO SÉCULO 21 LTDA.**, inscrita no CNPJ nº. 11.250.856/0001-31, por intermédio de seu representante legal **RINALDO STECANELA OLIVEIRA**, portador da Carteira de Identidade nº. 1.974.712-8/SSP-SC, e do CPF nº. 613.359.249-49, **DECLARA**, para fins do disposto no inciso V do artigo 27 da Lei nº. 8666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº. 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: Poderá empregar menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz
()

Valinhos - SP, 20 de abril de 2010.



RINALDO STECANELA OLIVEIRA

Dirigente

CPF nº. 613.359.249-49

000017
Comunicações
27
CFL

1.4 – Declaração Anexo II (subitem 5.1.4)



000018



ANEXO II

DECLARAÇÃO

O abaixo assinado dirigente da **RÁDIO E TELEVISÃO SÉCULO 21 LTDA.**, declara que:

a) a entidade não possui autorização pra explorar o mesmo tipo de serviço na localidade de **CAMPANHA**, Estado de **MINAS GERAIS**, e que não excederá os limites fixados no art. 12 do Decreto-lei nº. 236, de 28 de fevereiro de 1967, caso venha a ser contemplada com a outorga.

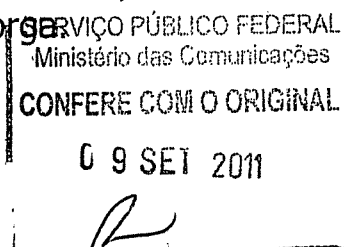
b) a entidade não se encontra declarada inidônea por qualquer órgão da Administração Direta ou Indireta da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, ou ainda, não está com o direito de licitar e contratar com o Ministério das Comunicações suspenso;

c) nenhum sócio integra o quadro societário de outra entidade exploradora do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade objeto deste Edital, nem de outras entidades exploradoras de serviços de radiodifusão em localidades diversas, além dos limites fixados no art. 12 do Decreto-lei nº. 236, de 28 de fevereiro de 1967;

d) nenhum dirigente está no exercício de mandato eletivo, que lhe assegure imunidade parlamentar, nem exerce cargo de supervisão ou assessoramento na Administração Pública, do qual decorra foro especial;

e) nenhum dirigente participa da direção de outra entidade executante de serviço de radiodifusão, nem de outras empresas de radiodifusão, em localidades diversas, em excesso aos limites fixados no art. 12 do Decreto-lei nº. 236, de 28 de fevereiro de 1967, mesmo que a Proponente venha a ser contemplada com a outorga.


Valinhos - SP, 20 de abril de 2010.




RINALDO STECANELA OLIVEIRA

Dirigente

CPF nº. 613.359.249-49



000019



1.5- Certidões expedidas
pelas Justiças Estadual
e Federal referentes
aos Cartórios
Distribuidores Cíveis,
Criminais e do de
Protestos de Títulos do
dirigente (subitem
5.1.5)



000020
CEL.
Rubrica
30
das
Comunicações

1.5.1 – Certidões Cíveis e Criminais da Justiça Estadual (subitem 5.1.5)

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL
09 SET 2011

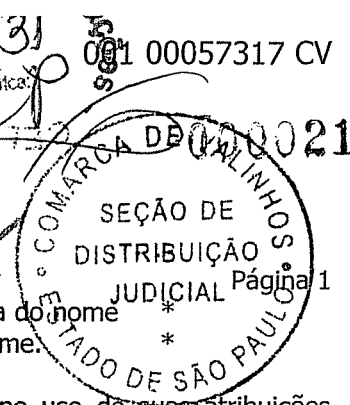


Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

Certidão de Distribuições Cíveis - Fórum de Valinhos

Referente ao pedido 00057317 de 08/04/2010

- * Para maior segurança, conferir a sequência alfabética de cada letra do nome
- * certificado, constante das duas linhas subsequentes ao referido nome.



O responsável pelo expediente do Cartório Distribuidor Cível deste Fórum, no uso de suas atribuições legais, certifica e dá fé que, pesquisando as **distribuições de processos em andamento cíveis, família e executivos fiscais (Municipais, Estaduais e Federais)**, no período de 10 anos anteriores a data de **08/04/2010**, verificou nada constar como réu/requerido/interessado em nome de:

RINALDO STECANELA OLIVEIRA* * * * *
SJOBMEP TUFDBOFMB PMJWFJSB* * * * *
TKPCNFQ UVGECPGNC QNKXGKTC* * * * *

RG:19747128- e CPF:613359249-49 (constam no pedido de certidão)

*** Nada consta contra o nome informado acima. ***

De acordo com o item 47.3, do capítulo VII das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça:
- Esta certidão só tem validade no seu original, ressalvado o teor do artigo 32, da Lei nº 8.666/93 (Lei de Licitações), e mediante a assinatura do responsável pelo expediente do Cartório Distribuidor Cível.

Esta certidão não aponta, ordinariamente, os processos em que a pessoa, cujo nome foi pesquisado, figura como autor(a).

Esta certidão se refere exclusivamente à distribuição promovida no Fórum acima indicado, não compreendendo a de outros Fóruns (sede de Comarca ou Foro Distrital/Regional).

Certifica finalmente que as custas devidas no valor de R\$14,00, foram pagas na forma da lei.

Valinhos, 8 de Abril de 2010.

**PESQUISA VÁLIDA SOMENTE
PARA EFEITOS CIVIS**

ROGERIO ANDRADE
Escrevente-Técnico Judiciário
Matr. 803.349-7

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL
09 SET 2011

BERNADETE DORNELLAS
Escrevente-Chefe



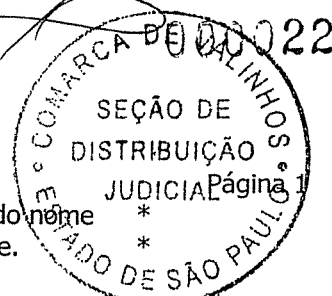


Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

Certidão de Distribuições Cíveis - Fórum de Valinhos

Referente ao pedido 00057319 de 08/04/2010

- * Para maior segurança, conferir a sequência alfabética de cada letra do nome
* certificado, constante das duas linhas subsequentes ao referido nome.



O responsável pelo expediente do Cartório Distribuidor Cível deste Fórum, no uso de suas atribuições legais, certifica e dá fé que, pesquisando as **distribuições de pedidos de falência, concordata e recuperações judiciais e extrajudiciais, no período de 10 anos anteriores a data de 08/04/2010**, verificou nada constar como réu/requerido/interessado em nome de:

RINALDO STECANELA OLIVEIRA* * * * *
SJOBMEP TUFDBOFMB PMJWFJSB* * * * *
TKPCNFQ UVGECPGNC QNKXGKTC* * * * *

RG:19747128- e CPF:613359249-49 (constam no pedido de certidão)

*** Nada consta contra o nome informado acima. ***

De acordo com o item 47.3, do capítulo VII das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça:
- Esta certidão só tem validade no seu original, ressalvado o teor do artigo 32, da Lei nº 8.666/93 (Lei de Licitações), e mediante a assinatura do responsável pelo expediente do Cartório Distribuidor Cível.

Esta certidão não aponta, ordinariamente, os processos em que a pessoa, cujo nome foi pesquisado, figura como autor(a).

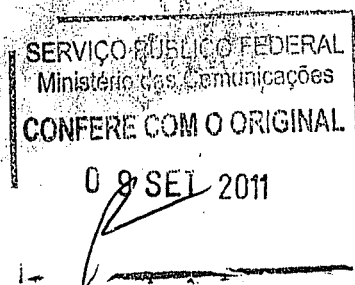
Esta certidão se refere exclusivamente à distribuição promovida no Fórum acima indicado, não compreendendo a de outros Fóruns (sede de Comarca ou Foro Distrital/Regional).

Certifica finalmente que as custas devidas no valor de R\$14,00, foram pagas na forma da lei.

Valinhos, 8 de Abril de 2010.

**PESQUISA VÁLIDA SOMENTE
PARA EFEITOS CIVIS**

ROGERIO ANDRADE
Escrevente Técnico Judiciário
Matr. 803.349-7



BERNADETE DORNELLAS
Escrevente-Chefe





13/04/2010

0614374

PODER JUDICIÁRIO**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÕES CÍVEIS DO(A) COMARCA DE SÃO PAULO - CAPITAL**

000023

Comunicações
Fis. 33
Rubrica
CEL**CERTIDÃO Nº: 2718458****FOLHA: 1/1**

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

A Diretoria de Serviço Técnico de Informações Cíveis do(a) Comarca de São Paulo - Capital, no uso de suas atribuições legais,

CERTIFICA E DÁ FÉ que, pesquisando os registros de distribuições de **EXECUTIVOS FISCAIS, MUNICIPAIS E ESTADUAIS**, no período de 10 (dez) anos anteriores a 07/04/2010, verificou **NADA CONSTAR** como réu/requerido/interessado em nome de: *****

RINALDO STECANELA OLIVEIRA, CPF: 613.359.249-49, conforme indicação constante do pedido de certidão. *****

De acordo com o item 47.3, do Capítulo VII das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo, esta certidão só tem validade no seu original, ressalvado o teor do Artigo 32, da Lei 8666/93 (Lei de Licitações), e mediante a assinatura digitalizada do responsável pelo expediente da Diretoria Técnica de Serviço de Informações Cíveis.

Esta certidão não aponta, ordinariamente, os processos em que a pessoa, cujo nome foi pesquisado, figura como autor(a).

As custas no valor de R\$ 14,00 foram recolhidas na forma da Lei.

São Paulo, 13 de abril de 2010.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL
09 SET 2011

Odilon Luis de Oliveira
Diretor Técnico de Serviço - SPI.3.15.3.

PEDIDO Nº:

0614374





13/04/2010

0614376

PODER JUDICIÁRIO**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

000024

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÕES CÍVEIS DO(A) COMARCA DE SÃO PAULO - CAPITAL

CERTIDÃO Nº: 2718461

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

FOLHA: 1/1
das Comunicações
Fls. 34
Rubrica: CEL

A Diretoria de Serviço Técnico de Informações Cíveis do(a) Comarca de São Paulo - Capital, no uso de suas atribuições legais,

CERTIFICA E DÁ FÉ que, pesquisando os registros de distribuições de **AÇÕES CÍVEIS E DE FAMÍLIA, EXCETO EXECUTIVOS FISCAIS**, no período de 10 (dez) anos anteriores a 12/04/2010, verificou **NADA CONSTAR** como réu/requerido/interessado em nome de: *****

RINALDO STECANELA OLIVEIRA, CPF: 613.359.249-49, conforme indicação constante do pedido de certidão. *****

De acordo com o item 47.3, do Capítulo VII das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo, esta certidão só tem validade no seu original, ressalvado o teor do Artigo 32, da Lei 8666/93 (Lei de Licitações), e mediante a assinatura digitalizada do responsável pelo expediente da Diretoria Técnica de Serviço de Informações Cíveis.

Esta certidão não aponta, ordinariamente, os processos em que a pessoa, cujo nome foi pesquisado, figura como autor(a).

As custas no valor de R\$ 14,00 foram recolhidas na forma da Lei.

São Paulo, 13 de abril de 2010.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações

CONFERE COM O ORIGINAL

09 SET 2011

Odilon Luís de Oliveira
Diretor Técnico de Serviço - SPI.3.15.3.

PEDIDO Nº:

0614376



72



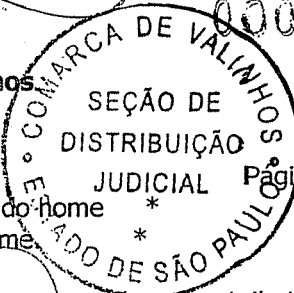
Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

Certidão de Distribuições Criminais - Fórum de Valinhos

Referente ao Pedido 00347361 de 9 de Abril de 2010

001 00347361 CR

000025



Página 1

- * Para maior segurança, conferir a seqüência alfabética de cada letra do nome
- * certificado, constante das duas linhas subseqüentes ao referido nome

O responsável pelo expediente do Cartório Distribuidor Criminal deste Fórum, no uso de suas atribuições legais, certifica e dá fé que, pesquisando as Distribuições de Processos Criminais, anteriores a data de **09/04/2010**, verificou nada constar contra:

RINALDO STECANELA OLIVEIRA* * * * *
SJOBMEP TUFDBOFMB PMJWFJSB* * * * *
TKPCNFQ UVGECPGNC QNKXGKTC* * * * *



RG:19747128, CPF:613359249-49, nascido(a) em 01/07/1967, em Cambará do Sul-RS, filho(a) de ANIZIO DE OLIVEIRA e NADIR STECANELA OLIVEIRA, conforme indicação feita no pedido de certidão.

*** Nada consta contra o nome informado acima. ***

Esta certidão só terá valor no original e mediante a assinatura do responsável pelo expediente do Cartório Distribuidor Criminal.

Esta certidão se refere exclusivamente à distribuição promovida no Fórum acima indicado, não compreendendo a de outros Fóruns (sede de Comarca ou Foro Distrital/Regional).

Certifica finalmente que as custas devidas no valor de R\$14,00, foram pagas na forma da lei.

Valinhos, 9 de Abril de 2010.

**PESQUISA VÁLIDA SOMENTE
PARA EFEITOS CIVIS**

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL
09 SET 2011

ROGERIO ANDRADE
Escrevente Técnico Judiciário
Matr. 803.349-7

BERNADETE DORNELLAS
Escrevente-Chefe





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
CERTIDÃO DE EXECUÇÕES CRIMINAIS DA COMARCA DA CAPITAL - DECRM

36 anos
 000026
 Número do pedido
 0440215

ATENÇÃO: INSTRUÇÕES DE PREENCHIMENTO NO VERSO QUAL QUER RASURA FOR NULA. ESTE DOCUMENTO NÃO TEM VALIDADE SE NÃO FOR PREENCHIDO CORRETAMENTE. O preenchimento incorreto poderá resultar na impossibilidade de atendimento do pedido.

NOME RICARDO ALDO STEFANELLO OLIVEIRA
REU(A) DE INVESTITURA DE CREDITO
E DE VADIR STEFANELLO OLIVEIRA
NATURAL DE CAMBARÁ DO SUL
DATA DE NASCIMENTO 01/07/1984
REGISTRO GERAL 190228 **ÓRGÃO EXPEDIDOR** 66 ASC

ASSINALE A OPÇÃO DA CERTIDÃO (preenchimento obrigatório)
☒ **CERTIDÃO DE EXECUÇÕES CRIMINAIS**
☐ **CERTIDÃO POSITIVA DE EXECUÇÕES CRIMINAIS**
☐ **CERTIDÃO DE EXECUÇÕES CRIMINAIS PARA FINS ELEITORAIS**
☐ **CERTIDÃO DE EXECUÇÕES CRIMINAIS PARA FINS ELEITORAIS PARA COMISSÃO DE VERIFICAÇÃO**
☐ **CERTIDÃO DE EXECUÇÕES CRIMINAIS PARA FINS JUDICIAIS**

CERTIDÃO NEGATIVA
NADA CONSTA nos fichários, contra o nome RICARDO ALDO STEFANELLO OLIVEIRA, **pesquisador** São Paulo.

CERTIDÃO POSITIVA
Consta o nome pesquisado, tal como grafado acima, CONSTA(M) nos fichários a(s) seguinte(s) execução(ões)

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL
09 SET 2011

RECEBIMENTO DA CERTIDÃO (preenchimento obrigatório)
☒ **NO GUICHÊ** - Fórum Ministro Mário Guimarães (Av. Abrahão Ribeiro, 313 - 1º andar)
☐ **PELO CORREIO** (preencha o verso)
☐ **PELO CORREIO** - Fórum João Mendes Júnior (Praça João Mendes s/nº 2º andar - sala 214)

Autenticação Mecânica 1163-05Abr2010 030 **Carimbo do Órgão Arrecadador**
14.00RD 017
 06/07 - 10/07/2010

INSTRUÇÕES DE PREENCHIMENTO

- O pedido de certidão deverá ser preenchido a máquina ou em letra de forma, legível e com tinta indelével, válido apenas um nome por pedido;
- Não deverão ser abreviados nomes;
- Entre cada nome deverá ser deixado um campo em branco;
- Indicar sempre o nome do pai, da mãe, a naturalidade, data de nascimento e números dos documentos (RG e CPF);
- Assinalar a opção de certidão pretendida, sendo válida apenas uma opção por pedido.
CERTIDÃO DE EXECUÇÕES CRIMINAIS diz respeito a todos os procedimentos de Execuções Criminais da Comarca da Capital, quando existentes.
Desejando-se certidão específica, assinale a opção pretendida: CERTIDÃO POSITIVA, PARA FINS ELEITORAIS, PARA CONCURSO PÚBLICO ou PARA FINS JUDICIAIS.
- A certidão será entregue conforme preenchimento no anverso deste formulário, podendo ser no guichê (assinalar a opção do Fórum) ou remetida pelo correio;
- As certidões não retiradas após 30 dias, contados da data da expedição, serão inutilizadas, com perda do valor recolhido;
- O preenchimento incorreto poderá resultar na impossibilidade de atendimento do pedido;
- A certidão é expedida de acordo com as Normas da Corregedoria Geral da Justiça

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL
09 SET 2011

REMETENTE : DIVISÃO TÉCNICA DE DISTRIBUIÇÃO E INFORMAÇÃO CRIMINAL

ENDEREÇO : AV. ABRAHÃO RIBEIRO, 313 1º ANDAR SÃO PAULO

CEP : 01133-020

Estado

Cidade

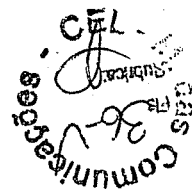
--	--	--	--	--	--	--	--

Endereço

Nome

SELO

PODER JUDICIÁRIO
São Paulo





PODER JUDICIÁRIO
SÃO PAULO

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA
Comarca de Valinhos

Rua Prof. Ataliba Nogueira, 36 - Bº Sto. Antonio - VALINHOS - SP

Comunicações 0000027
Fls. 37
Rubrica: CEL

Página 1/1

CERTIDÃO DE EXECUÇÃO CRIMINAL

Nº Pedido: 440215-0001

Data do Pedido: 05/04/2010

O responsável pelo expediente do Cartório de Execuções Criminais desta comarca, no uso de suas atribuições legais, certifica e da fé que, pesquisando o cadastro de execuções criminais (**Certidão para fins Cíveis**) no período anterior a data de 06/04/2010, verificou constar em nome de:

RINALDO STECANELA OLIVEIRA

RG: 19.747.128 SSP/SC

Filiação Pai: **ANIZIO DE OLIVEIRA**

Mãe: **NADIR STECANELA OLIVEIRA**

Nascido(a) em: **CAMBARÁ DO SUL/RS** aos: **01/07/1967**

NÃO HÁ EXECUÇÕES PARA O NOME INFORMADO ACIMA

Esta certidão só terá valor no original e mediante a assinatura do responsável pelo expediente do Cartório de Execuções Criminais. Certifica finalmente que as custas devidas no valor de R\$ 14,00 foram pagas na forma da lei.

Solicitante : **RINALDO STECANELA OLIVEIRA**

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
Valinhos, 06 de Abril de 2010
CONFERE COM O ORIGINAL.
09 SET 2011

DOLORES PERAZZOLO
Oficial Maior
Matrícula 804.457-4

DI
Página única



13/04/2010

0955218

PODER JUDICIÁRIO**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÕES CRIMINAIS DO(A) COMARCA DE SÃO PAULO - CAPITAL**000028
Comunicações
32
CEL. 730**CERTIDÃO Nº: 2724070****FOLHA: 1/1**

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

A Diretoria de Serviço Técnico de Informações Criminais do(a) Comarca de São Paulo - Capital, no uso de suas atribuições legais,

CERTIFICA E DÁ FÉ que, pesquisando os registros de distribuições de **AÇÕES CRIMINAIS**, anteriores a 12/04/2010, verificou **NADA CONSTAR** contra: *******RINALDO STECANELA OLIVEIRA**, RG: 19747128, CPF: 613.359.249-49, nascido em 01/07/1967, natural de Cambara do Sul - RS, filho de **ANIZIO DE OLIVEIRA** e **NADIR STECANELA OLIVEIRA**, conforme indicação constante do pedido de certidão. *****

Esta certidão abrange os processos criminais e os processos dos Juizados Especiais Criminais distribuídos na Comarca de São Paulo, ressalvado o previsto no Item 54, alínea B, do capítulo VII, das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça; só tem validade no seu original e mediante assinatura digitalizada do responsável pelo expediente da Diretoria de Serviço de Informações Criminais.

As custas no valor de R\$ 14,00 foram recolhidas na forma da Lei.

São Paulo, 14 de abril de 2010.
SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL
09 SET 2011Izaltino Raymundi
Diretor Técnico de Serviço - Dipo 2.3**PEDIDO Nº:**

0955218





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
CERTIDÃO DE EXECUÇÕES CRIMINAIS DA COMARCA DA CAPITAL - DECRIM

Número do Pedido

230269

ATENÇÃO: INSTRUÇÕES DE PREENCHIMENTO NO VERSO. QUALQUER RASURA TORNARÁ NULO ESTE DOCUMENTO.
O preenchimento incorreto poderá resultar na impossibilidade de atendimento do pedido

NOME **RINALDO STECANELA OLIVEIRA**

FILHO(A) DE **ANIZIO DE OLIVEIRA**

E DE **NADIR STECANELA OLIVEIRA**

NATURAL DE **CAMBARA DO SUL** EST. **SC**

DATA DE NASCIMENTO **01/07/1967** CPF **6.133.592-49-49**

REGISTRO GERAL Nº **19747128** ÓRGÃO EXPEDIDOR **SSP**

ASSINALE A OPÇÃO DA CERTIDÃO (preenchimento obrigatório)

- ☒ CERTIDÃO DE EXECUÇÕES CRIMINAIS
☐ CERTIDÃO POSITIVA DE EXECUÇÕES CRIMINAIS
☐ CERTIDÃO DE EXECUÇÕES CRIMINAIS PARA FINS ELEITORAIS
☐ CERTIDÃO DE EXECUÇÕES CRIMINAIS PARA CONCURSO PÚBLICO
☐ CERTIDÃO DE EXECUÇÕES CRIMINAIS PARA FINS JUDICIAIS

CERTIDÃO NEGATIVA

NADA CONSTA nos fichários contra o nome

Luiz Zucchi
matrícula 89.099-2

Pesquisador

São Paulo,

CERTIDÃO POSITIVA

Contra o nome pesquisado, tal como grafado acima, CONSTA(M) nos fichários a(s) seguinte(s) execução(ões):

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL

09 SET 2011

Pesquisador

São Paulo,

RECEBIMENTO DA CERTIDÃO (preenchimento obrigatório)

- ☐ NO GUICHÊ ☐ Fórum Ministro Mário Guimarães (Av. Abrahão Ribeiro, 313 - 1º andar) ☐ PELO CORREIO (preenchir o verso)
☒ Fórum João Mendes Júnior (Praça João Mendes s/nº 2º andar - sala 214)

Autenticação Mecânica

0384 07Abr2010 130

14,00RD 071

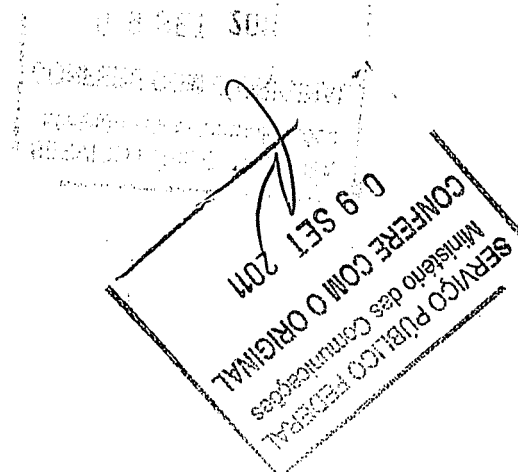
CONVENIOS - COD 0785-4

NGU 007249

Carimbo do Órgão Arrecadador

INSTRUÇÕES DE PREENCHIMENTO

- O pedido de certidão deverá ser preenchido a máquina ou em letra de forma, legível e com tinta indelével, válido apenas um nome por pedido;
- Não deverão ser abreviados nomes;
- Entre cada nome deverá ser deixado um campo em branco;
- ☐ Indicar sempre o nome do pai, da mãe, a naturalidade, data de nascimento e números dos documentos (RG e CPF);
- ☐ Assinalar a opção de certidão pretendida, sendo válida apenas uma opção por pedido.
A CERTIDÃO DE EXECUÇÕES CRIMINAIS diz respeito a todos os procedimentos de Execuções Criminais na Comarca da Capital, quando existentes.
Desejando-se certidão específica, assinale a opção pretendida: CERTIDÃO POSITIVA, PARA FINS ELEITORAIS, PARA CONCURSO PÚBLICO ou PARA FINS JUDICIAIS.
- A certidão será entregue conforme preenchimento no anverso deste formulário, podendo ser no guichê (assinalar a opção do Fórum) ou remetida pelo correio;
- As certidões não retiradas após 30 dias, contados da data da expedição, serão inutilizadas, com perda do valor recolhido;
- O preenchimento incorreto poderá resultar na impossibilidade de atendimento do pedido;
- A certidão é expedida de acordo com as Normas da Corregedoria Geral da Justiça



REMETENTE : **DIVISÃO TÉCNICA DE DISTRIBUIÇÃO E INFORMAÇÃO CRIMINAL**

ENDEREÇO : **AV. ABRAHÃO RIBEIRO, 313 1º ANDAR SÃO PAULO**

CEP : **01133-020**

Estado

Cidade

--	--	--	--	--	--	--	--

Endereço

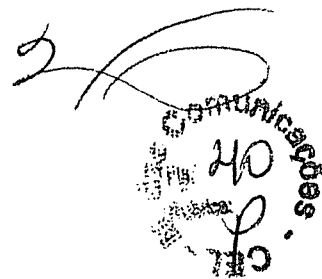
Nome

SELO

PODER JUDICIÁRIO
São Paulo

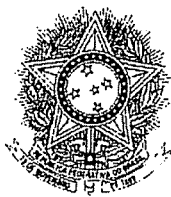


000030



1.5.2 – Certidão Cível e Criminal da Justiça Federal (subitem 5.1.5)





**PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU EM SÃO PAULO**

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO

**AÇÕES E EXECUÇÕES CÍVEIS, FISCAIS, CRIMINAIS E
DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS CRIMINAIS ADJUNTOS**

Nºda Certidão 2010.0000420123

CERTIFICO, revendo os registros de distribuição, a partir de 25 de abril de 1967, até a presente data, **que contra: RINALDO STECANELA OLIVEIRA**, ou vinculado ao **CPF de número 613.359.249-49**,

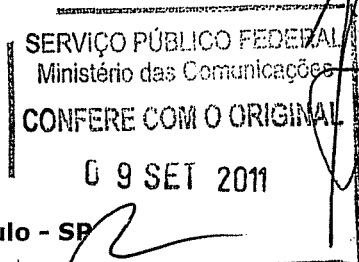
NADA CONSTA na Justiça Federal de 1o Grau, Seção Judiciária de São Paulo.

Observações:

- a) Certidão requerida pela Internet, expedida com base na Ordem de Serviço nº 03/2009 DF;
- b) A conferência dos dados pessoais da pessoa pesquisada é de responsabilidade do solicitante da Certidão, devendo a titularidade do CPF/CNPJ ser conferida pelo interessado e destinatário;
- c) A autenticidade desta Certidão deverá ser verificada por qualquer interessado no endereço www.jfsp.jus.br, até 60 dias da liberação, através do código de segurança: GBh4INEQ7AXJ B5QGAV 4I6E3W1aIIE5V6P
- d) Esta Certidão abrange o Estado de São Paulo.

São Paulo, 09 de abril de 2010 às 09h30min.

**Núcleo de Apoio Judiciário
Rua José Bonifácio, 237 - 2º Andar - São Paulo - SP**



000032

Comunicações

42

Publica

CEL

1.5.3 – Certidões dos Cartórios Distribuidores de Protestos de Títulos (subitem 5.1.5)

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL
09 SET 2011

1º TABELIÃO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS DE VALINHOS-SP

TABELIÃO: VALTER VENTURA
RUA JOSE MILANI, 255 FONE: (019)3829-4764
CNPJ: 51.880.839/0001-00

das Comunicações
43
CEL 3300033

CERTIDÃO NEGATIVA

O 1º TABELIÃO DE NOTAS E DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS de VALINHOS - SP, por este público instrumento, atendendo a requerimento de GISELA DOS SANTOS SILVA, portador(a) do RG 24.943.031-9- SSP SP **C E R T I F I C A** que revendo na serventia a seu cargo, os livros de Registro de Protestos, no período de 02/05/2005 (Início do Serviço de Protesto) até 02/04/2010, deles verificou: **NÃO CONSTAR PROTESTO em nome de:**

RINALDO STECANELA OLIVEIRA

SJOEMEP TUFDBOFMB PMJWFJSB
TKPCNFQ UVGECPCNC QNKXGKTC
CPF - 613.359.249-49 RG: 1.974.712-8- SSP SC

(Para maior segurança, confira de cima para baixo cada letra do nome certificado, com a sequência alfabética das linhas inferiores)

Nada mais. O referido é verdade e dá fé. Fica esclarecido que o(s) número(s) e nome(s) objeto desta certidão, referem-se aos mesmos na forma em que se encontram aqui grafados, tendo sido fornecidos pela própria pessoa interessada, não devendo ser considerados aqueles semelhantes por qualquer motivo.

VALINHOS/SP, 05 de Abril de 2010

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações

CONFERE COM O ORIGINAL

09 SET 2011

ELCIO RIBEIRO COSTA
ESGREVENTE-AUTORIZADO

Certidão nº 12514-2010. Pedido nº 19067
Código de Segurança: 31058781601

Ao Tabelião	Estado	Ipesp	Sinoreg	Sta Casa	Trib Justiça	TOTAL
4,91	1,40	1,04	0,26	0,05	0,26	R\$ 7,92

Rua José Milani, 255 - Centro - CEP: 13270-200 - Valinhos - SP
Fone/Fax: (19) 3829-4764

SEQ. 1.939.313

Nº. PEDIDO: 56-A/12

Primeiro Tabelião de Protesto de Letras e Títulos de São Paulo

Mário Rezende Florence
SUBSTITUTO DO TABELIÃO

Tel: 11 3113.6916 Fax 11 3113.6933 - cep: 01317-000 / Av. Brigadeiro Luis Antônio, 371, sobreloja - Bela Vista - São Paulo - SP

CERTIDÃO

O PRIMEIRO TABELIÃO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS DA COMARCA DE SÃO PAULO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, CERTIFICA E DÁ FÉ,

a pedido de: TATIANA FELIPE DA COSTA, RG 43606018 8,
que revistos os índices dos LIVROS DE REGISTRO DE PROTESTOS a seu cargo, no
período de 10 ANOS anterior a 08 de abril de 2010, deles verificou :

NÃO CONSTAR PROTESTO

em nome de

RINALDO*STECANELA*OLIVEIRA*****

SJOBMEP TUFDBOFMB PMJWFJSB

TKPCNFQ UVGECPGNC QNKXGKTC 60

CPF*613.359.249-49*****RG*1974712 8**

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações

CONFERE COM O ORIGINAL

09 SET 2011

Eu, MARCOS LUCIO DORO DE FREITAS, conferi.
São Paulo, 12 de abril de 2010

1º TABELIÃO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS - SÃO PAULO - SP
PJ SP
MARCOS LUCIO DORO DE FREITAS - SUBSTITUTO DO TABELIÃO - RG 7.241.481

VALORES COBRADOS	
AO TABELIÃO:	***** 9,82
AO ESTADO:	***** 2,80
AO IPESP:	***** 2,08
AO REGISTRO CIVIL:	***** 0,52
AO TRIBUNAL JUSTICA:	***** 0,52
A SANTA CASA:	***** 0,10
TOTAL:	***** 15,84

SOLICITE CERTIDÕES DOS DEZ CARTÓRIOS DE PROTESTO PELA INTERNET : www.protesto.com.br
VERIFIQUE A SEQUÊNCIA ALFABÉTICA DO NOME CERTIFICADO

VERIFIQUE A VERACIDADE DESTA CERTIDÃO POR MEIO DO SITE www.primeiroprotestosp.com.br DIGITANDO 18440193931300019203
QUALQUER RASURA, APAGAMENTO OU CARIMBO, ESPECIALMENTE NO QUE SE REFERE AO ENDEREÇO DE SITE NA INTERNET, INVALIDARÁ ESTA CERTIDÃO

VÁLIDA SOMENTE NO ORIGINAL

AS CUSTAS DEVIDAS FORAM RECOLHIDAS POR GUIA.

2º TABELIÃO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS

RUA BOA VISTA, 314, - 1º ANDAR - SÃO PAULO - CEP 01014-000

DR. ANTONIO AUGUSTO SMITH JUNQUEIRA
TABELIÃO

DRA. ADRIANA PORTO JUNQUEIRA
SUBSTITUTA DO TABELIÃO

02/03/2011 35
das 15h
Rubrica
CEL

CERTIDÃO

SEQ. 353.384

Nº. PEDIDO: 56-A/12

O 2º TABELIÃO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS DA COMARCA DE SÃO PAULO - SP, no uso das suas atribuições legais, **CERTIFICA** que pesquisados os índices de protesto no período de 10 ANOS anteriores a 08 de abril de 2010, a pedido de TATIANA FELIPE DA COSTA CPF 37316111801 RG 43606018 8, **deleis verificou**

NÃO CONSTAR PROTESTO

EM NOME DE: **RINALDO STECANELA OLIVEIRA**

**SJJOBMEP TUFDBOFMB PMJWFJSB
KPCNFO UVGECPCNC QNKXGKTC 60**

CPF 61335924949 RG 1974712 8

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL
09 SET 2011

Pesquisado por **MELISSA MORIBE GIL ALMEIDA**

Oferendo a verdade e dou fe
São Paulo, 12 de abril de 2010

2º TABELIÃO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS - SÃO PAULO - SP
ODENIR REIS GENESIO - ESCRIVENTE AUTORIZADO RG 6.029.189-4
CÓDIGO VERIFICADOR: 18440035338400019203

EMOLUMENTOS	AO ESTADO	AO IRESP	REG CIVIL	TRIB JUSTICA	SANTA CASA	TOTAL
***** 9,82	***** 2,80	***** 2,08	***** 0,52	***** 0,52	***** 0,10	***** 15,84



3º TABELIÃO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS

LARGO DE SÃO FRANCISCO, 34 - 1º ANDAR - CENTRO - CEP: 01005-010 - TELS.: 3107-5033 / 3107-5034 / 3107-5035 / 3107-5036 PABX - SÃO PAULO - SP

CERTIDÃO

Nº.00056-A

Folha(s) 0001

O TERCEIRO TABELIÃO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS DA COMARCA DE SÃO PAULO
POR ESTE PÚBLICO INSTRUMENTO,

C E R T I F I C A E D A F

A PEDIDO DE **TATIANA FELIPE DA COSTA** ***CPF -37316111801*****
R.G- 43606018 8*****

QUE REVISTOS OS LIVROS DE REGISTRO DE PROTESTOS, DELES VERIFICOU

N ã o c o n s t a r p r o t e s t o

EM NOME DE **RINALDO STECANELA OLIVEIRA** *****
***** **SJOBMEP TUFDBOFMB PMJWFJSB** *****

CPF- 61335924949***** R.G- 1974712 8*****

No Período de 10 Ano(s) Anterior(es) A 08 de Abril de 2010*****
Nada Mais.

***** Qualquer rasura, apagamento ou carimbo, especialmente no que se *****

***** refere ao endereço de site na internet, INVALIDARÁ esta CERTIDÃO *****

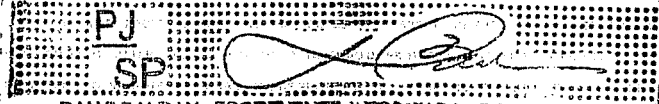
SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COMO ORIGINAL

09 SET 2011

Pesquisado por **DALVA BALDAN, ESCRIVENTE AUTORIZADA*******
Certidão Conferida por Dalva Baldan, Escrevente Habilitada*****

São Paulo, 12 de Abril de 2010

3º TABELIÃO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS - S. PAULO - SP



DALVA BALDAN - ESCRIVENTE AUTORIZADA - RG 1.1599

Terceiro Tabelião de Protesto de Letras e Títulos

Emolumentos..	*****9,82
Estado.....	*****2,80
Ipesp.....	*****2,08
Reg. Civil...	*****0,52
Tribunal.....	*****0,52
Santa Casa...	*****0,10
Total.....	*****15,84

Os valores acima foram cobrados pela certidão.

- 1- VÁLIDO SOMENTE NO ORIGINAL.
- 2- As custas devidas foram recolhidas por guia.
- 3- Esta certidão se refere somente ao(s) nome(s) e números grafado(s), não abrangendo nomes diferentes ainda que próximos, semelhantes ou resultantes de erros de grafia.
- 4- A presente certidão refere-se a existência de protesto somente no período acima certificado, não excluindo a possibilidade da existência de protesto em períodos anteriores.

das Communica
Fr. 47
Rubrica: seq. 000037

SEQ. 1969577

AS CUSTAS FORAM RECOLHIDAS POR GUIA. ESTA CERTIDÃO SÓ SE REFERE AO NOME E NUMEROS COMO NELA GRAFADOS, NÃO ABRANGENDO NOMES DIFERENTES, AINDA QUE PRÓXIMOS. SEMELHANTES OU RESULTANTES DE ERROS DE GRAFIA NO RESPECTIVO PEDIDO.

5º Tabelião de Protesto

RUA DA GLÓRIA, 162

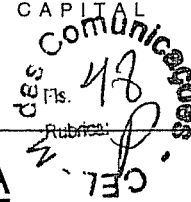
SÃO PAULO

CAPITAL

Bel. RUBEM GARCIA
TABELIÃO



000038



000056A - 12 *B*01*

CERTIDÃO NEGATIVA

O QUINTO TABELIÃO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS DA COMARCA DE SÃO PAULO,

POR ESTE PÚBLICO INSTRUMENTO,

C E R T I F I C A E D Á F É

QUE, REVISTOS OS LIVROS DE REGISTRO DE PROTESTOS LAVRADOS NO PERÍODO DE
DEZ ANOS ANTERIORES À 08 DE ABRIL DE 2010, DELES VERIFICOU **NÃO CONSTAR**
PROTESTO DE RESPONSABILIDADE DE:

***** RINALDO STECANELA OLIVEIRA*****

***** SJOBMEP TUFDBOFMB PMJWFJSB*****

***** CPF -61335924949 ***** RG. -1974712 8 *****

PARA MAIOR SEGURANÇA, CONFIRA DE CIMA PARA BAIXO CADA LETRA DO NOME CERTIFICADO, COM A SEQUÊNCIA ALFABÉTICA DA LINHA INFERIOR.

ESTA CERTIDÃO SÓ SE REFERE AO NOME E NÚMEROS COMO NELA GRAFADOS, NÃO ABRANGENDO NOMES DIFERENTES, AINDA QUE PRÓXIMOS, SEMELHANTES OU RESULTANTES DE ERROS DE GRAFIA NO PEDIDO RESPECTIVO.

***** NÃO CONSTA(M) PROTESTO(S) *****

Solicitante: TATIANA FELIPE DA COSTA
RG. 43606018 8

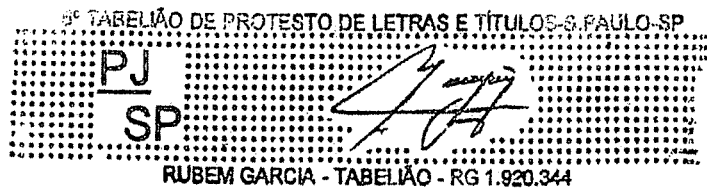
Eu, ROBERTO DE SOUZA Auxiliar, pesquisei.

Eu, RUBEM GARCIA Tabelião conferi e assino.

SÃO PAULO, 12 de ABRIL de 2010

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL

09 SET 2011



Emolumentos	Ao Estado	IPESP	Reg.Civil	Trib. Justiça	Santa Casa	TOTAL RECEBIDO
9,82	2,80	2,08	0,52	0,52	0,10	15,84

Solicite certidões dos dez cartórios de protesto pela internet: www.protesto.com.br

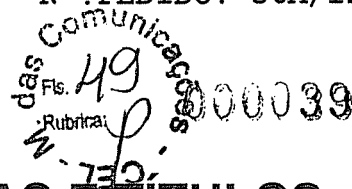
VÁLIDA SOMENTE NO ORIGINAL

AS CUSTAS DEVIDAS FORAM RECOLHIDAS POR GUIA.

Para verificar a autenticidade desta certidão, acesse www.5protesto.com.br, em Consultas, utilizando a data de emissão e o código 3223382



Nº. PEDIDO: 56A/12



6º TABELIÃO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS

SEQ. 2000971

RUA FRANCISCA MIQUELINA, 325 - SP

JOSÉ MÁRIO BIMBATO

TABELIÃO

CERTIDÃO

O SEXTO TABELIÃO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS DA COMARCA DE SÃO PAULO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, POR ESTE PÚBLICO INSTRUMENTO, **CERTIFICA E DA FÉ**,

a pedido de: TATIANA FELIPE DA COSTA, RG 43606018 8,

que revistos os índices dos LIVROS DE REGISTRO DE PROTESTOS a seu cargo deles verificou:

NÃO CONSTAR PROTESTO

em nome de:

RINALDO*STECANELA*OLIVEIRA*****

SJOBMEP TUFDBOFMB PMJWFJSB

TKPCNFQ UVGECPGNC QNKXGKTC 61

CPF*61335924949*****RG*1974712 8**

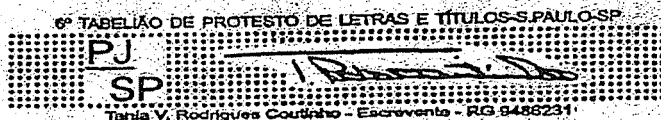
no período de 10 ANOS anterior a 09 de abril de 2010.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL

09 SET 2011

Pesquisado por: TANIA VICENTE RODRIGUES COUTINHO

São Paulo, 12 de abril de 2010



"Qualquer rasura apagamento ou carimbo, especialmente no que se refere ao endereço de site na internet, INVALIDARÁ esta certidão".

VERIFIQUE A SEQUÊNCIA ALFABÉTICA DO NOME CERTIFICADO.
SOLICITE CERTIDÕES DOS DEZ CARTÓRIOS DE PROTESTO PELA INTERNET : www.protesto.com.br

EMOLUMENTOS	ESTADO	IPESP	REG. CIVIL	TRIB. JUSTICA	STA. CASA	TOTAL
***** 9,82	***** 2,80	***** 2,08	***** 0,52	***** 0,52	***** 0,10	***** 15,84

000040

Comunicações
Fls. 50
Pág. 1/1
Rubrica: 720

Certidão Negativa de Protesto

O SÉTIMO TABELIÃO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS DA COMARCA

DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais, por este público instrumento,

CERTIFICA E DÁ FÉ, que revistos os índices dos LIVROS DE REGISTRO DE PROTESTOS

a seu cargo, deles verificou **NÃO CONSTAR PROTESTO** no período de **10 ANOS** anterior

a 09 de abril de 2010, em nome de:

RINALDO STECANELA OLIVEIRA

CPF 61335924949 RG 1974712 8

Pedido formulado por: TATIANA FELIPE DA COSTA - RG 43606018 8

Pesquisado por: FABIO AUGUSTO VASQUES SANTOS

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL

09 SET 2011

São Paulo, 12 de abril de 2010.

7º TABELIÃO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS DE S. PAULO - SP

PJ
SP
FABIO AUGUSTO VASQUES DOS SANTOS - ESCRIVENTE - RG. 23.249.201-3

Informações Importantes:

- Certidão válida somente no original.
- As custas foram recolhidas por guia.
- Certidão expedida no ato do pedido, sem ônus adicional para o requerente.
- Esta certidão só se refere ao nome e números como nela grafados, não abrangendo nomes diferentes, ainda que próximos, semelhantes ou resultantes de erros de grafia no pedido respectivo.
- Solicite certidão de protesto pela Internet no site : www.protesto.com.br

Verifique o código de veracidade: **18440204096500019203** no site: www.7protsp.com.br

Emolumentos ***** 9,82	Ao Estado ***** 2,80	Cart. Prev. ***** 2,08	Sinoreg ***** 0,52	Trib. Just. ***** 0,52	Sta.Casa ***** 0,10	Total ***** 15,84
---------------------------	-------------------------	---------------------------	-----------------------	---------------------------	------------------------	----------------------

Qualquer rasura, apagamento ou carimbo, especialmente no que se refere ao endereço de site na internet, INVALIDARÁ esta certidão.

Oitavo Tabelião de Protesto de Letras e Títulos

Rua XV de novembro, 331 - Centro - Tel.: (11) 3292-8030 - CEP: 01013-001 - São Paulo-SP

Nº do Pedido: 2010 04 12/A00056



CERTIDÃO

000041

O 8º TABELIÃO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS DA COMARCA DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais, **CERTIFICA E DA FÉ**, a pedido de **TATIANA FELIPE DA COSTA**, RG 43606018-8, que, pesquisados os índices de protesto, no período de **DEZ ANOS**, anterior a **08/04/2010**, em nome de:

RINALDO STECANELA OLIVEIRA

CPF 61335924949 - RG 1974712 8



97

NÃO CONSTA PROTESTO

* * * * *

* * * * *

* * * * *

* * * * *

* * * * *

* * * * *

* * * * *

* * * * *

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL
09 SET 2011

Eu, SEVIRINA ARAUJO VERAS - Auxiliar AUTORIZADO(A), conferi.
Eu, EDISON CARLOS DE OLIVEIRA - Escrevente a Subscrevo e Assino.
SAO PAULO, 12 de Abril de 2010

8º TABELIÃO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS - S. PAULO-SP



VÁLIDA SOMENTE NO ORIGINAL.

EMOLUMENTOS	AO ESTADO	AO IPESP	AO SINOREG	AO TRIBUNAL	STA.CASA	TOTAL
9,82	2,80	2,08	0,52	0,52	0,10	15,84

9º TABELIÃO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS

PRAÇA JOÃO MENDES, 52 - SOBRELOJA - FONE: 3107-8537 - SÃO PAULO - SP

BENEDICTO SILVEIRA FILHO

Tabellião

EDUARDA SILVEIRA

Tabellã Substituta

00056 - A

12/04/2010

Código de Autenticidade: 100244047773012

CERTIDÃO

O 9º TABELIÃO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS, DA COMARCA DE SÃO PAULO, POR ESTE PÚBLICO INSTRUMENTO,

C E R T I F I C A E D A F É .

A pedido da TATIANA FELIPE DA COSTA, RG 43606018 8 que, pesquisados os índices de protesto, no período de DEZ ANOS, anterior a 08/04/2010, em nome de:

RINALDO STECANELA OLIVEIRA

CPF 613.359.249-49 RG 19747128

NÃO CONSTA PROTESTO

* * * * *

* * * * *

* * * * *

* * * * *

* * * * *

* * * * *

* * * * *

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL
09 SET 2011

Eu, Eduarda Silveira - Tabellã Substituta, Subscribo e Assino.

Eu, Lassi Custódio da Silva Santos - Escrevente Autorizada, conferi.

SÃO PAULO, 12 DE ABRIL DE 2010

9º TABELIÃO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS - S. PAULO - SP
EDUARDA SILVEIRA - TABELLÃ SUBSTITUTA - RG 11.031.740

EMOLUMENTOS	ESTADO	IPESP	REGISTRO CIVIL	TRIBUNAL JUSTIÇA	SANTA CASA	TOTAL
9,82	2,80	2,08	0,52	0,52	0,10	15,84

- 1) VÁLIDA SOMENTE NO ORIGINAL.
- 2) As custas devidas foram recolhidas por guia.
- 3) Verifique a autenticidade da certidão, mediante a leitura do documento de identificação constante do código de barras acima.
- 4) Esta certidão se refere somente ao(s) nome(s) e números nela integralmente grafado(s), não abrangendo nomes diferentes ainda que próximos, semelhantes ou resultantes de erros de grafia.
- 5) A presente certidão refere-se à existência de protesto somente no período acima certificado, não excluindo a possibilidade da existência de protesto em períodos anteriores.

Solicite certidões dos dez Tabeliões de Protesto pela internet, no SITE : www.protesto.com.br

FOLHA: 1 OBS.: QUALQUER RASURA, APAGAMENTO OU CARIMBO, ESPECIALMENTE NO QUE SE REFERE AO ENDEREÇO DE SITE NA INTERNET, INVALIDARÁ ESTA CERTIDÃO.

Siscart Informática Ltda.

AS CUSTAS DEVIDAS FORAM RECOLHIDAS POR GUIA

VÁLIDA SOMENTE NO ORIGINAL.



10º TABELIÃO DE PROTESTOS DE SÃO PAULO

PRAÇA DOUTOR JOÃO MENDES, 39 - CENTRO - CEP: 01501-001
www.10tpsp.com.br

Para verificar a autenticidade desta certidão, consulte o site www.10tpsp.com.br e informe o seguinte código: **100412555045**

Nº do Pedido : 2010.04.12/A00056

000043

CERTIDÃO

O 10º TABELIÃO DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS DA COMARCA DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais, CERTIFICA E DA FÉ, a pedido de TATIANA FELIPE DA COSTA, RG 43606018 8, CPF 37316111801 que, pesquisados os índices de protesto, no período de DEZ ANOS, anterior a 08/04/2010, em nome de:

RINALDO STECANELA OLIVEIRA
CPF 613.359.249-49 RG 1974712 8

53
Rubrica
CEL

NÃO CONSTA PROTESTO

* * * * *

* * * * *

* * * * *

* * * * *

* * * * *

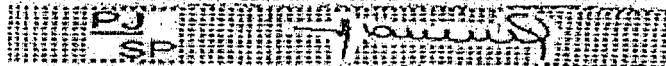
* * * * *

Eu, Leonice Aparecida de Campos - Escrevente Autorizada, conferi.
Eu, Elaine Coletti - Substituto(a) do Tabelião, Subcrevo e Assino.
SÃO PAULO, 12 DE ABRIL DE 2010

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL

09 SET 2011

10º Tabelião de Protesto de Letras e Títulos de S. Paulo - SP



Elaine Coletti - Substituta do Tabelião - RG 9.268.384

EMOLUMENTOS	ESTADO	IPESP	REGISTRO CIVIL	TRIBUNAL JUSTIÇA	SANTA CASA	TOTAL
9,82	2,80	2,08	0,52	0,52	0,10	15,84

- 1) VÁLIDA SOMENTE NO ORIGINAL.
2) As custas devidas foram recolhidas por guia.
3) Verifique a autenticidade da certidão, mediante a leitura do documento de identificação constante do código da barras acima.
4) Esta certidão se refere somente ao(s) nome(s) e números nela integralmente grafado(s), não abrangendo nomes diferentes ainda que próximos, semelhantes ou resultantes de erros de grafia.
5) A presente certidão refere-se à existência de protesto somente no período acima certificado, não excluindo a possibilidade da existência de protesto em períodos anteriores.
6) Solicite certidões dos dez Tabeliões de Protesto pela internet, no SITE : www.protesto.com.br

12/04/2010 14:50:49

FOLHA : 1 OBS.: QUALQUER RASURA, APAGAMENTO OU CARIMBO, ESPECIALMENTE NO QUE SE REFERE AO ENDEREÇO DE SITE NA INTERNET, INVALIDA ESTA CERTIDÃO.

000044



1.6– Certidão de Quitação Eleitoral (subitem 5.1.6)

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL
09 SET 2011



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

000045

Comunicações
Fls. 55
Rubrica
CEL

Certidão

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o eleitor abaixo qualificado **ESTÁ QUITE** com a Justiça Eleitoral na presente data.

Eleitor: **RINALDO STECANELA OLIVEIRA**

Inscrição: **036703910957**

Zona: 260

Seção: 405

Município: 71072 - SÃO PAULO

UF: SP

Data de Nascimento: 01/07/1967

Domiciliado desde: 18/05/2005

Filiação: NADIR STECANELA OLIVEIRA
ANIZIO OLIVEIRA

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações

CONFERE COM O ORIGINAL

09 SET 2011

Certidão emitida às 09:23 de 09/04/2010

Res.-TSE nº 21.823/2004:

"O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça eleitoral e não remitidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos."

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inocorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; inelegibilidade; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.

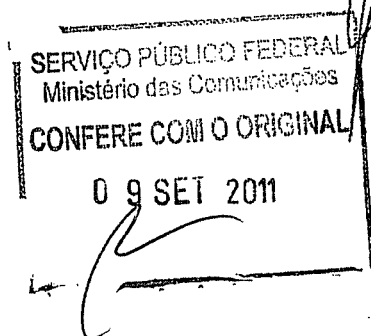
Esta **certidão de quitação eleitoral** é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.gov.br>, por meio do código **CT0Y.ENUE.IMLY.902I**

Imprimir

000046



1.7 – Alvará de funcionamento da proponente ou documento congênere (5.1.7)





PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VALINHOS

SECRETARIA DA FAZENDA - DEPARTAMENTO DA RECEITA
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO

VALINHOS
PREFEITURA MUNICIPAL

ALVARÁ DE FUNCIONAMENTO INICIAL

Nº 85 / 2010

CCM 15921/00

NOME Rádio e Televisão Século 21 Ltda

ENDEREÇO 13272-400 - Rua João Previtalle, 1834 - Anexo B
Jd. Alto da Colina

ATIVIDADE Conforme cláusula 3ª. do Contrato social, registrado na JUCESP, sob nº. 35.223.708.622 de 14/10/2009.

000047
Comunicações
57
Rubrica: P.
CEL.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL

09 SET 2011

PROTOCOLO 863 - 22/01/2010

CONDIÇÃO Estabelecido

HORÁRIO Abertura 6:00 às 9:00h e fechamento 18:00 às 22:00h de 2ª a sábado; domingos e feriados facultativo

À vista do que consta dos autos do protocolo administrativo em referência, está o estabelecimento supra mencionado devidamente autorizado ao funcionamento de suas atividades de acordo com os dados acima descritos e nos termos da Legislação vigente.

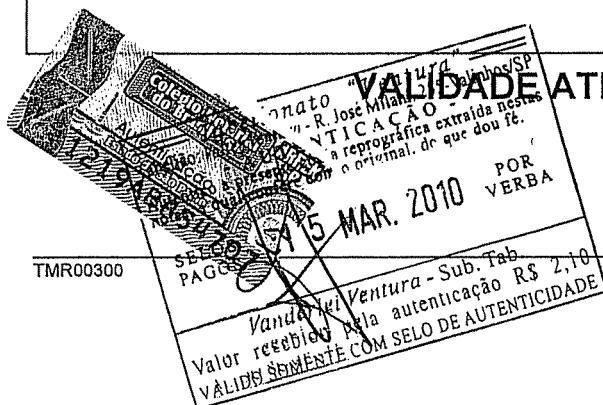
Rodrigo Fernando Piera Agostinho
Divisão de Receitas Mobiliárias/D.R./S.F.
Diretor

William Evaristo de Oliveira
Diretor do Departamento de Receitas
Secretaria da Fazenda

OBSERVAÇÕES E INSTRUÇÕES GERAIS

1. Este Alvará deverá ser afixado em local visível dentro do estabelecimento e de fácil acesso à Fiscalização, sob pena de multa nos termos do Código Tributário do Município.
2. O contribuinte é obrigado a comunicar à Prefeitura todas alterações ou encerramento de suas atividades - Código Tributário do Município.
3. Este Alvará fica automaticamente cancelado em caso de alteração do Nome, Endereço, Ramo de Atividade ou pelo descumprimento de qualquer condição ou restrição estabelecida.
4. Este Alvará fica automaticamente cancelado em virtude do vencimento da validade do Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros e/ou Licença de Funcionamento da Cetesb.

VALIDADE ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 2010.



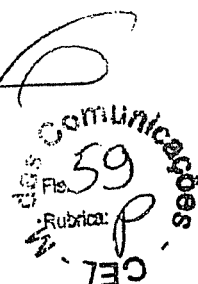
000048

Ministério das Comunicações
Fb. 58
Rubrica
CEL

2 - Qualificação Econômico-Financeira (5.2)

Serviço Público Federal
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL
09 SET 2011

000049



2.1 - Balanço Patrimonial de Abertura (subitem 5.2.1)

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL
09 SET 2011

000050

RADIO E TELEVISAO SECULO 21 LTDA

DIARIO GERAL

FAB : 0001

VALINHOS, 14 DE OUTUBRO DE 2009

Oficial de Registro Civil das Pessoas Naturais do 2º Subdistrito
 Marimônia Spínola de Melo Pereira - Oficial
 Rua Delfino Cintra, 404 - Centro - Campinas - SP - Fone: (19) 3232-9132
 TERMO DE AUTENTICAÇÃO

Declaro exatos os termos de abertura e encerramento deste livro
 encadernado da empresa com contrato registrado sob o número
 35223708622 na(o) JUCESP
 Autenticado nesta data sob número
 Campinas - SP - 15/03/2010 119017

TERMO DE ABERTURA

CONTEM ESTE LIVRO 0007 FOLHAS NUMERADAS ELETRONICAMENTE

CONTENDO DE 0001 A 0007 E SERVIRÁ DE LIVRO

DIÁRIO No. 001 / Hum / DA

EMPRESA : RADIO E TELEVISAO SECULO 21 LTDA

ENDEREÇO : RUA JOAO PREVITALI, 1834

COMPLEMENTO : ANEXO R

BAIRRO : JO ALTO DA COLINA MUNICIPIO : VALINHOS - SP

CNPJ : 11.250.856/0001-31 I.E.S.T.:

REGISTRO JUCESP (CARTORIO) : 35223708622

DATA : 13/10/2009

ATIVIDADE : TELEVISAO ABERTA

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 Ministério das Comunicações
 CONFERE COM O ORIGINAL

09 SET 2011

RADIO E TELEVISAO SECULO 21 LTDA

LUCIANO FORTANA GRIPPA
 RUA ARTUR BERNANDES, 129
 CT-CRC 1SP 182.870/0-3

Tabellionato "Ventura"
 Tabelião: Valtier Ventura - R. José Milani, 255-Valinhos/SP
 AUTENTICAÇÃO
 Autenticado e presente cópia reprográfica extraída nestas
 páginas, conferi com o original, do que dou fé.
 05 ABR. 2010
 POR VERBA
 VALIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICAÇÃO

000051

DIARIO GERAL

RADIO E TELEVISAO SEculo 21 LTDA

VALINHOS, 14 DE OUTUBRO DE 2009

No.LANC.	DATA DOC	CONTA	CLASSIFICAÇÃO	HISTORICO
1	14/10/2009	000001	1.01.01.01.001.00001	CONSTITUICAO DA EMPRESA RADIO E TELEVISAO SEculo 21 LT DA. A SOCIEDADE TERA COMO OBJE TIVO SERVS DE RADIODIFUSAO SON ORA DE SONS E IMAGENS. O CAPIT AL SOCIAL DA EMPRESA SERA DE R \$ 50.000,00 FICANDO DIVIDIDO E NTRE OS SOCIOS DA SEGUINTE FOR MA: JOVELINA TECILLA COM 47.50 0 QUOTAS DE R\$ 1,00 CADA TOTAL IZANDO R\$ 47.500,00 E RINALDO STECANELA OLIVEIRA COM 2.500 Q UOTAS DE R\$ 1,00 CADA TOTALIZA NDO R\$ 2.500,00.
1	14/10/2009	000128	2.03.01.01.001.00128	CONSTITUICAO DA EMPRESA RADIO E TELEVISAO SEculo 21 LT DA. A SOCIEDADE TERA COMO OBJE TIVO SERVS DE RADIODIFUSAO SON ORA DE SONS E IMAGENS. O CAPIT AL SOCIAL DA EMPRESA SERA DE R \$ 50.000,00 FICANDO DIVIDIDO E NTRE OS SOCIOS DA SEGUINTE FOR MA: JOVELINA TECILLA COM 47.50 0 QUOTAS DE R\$ 1,00 CADA TOTAL IZANDO R\$ 47.500,00 E RINALDO STECANELA OLIVEIRA COM 2.500 Q UOTAS DE R\$ 1,00 CADA TOTALIZA NDO R\$ 2.500,00.

 DEBITO 50.000,00
 CREDITO 50.000,00

Totais no mês

50.000,00

50.000,00

 SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 Ministério das Comunicações
 CONFERE COM O ORIGINAL

09 SET 2011



DIARIO GERAL

Página : 3

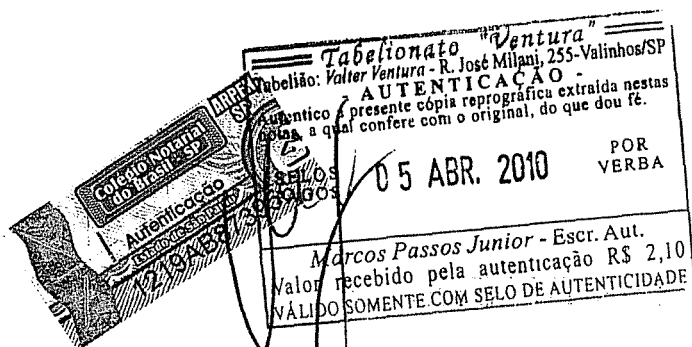
RADIO E TELEVISAO SEculo 21 LTDA

VALINHOS, 25 DE DEZEMBRO DE 2009

No.LANC.	DATA DOC	CONTA	CLASSIFICAÇÃO	HISTORICO	DEBITO	CREDITO
1	25/12/2009	000209	3.01.01.01.002.00209	PAGAMENTO RECIBO ANALISE AUDITORIA	2.100,00	
1	25/12/2009	000001	1.01.01.01.001.00001	PAGAMENTO RECIBO ANALISE AUDITORIA		2.100,00
Totais no mês					2.100,00	2.100,00

210

21

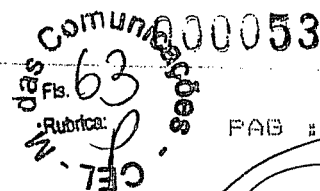


SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 Ministério das Comunicações
 CONFERE COM O ORIGINAL

09 SET 2011

Handwritten signatures and marks at the bottom right of the page.

RADIO E TELEVISAO SEculo 21 LTDA
C.N.F.J. : 11.250.856/0001-31
I.EST :

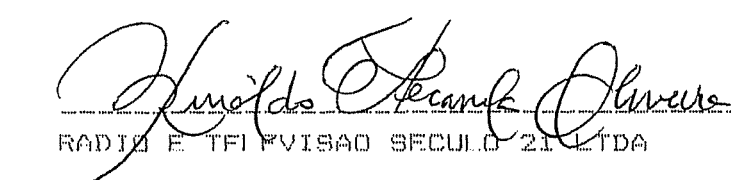


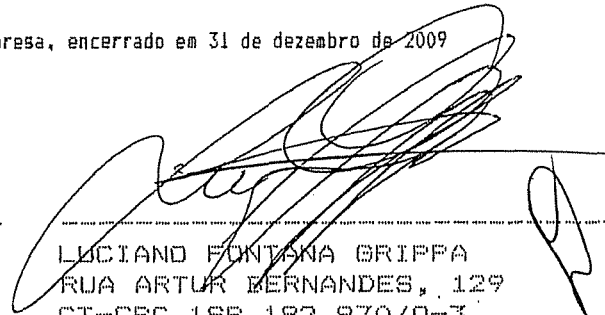
PAG : 4

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

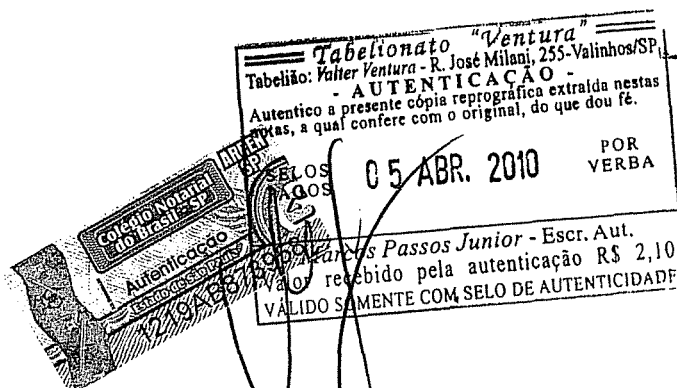
ATIVO	47.900,00 D
ATIVO CIRCULANTE	47.900,00 D
BENS NUMERARIOS	47.900,00 D
PASSIVO	17.900,00 C
PATRIMONIO LIQUIDO	47.900,00 C
CAPITAL SOCIAL	50.000,00 C
LUCRO OU PREJUIZO DO EXERCICIO	2.100,00 D

Reconhecemos a exatidão do presente balanço da empresa, encerrado em 31 de dezembro de 2009

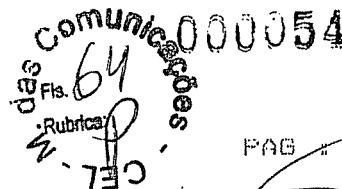

RADIO E TELEVISAO SEculo 21 LTDA


LUCIANO FONTANA GRIPPA
RUA ARTUR BERNANDES, 129
CT-CRC 1SF 182.870/0-3

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL
09 SET 2011



RADIO E TELEVISAO SECULO 21 LTDA
C.N.P.J. : 11.250.856/0001-31
I.EST :



PAG 5

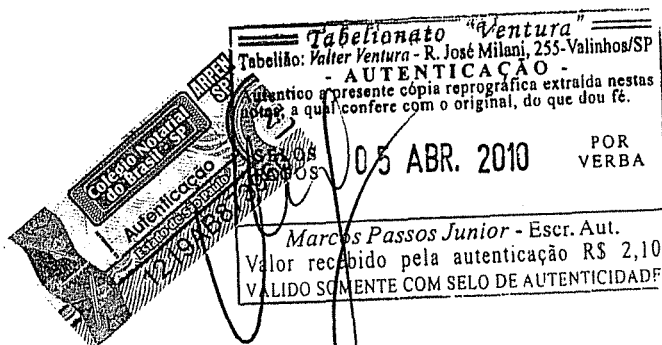
DEMONSTRACAO DO RESULTADO APURADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

DESPESAS OPERACIONAIS

-2.100,00

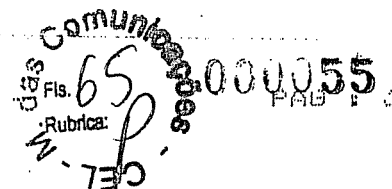
DESPESAS ADMINISTRATIVAS

-2.100,00



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL
09 SET 2011

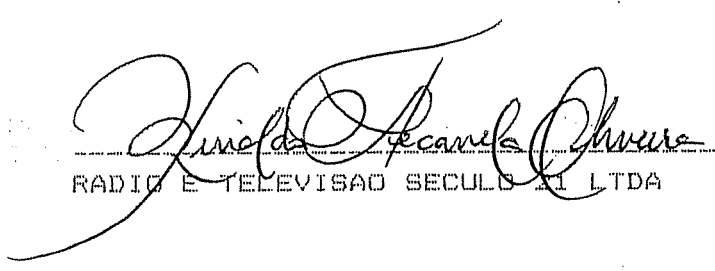
RADIO E TELEVISAO SEculo 21 LTDA
C.N.P.J. : 11.250.856/0001-31
I.EST :

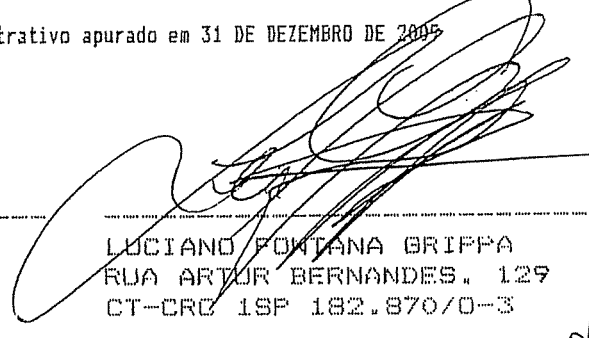


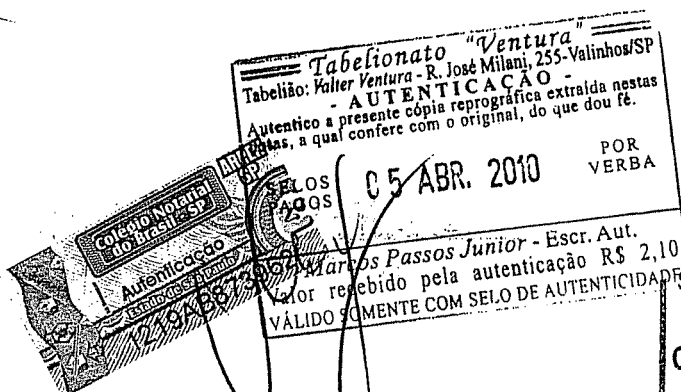
DEMONSTRACAO DO RESULTADO APURADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

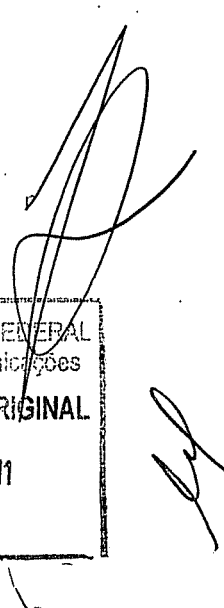
(=) PREJUIZO ANTES DA CONTRIBUICAO SOCIAL	-2.100,00
(=) PREJUIZO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA	-2.100,00
(=) PREJUIZO ANTES DA DISTRIBUICAO DE LUCRO	-2.100,00
(=) RESULTADO LIQUIDO DO PERIODO	-2.100,00

Reconhecemos a exatidao do presente demonstrativo apurado em 31 DE DEZEMBRO DE 2009


RADIO E TELEVISAO SEculo 21 LTDA


LUCIANO FONTANA GRIPPA
RUA ARTUR BERNANDES, 129
CT-CRC 1SP 182.870/0-3




SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL

09 SET 2011


VALINHOS, 31 DE DEZEMBRO DE 2009

Comunicação
Fla. 66
Rubrica: 000056
CELOficial de Registro Civil das Pessoas Naturais do 2º Subdistrito
Mariemônia Spínola de Melo Pereira - Oficial
Rua Delfino Cintra, 404 - Centro - Campinas - SP - Fone: (19) 3232-9132
TERMO DE AUTENTICAÇÃODeclaro exatos os termos de abertura e encerramento deste livro
encadernado da empresa com contrato registrado sob o número
35223708622 na(o) JUCESPAutenticado nesta data sob número
Campinas, SP - 15/03/2010

119017



TERMO DE ENCERRAMENTO

CONTEM ESTE LIVRO 0007 FOLHAS NUMERADAS ELETRONICAMENTE DE 0001 A 0007, E SERVIU DE LIVRO

DIARIO No. 001 () DA

EMPRESA : RADIO E TELEVISAO SEculo 21 LTDA

ENDEREÇO : RUA JOAO PREVITALE, 1834

COMPLEMENTO : ANEXO B

BAIRRO : JD ALTO DA COLINA MUNICIPIO : VALINHOS

CNPJ : 11.250.856/0001-31 I.E.S.T.:

REGISTRO JUCESP (CARTORIO) : 35223708622

DATA : 13/10/2009

ATIVIDADE : TELEVISAO ABERTA

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL

09 SET 2011

RADIO E TELEVISAO SEculo 21 LTDA

LUCIANO FONTANA GRIPPA
RUA ARTUR BERNANDES, 129
CT-CRC 15P 182.870/0-3Tabelionato "Ventura"
Tabelião: Valtier Ventura - R. José Milani, 255-Valinhos/SP
- AUTENTICAÇÃO -
Autentico a presente cópia reprográfica extraída nestas
páginas a qual confere com o original, do que dou fé.

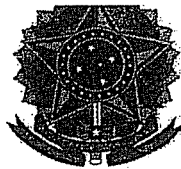
05 ABR 2010

POR
VERBAColégio Notarial
do Brasil - SP

Autenticação

12184586

VALIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICAÇÃO



das Comunicações
Fls. 67
Rubrica: 000057
CEL.

Declaração de Habilitação Profissional

01. FINALIDADE

6 - Licitações e Concorrência

02. BENEFICIÁRIO

NOME: RADIO E TELEVISAO SEculo XXI LTDA CPF/CNPJ: 11.250.856/0001-31

C.I.:

ORG.EXP.:

ENDEREÇO: RUA JOAO PREVITALE

Nº: 1834

BAIRRO: JD ALTO DA COLINA

CEP: 12372-315

CIDADE: VALINHOS

UF: SP

03. DESTINATÁRIO

NOME:

CPF/CNPJ:

ENDEREÇO:

Nº:

BAIRRO:

CEP: -


CIDADE:

UF:

O CONTEÚDO DESTA DHP PODERÁ SER VERIFICADO NO SITE : <http://www.crcsp.org.br>

ATRAVÉS DO NÚMERO DE CONTROLE: 4863.0581.5686.9589.

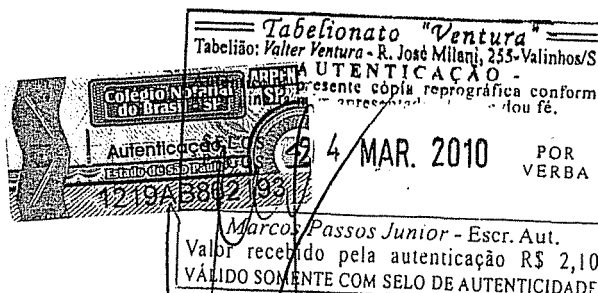
RESSALVAMOS QUE AS INFORMAÇÕES E DADOS, SÃO DE INTEIRA RESPONSABILIDADE DO CONTABILISTA, RESPONSÁVEL PELA EMISSÃO.

	Conselho Regional de Contabilidade
	Declaração de Habilitação Profissional - DHP
	SP/2010/90572059 1SP182970/O-3 CONTADOR
	LUCIANO FONTANA GRIPPA
	RUA ARTUR BERNARDES, 129 NOVA CAMPINAS 13092-130 CAMPINAS-SP
	Validade 16/06/2010

18 de MARÇO de 2010

Assinatura do Beneficiário

Assinatura do Contabilista



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações

CONFERE COM O ORIGINAL

09 SET 2011

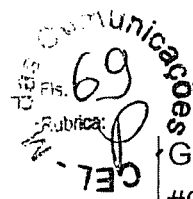
Min. das Comunicações
Fls. 68
Rubrica:
CEL.
8800058

2.2 – Caução em Dinheiro (subitem 5.2.3 b)

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL
09 SET 2011



Recibo de Caução



000059

Grau de sigilo
#00

Módulo I

Agência	Op.	Conta	DV
0363	008	00000021	3

Devedor (neste caso é o Caucionário)

(preencher nome completo ou razão social por extenso)

RADIO E TELEVISAO SEculo 21 LTDA

CPF(se PF)	Nº da identidade	Órgão emissor	UF	Data de emissão	Sexo	1 - Feminino 2 - Masculino
11.250.856/0001-31				00:00:00		
CNPJ(se PJ)	Forma de Constituição	Documento Constitutivo	Data de Constituição	Esfera		1 - Municipal 2 - Estadual 3 - Federal

Tipo de mov. Conta (se PJ)	O - Indica os poderes do representante / procurador no campo "Observações / Fontes de referência consultadas"	Data término mandato / Validade da procuração
ISOLADA	C - Em conjunto I - Isolada	/ /

Logradouro e bairro

R JOAO PREVITALE 1834 JARDIM ALTO DA

Cidade	País	UF	CEP	DDD/Telefone
VALINHOS		SP	13272315	(19) 38499202

E-mail

2 - Valor Caucionado

Valor (preencher na forma de numeral e por extenso)
4.768,87 (QUATRO MIL E SETECENTOS E
SESSENTA E OITO REAIS E OITENTA E SETE
CENTAVOS)

Forma de Pagamento

1

1 - Cheque
2 - Dinheiro

Informar os dados seguintes quando o recebimento ocorrer em cheque

Nº Banco	Nº Cheque	Valor (preencher na forma de numeral e por extenso)
		()

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações

CONFERE COM O ORIGINAL

09 SET 2011

Histórico

Para garantia de
CONCEÇÃO DE TV

3 - Credor (neste caso é o Favorecido)

(preencher nome completo ou razão social por extenso)

MINISTERIO DAS COMUNICAÇÕES

CPF(se PF)	Nº da identidade	Órgão emissor	UF	Data de emissão	Sexo	1 - Feminino 2 - Masculino

SAC CAIXA: 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)

Para pessoas com deficiência auditiva: 0800 726 2492

Ouvidoria: 0800 725 7474 (reclamações não solucionadas e denúncias)

caixa.gov.br

CAIXA

Recibo de Caução

das Comunicações
Fis. 70
Rubrica: 1730
000060

CNPJ(se PJ)	Forma de Constituição	Documento Constitutivo	Data de Constituição	Esfera	1 - Municipal 2 - Estadual 3 - Federal
00.394.437.0004.08				3	3 - Federal
Tipo de mov. Conta (se PJ)	O – Indica os poderes do representante / procurador no campo "Observações / Fontes de referência consultadas" C – Em conjunto I – Isolada			Data término mandato / Validade da procuração / /	
Logradouro e bairro EDIFICIO SEDE DO MINISTERIO DAS COMUNICAÇÕES					
Cidade	País	UF	CEP	DDD/Telefone	
BRASILIA		DB	70044900	()	
E-mail					

4 - Observações**5 - Condições Gerais**

A importância caucionada poderá ser liberada com autorização expressa do caucionário ou beneficiário, conforme o caso, disponível no módulo II do MO 37035 ou através de ofício expedido pelo beneficiário, ou ainda, por determinação judicial. Esta importância também poderá ser retida a título de multa, conforme previsão em edital ou documento competente. Na ocorrência de a CAIXA figurar como beneficiária, a caução depositada poderá ser levantada a título de indenização, sem a autorização dos caucionários, se estes, convocados por Edital e decorridos 5 dias úteis da convocação não saldarem seus débitos. O saldo da conta recebe remuneração "pro rata die" pelo mesmo índice de remuneração básica da poupança.

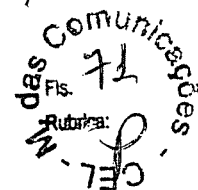
VALINHOS
Local/Data

13 / 04 / 2010

Assinatura sob compromisso

Carlos Roberto Hirota
Matr.: 2047008
Gerente Empreendedor**SAC CAIXA:** 0800 726 0101 (informações, reclamações, sugestões e elogios)**Para pessoas com deficiência auditiva:** 0800 726 2492**Ouvidoria:** 0800 725 7474 (reclamações não solucionadas e denúncias)caixa.gov.br

000061



CAIXA ECONOMICA FEDERAL

BANCO: 104

AGENCIA: 0363

DATA: 13/04/2010

HORA: 14:42:43

TERMINAL: 1003

NSU: 002202

AUT.: 0057

RECIBO DE DEPOSITO CAUCAO
NUM.DOC.: 000000

AGENCIA/CONTA CREDITADA: 0363/008/00.000.021-3
NOME: RADIO E TELEVISAO SEculo VINTE E

CAUCIONARIO:

RADIO E TELEVISAO SEculo 21 LTDA

CPF/CNPJ CAUCIONARIO: 11.250.856/0001-31

FAVORECIDO:

MINISTERIO DAS COMUNICACOES

CPF/CNPJ FAVORECIDO: 00.394.437/0004-08

VALOR TOTAL:

4.768,87

VALOR DINHEIRO:

4.768,87

Informacoes, reclamacoes, sugestoes e elogios

SAC CAIXA: 0800 726 0101

Ouvidoria da CAIXA: 0800 725 7474

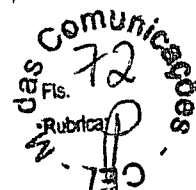
www.caixa.gov.br

2a Via - Via do Favorecido/Agencia

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL

6 9 SET 2011

0000062



2.3- Cálculo do Índice de Solvência (subitem 5.2.5b)



RADIO E TELEVISAO SEculo 21 LTDA

CNPJ.: 11.250.856/0001-31

I. EST.:

BALANCO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

Página: 1
0000063**ATIVO**

47.900,00 D

ATIVO CIRCULANTE

47.900,00 D

BENS NUMERARIOS

47.900,00 D

PASSIVO

47.900,00 C

PATRIMONIO LIQUIDO

47.900,00 C

CAPITAL SOCIAL

50.000,00 C

LUCRO OU PREJUIZO DO EXERCICIO

2.100,00 D

Reconhecemos a exatidão do presente balanço da empresa, encerrado em 31 de dezembro de 2009 com suas Demonstrações de Resultados do Exercício, tem como do Ativo e Passivo, com Respetivos totais de R\$ 47.900,00

(quarenta e sete mil e novecentos reais).

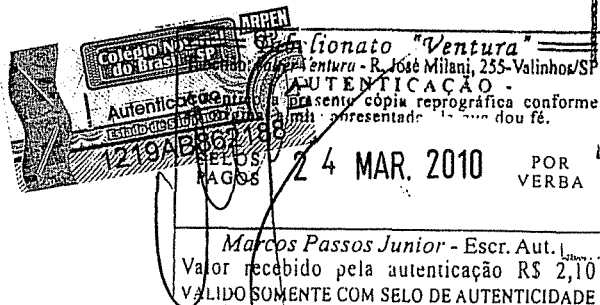
Ressalvando-se que a responsabilidade do profissional contabilista fica restrita apenas ao aspecto meramente técnico, tendo em vista que, reconhecidamente operou com elementos, dados e comprovantes fornecidos pela empresa, que se responsabiliza por sua exatidão e veracidade, bem como pelos estoques considerados, levantados pela referida empresa, e sob sua total e exclusiva responsabilidade.

RADIO E TELEVISAO SEculo 21 LTDA

LUCIANO FONTANA GRIPPA
RUA ARTUR BERNANDES, 129
CT-CRC 1SP 182.870/O-3

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL

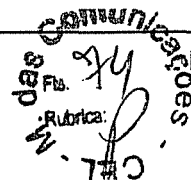
09 SET 2011



RADIO E TELEVISAO SEculo 21 LTDA

CNPJ. : 11.250.856/0001-31

I. EST. :



Página : 2

000064

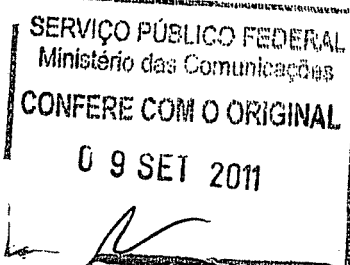
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO APURADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

DESPESAS OPERACIONAIS

(2.100,00)

DESPESAS ADMINISTRATIVAS

(2.100,00)



0000065

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO APURADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(=) PREJUÍZO ANTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

-2.100,00

(=) PREJUÍZO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA

-2.100,00

(=) PREJUÍZO ANTES DA DISTRIBUIÇÃO DE LUCRO

-2.100,00

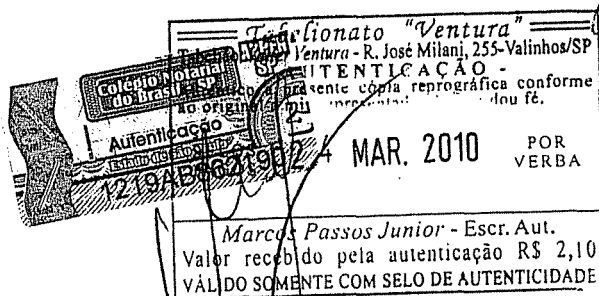
(=) RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO

-2.100,00

Reconhecemos a exatidão do presente demonstrativo encerrado em 31 de dezembro de 2009

RADIO E TELEVISAO SEculo 21 LTDA

LUCIANO FONTANA GRIPPA
RUA ARTUR BERNANDES, 129
CT-CRC 1SP 182.870/O-3



RADIO E TELEVISAO SEculo 21 LTDA

CNPJ.: 11.250.856/0001-31

I. EST.:

Página 4


Período: 12/2009

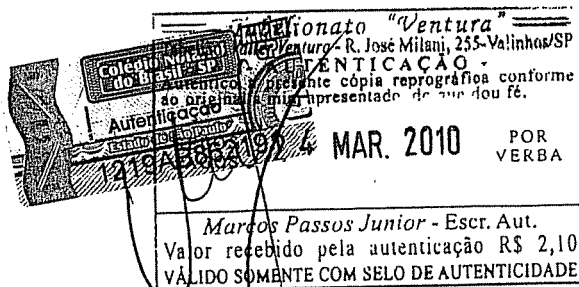
Análise de Balanço

Índice solicitado: ÍNDICE DE SOLVÊNCIA

Ativo Total	R\$ 47.900,00
I.S.=	----- = 47900,00
Passivo Circ.+ Ex.a L.P	R\$ 1,00


RADIO E TELEVISAO SEculo 21 LTDA


LUCIANO FONTANA GRIPPA
RUA ARTUR BERNARDES, 129
CT-CRC 1SP 182.870/O-3



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL
09 SET 2011

000067

Ministério das Comunicações
CEL. M.
Rubrica: 47
47

2.4 - Certidão negativa de Pedido de Falência, Recuperação Judicial e Concordata (subitem 5.3.)

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL
09 SET 2011

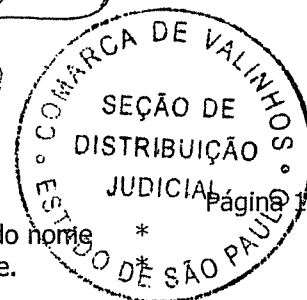
[Handwritten signature]

[Multiple handwritten signatures and stamps]



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
Certidão de Distribuições Cíveis - Fórum de Valinhos

Referente ao pedido 00057314 de 08/04/2010



- * Para maior segurança, conferir a sequência alfabética de cada letra do nome
- * certificado, constante das duas linhas subsequentes ao referido nome.

O responsável pelo expediente do Cartório Distribuidor Cível deste Fórum, no uso de suas atribuições legais, certifica e dá fé que, pesquisando as **distribuições de pedidos de falência, concordata e recuperações judiciais e extrajudiciais, no período de 10 anos anteriores a data de 08/04/2010, verificou nada constar como réu/requerido/interessado em nome de:**

RADIO E TELEVISAO SEculo 21 LTDA* * * * *
SBEJP F UFMFWJTBP TFDVMP MUEB* * * * *
TCFKQ G VGNGXKUCQ UGEWNQ NVFC* * * * *

CNPJ:112508560001-31

*** Nada consta contra o nome informado acima. ***

De acordo com o item 47.3, do capítulo VII das Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça:
- Esta certidão só tem validade no seu original, ressalvado o teor do artigo 32, da Lei nº 8.666/93 (Lei de Licitações), e mediante a assinatura do responsável pelo expediente do Cartório Distribuidor Cível.

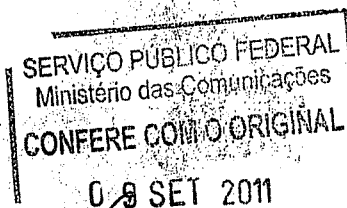
Esta certidão não aponta, ordinariamente, os processos em que a pessoa, cujo nome foi pesquisado, figura como autor(a).

Esta certidão se refere exclusivamente à distribuição promovida no Fórum acima indicado, não compreendendo a de outros Fóruns (sede de Comarca ou Foro Distrital/Regional).

Certifica finalmente que as custas devidas no valor de R\$14,00, foram pagas na forma da lei.

Valinhos, 8 de Abril de 2010.

**PESQUISA VÁLIDA SOMENTE
PARA EFEITOS CIVIS**



ROGERIO ANDRADE
Escrivente-Técnico Judiciário
Matr. 803.349-7

BERNADETE DORNELLAS
Escrivente-Chefe



000069

das Comunica
Fls.
Rubrica:
CEL

3- Regularidade Fiscal (5.4)

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL
09 SET 2011

5/H

000070



3.1 - Prova de inscrição no
Cadastro Nacional de
Pessoa Jurídica - CNPJ/MF
(subitem 5.4a)

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL
09 SET 2011

9

Handwritten signatures and initials, including a large signature and several smaller ones.



0000071
das Comunicações
Rubrica: 80
DEL.

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

			
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL			
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 11.250.856/0001-31 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 14/10/2009
NOME EMPRESARIAL RADIO E TELEVISAO SEculo 21 LTDA			SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL Ministério das Comunicações CONFERE COM O ORIGINAL 09 SET 2010
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 60.21-7-00 - Atividades de televisão aberta			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA			
LOGRADOURO R JOAO PREVITALE	NÚMERO 1834	COMPLEMENTO ANEXO B	
CEP 13.272-315	BAIRRO/DISTRITO JD. ALTO DA COLINA	MUNICÍPIO VALINHOS	UF SP
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 14/10/2009	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 748, de 28 de junho de 2007.
Emitido no dia **15/04/2010** às **16:51:31** (data e hora de Brasília).

[Voltar](#)

27

000072

CEL.
Rubrica: 18
das Comunicações

3.2 - Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL
09 SET 2011

[Handwritten signature]

[Large handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



POSTO FISCAL ELETRÔNICO SECRETARIA DA FAZENDA DE SÃO PAULO
Simplificando a vida do Contribuinte

000073
das Comunicações
Fig. 82
Rubrica:
CEL

Serviços Contribuinte

☒ Sugestões

< Voltar

Deca . Consulta . Contribuinte

Estabelecimento

Inscrição Estadual	Situação	Data da Situação
708.222.160.113	CONTRIBUINTE ATIVO	26/01/2010
Posto Fiscal	DRT	
PF: 244 - CAMPINAS	DRT: 05 - CAMPINAS	
Nome ou Razão Social		
RADIO E TELEVISAO SEculo 21 LTDA		
Nome Fantasia		
CNPJ	NIRE	Início Atividade
11.250.856/0001-31	35.223.708.622	26/01/2010
Capital Social	Tipo de Estabelecimento	Franquia
50.000,00	MATRIZ	NENHUMA
Tipo Jurídico		
Sociedade por Quotas de Responsabilidade		
Início de Regime	Regime de Apuração	Substituição Tributária
26/01/2010	NORMAL - REGIME PERIÓDICO DE APURAÇÃO	NÃO

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL
09 SET 2011

Endereço

Tipo	Logradouro	Número
RUA	JOAO PREVITALE	1.834
Complemento	Bairro	CEP
ANEXO B	JD. ALTO DA COLINA	13.272-315
Município	UF	
VALINHOS	SP	

Comunicações

DDD Fone	Telefone	DDD Fax	Fax
(019)	3237-6138		
e-mail			
mg2@mg2assessoria.com			

CNAE

Início CNAE	CNAE	Descrição do CNAE
26/01/2010	6021-7/00	Atividades de televisão aberta
Data CPR	CPR Normal	CPR-ST
26/01/2010	1031	

Contabilista

Tipo CRC	CRC	Documento
Contabilista	1SP211765/O-0	188.153.388-37

Participante 1

Situação	Data da Situação
Ativo	22/01/2010

Tipo de Participação
Sócio
Nome
JOVENTINA TECILLA
Documento
019.261.278-62

Tipo	Logradouro	Número
RUA	JOAO PREVITALLI	1510
Complemento	Bairro	CEP
	ALTO DA COLINA	13.272-400
Município	UF	
VALINHOS	SP	

DDD Fone	Telefone	DDD Fax	Fax

e-mail

Participante 2

Situação	Data da Situação
Ativo	22/01/2010

Tipo de Participação
Sócio
Nome
RINALDO STECANELA OLIVEIRA
Documento
613.359.249-49

Tipo	Logradouro	Número
RUA	R JOAO PREVITALLI	1834
Complemento	Bairro	CEP
	NAO INFORMADO	13.272-315
Município	UF	
VALINHOS	SP	

DDD Fone	Telefone	DDD Fax	Fax
(019)	3849-9225		

e-mail

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL
09 SET 2011

Esta Declaração corresponde a expressão da verdade, sujeitando-se o infrator em crime de falsidade ideológica previsto no Código Penal.

2 000075
Ministério das Comunicações
CEL. 24

3.3 - Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Municipal

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL
09 SET 2011

4

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VALINHOS

SECRETARIA DA FAZENDA - DEPARTAMENTO DA RECEITA
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO

VALINHOS
PREFEITURA MUNICIPAL

ALVARÁ DE FUNCIONAMENTO INICIAL

Nº

85 / 2010

CCM 15921/00

NOME Rádio e Televisão Século 21 Ltda

ENDEREÇO 13272-400 - Rua João Previtalle, 1834 - Anexo B
Jd. Alto da Colina

ATIVIDADE Conforme cláusula 3ª. do Contrato social, registrado na JUCESP, sob nº. 35.223.708.622 de 14/10/2009.

das Comunicações
Fls. 85
Rubrica:
CEL. 0000076

PROTOCOLO 863 - 22/01/2010

CONDIÇÃO Estabelecido

HORÁRIO Abertura 6:00 às 9:00h e fechamento 18:00 às 22:00h de 2ª a sábado; domingo e feriados facultativo

À vista do que consta dos autos do protocolo administrativo em referência, está o estabelecimento supra mencionado devidamente autorizado ao funcionamento de suas atividades de acordo com os dados acima descritos e nos termos da Legislação vigente.

Rodrigo Fernando Piera Agostinho
Divisão de Receitas Mobiliárias/D.R./S.F.
Diretor

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL

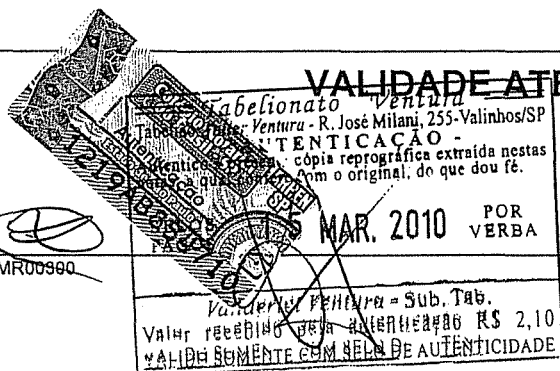
09 SET 2011

William Evaristo de Oliveira
Diretor do Departamento de Receitas
Secretaria da Fazenda

OBSERVAÇÕES E INSTRUÇÕES GERAIS

1. Este Alvará deverá ser afixado em local visível dentro do estabelecimento e de fácil acesso à Fiscalização, sob pena de multa nos termos do Código Tributário do Município.
2. O contribuinte é obrigado a comunicar à Prefeitura todas alterações ou encerramento de suas atividades - Código Tributário do Município.
3. Este Alvará fica automaticamente cancelado em caso de alteração do Nome, Endereço, Ramo de Atividade ou pelo descumprimento de qualquer condição ou restrição estabelecida.
4. Este Alvará fica automaticamente cancelado em virtude do vencimento da validade do Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros e/ou Licença de Funcionamento da Cetesb.

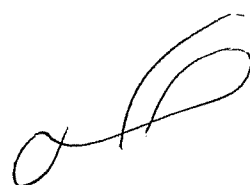
VALIDADE ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 2010.



28/01/2010 12:35:41



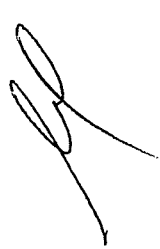
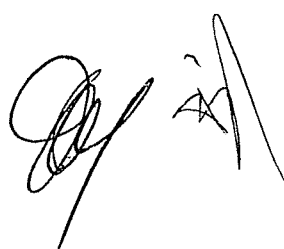

Página 1 de 1

000077



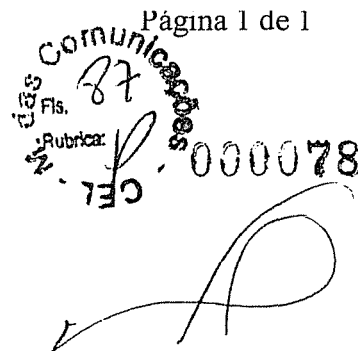
3.4 - Certidões Negativas de Débitos com a Fazenda Nacional (subitem 5.4d)

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL
09 SET 2011



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
Secretaria da Receita Federal do Brasil



CERTIDÃO CONJUNTA NEGATIVA
DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: **RADIO E TELEVISAO SEculo 21 LTDA**
CNPJ: **11.250.856/0001-31**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão, emitida em nome da matriz e válida para todas as suas filiais, refere-se exclusivamente à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN, não abrangendo as contribuições previdenciárias e as contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive as inscritas em Dívida Ativa do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), objeto de certidão específica.

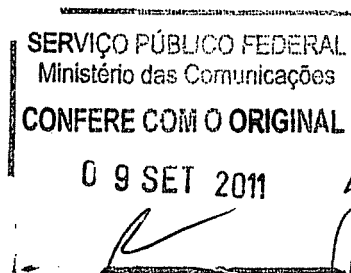
A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://www.receita.fazenda.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida com base na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 3, de 02/05/2007.
Emitida às 16:18:00 do dia 22/02/2010 <hora e data de Brasília>.
Válida até 21/08/2010.

Código de controle da certidão: **2C1B.D268.85D0.9565**

Certidão emitida gratuitamente.

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Ministério das Comunicações
Fls. 22
Rubrica
CEL.
6100000079

3.5 - Prova de regularidade
relativa ao Fundo de
Garantia por Tempo de
Serviço - FGTS
(subitem 5.4c)

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL

09 SET 2011



000080

IMPRIMIR VOLTAR



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 11250856/0001-31, 11250856/0001-31 ✓
Razão Social: RADIO E TELEVISAO SEculo 21 LTDA
Endereço: RUA JOAO PREVITALE 1834 ANEXO B / JARDIM ALTO DA BARR / VALINHOS / SP / 13272-315

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 14/04/2010 a 13/05/2010 ✓

Certificação Número: 2010041409395255930911

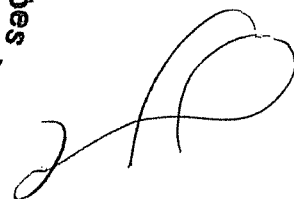
Informação obtida em 14/04/2010, às 09:39:52.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL

09 SET 2011

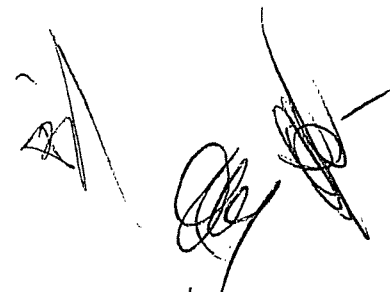
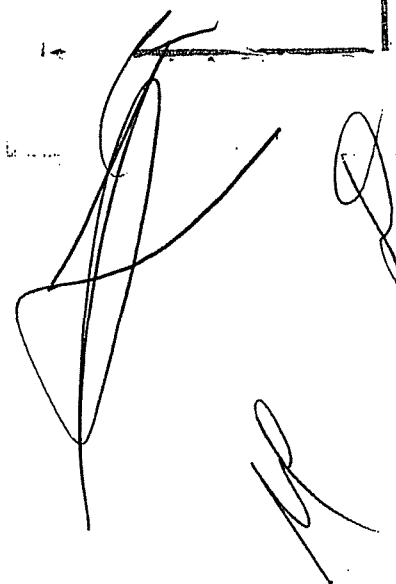
A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br

Comunicações 000081
90
Fis.
Rubrica:
CEL. 2



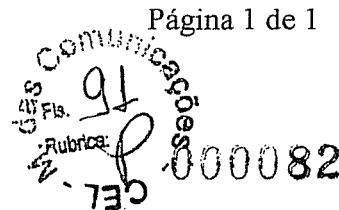
3.6 - Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (subitem 5.4b)

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL
09 SET 2011





MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil



CERTIDÃO NEGATIVA
DE DÉBITOS RELATIVOS ÀS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS
E ÀS DE TERCEIROS

Nº 158132010-21024020

Nome: RADIO E TELEVISAO SEculo 21 LTDA

CNPJ: 11.250.856/0001-31

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome relativas a contribuições administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU).

Esta certidão, emitida em nome da matriz e válida para todas as suas filiais, refere-se exclusivamente às contribuições previdenciárias e às contribuições devidas, por lei, a terceiros, inclusive às inscritas em DAU, não abrangendo os demais tributos administrados pela RFB e as demais inscrições em DAU, administradas pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), objeto de Certidão Conjunta PGFN/RFB.

Esta certidão é válida para as finalidades previstas no art. 47 da Lei nº 8.212 de 24 de julho de 1991, exceto para:

- averbação de obra de construção civil no Registro de Imóveis;
- redução de capital social, transferência de controle de cotas de sociedade limitada e cisão parcial ou transformação de entidade ou de sociedade empresária simples;
- baixa de firma individual ou de empresário, conforme definido pelo art. 931 da Lei nº 10.406, de 10 de Janeiro de 2002 - Código Civil, extinção de entidade ou sociedade empresária ou simples.

A aceitação desta certidão está condicionada à finalidade para a qual foi emitida e à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço <<http://www.receita.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida com base na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 01, de 20 de janeiro de 2010.

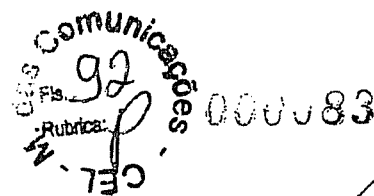
Emitida em 15/03/2010.

Válida até 11/09/2010.

Certidão emitida gratuitamente.

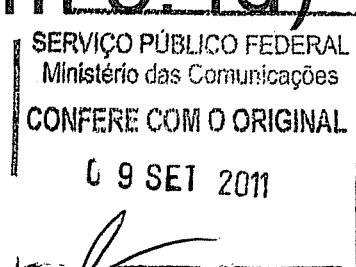
Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.





A large, stylized handwritten signature.


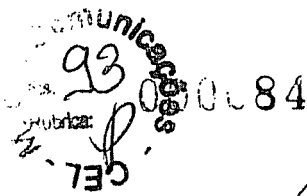
3.7 - Certidão Negativa de Débito com a Fazenda Estadual - (subitem 5.4d)



A large, stylized handwritten signature.

A handwritten signature.

A handwritten signature.



Comunicações
94
Fis.
Rubrica
CEL.
000085

[Handwritten signature]

3.8 - Certidão Negativa de Débito com a Fazenda Municipal (subitem 5.4d)

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL
09 SET 2011

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VALINHOS
ESTADO DE SÃO PAULO

000086
Fla. 95
Rubrica
CEL.

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS Nº 0487/2010

Empresa: **RÁDIO E TELEVISÃO SÉCULO 21 LTDA**
CNPJ: **11.250.856/0001-31**

ANTONIO CARLOS FERNANDES, Diretor da Divisão da Dívida Ativa, vinculado ao Departamento de Execução Fiscal, da Secretaria de Assuntos Jurídicos e Institucionais, da Prefeitura do Município de Valinhos, ressalvado o direito de cobrar qualquer dívida que porventura venha a ser apurada, **CERTIFICA** que, a teor da solicitação formalizada através do Protocolo Administrativo nº 4661/2010, após consulta às bases informatizadas e integradas ao sistema de processamento de dados, e conforme manifestações das Divisões de Receitas Mobiliárias e Imobiliárias do Departamento de Receitas da Secretaria da Fazenda, constantes de fls. 07 e 08 dos autos do expediente mencionado não constou existir nesta data, débitos em nome da empresa acima identificada.

E por ser a expressão da verdade, dou fé e assino a presente certidão em três (3) vias de igual teor, _____ - ANTONIO CARLOS FERNANDES.

Visto: _____ Dr. José Luiz Garavello Junior, ~~Diretor do Departamento de~~ Execução fiscal, Prefeitura do Município de Valinhos.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL
09 SET 2011

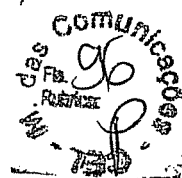
Data da Emissão: 09/04/2010

Valida até: 09/05/2010

Emolumentos: R\$ 46,08
Guia nº 2133502/2010
acf/.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO



ATA DE REUNIÃO Nº 146/2010

**SESSÃO DE RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO,
PROPOSTA(S) TÉCNICA(S) E PROPOSTA(S) DE PREÇO(S).**

CONCORRÊNCIA Nº 03/2010/CEL/MC

SERVIÇO: TV – CANAL: 50 – CLASSE: C – GRUPO: B

PREÇO MÍNIMO: R\$ 476.886,40

LOCALIDADE: CAMPANHA/MG

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL
09 SET 2010

Em 22 de abril de 2010, quinta-feira, às 09h00 (nove horas), no salão nobre, subsolo do Edifício Sede do Ministério das Comunicações, Bloco “R” da Esplanada dos Ministérios, nesta cidade de Brasília, Distrito Federal, reuniu-se a Comissão Especial de Licitação, instituída por meio da Portaria MC nº 432, de 24/07/2009, publicada no DOU de 27/07/2009, e suas alterações, com a participação de seu Presidente, Alvimar Bertrand D. G. de Macêdo, Vice-Presidente, Eriko Mendes Domenici e dos membros Edmar de Freitas Machado e José Adilson Bezerra Torquato, com o objetivo de recebimento dos invólucros contendo a Documentação de Habilitação, as Propostas Técnicas e as Propostas de Preço dos interessados na licitação acima identificada, conforme publicação no DOU de 12 de fevereiro de 2010, Seção “3”, Número 30, Página 155, sendo desenvolvidas as atividades a seguir: (1) Assinatura da lista de presença dos representantes legais das licitantes ou dos seus procuradores legalmente constituídos, que será anexada à presente Ata, que ficou a disposição dos interessados das 08h00 (oito horas) às 09h00 (nove horas), bem como distribuição dos crachás respectivos. (2) Convocação das licitantes para entrega dos Invólucros à Comissão pela ordem da aludida lista de presença, qual seja: 1 – **RÁDIO E TELEVISÃO SÉCULO 21 LTDA.**, CNPJ nº 11250856/0001-31, 2 – **RF TECNOLOGIA E PARTICIPAÇÕES LTDA.**, CNPJ nº 07678601/0001-05, 3 – **EMPRESA DE RADIODIFUSÃO CONQUISTA LTDA.**, CNPJ nº 11422257/0001-58, 4 – **SKORPION SISTEMA DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA-EPP.**, CNPJ nº 02425327/0001-30, 5 – **FÊNIX RADIODIFUSÃO E PRODUÇÕES LTDA.**, CNPJ nº 11797595/0001-74. (3) Rubrica em todas as partes coladas dos envelopes contendo as Documentações de Habilitação e as Propostas Técnicas e de Preço pelos membros da Comissão e pelos representantes legais das Proponentes, ou seus procuradores legalmente constituídos. (4) Abertura dos envelopes contendo a Documentação de Habilitação das licitantes, conforme a ordem da lista de presença, e rubrica dos documentos respectivos pelos membros da Comissão e pela comissão eleita pelos representantes legais das Proponentes, ou seus procuradores legalmente constituídos, sendo verificada a seguinte quantidade de páginas por invólucro: 1) **RÁDIO E TELEVISÃO SÉCULO 21 LTDA.**, (86 páginas), 2) **RF TECNOLOGIA E PARTICIPAÇÕES LTDA.**, (42 páginas), 3) **EMPRESA DE RADIODIFUSÃO CONQUISTA LTDA.**, (82 páginas), 4) **SKORPION SISTEMA DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA-EPP.**, (36 páginas), 5) **FÊNIX**




SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

Ministério das Comunicações
97
Rubrica
CEL

RADIODIFUSÃO E PRODUÇÕES LTDA., (46 páginas). (5) Os envelopes contendo as propostas, uma vez rubricadas, foram acondicionadas em envelopes do tipo *starlock* de números 4592119 (Propostas Técnicas) e 4592113 (Propostas de Preço), e ambos lacrados no malote padrão ECT de cor verde sob o n.º CX31333679-7, e mantidos sob a guarda da Comissão Especial de Licitação. (6) Foi comunicado aos proponentes que os documentos de habilitação rubricados nesta sessão serão escaneados e disponibilizados em meio magnético aos interessados em 02 (dois) dias úteis, sendo que os originais estarão disponíveis para vistas após sua análise por parte da Comissão Especial de Licitação, conforme o subitem 10.6 do Edital. (7) **O Presidente franqueou aos concorrentes a possibilidade de consignação em ata de qualquer manifestação.** (8) O Sr. Presidente determinou que fossem registradas em ata as seguintes intercorrências: **a)** A Comissão Especial de Licitação propôs aos licitantes presentes a formação de comissão composta de 03 (três) concorrentes para assinatura dos documentos de habilitação, o que foi aceito sem nenhuma objeção, sendo designadas as seguintes pessoas: o Sr. **RINALDO STECANELA OLIVEIRA**, representando a licitante **RÁDIO E TELEVISÃO SÉCULO 21 LTDA.**; o Sr. **LUIZ CLÁUDIO SOARES NETO**, representando a licitante **RF TECNOLOGIA E PARTICIPAÇÕES LTDA.**; e o Sr. **MARCO PÓLO GAMBOGI ALVARENGA**, representando a licitante **FÊNIX RADIODIFUSÃO E PRODUÇÕES LTDA.** **b)** O representante legal da licitante **EMPRESA DE RADIODIFUSÃO CONQUISTA LTDA.**, se ausentou do recinto após a entrega dos invólucros, antes do término da sessão, sem que assinasse a presente ata. Nada mais havendo a acrescentar, o Presidente deu por encerrada a presente sessão às 10h00 (dez horas), sendo lavrada a presente Ata que, lida e achada conforme, vai assinada pelos membros da Comissão e pelos representantes das licitantes, ou por seus procuradores legalmente constituídos.


ALVIMAR BERTRAND D. G. DE MACÊDO
Presidente


ERIKO MENDES DOMENICI
Vice-Presidente

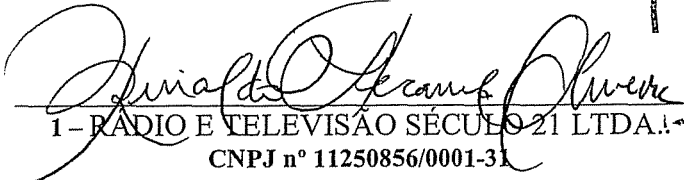

EDMAR DE FREITAS MACHADO
Titular



JOSÉ ADILSON BEZERRA TORQUATO
Titular

Representantes ou Procuradores

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL

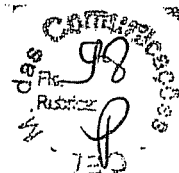
09 SET 2011


1 - **RÁDIO E TELEVISÃO SÉCULO 21 LTDA.**
CNPJ nº 11250856/0001-31


2 - **RF TECNOLOGIA E PARTICIPAÇÕES LTDA.**
CNPJ nº 07678601/0001-05



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO



AUSENTE

3 - EMPRESA DE RÁDIO DIFUSÃO CONQUISTA LTDA.
CNPJ nº 11422257/0001-58

4 - SKORPION SISTEMA DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA-EPP..
CNPJ nº 02425327/0001-30

5 - FÊNIX RÁDIO DIFUSÃO E PRODUÇÕES LTDA.
CNPJ nº 11797595/0001-74

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL

09 SET 2011

Eriko M. Domenici
CEL. - MC



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO - CEL

FOLHA Nº 01/02

CONCORRÊNCIA Nº 03/2010-CEL/MC

SESSÃO SIMULTÂNEA DE RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO, PROPOSTA TÉCNICA E PROPOSTA DE PREÇO.

LISTA DE PRESENÇA DAS PROPONENTES

DATA: 22/04/2010

SERVIÇO: TV - CANAL 50

CLASSE: C

GRUPO: A

LOCALIDADE(S): CAMPANHA - MG

Nº	RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE E CNPJ:	NOME DO REPRESENTANTE LEGAL OU PROCURADOR E CPF:	ASSINATURA	RUBRICA	E-MAIL E TELEFONE
1	Rádios e Televisão Século 21 LTDA	Raimundo Alexandre Oliveira			frumaldo@tvseculo21.org.br (19) 3849 9317
CNPJ	11.250.856/0001-31	613.359.249-49			
2	RF Tecnologia e Participações Ltda	Luiz Claudio Soares			luizclaudioneto@yahoo.com.br (31) 92897299
CNPJ	07.678.601/0001-05	045.932.896-45			
3	EMPRESA DE RÁDIOFUSÃO DO OESTE LTDA	Moisés Samuel Gomes			moises@sampral.com @HOTMAIL.COM (61) 5283-4868
CNPJ	11.422.257/0001-58	503.510.873-20			

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL
C 9 SET 2011



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO – CEL

FOLHA Nº 02 / 02

CONCORRÊNCIA Nº 03/2010-CEL/MC

SESSÃO SIMULTÂNEA DE RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO, PROPOSTA TÉCNICA E PROPOSTA DE PREÇO.

LISTA DE PRESENÇA DAS PROPONENTES

DATA: 22/04/2010

SERVIÇO: TV – CANAL: 50

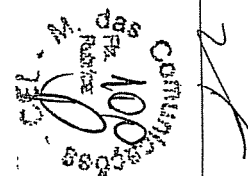
CLASSE: C

GRUPO: A

LOCALIDADE(S): CAMPANHA - MG

Nº	RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE E CNPJ:	NOME DO REPRESENTANTE LEGAL OU PROCURADOR E CPF:	ASSINATURA	RUBRICA	E-MAIL E TELEFONE
04	SKORPON SISTEMA DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA	Carlos Alberto DA SILVA			(61) 33210702 RASERA@RASERA.COM.BR
CNPJ	02.425.374/0001-30	636.434.051-20			
05	PHENIX RADIODIFUSÃO E PRODUÇÕES LTDA	MARCO POLO GAMBOLINI ALVARENGA			(31) 99769359 gmp@gmponline.com.br
CNPJ	11.797.595/0001-74	143.447.346-53			
CNPJ	/0001-	-			

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL
08/SEI 2011





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

Min. das Comunicações
101
Rubrica
Cel.

AVALIAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO
N.º 015/2010

PROCESSO : 53000.019793/2010-87
LICITANTE : RÁDIO E TELEVISÃO SÉCULO 21 LTDA.
CONCORRÊNCIA : 003/2010
LOCALIDADE : CAMPANHA - MG

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL

6 9 SET 2011

DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À PROPONENTE

Item	Descrição	Sim	Não	Prej.	Pág.	Obs.
4.1	Pessoa jurídica constituída sob as leis brasileiras.	X	-	-	15 a 21	-
4.1	Com sede e administração no País.	X	-	-	15	-
4.1	Com pelo menos 70% do capital total e do capital votante pertencentes, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.	X	-	-	16	-
4.1.1	Participação de capital estrangeiro de acordo com a Lei n.º 10.610/2002 (dispositivo aplicável somente a licitantes que possuam participação direta ou indireta de estrangeiros em seu capital social).	-	-	X	-	-
4.2.1	Recadastrada conforme Portaria MC n.º 447/2007 (dispositivo aplicável somente a empresas executantes de qualquer modalidade de serviço de radiodifusão).	-	-	X	-	-
5.1.1	Ato constitutivo em vigor e suas alterações, ou sua consolidação, devidamente registrado na repartição competente.	X	-	-	15 a 21	-
5.1.1	Ata de eleição de seus atuais administradores e a relação de acionistas em que conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada acionista na data de recebimento da documentação e propostas (dispositivo aplicado somente a Sociedades Anônimas – S/A).	-	-	X	-	-
5.1.1.1	Atividade de execução de serviços de radiodifusão dentre os objetivos sociais.	X	-	-	16	-
5.1.1.2	Ata de eleição da Diretoria (dispositivo					



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

M. das Comunicações
N.º 102
Rubrica

Item	Descrição	Sim	Não	Prej.	Pág.	Obs.
	aplicado somente a Fundações).	-	-	X	-	-
5.1.1.3	Atos constitutivos de todos os sócios pessoas jurídicas, até que se comprove a observância do art. 2º da Lei 10.610/2002 (dispositivo aplicável somente a licitantes que tenham pessoas jurídicas em seu quadro societário).	-	-	X	-	-
5.1.1.4	Documentos listados no subitem 5.1.2, referentes às pessoas físicas que indiretamente participem do capital social, total e votante da Proponente (dispositivo aplicável somente a licitantes que tenham pessoas jurídicas em seu quadro societário).	-	-	X	-	-
5.1.3	Declaração conforme Anexo I.	X	-	-	26	-
5.1.4	Declaração conforme Anexo II.	X	-	-	28	-
5.1.7	Alvará de funcionamento ou documento congênere.	X	-	-	57	-
5.2.1	Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social ou do exercício anterior caso não tenha transcorrido o prazo legal de sua divulgação (dispositivo aplicável somente a licitantes em atividade).	-	-	X	-	-
5.2.2	Balanço de abertura (dispositivo aplicável somente a licitantes inativas ou constituídas há menos de um ano).	X	-	-	60 a 66	-
5.2.3, 5.2.3.1 e 5.2.3.1.1	Carta de fiança bancária emitida em favor da proponente por banco comercial, de investimento ou múltiplo, equivalente a 1% do valor mínimo previsto pela outorga, válida por 24 meses a partir da data de entrega dos Documentos e das Propostas (dispositivo não aplicável se a licitante optou por caução em dinheiro).	-	-	X	-	-
5.2.3 e 5.2.3.2	Caução em dinheiro equivalente a 1% do valor mínimo previsto pela outorga, feita junto à Caixa Econômica Federal em formulário específico (dispositivo não aplicável se a licitante optou por carta de fiança bancária).	X	-	-	71	-
5.2.5 "b"	Índice de solvência $\geq 1,0$	X	-	-	76	1



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

CEL. M. das Comunicações
Pa. 103
Rubrica: [assinatura]

Item	Descrição	Sim	Não	Prej.	Pág.	Obs.
5.3	Apresentação de certidão negativa de pedido de falência, recuperação judicial e concordata, da sede da Proponente ou da comarca a que pertença, com data não anterior a 3 (três) meses da data prevista para o recebimento da Documentação de Habilitação e Propostas.	X	-	-	78	-
5.4 "a"	Prova de inscrição no CNPJ	X	-	-	80	-
5.4 "b"	Prova de regularidade relativa à Seguridade Social.	X	-	-	81	-
5.4 "c"	Prova de regularidade relativa ao FGTS.	X	-	-	82	-
5.4 "d"	Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com Efeito de Negativa de Débito para com a Fazenda Nacional, emitidas de acordo com os subitens 5.4.1 e 5.4.2 do Edital.	X	-	-	87	-
5.4 "d"	Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com Efeito de Negativa de Débito para com a Fazenda Estadual, emitidas de acordo com os subitens 5.4.1 e 5.4.2 do Edital.	X	-	-	93	-
5.4 "d"	Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com Efeito de Negativa de Débito para com a Fazenda Municipal, emitidas de acordo com os subitens 5.4.1 e 5.4.2 do Edital.	X	-	-	95	-

DOCUMENTAÇÃO RELATIVA A SÓCIA JOVENTINA TECILLA

Item	Descrição	Sim	Não	Prej.	Pág.	Obs.
5.1.2	Prova da condição de brasileiro, nato ou naturalizado há mais de 10 (dez) anos, ou de igualdade de direito civis para os portugueses.	X	-	-	24	-

DOCUMENTAÇÃO RELATIVA AO SÓCIO RINALDO STECANELA OLIVEIRA (DIRIGENTE)

Item	Descrição	Sim	Não	Prej.	Pág.	Obs.
5.1.2	Prova da condição de brasileiro, nato ou naturalizado há mais de 10 (dez) anos, ou de igualdade de direito civis para os portugueses.	X	-	-	23	-



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

M. das Comunicações
Fls. 104
Rubrica

5.1.5	Certidões da Justiça Federal (Criminais) dos locais de residência e de exercício de atividade econômica nos últimos cinco anos, emitida de acordo com o subitem 5.1.5.1.	X	-	-	41	-	✓
5.1.5	Certidões da Justiça Federal (Cíveis) dos locais de residência e de exercício de atividade econômica nos últimos cinco anos, emitida de acordo com o subitem 5.1.5.1.	X	-	-	41	-	✓
5.1.5	Certidões da Justiça Estadual (Criminais) dos locais de residência e de exercício de atividade econômica nos últimos cinco anos, emitida de acordo com o subitem 5.1.5.1.	X	-	-	35 a 39	-	✓
5.1.5	Certidões da Justiça Estadual (Cíveis) dos locais de residência e de exercício de atividade econômica nos últimos cinco anos, emitida de acordo com o subitem 5.1.5.1.	X	-	-	31 a 34	-	✓ São Paulo e Valinhos
5.1.5	Certidões dos Cartórios de Protestos de Títulos dos locais de residência e de exercício de atividade econômica nos últimos cinco anos, emitida de acordo com o subitem 5.1.5.1.	X	-	-	43 a 53	-	✓
5.1.5.2	Certidões de objeto e pé de ações ou de documentos equivalentes que revelem as situações processuais (dispositivo aplicável somente na hipótese de as certidões referidas no subitem 5.1.5 do edital conterem menção <i>positiva</i>).	-	-	X	-	-	✓
5.1.6	Prova de quitação com as obrigações eleitorais.	X	-	-	-	-	✓

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL
09 SET 2011

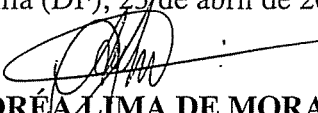


SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

M. das Comunicações
Rs. 105
Rubrica
CEL

Com fundamento na análise apresentada, recomendo à Comissão Especial de Licitação que considere RÁDIO E TELEVISÃO SÉCULO 21 LTDA. **HABILITADA** para a Concorrência 003/2010-CEL/MC

Brasília (DF), 23 de abril de 2010.


ANDRÉA LIMA DE MORAES
ESTAGIÁRIA

Em 23 de abril de 2010.

Após exame do que constam dos presentes autos, proponho aos senhores Membros da Comissão Especial de Licitação a aprovação da AVALIAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO N.º 015/2010 de fls. a . Consigne-se em ata própria a decisão tomada e publique-se.


ALVIMAR BERTRAND D. G. DE MACÊDO
Presidente da Comissão Especial de Licitação

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL

09 SET 2011

¹ IS = 47900,00/(1)=47900,00. O balanço da licitante foi elaborado sem a utilização das contas do passivo circulante (obrigações e encargos com vencimento no curso do exercício subsequente à data do balanço patrimonial) e do exigível a longo prazo (obrigações e encargos com vencimento após o término do exercício subsequente à data do balanço patrimonial), o que significa que seu grau de endividamento é 0 (zero), o que é esperado, haja vista tratar-se de empresa sem atividade econômica, criada para disputar licitações de radiodifusão. O procedimento é correto, vez que nas demonstrações contábeis somente são discriminadas as contas em uso, eis que elencadas conforme a ordem crescente dos prazos esperados de realização (contas do ativo) ou a ordem crescente dos prazos de exigibilidade, estabelecidos ou esperados (contas do passivo), conforme subitem 3.2.2.2 da NBC T.3 – Conceito, Conteúdo, Estrutura e Nomeclatura das Demonstrações Contábeis, do Conselho Federal da Contabilidade, aprovada pela Resolução CFC N.º 686/90. Vale dizer, que conforme subitem 5.2.5 do edital se PC+ELP=0, será considerado o fator 1 como divisor.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO
COORDENADORIA GERAL DE REGULAÇÃO
BRASÍLIA - DF

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL
09 SET 2011

Nesta data anexei aos autos do processo de
nº 52000.019393/10 a documentação
a seguir constituída de 106 / 02 folhas,
que assim numerei: 106 / 107
Data: 30 / 04 / 10
Nome: _____
Assinatura: p



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

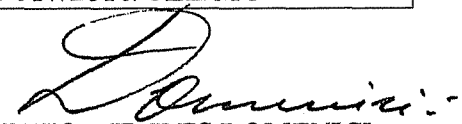
das Comunicações
Fls. 106
Rubrica
750

ATA DE REUNIÃO Nº 167/2010

Em, 28 de abril, quarta-feira, de 2010, às 14h:45 (quatorze horas e quarenta e cinco minutos), na sala de reuniões da Comissão Especial de Licitação – CEL/MC, na sobreloja do Edifício sede do Ministério das Comunicações, Bloco “R,” Esplanada dos Ministérios, nesta cidade de Brasília, Distrito Federal, reuniu-se a Comissão Especial de Licitação, criada pela Portaria MC nº 432, de 24/07/2009, publicada no DOU de 27/07/2009 e suas alterações em conformidade, com a participação de seu Presidente, Alvimar Bertrand D.G. de Macêdo, Vice-Presidente Eriko Mendes Domenici e dos membros titulares Edmar de Freitas Machado e José Adilson Bezerra Torquato, com o objetivo de dar prosseguimento aos trabalhos referentes à fase de “**habilitação**” de proponentes, com relação à concorrência indicada a seguir, compreendendo, entre outras, as atividades: (1) O Senhor Presidente apresentou para exame e aprovação da Comissão os **resultados de análise de documentos de habilitação**, com a numeração constante desta Ata; (2) Após as devidas verificações a Comissão aprovou as conclusões contidas nos mencionados resultados assinando-as e adotando providências necessárias ao desenvolvimento das licitações. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente deu por encerrada a presente sessão, lavrando a presente Ata que, lida e achada conforme, vai assinada pelos integrantes da Comissão.

CONCORRÊNCIA (S) Nº(s)	AVALIAÇÕES DE DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO Nº(s)
003/2010-CEL/MC	013, 014, 015, 016 e 017/2010/CEL/MC


ALVIMAR BERTRAND D. G. DE MACÊDO
Presidente


ERIKO MENDES DOMENICI
Vice-Presidente


EDMAR DE FREITAS MACHADO
Titular


JOSÉ ADILSON BEZERRA TORQUATO
Titular

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL

09 SET 2011



Ministério das Cidades

COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS

EXTRATO DE CONTRATO

ESPÉCIE: Contrato nº 005-2010/DT. OBJETO: Empréstimo de 31.500 (trinta e um mil e quinhentos) metros de trilhos lineares sensíveis, na medida TR-45 e demais materiais empregados no trecho ferroviário VLT, na cidade de Campinas - São Paulo, tais como: AMV'S, dormentes, fixações e placas de apoio. Bens a serem empregados na recuperação e manutenção do Trem Metropolitano de Maceió, no estado de Alagoas. VALOR: R\$1.829.215,85 (um milhão, oitocentos e vinte e nove mil, duzentos e quinze reais e oitenta e cinco centavos). PRAZO: 20 (vinte) anos. DATA DA ASSINATURA: 05 de janeiro de 2010. MUTUÁRIA: Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU. SIGNATÁRIOS: Diretor Presidente: Eltonaldo Maurício Magalhães Moraes. Diretor Técnico: Marcus Vinícius Quintela Cury. MUTUANTE: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte - DNIT. SIGNATÁRIOS: Diretor Geral: Luiz Antônio Pagot. Diretor de Infraestrutura Ferroviária: Geraldo Lourenço de Souza Neto.

EMPRESA DE TRENS URBANOS DE PORTO ALEGRE S/A

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 8.140.007/2006-D

Quarto Termo Aditivo firmado com PETROBRÁS DISTRIBUIDORA S/A OBJETO: Aditar o contrato originário para prorrogar o prazo de fornecimento por mais 12 (doze) meses, a contar de 19 de abril de 2010, conforme disposição legal contida no art. 65, II, da Lei 8.666/93, consolidada. O valor estimado deste aditamento será de R\$ 93.684,96 (noventa e três mil, seiscentos e oitenta e quatro reais e noventa e seis centavos). Processo Administrativo nº. 2043/2005 Assinatura: 19/04/2010

Ministério das Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

AVISOS

A Comissão Especial de Licitação - CEL, por força do disposto no art. 44, da Lei nº 9.784/1999, convoca o(s) participante(s) da Concorrência 096/2000 - SSR/MC, SISTEMA CANGUÇU DE COMUNICAÇÃO LTDA., a se manifestar(em), no prazo de 10 (dez) dias, quanto ao teor do PARECER Nº 0173/2010/TFC/CONJUR-MC/AGU, que opina no sentido da anulação do ato da Comissão Especial de Licitação que a considerou habilitada para o(s) localidade(s) de Energizhada do Sul no Estado do Rio Grande do Sul.

Os autos do(s) processo(s) estarão disponíveis na Secretaria da Comissão Especial de Licitação, Sobreloja - sala 104, Ministério das Comunicações, no seguinte endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Ed. Sede, Brasília/DF, sendo que a contagem do prazo terá início a partir do primeiro dia útil seguinte à presente publicação, a teor do §5º do art. 109 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Brasília - DF, 29 de abril de 2010.

ALVIMAR BERTRAND D. G. DE MACÊDO
Presidente da Comissão

A Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria MC nº 432, de 24 de julho de 2009, publicada no DOU de 27/07/2009, em conformidade com os Editais de Licitação, torna público que a sessão para abertura do(s) envelope(s) contendo a(s) Proposta(s) Técnica(s) do(s) Proponente(s) habilitado(s), será realizada no seguinte endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Sobreloja - sala 104, Ed. Sede, Brasília/DF, de acordo com o indicado no quadro abaixo. Ficam convocados os participantes da licitação, bem como convidados e demais interessados para acompanhar os trabalhos.

Data da Reunião	Horário	Concorrência Nº	Localidades	UF
10/05/2010	09h30	005/2009	Barra do Chaga	BA
	09h45	007/2009	Itagibá	BA
	10h00	060/2009	Três Fronteiras	SP

Brasília - DF, 29 de abril de 2010.

ALVIMAR BERTRAND D. G. DE MACÊDO
Presidente da Comissão

A Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria MC nº 432, de 24 de julho de 2009, publicada no DOU de 27/07/2009, e com base no(s) Edital(s) de Licitação, torna pública a abertura de prazo para apresentação de IMPUGNAÇÃO do(s) recurso(s) interposto(s) na fase de proposta técnica, na Concorrência indicada no(s) Anexo(s).

Os autos do(s) processo(s) estarão disponíveis na Secretaria da Comissão Especial de Licitação, Sobreloja - sala 104, Ministério das Comunicações, no seguinte endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Ed. Sede, Brasília/DF, os eventuais recursos deverão ser protocolizados no Protocolo Geral deste Ministério, sendo que a contagem do prazo de cinco dias úteis terá início a partir do primeiro dia útil seguinte à presente publicação, a teor do §5º, do art. 109 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Brasília - DF, 29 de abril de 2010.

ALVIMAR BERTRAND D. G. DE MACÊDO
Presidente da Comissão

ANEXO I

RECURSOS CONTRA PRÓPRIA DESCLASSIFICAÇÃO

Conc. Nº	UF	Localidade(s)	Serviço	Recorrente
038/2009	PA	Canaã dos Carajás	FM	Nossa Rádio de Teresina FM Ltda.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00032010043000152

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL

09 SET 2011

107
Rubrica
CEL

A Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria MC nº 432, de 24 de julho de 2009, publicada no DOU de 27/07/2009, e com base no(s) Edital(s) de Licitação, torna pública a abertura de prazo para apresentação de IMPUGNAÇÃO do(s) recurso(s) interposto(s) na fase de habilitação, na Concorrência indicada no(s) Anexo(s).

Os autos do(s) processo(s) estarão disponíveis na Secretaria da Comissão Especial de Licitação, Sobreloja - sala 104, Ministério das Comunicações, no seguinte endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Ed. Sede, Brasília/DF, os eventuais recursos deverão ser protocolizados no Protocolo Geral deste Ministério, sendo que a contagem do prazo de cinco dias úteis terá início a partir do primeiro dia útil seguinte à presente publicação, a teor do §5º, do art. 109 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Brasília - DF, 29 de abril de 2010.

ALVIMAR BERTRAND D. G. DE MACÊDO
Presidente da Comissão

ANEXO I

RECURSOS CONTRA HABILITAÇÃO DE TERCEIROS

Conc. Nº	UF	Localidade(s)	Serviço	Recorrente	Recorrida
038/2009	PR	Mangueirinha	FM	Rádio Nirvana FM Ltda.	Rádio 90.1 FM Ltda.
054/2009	SC	Campo Belo do Sul	FM	Lohn Sociedade de Rádio Ltda.	LD Sistema de Comunicação Ltda.
054/2009	SC	Campo Belo do Sul	FM	Lohn Sociedade de Rádio Ltda.	Martins Fuyad Radiodifusão Ltda.

ANEXO II

RECURSOS CONTRA PRÓPRIA INABILITAÇÃO

Conc. Nº	UF	Localidade(s)	Serviço	Recorrente
038/2009	PR	Mangueirinha	FM	Sociedade de Comunicação Cury Ltda.
054/2009	SC	Campo Belo do Sul	FM	Rádio Regional Ltda.-ME

AVISO DE RETIFICAÇÃO

A Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria MC nº 432, de 24 de julho de 2009, publicada no DOU de 27/07/2009, resolve retificar o Aviso publicado no Diário Oficial da União Nº 30, de 12/02/2010, Seção 3, pág. 155, conforme quadro abaixo. Mantendo inalteradas as demais informações no mencionado aviso.

Edital Nº:	Onde-se lê:	Leia-se:
10/2010	16	16+
40/2010	Piñ	Piñ
42/2010	Sungés	Sengés

Brasília - DF, 29 de abril de 2010.

ALVIMAR BERTRAND D. G. DE MACÊDO
Presidente da Comissão

RESULTADOS DE HABILITAÇÃO

A Comissão Especial de Licitação, por meio da Portaria MC nº 432, de 24 de julho de 2009, publicada no DOU de 27/07/2009, e suas alterações, em conformidade com o Edital de Licitação, torna público o(s) resultado(s) da análise da documentação do(s) proponente(s) identificado(s) no(s) concorrência(s) constante(s) do(s) anexo(s).

Os autos dos processos, em atenção ao subitem 10.6 do Edital, estarão disponíveis para obtenção de vistas de 03 a 07 de maio de 2010, na Comissão Especial de Licitação, no seguinte endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Sobreloja - sala 110, Ed. Sede, Brasília/DF.

Os eventuais recursos deverão ser protocolizados no Protocolo Geral deste Ministério, sendo que a contagem do prazo de cinco dias úteis, para sua interposição, dar-se-á a partir de 10 de maio de 2010, conforme o subitem 11.1 do Edital, bem como nos termos do artigo 109, inciso I, alínea "a", §5º, art. 110, todos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Brasília - DF, 29 de abril de 2010.

ALVIMAR BERTRAND D. G. DE MACÊDO
Presidente da Comissão

ANEXO I

Concorrência Nº 002/2010-CEL/MC, Localidade de Cumbul/MG

Proponente	Serviço	Nº do Processo	Resultado
Empresa de Radiodifusão Conquista Ltda.	TV	53000.019467/10	HABILITADA
Guarani Radiodifusão Ltda.	TV	53000.019465/10	HABILITADA
SM Radiodifusão Ltda.	TV	53000.019468/10	HABILITADA
GotoTV Televisão Ltda.	TV	53000.019466/10	HABILITADA
Central Técnica Prestação de Serviços Ltda.	TV	53000.019462/10	HABILITADA
Skorpion Sistema de Telecomunicações Ltda.	TV	53000.019467/10	NAO HABILITADA
EPP			

ANEXO II

Concorrência Nº 003/2010-CEL/MC, Localidade de Campunhu/MG

Proponente	Serviço	Nº do Processo	Resultado
Empresa de Radiodifusão Conquista Ltda.	TV	53000.019792/10	HABILITADA
Rádio e Televisão Século 21 Ltda.	TV	53000.019793/10	HABILITADA
Fênix Radiodifusão e Produções Ltda.	TV	53000.019794/10	HABILITADA
RFP Tecnologia e Participações Ltda.	TV	53000.019795/10	HABILITADA
Skorpion Sistema de Telecomunicações Ltda.	TV	53000.019795/10	NAO HABILITADA
EPP			

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RECEBUEMOS
Em 17/05/2010
Às 10h 55
Protocolo nº 5300-019293/10
Assinatura: _____

Nesta data anexei aos autos do processo de
nº 5300-019293/10 documentação
a seguir constituída de 02 folhas,
que assim numerai: 108 - 109
Data: 17.05.2010
Nome: Regina da S.
Assinatura: _____

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL
09 SET 2011

LEI 10.171/2001 3 TELEVISÃO S6 CEL 21 1074



Ao

Presidente da Comissão Especial de Licitação

LICITAÇÃO N.º 003/2010-CEL/MC

Esplanada dos Ministérios – Bloco “R” – Sala 104 – Sobreloja

Edifício Sede do Ministério das Comunicações

70044-900 – Brasília – DF

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
BRÁSILIA - DF

53000 023353/2010-24

SEPRO/DILOG/COLOG/CGRL/SPD

10/05/2010-14:13

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL

09 SET 2011

Assunto: Interposição de Recursos contra participantes da LICITAÇÃO N.º
003/2010-CEL/MC.

- IDENTIFICAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DA PROPONENTE INTERESSADA
FENIX RADIODIFUSÃO E PRODUÇÕES LTDA, sito a **Rua Dos
Expedicionários Nº 15, Bairro Centro, São Gonçalo do Sapucaí – MG, CEP -
37.490-000**, de inscrição no CNPJ: **11.797.595/0001-74**.
- O NOME DO SIGNATÁRIO, QUE DEVERÁ SER DIRIGENTE OU PROCURADOR
DA PROPONENTE
Através de seu procurador **Marco Polo Gambogi Alvarenga**, brasileiro, casado,
engenheiro, carteira de identidade nº 36.748/D – CREA MG, CPF: nº 143 447
346-53, que participou do Edital de Licitação N.º 003/2010 – CEL/MC.
- OBJETO DA PETIÇÃO, COM A INDICAÇÃO CLARA DOS ATOS E
DOCUMENTOS QUESTIONADOS –
Tendo tomado conhecimento da publicação intitulada, **Resultados de
Habilitação**, pertinente a **Concorrência nº 003/2010-CEL/MC**, Localidade de
Campanha/MG, no **Diário Oficial da União**, em **30/04/2010**, **Seção 3**, folhas nº
152, vem através deste **REQUERIMENTO DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS**,
a impetrante, por seu **procurador**, devidamente qualificado acima e nos autos
desta Licitação N.º 003/2010 – CEL, **perante o Presidente desta Comissão
Especial de Licitação**, solicitar a revogação da condição de, **Habilitada pela
Comissão Especial de Licitação**, tornando-a portanto como, **Não Habilitada e
eliminando-a de participação deste edital de radiodifusão**, a proponente,

Handwritten signature

impetrada, RÁDIO E TELEVISÃO SÉCULO 21 LTDA CNPJ nº 11.250.856/0001-

31 pelos motivos:

1. "5 DOS REQUISITOS PARA A HABILITAÇÃO DAS PROPONENTES (CONJUNTO 1)"

5.1.5 Certidões expedidas pelas Justiças Estadual e Federal, quanto a feitos cíveis e criminais, bem como certidões dos Cartórios de Protestos de Títulos, todas dos locais de residência e de exercício de atividade econômica dos dirigentes nos últimos 05 (cinco) anos.

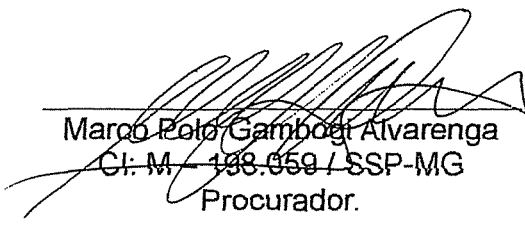
5.2.2 Para as Proponentes inativas ou constituídas há menos de 1 (um) ano, a apresentação do balanço de abertura em conformidade com todos os requisitos da legislação societária e comercial.

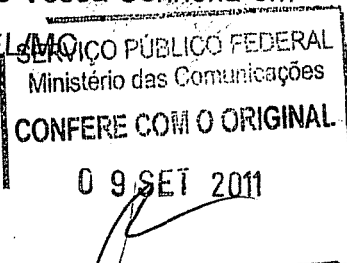
- PEDIDO E SUA FUNDAMENTAÇÃO – Fundamenta o pedido de eliminação deste edital da proponente RÁDIO E TELEVISÃO SÉCULO 21 LTDA, pelos fatos apresentados abaixo:
 - a) Contraria o subitem 5.1.5, quando que por analogia **não foi apresentada a Certidão Protestos de Títulos da Proponente.**
 - b) Contraria o subitem 5.2.1, embora apresentado o **Balanço Patrimonial com as demonstrações contábeis do exercício imediatamente anterior ou seja de 2009, não consta do mesmo o registro na Junta Comercial do Estado.**

Assim sendo, Sr. Presidente, pedimos pela desclassificação da participação neste edital de licitação da RÁDIO E TELEVISÃO SÉCULO 21 LTDA, CNPJ nº 11.250.856/0001-31 pelos motivos apresentados.

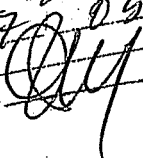
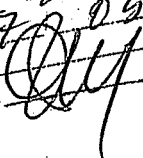
Na certeza de sempre contarmos com o censo de Justiça de Vossa Senhoria em fazer cumprir integralmente o Edital de LICITAÇÃO N.º 03/2010 – CEL/MG

Atenciosamente


Marco Polo Gambogi Alvarenga
Cf. M. 198.659 / SSP-MG
Procurador.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL
09 SET 2011
R

Nesta data anexa ao guilê do processo de
nº 53000.01049793/10 documentação
a seguir consta: 102 (duas) folhas,
que assim numeram: 110 e 111
Data: 27.05.2010
Nome: 
Assinatura: 

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL
09 SET 2011

085 Comunicações
F. H. 110
R. 110
110

Nº 96, sexta-feira, 21 de maio de 2010

Diário Oficial da União - Seção 3

ISSN 1677-7069

115



EXTRATO DE CONTRATO Nº 76/2010

Nº Processo: 0824/2010. Contratante: MINISTÉRIO DA SAÚDE-CNPJ Contratado: 00832221000126. Contratado: RESIDUO ALL DE COPACABANA. SERVIÇOS DE BIO SEGURANÇA LTD. Objeto: Serviço de coleta, transporte em via pública, tratamento por incineração, armazenamento temporário e destinação final de resíduos químicos hospitalar para o INCA. Fundamento Legal: Artigo nº 24 inciso IV da Lei 8.666/93 e suas alterações. Vigência: 21/05/2010 a 20/11/2010. Valor Total: R\$168.000,00. Fonte: 151000000 - 2010NE901772. Data de Assinatura: 17/05/2010.

(SICON - 20/05/2010) 250052-00001-2010NE900017

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO Nº 99/2010

Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de materiais médicos hospitalares. Total de Itens Licitados: 00116. Edital: 21/05/2010 de 09h00 às 17h00. ENDEREÇO: Rua do Resende, 128 - sala 302 Centro - RIO DE JANEIRO - RJ. Entrega das Propostas: a partir de 21/05/2010 às 09h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 04/06/2010 às 09h00 no site www.comprasnet.gov.br. Informações Gerais: Acessar os sites www.comprasnet.gov.br ou www.inca.gov.br para retirada do edital.

RENATA DIAS FERREIRA QUINTANILHA
Pregoeira

(SIDE - 20/05/2010) 250052-00001-2010NE900183

RESULTADOS DE JULGAMENTOS
PREGÃO Nº 69/2010

O Instituto Nacional de Câncer, através do pregoeiro, torna público o Resultado de Julgamento do pregão acima: a empresa GE HEALTHCARE LIFE SCIENCES DO BRASIL - COMÉRCIO DE PRODUTOS foi vencedora do item 02. Para o item 01, o pregão foi frustrado.

PAULO AUGUSTO DIAS DE OLIVEIRA
Pregoeiro

(SIDE - 20/05/2010) 250052-00001-2010NE900183

SECRETARIA NACIONAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL

EXTRATOS DE ACORDOS

Espécie: Acordo de Melhoria de Desempenho - AMD. Objeto: Melhoria do desempenho institucional e operacional do prestador de serviços.

PRESTADOR DE SERVIÇOS	UF	PROCESSO Nº	VALOR	DATA	VIGÊNCIA
SANEAMENTO BÁSICO VINHEDO - SANBRAVI	SP	80000.03728/2005-33	alíquota fixa	04/04/2010	31/12/2014

Espécie: Acordo de Melhoria de Desempenho - AMD. Objeto: Melhoria do desempenho institucional e operacional do prestador de serviços.

PRESTADOR DE SERVIÇOS	UF	PROCESSO Nº	VALOR	DATA	VIGÊNCIA
SERVIÇO COLATINIANENSE DE MEIO AMBIENTE E SANEAMENTO AMBIENTAL - SANBRAV	ES	80000.003366/2010-94	alíquota fixa	20/05/2010	31/12/2014

Ministério das Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

AVISOS

A Comissão Especial de Licitação - CEL, por força do disposto no art. 44, da Lei nº 9.784/1999, convoca a(s) SISTEMA CANGUÇU DE COMUNICAÇÃO LTDA, a se manifestar(em), no prazo de 10 (dez) dias, quanto ao teor do PARECER/AGU/CONJUR-MC/ROS/Nº 2208-2.17/2009, que opina no sentido da anulação do ato da Comissão Especial de Licitação que a considerou habilitada para a localidade(s) de Morro Redondo no Estado do Rio Grande do Sul, na concorrência 098/2000 - SSR/MC.

Os autos do(s) processo(s) estarão disponíveis na Secretaria da Comissão Especial de Licitação, Sobreloja - sala 104, Ministério das Comunicações, no seguinte endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Ed. Sede, Brasília/DF, sendo que a contagem do prazo terá início a partir do primeiro dia útil seguinte à presente publicação, a teor do §5º do art. 109 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

A Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria MC nº 432, de 24 de julho de 2009, publicada no DOU de 27/07/2009, e suas alterações, em conformidade com a legislação em vigor e Editais de Licitação, torna público o resultado de análise do(s) recurso(s) interposto(s) na fase de habilitação de proponente(s), com relação à(s) concorrência(s) e respectivo(s) serviço(s) indicado(s) no Anexo Único.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00032010052100115

PREGÃO Nº 72/2010

O Instituto Nacional de Câncer, através de sua pregoeira, torna público o resultado de julgamento do pregão acima, no qual fora frustrado.

RENATA DIAS FERREIRA QUINTANILHA

(SIDE - 20/05/2010) 250052-00001-2010NE900183

Ministério das Cidades

COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS

RESULTADO DE JULGAMENTO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 6-2010/GALIC-AC/CBTU

A Pregoeira torna público que o Pregão Eletrônico nº 006-2010/GALIC-AC/CBTU - BB nº 302771, para contratação de empresa para prestação de serviços de motorista de veículos de pequeno e médio porte para atender às necessidades da CBTU - Companhia Brasileira de Trens Urbanos, foi homologado pela autoridade competente, sendo considerado vencedor do certame, pelo preço total de R\$214.992,00 (duzentos e quatorze mil, novecentos e noventa e dois reais), a empresa GENERAL SERVICE SOLUÇÕES EM SERVIÇOS LTDA. O resultado foi homologado no site do Banco do Brasil.

VALÉRIA XAVIER DA COSTA
Pregoeira

SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS
DE BELO HORIZONTE

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: Termo Aditivo Nº 004 Contrato Nº 021/CBTU/ME-TROB/2007. Contratante: Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU. Contratada: MAGIK IMPRESSOS GRÁFICOS LTDA. OBJETO: Acréscimo de valor. Fundamento Legal: art. 65, inciso I,

letra "b" c/c § 1º da Lei nº 8.666/93. Processo: PRC-0458/2010. Data de Assinatura: 13.05.10. Signatários: Pela CBTU - José Roizenhruch e Lister César Nascimento. Pela Contratada: José Ademir Benito.

AVISO DE CADASTRAMENTO

Cadastramento - 2010/CBTU-STU/BH

Em atendimento ao art. 34, § 1º da Lei nº 8.666/93, torna público a convocação de empresas que atuem nas seguintes áreas: Prestadoras de Serviços Diversos, Instaladoras, Construtoras e Fornecedoras de Material. Informações no DELIC, à Rua Junátria 181, 4º andar, Floresta, BH/MG, Cep: 31 110-060. Tel: (31) 3250-4031 ou no site: www.metrobh.gov.br.

COMISSÃO PERMANENTE DE CADASTRO

SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS
DE JOÃO PESSOA

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2/2010

Extrato de Registro de Preços nº 02/2010

ESPÉCIE: Registro de Preços 02/2010. Objeto: Aquisição de Pó de Pedra para a STU-JOP/CBTU. CONTRATANTE: Companhia Brasileira de Trens Urbanos - STU-JOP/CBTU. CONTRATADA: SEL COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E SERVIÇOS LTDA. Valor por metro cúbico R\$ 45,77. Data da assinatura: 28/04/2010. Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico nº 02/2010 - GELIC/STU-JOP/CBTU. Vigência: 12 (doze) meses.

ANEXO ÚNICO

RECURSO CONTRA A HABILITAÇÃO DE TERCEIROS - CONHECIDO E PROVIDO.

Concorrência Nº - CEL/MC	Ser-Viço	Localidade(s)	UF	Recurrente	Contra Habilitação de:
061/2009	TV	Ampiruca	AL	UNICOM UNIAO COMUNICACAO LTDA.	EMPRESA DE COMUNICACAO CORREIO LTDA.
061/2009	TV	Ampiruca	AL	REDE AGRESTE-SERCAO DE COMUNICACAO LTDA.	SISTEMA ALAGOANO DE TELECOMUNICACAO LTDA.
061/2009	TV	Ampiruca	AL	SISTEMA ALAGOANO DE TELECOMUNICACAO LTDA.	SISTEMA REGIONAL DE COMUNICACAO LTDA.
066/2009	TV	Umuarama	PR	DNA COMUNICACAO LTDA.	TELEVISAO DIAMANTE LTDA.

A Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria MC nº 432, de 24 de julho de 2009, publicada no DOU de 27/07/2009, e com base no(s) Edital(s) de Licitação, torna público a abertura de prazo para apresentação de IMPUGNAÇÃO(s) ao(s) recurso(s) interposto(s) na fase de habilitação, nas(s) Concorrência(s) indicada(s) no(s) Anexo(s) I e II.

Os autos do(s) processo(s) estarão disponíveis na Secretaria da Comissão Especial de Licitação, Sobreloja - sala 104, Ministério das Comunicações, no seguinte endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Ed. Sede, Brasília/DF, os eventuais recursos deverão ser protocolizados no Protocolo Geral deste Ministério, sendo que a contagem do prazo de cinco dias úteis terá início a partir do primeiro dia útil seguinte à presente publicação, a teor do §5º do art. 109 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

ANEXO I

RECURSOS CONTRA HABILITAÇÃO DE TERCEIROS

Conc. Nº - SSR/MC	UF	Localidade(s)	Serviço	Recurrente	Recurrida
003/2010	MG	Cumpanha	TV	Fênix Radiodifusão e Produções Ltda.	Empresa de Radiodifusão Conquista Ltda.
003/2010	MG	Cumpanha	TV	Fênix Radiodifusão e Produções Ltda.	RF Tecnologia e Participações Ltda.
003/2010	MG	Cumpanha	TV	Fênix Radiodifusão e Produções Ltda.	Rádio e Televisão Século 21 Ltda.
004/2010	MG	Itabira	TV	Rede WG de Comunicações Ltda.-ME	Guarani Radiodifusão Ltda.
004/2010	MG	Itabira	TV	Rede WG de Comunicações Ltda.-ME	NSTV - Sistema de Comunicações Ltda.
004/2010	MG	Itabira	TV	Rede WG de Comunicações Ltda.-ME	Ocean Comunicação Digital SE Ltda.
004/2010	MG	Itabira	TV	Rede WG de Comunicações Ltda.-ME	Ocean Comunicação Digital SE Ltda.
004/2010	MG	Itabira	TV	Rede WG de Comunicações Ltda.-ME	Sistema TV Paulista Ltda.
004/2010	MG	Itabira	TV	Rede WG de Comunicações Ltda.-ME	TV Itabira Ltda.
005/2010	AC	Rio Branco	TV	NSTV - Sistema de Comunicações Ltda.	SF Serviços de Comunicações Ltda.-EPP
005/2010	AC	Rio Branco	TV	NSTV - Sistema de Comunicações Ltda.	Rádio e Televisão Acre Ltda.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL

09 SET 2011

Nº 26, sexta-feira, 21 de maio de 2010

ANEXO II

RECURSOS CONTRA PRÓPRIA INABILITAÇÃO

Conc. N.º	UF	Localidade(s)	Serviço	Recorrente
002/2010	MG	Cambui	TV	Shorpiem Sistema de Telecomunicações Ltda.-EPP
003/2010	MG	Campanha	TV	Shorpiem Sistema de Telecomunicações Ltda.-EPP
004/2010	MG	Itabira	TV	RF Tecnologia e Participações Ltda.
004/2010	MG	Itabira	TV	Shorpiem Sistema de Telecomunicações Ltda.-EPP

A Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria MC n.º 432, de 24 de julho de 2009, publicada no DOU de 27/07/2009, e com base no Edital de Licitação, torna pública a abertura de prazo para apresentação de IMPUGNAÇÃO, a recurso na Concorrência indicada no Anexo Único.

Os autos dos processos, em atenção ao subitem 10.6 do Edital, estarão disponíveis para obtenção de vistas de 24 a 28 de maio de 2010, na Comissão Especial de Licitação, no seguinte endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Ed. Sede, Brasília/DF, os eventuais recursos deverão ser protocolizados no Protocolo Geral deste Ministério, sendo que a contagem do prazo de cinco dias úteis terá início a partir do primeiro dia útil seguinte à presente publicação, a teor do §5º, do art. 109 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Brasília - DF, 20 de maio de 2010.
ALVIMAR BERTRAND D. G. DE MACÊDO
Presidente da Comissão

ANEXO ÚNICO

Conc. N.º	UF	Localidade	Serviço	Recorrente	Ato recorrido
090/2001	GO	Novo Gama	FM	Rádio e TV Schuppo Ltda.	Decisão da Comissão Especial de Licitação que tornou sem efeito o aviso publicado no DOU de 23/03/2010, e declarou como vencedora do certame a licitante Sistema Norte de Radiodifusão Ltda.

RESULTADOS DE HABILITAÇÃO

A Comissão Especial de Licitação, por meio da Portaria MC n.º 432, de 24 de julho de 2009, publicada no DOU de 27/07/2009, e suas alterações, em conformidade com o Edital de Licitação, torna público o(s) resultado(s) da análise da documentação da(s) proponente(s) identificada(s) na(s) concorrência(s) constante(s) do(s) anexo(s).

Os autos dos processos, em atenção ao subitem 10.6 do Edital, estarão disponíveis para obtenção de vistas de 24 a 28 de maio de 2010, na Comissão Especial de Licitação, no seguinte endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Sobreloja - sala 110, Ed. Sede, Brasília/DF.

Os eventuais recursos deverão ser protocolizados no Protocolo Geral deste Ministério, sendo que a contagem do prazo de cinco dias úteis, para sua interposição, dar-se-á a partir de 31 de maio de 2010, conforme o subitem 11.1 do Edital, bem como nos termos do artigo 109, inciso I, alínea "a", §5º, art. 110, todos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Brasília - DF, 17 de maio de 2010.

ANEXO I

Concorrência Nº 014/2010-CEL/MC, Localidade de Sobradinho/RS

Proponente	Serviço	Nº do Processo	Resultado
Mistral Radiodifusão Ltda.	TV	53000.02060/10	HABILITADA
SF Serviços de Comunicações Ltda-ME	TV	53000.024057/10	HABILITADA
Empresa de Radiodifusão Conquista Ltda.	TV	53000.024056/10	HABILITADA
Rádio e Televisão RBC Ltda.	TV	53000.024061/10	HABILITADA
MMA Comunicações Ltda.	TV	53000.024055/10	HABILITADA
Goto TV Televisão Ltda.	TV	53000.024058/10	HABILITADA
Televisão Novo Século Ltda.	TV	53000.024065/10	HABILITADA
Rádio e Televisão Século 21 Ltda.	TV	53000.024054/10	HABILITADA
Rede Mundial de Rádio e Televisão Ltda.	TV	53000.024063/10	NAO HABILITADA

A Comissão Especial de Licitação, por meio da Portaria MC n.º 432, de 24 de julho de 2009, publicada no DOU de 27/07/2009, e suas alterações, em conformidade com o Edital de Licitação, torna público o(s) resultado(s) da análise da documentação da(s) proponente(s) identificada(s) na(s) concorrência(s) constante(s) do(s) anexo(s).

Os autos dos processos, em atenção ao subitem 10.6 do Edital, estarão disponíveis para obtenção de vistas de 24 a 28 de maio de 2010, na Comissão Especial de Licitação, no seguinte endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Sobreloja - sala 110, Ed. Sede, Brasília/DF.

Os eventuais recursos deverão ser protocolizados no Protocolo Geral deste Ministério, sendo que a contagem do prazo de cinco dias úteis, para sua interposição, dar-se-á a partir de 31 de maio de 2010, conforme o subitem 11.1 do Edital, bem como nos termos do artigo 109, inciso I, alínea "a", §5º, art. 110, todos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

ANEXO I

Concorrência Nº 017/2010-CEL/MC, Localidade de São José da Laje/AL

Proponente	Serviço	Nº do Processo	Resultado
MMA Comunicações Ltda.	FM	53000.025213/10	HABILITADA
Alagoas Comunicação Ltda.	FM	53000.025211/10	HABILITADA
Empresa de Radiodifusão Conquista Ltda.	FM	53000.025218/10	HABILITADA
Sistema Alagoano de Rádio Ltda.	FM	53000.025219/10	HABILITADA
Empresa de Comunicações de Rádio AM/FM e TV Ltda.-EPP	FM	53000.025209/10	HABILITADA
Quarant Radiodifusão Ltda.	FM	53000.025212/10	HABILITADA
Sistema Costa Dourada de Radiodifusão Ltda.	FM	53000.025208/10	NAO HABILITADA
FM Tobias Barreto Almeida Reis Ltda.	FM	53000.025207/10	NAO HABILITADA
TV Chateaubriand Ltda.-EPP	FM	53000.025210/10	NAO HABILITADA
Barbosa & Alexandro Comunicações Ltda.	FM	53000.025217/10	NAO HABILITADA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00032010052100116

ANEXO II

Concorrência Nº 018/2010-CEL/MC, Localidade de Adamantina/SP

Proponente	Serviço	Nº do Processo	Resultado
Empresa de Radiodifusão Conquista Ltda.	FM	53000.025408/10	HABILITADA
Onix Radiodifusão Ltda.	FM	53000.025409/10	HABILITADA
Rota Comunicações Ltda.	FM	53000.025410/10	HABILITADA

A Comissão Especial de Licitação, por meio da Portaria MC n.º 432, de 24 de julho de 2009, publicada no DOU de 27/07/2009, e suas alterações, em conformidade com o Edital de Licitação, torna público o(s) resultado(s) da análise da documentação da(s) proponente(s) identificada(s) na(s) concorrência(s) constante(s) do(s) anexo(s).

Os autos dos processos, em atenção ao subitem 10.6 do Edital, estarão disponíveis para obtenção de vistas de 24 a 28 de maio de 2010, na Comissão Especial de Licitação, no seguinte endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Sobreloja - sala 110, Ed. Sede, Brasília/DF.

Os eventuais recursos deverão ser protocolizados no Protocolo Geral deste Ministério, sendo que a contagem do prazo de cinco dias úteis, para sua interposição, dar-se-á a partir de 31 de maio de 2010, conforme o subitem 11.1 do Edital, bem como nos termos do artigo 109, inciso I, alínea "a", §5º, art. 110, todos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Brasília - DF, 20 de maio de 2010.
ALVIMAR BERTRAND D. G. DE MACÊDO
Presidente da Comissão

ANEXO I

Concorrência Nº 015/2010-CEL/MC, Localidade de Rio do Sul/SC

Proponente	Serviço	Nº do Processo	Resultado
Empresa de radiodifusão Tijucas FM Lt. da EPP	TV	53000.024347/10	HABILITADA
MMA Comunicações Ltda.	TV	53000.024346/10	HABILITADA
Rádio e Televisão RBC Ltda.	TV	53000.024357/10	HABILITADA
Rede Brasil de Radiodifusão Limitada	TV	53000.024330/10	HABILITADA
Televisão Altamar Ltda.	TV	53000.024337/10	HABILITADA
NSTV Sistema de Comunicações Ltda.	TV	53000.024340/10	HABILITADA
Empresa de Radiodifusão Conquista Ltda.	TV	53000.024334/10	HABILITADA
Televisão Novo Século Ltda.	TV	53000.024332/10	HABILITADA
Quarant Radiodifusão Ltda.	TV	53000.024338/10	HABILITADA
Sistema Adonal de Comunicação Ltda.	TV	53000.024336/10	HABILITADA
Televisão Adonal Ltda.	TV	53000.024343/10	HABILITADA
Lohn Sociedade de Rádio Ltda.	TV	53000.024339/10	HABILITADA
Martina Fayad Radiodifusão Ltda.	TV	53000.024349/10	HABILITADA
Sistema TV Paulista Ltda.	TV	53000.024351/10	NAO HABILITADA
RBA Participações Ltda.	TV	53000.024341/10	NAO HABILITADA

ANEXO II

Concorrência Nº 016/2010-CEL/MC, Localidade de Piranhas/AL

Proponente	Serviço	Nº do Processo	Resultado
MMA Comunicações Ltda.	FM	53000.024534/10	HABILITADA
Empresa de Radiodifusão Conquista Ltda.	FM	53000.024535/10	HABILITADA
Sistema de Comunicações de Rádio AM/FM e TV Ltda.-EPP	FM	53000.024517/10	HABILITADA
TV Chateaubriand Ltda.	FM	53000.024525/10	HABILITADA
Sistema Alagoano de Rádio Ltda.	FM	53000.024532/10	HABILITADA
Alagoas Comunicações Ltda-ME	FM	53000.024536/10	HABILITADA
FM Tobias Barreto Almeida Reis Ltda.	FM	53000.024533/10	NAO HABILITADA
Barbosa & Alexandro Ltda.	FM	53000.024530/10	NAO HABILITADA
Cândido Lemos Ltda.	FM	53000.024522/10	NAO HABILITADA
Piranhas Comunicação Ltda.	FM	53000.024518/10	NAO HABILITADA
Quarant Radiodifusão Ltda.	FM	53000.024537/10	NAO HABILITADA

EXTRATO DE CONTRATO

PARTES: União e Continental Comunicações Ltda.-ME.
ESPECIE: Contrato de Concessão outorgada por meio do Decreto de 4 de abril de 2008, publicado no Diário Oficial da União de 7 de abril de 2008.
OBJETO: Execução do serviço de radiodifusão sonora em onda média, na localidade de Comodoro, Estado de Mato Grosso.
VIGÊNCIA: O contrato tem vigência de 10 (dez) anos e entra em vigor na data de publicação deste extrato no Diário Oficial da União.
DATA E ASSINATURA: 19 de maio de 2010. José Artur Filardi Leite - Ministro de Estado das Comunicações, e Alexandro Elias Benedetti - Procurador da Continental Comunicações Ltda.-ME.

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES
PRESIDÊNCIA EXECUTIVA

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato SAD nº 10/2010-Anatel; Data de Assinatura: 14/05/2010; Contratada: Vip Segurança Ltda.; Vigência: 12 (doze) meses, contados a partir de 15/05/2010; Objeto: prestação de serviços de vigilância armada e desarmada na Sede e Unidade Operacional da Anatel em Brasília; Modalidade de Licitação: Pregão Aberto; Fundamento Legal: artigos 55 e 57, da Lei nº 9.472/97, Artigo 32 do Regulamento de Contratações, aprovado pela Resolução nº 005/98 da Anatel; Regimento Interno da Anatel; Lei 8.666/93; Valor estimado do Contrato: R\$ 3.522.825,96; Processo nº 53500.000001/2010.

SUPERINTENDÊNCIA DE RADIOFREQUÊNCIA E FISCALIZAÇÃO
GERÊNCIA-GERAL DE FISCALIZAÇÃO
ESCRITÓRIO REGIONAL NO ESTADO DE MINAS GERAIS

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 6/2010

A Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel, no uso de suas atribuições legais, e nos termos do disposto no art. 77, inciso IX, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 270/01, comunica a imposição de sanção e de arquivamento às entidades abaixo relacionadas:

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RECEBUEMOS
DO
DEPARTAMENTO DE
RECEBUEMOS
DO
DEPARTAMENTO DE

Nesta data anexe aos autos do processo de
nº 53000019793/010 documentação
a seguir constituída de 87 folhas,
que assim numerou: 112, 198
Data: 07, 07, 010
Nome: Vanice
Assinatura: [assinatura]

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL
09 SET 2011
R

Ministério das Comunicações
Fis. 119
Rubrica: CEL

Ilustríssimo Senhor

DOUTOR ALVIMAR BERTRAND G. DE MACÊDO

M.D. Presidente da Comissão Especial de Licitação
do Ministério das Comunicações.

84



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
BRASILIA - DF
53000 027206/2010-23
SEPRO/DILOG/COLOG/CCRL/SPD
27/05/2010-11:41

Referência: Processo n°. 53000.019.793/2010
Protocolo n°. 53000.023.353/2010

A **RÁDIO E TELEVISÃO SÉCULO 21 LTDA.**, com sede na Rua João Previtale n°. 1834, anexo B, Jardim Alto da Colina, na cidade de Valinhos, Estado de São Paulo, proponente ao Edital da Concorrência n°. **003/2010 - CEL / MC**, que tem como objeto a outorga de serviço de radiodifusão de sons e imagens, na localidade de Campanha, Estado de Minas Gerais, vem, mui respeitosamente, perante Vossa Senhoria, por seu representante legal abaixo assinado, apresentar impugnação ao recurso interposto pela proponente **FENIX RADIODIFUSÃO E PRODUÇÕES LTDA.**, contra a habilitação desta entidade no certame, pelas razões que passa a expor:

DOS FATOS.

1. Utilizando-se das prerrogativas da Lei n°. 8.666/1993 e do texto editalício, apresentou a proponente **FENIX RADIODIFUSÃO E PRODUÇÕES LTDA.**, recurso contra a decisão da Comissão Especial de Licitação, que tornou esta proponente habilitada.
2. Alegou, primordialmente, o seguinte:

- a. Ausência da Certidão Negativa de protestos referente à proponente.

b. Balanço Patrimonial não registrado na Junta Comercial.

DAS CONTRA-RAZÕES

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL
6 9 SET 2011

3. Dispõe o artigo 15, § 5º alínea "b" do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão - RSR:

"Art. 15. Para a habilitação exigir-se-á aos interessados documentação relativa a:

.....

§ 5º. A documentação relativa aos dirigentes consistirá em:

a).....

b) certidão dos cartórios distribuidores Cíveis e Criminais e de Protestos de Títulos, dos locais de residência nos últimos cinco anos, bem assim das localidades onde exerçam, ou hajam exercido, no mesmo período, atividades econômicas;" (grifado)

4. Determina o artigo 124, da Lei nº. 8666/1963:

"Art. 124. Aplicam-se às licitações e aos contratos para permissão ou concessão de serviços públicos os dispositivos desta Lei, **que não conflitem com a legislação específica sobre o assunto.**" (grifado)

5. Consoante ao dispositivo retro mencionado, o Edital em epígrafe contemplou o determinado pelo artigo 15 do RSR, no subitem 5.1.5. da seguinte forma:

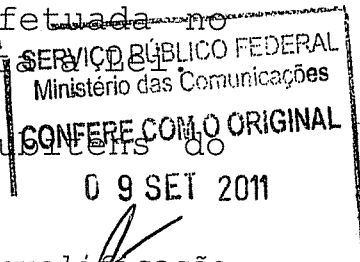
"5.1.5. Certidões expedidas pelas Justiças Estadual e Federal, quanto a feitos cíveis e criminais, bem como certidões dos Cartórios de Protestos de Títulos, todas dos locais de residência e de exercício de atividade econômica dos dirigentes nos últimos 05 (cinco) anos."

6. Observa-se pelo texto editalício acima reproduzido, que a obrigatoriedade repousa na apresentação das certidões expedidas pelas Justiças Estadual e Federal referentes a feitos cíveis e criminais dos locais onde o administrador mantém ou manteve residências e exerce ou exerceu atividades econômicas nos últimos 05 anos.

7. Mesmo porque, não poderia o Edital fugir das determinações contidas na legislação específica de radiodifusão, cujo Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, neste sentido, teve a sua redação alterada pelo Decreto nº. 2.108, de 24 de dezembro de 1996.

8. No que tange ao Balanço Patrimonial apurado em 31 de dezembro de 2009, o termo de Abertura e Encerramento teve a sua autenticação efetuada no Cartório de Registro Civil segundo facultada pela Lei

9. Além do que, dispõe o item 5.2 e subitem do Edital:



"5.2 A proponente deverá comprovar sua qualificação econômico - financeira mediante:

5.2.1 Para as Proponentes em atividade, apresentação do Balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentadas na **forma da lei**, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, admitindo-se as demonstrações financeiras do exercício imediatamente anterior, caso não tenha transcorrido ainda, o prazo legal de sua divulgação.

5.2.2 Para as proponentes inativas ou constituídas há menos de 1 (um) ano, a apresentação do balanço de abertura em conformidade com todos os requisitos da legislação societária e comercial." (grifado)

10. A redação do item 5.2 segue o estabelecido no inciso I, do artigo 31, da Lei nº. 8.666/1993 que determina que o balanço seja apresentado na forma da Lei. Neste caso, na legislação pertinente a balanços patrimoniais existe a distinção entre as sociedades anônimas e os demais tipos societários.

11. As sociedades mercantis regidas pela Lei nº. 6.404/1976, que dispõe sobre as sociedades por ações ou anônimas, são obrigadas não só a elaborar o balanço patrimonial, como também publicá-lo, conforme estabelece o § 1º do art. 176 do referido diploma legal

12. Os demais tipos societários devem elaborar balanços patrimoniais a partir do fim do exercício

social, consoante o que estabelece os seus contratos sociais e o artigo 10, item 4 do Código Comercial.

13. Verifica-se, portanto, que as sociedades empresárias por quotas não registram os balanços automaticamente, cabe a elas colecionar as suas demonstrações contábeis no Livro Diário, consoante estabelece, o artigo 1.184, do Código Civil *in verbis*:

"art. 1.184 - No Diário serão lançadas, com individuação, clareza e caracterização do documento respectivo, dia a dia, por escrita direta ou reprodução, todas as operações relativas ao exercício da empresa.

.....

§ 2º. Serão lançados no Diário o balanço patrimonial e o resultado econômico, devendo ambos ser assinados por técnico em ciências contábeis e pelo empresário ou sociedade empresária."

13. No presente caso, trata-se de Balanço Patrimonial referente ao exercício de 2000 de sociedade inativa.



14. No Brasil, a escrituração contábil segue o Código Civil, o Decreto-lei nº. 486/1969, o RIR/99 - Regulamento do Imposto de Renda, a Lei das Sociedades Anônimas, a Lei de Falências e Recuperação de Empresas e, ainda, as normas de diversos órgãos governamentais.

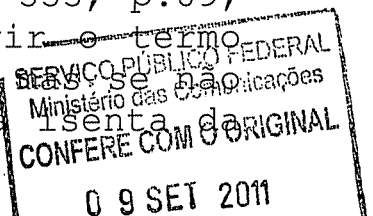
15. A IN SRF nº. 16, de 1984, admite a autenticação do livro Diário em data posterior ao movimento das operações nele lançadas, desde que o registro e a autenticação tenham sido promovidos até a data da entrega tempestiva da declaração, correspondente ao respectivo período. Neste caso a autenticação do Livro poderia ser procedida até dia 31/05/2010, data da entrega da declaração de Imposto de Renda por pessoas jurídicas.

16. Por fim, torna-se evidente que para a apresentação do termo de abertura e de encerramento devidamente registrados na Junta

Comercial, é necessário que o edital exija, expressamente, tal obrigatoriedade, consoante se toma como exemplo o item 7.4.1.2 do Edital nº. 005/99 - TVC - SCM/ANATEL, pág.14 (anexo), que assim dispõe:

"7.4.1.2 Quando se tratar de sociedade por cotas de responsabilidade limitada, deverá ser apresentada cópia autenticada das folhas do Livro Diário em que o balanço foi transcrito."

17. Sobre o assunto, o jurista Renato Geraldo Mendes, em sua obra "Lei de Licitações e Contratos Anotada", 3. ed. Curitiba: Zênite, nota 555, p.89, sustenta que a Administração pode exigir o termo de abertura e de encerramento do livro, ~~se não há~~ há previsão no edital, a licitante está isenta de apresentação, devendo ser habilitada.



18. Enfatiza-se que o Código Civil ao tornar obrigatórias as assinaturas do profissional, em ciências contábeis legalmente habilitado e do empresário ou sociedade empresária, está determinando as responsabilidades societária e técnica dos índices contábeis lavrados, necessária e decisiva no processo licitatório, posto que representa a admissão, o aceite ou, ainda, deferimento do proponente como partícipe do processo licitatório, pois apura a capacitação econômico - financeira da empresa em contratar com a Administração.

19. A necessidade da comprovação de sua autenticação não foi considerada necessária pelo Órgão licitante, daí a não exigência contida no texto editalício.

20. No intuito de confundir essa Comissão de Licitação, e, desprezando a capacidade intelectual desse Órgão Colegiado, a recorrente cita o texto editalício com a intenção de proporcionar uma roupagem legítima ao recurso, que carece de fundamento fático e legal.

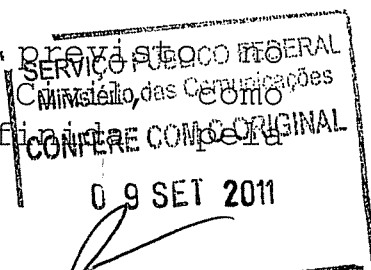
Comunicações
Fls. 112
Rubrica
P

21. Espernear com ações infundadas, com objetivos procrastinatórios, onera a Administração, lota as repartições públicas de processos e impede que o certame prossiga de forma eficiente.

DA LITIGÂNCIA DE MÁ FÉ.

22. Verifica-se que sem qualquer amparo legal, a licitante **FENIX RADIODIFUSÃO E PRODUÇÕES LTDA. LTDA.**, vem tentando retirar do certame as demais proponentes, levantando suspeições e dúvidas acerca da idoneidade de suas concorrentes.

23. Tal procedimento predatório é previsto no artigo 17 do Código de Processo Civil, como **litigância de má-fé**, assim definida pela professora Maria Helena Diniz:



"**LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ** - Direito processual civil. Diz-se ato de deduzir pretensão ou defesa contra texto, expresso de lei ou fato incontroverso, **alterar a verdade dos fatos**; usar do processo para conseguir objetivo ilegal; **opor resistência injustificada ao andamento do processo**; proceder de modo temerário em qualquer incidente ou ato do processo; provocar incidentes manifestamente infundados ..."

24. Litigâncias dessa natureza estão sendo punidas pelo Poder Judiciário, conforme já fixou o Pretório Excelso em diretriz jurisprudencial, cujo relator foi o Ministro Marco Aurélio (STF - 2ª Turma - Agravo Regimental em Agravo de Instrumento ou Petição nº. 146998 - DJ 19.3.93, p. 4284).

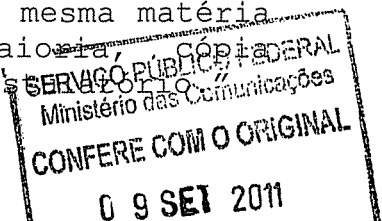
"... frente ao descompasso entre a decisão impugnada e as razões do agravo, este transpõe como sendo meramente protelatório."

As razões dissociadas da matéria tratada no recurso afiguram-se meramente protelatórias, por submeter à Comissão de Licitação a análise de uma questão infundada, sem qualquer possibilidade de sucesso. O recurso, nessa

circunstância, serve apenas à finalidade de abarrotar as prateleiras da Administração Pública, sem qualquer probabilidade de reforma da decisão. Aliás, sobre o tema versa a Súmula 284 do STF, de seguinte teor "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia".

25. Da mesma forma decidiu o Tribunal de Alçada de São Paulo (2º TAC-SP-AP-s/REV 427.852 - 6º Cam - Rel. Juiz LAGRAS - TA NETO - j 22.3.95).

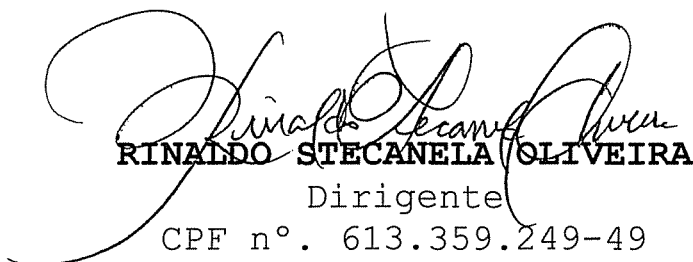
"Litigante de má-fé - recurso deduzindo questões já decididas e transitadas em julgado - caráter protelatório - caracterização - a interposição de vários recursos, sem êxito do recorrente, todos voltados contra a mesma matéria e, com agravante de serem, em sua maioria, repetitivos e reprográficos, caracteriza abuso do direito processual".



DO PEDIDO

Diante do exposto, e tendo em vista que os motivos alegados pela Recorrente não ensejam na exclusão desta licitante do certame por estarem em desarmonia com os fatos, com a Lei, a doutrina e com a jurisprudência, espera esta Recorrida que seja acatados os termos da presente Impugnação por essa douta Comissão Especial de Licitação, e, consequentemente, seja mantida a decisão constante das folhas 152, da Seção 3, do Diário Oficial publicado em 30 de abril de 2010.

Valinhos - SP, 25 de maio de 2010.


RINALDO STECANELA OLIVEIRA
Dirigente
CPF nº. 613.359.249-49

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

Licitação Nº 005/99 – TVC – SCM/ANATEL

EDITAL DE TV A CABO



ANATEL

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL

09 SET 2011



BRASÍLIA/DF,
Setembro de 1999



AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

Ministério das Comunicações
Fls. 120
Rubrica
DEL

LICITAÇÃO Nº 005/99 – TVC – SCM/ANATEL

EDITAL

ÍNDICE

1. OBJETO.
2. DISPOSIÇÕES INICIAIS.
3. IMPUGNAÇÃO DO EDITAL.
4. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO.
5. CRITÉRIOS PARA ELABORAÇÃO DA PROPOSTA TÉCNICA.
6. CRITÉRIOS PARA ELABORAÇÃO DA PROPOSTA FINANCEIRA.
7. REQUISITOS PARA HABILITAÇÃO DAS PROPONENTES.
8. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS TÉCNICA E FINANCEIRA E DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO.
9. ABERTURA DA PROPOSTA TÉCNICA.
10. CRITÉRIOS PARA ANÁLISE E JULGAMENTO DA PROPOSTA TÉCNICA.
11. ABERTURA DA PROPOSTA FINANCEIRA.
12. CRITÉRIOS PARA ANÁLISE E JULGAMENTO DA PROPOSTA FINANCEIRA.
13. CRITÉRIOS PARA JULGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO FINAL DAS PROPOSTAS, POR ÁREA DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO.
14. ABERTURA E ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO.
15. ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO
16. RECURSOS E MANIFESTAÇÕES.
17. PENALIDADES.
18. DISPOSIÇÕES FINAIS.
19. ANEXOS.





AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES



LICITAÇÃO Nº 005/99 – TVC – SCM/ANATEL

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL

09 SET 2011

EDITAL

A AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, neste ato representada por seu Presidente, torna público que estará recebendo, através da Comissão Especial de Licitação, no dia 10/11/1999, às 09:00 horas no Mini Auditório da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, situado no Setor de Autarquias Sul, Quadra 06 Bloco E, Ed. Dep. Luís Eduardo Magalhães – Brasília /DF, as Propostas Técnica, Financeira e a Documentação de Habilitação dos interessados em participar desta licitação, pelo Direito de Exploração do Serviço de TV a Cabo nas Áreas de Prestação do Serviço de Tamandaré-PR, Alta Floresta-MT, Arapongas-PR, Assis-SP, Atibaia-SP, Barra do Piraí-RJ, Barretos-SP, Birigui-SP, Botucatu-SP, Cáceres-MT, Camaquã-RS, Campo Bom-RS, Campo Largo-PR, Campo Mourão-PR, Canguçu-RS, Caratinga-MG, Carazinho-RS, Cruzeiro-SP, Esteio-RS, Formiga-MG, Guarapari-ES, Hortolândia-SP, Itajubá-MG, Itaperuna-RJ, Itapeva-SP, Itaúna-MG, Jandira-SP, Januária-MG, Japeri-RJ, Jaú-SP, Lavras-MG, Leme-SP, Lorena-SP, Manhuaçu-MG, Montenegro-RS, Muriaé-MG, Nova Lima-MG, Ourinhos-SP, Ouro Preto-MG, Palhoça-SC, Pará de Minas-MG, Paracatu-MG, Paranavai-PR, Patrocínio-MG, Pindamonhangaba-SP, Pinhais-PR, Ponte Nova-MG, Queimados-RJ, Rolim de Moura-RO, Salto-SP, Santa Rosa-RS, Santiago-RS, Santo Ângelo-RS, São Borja-RS, São Carlos-SP, São Gabriel-RS, São João da Boa Vista-SP, São João Del Rei-MG, São Lourenço do Sul-RS, São Mateus-ES, Sapiiranga-RS, Taquara-RS, Tatui-SP, Teixeira de Freitas-BA, Telêmaco Borba-PR, Toledo-PR, Três Lagoas-MS, Três Rios-RJ, Uba-MG, Umuarama-PR, Unaí-MG, Valinhos-SP, Várzea Paulista-SP, Vilhena-RO e Votorantim-SP, todas indicadas no ANEXO I, deste Edital. Esta Licitação Pública será julgada pelo critério de melhor proposta de acordo com a média ponderada da valoração obtida na Proposta Técnica e na Proposta Financeira, observando-se os pesos atribuídos a cada pontuação, que estão definidos neste Edital.

A presente licitação reger-se-á pela Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 publicada no Diário Oficial da União (D.O.U.) do dia seguinte; pela lei nº 8.977, de 06 de janeiro de 1995, publicada no D.O.U. de 09 de janeiro de 1995; pelo Decreto nº 2.206, de 14 de abril de 1997 publicado no D.O.U. de 15 de Abril de 1997; pelo Decreto nº 2.534, de 02 de abril de 1998 publicado no D.O.U. de 03 de Abril de 1998; pela Norma nº 013/96-REV/97, aprovada pela Portaria nº 256, de 18 de abril de 1997 publicada no D.O.U. de 22 de Abril de 1997; pelo Regulamento de Licitação para Concessão, Permissão e Autorização de Serviço de Telecomunicações e Autorização de Uso de Radiofrequência, da Agência Nacional de Telecomunicações, aprovado pela Resolução nº 65, de 29 de outubro de 1998, publicada no D.O.U. de 30/10/98; pelo Regulamento dos Serviços de Telecomunicações aprovado, pela Resolução ANATEL nº 73, de 25 de novembro de 1998, publicada no D.O.U. de 27/11/98; pelo Regulamento para Apuração de Controle e de Transferência de Controle em Empresas Prestadoras de Serviços de Telecomunicações, aprovado pela Resolução nº 101, de 4 de fevereiro de 1999, publicada no D.O.U. de 05 de fevereiro de 1999.

1. OBJETO

1.1 O objeto desta Licitação é a outorga de concessão para exploração, sem exclusividade, em regime de competição, do Serviço de TV a Cabo em cada uma das Áreas de Prestação do Serviço indicadas no ANEXO I, pelo prazo de 15 (quinze) anos, renovável por iguais períodos.

1.2 O Serviço de TV a Cabo é o serviço de telecomunicações não aberto à correspondência pública, que consiste na distribuição de sinais de vídeo e/ou áudio a assinantes, mediante transporte por meios físicos, segundo as características estabelecidas no Regulamento aprovado pelo Decreto nº 2.206, de 14 de abril de 1997.

1.3 A Área de Prestação do Serviço é aquela correspondente ao perímetro do(s) município(s), conforme estabelecido em lei, em vigor na data de publicação do Aviso de Licitação objeto deste Edital.

2. DISPOSIÇÕES INICIAIS

2.1 Quaisquer pedidos de esclarecimentos sobre o conteúdo do Edital e de seus ANEXOS deverão ser dirigidos ao Presidente da Comissão Especial de Licitação, independentemente de sua aquisição, até 10 (dez) dias depois da data fixada no Aviso de Licitação para divulgação do Edital, mediante requerimento a ser protocolizado diretamente, ou através de objeto registrado, via postal, no endereço SAS Quadra 6 – Bloco H – Edifício Ministro Sérgio Motta – 2º andar – Protocolo da Agência Nacional de Telecomunicações, em Brasília/DF, CEP.: 70.313-900, devendo conter, sob pena de não conhecimento:

2.1.1 Externamente:

Ao
Presidente da Comissão Especial de Licitação
Licitação de TV A CABO – Agência Nacional de Telecomunicações
Protocolo da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, em Brasília
(preencher com o endereço completo)

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL

09 SET 2011

2.1.2 Internamente:

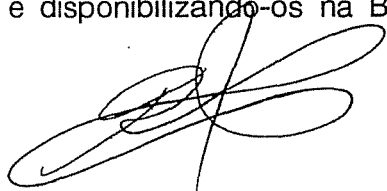
a) identificação e qualificação da requerente;

b) data, nome e assinatura do signatário, explicitando-se o cargo, quando se tratar de representante legal da pessoa jurídica, exigindo-se na hipótese de procurador, procuração com poderes específicos, outorgada na forma da lei;

c) objeto do requerimento, com a indicação clara dos itens dos documentos questionados;
d) fundamentação do pedido.

2.2 A Comissão Especial de Licitação responderá às consultas em até 10 (dez) dias antes da data fixada para recebimento das Propostas e da Documentação de Habilitação, fazendo publicar no D.O.U. o local e a maneira pela qual os interessados poderão obter cópias dos esclarecimentos, arquivando-os na Biblioteca da ANATEL em Brasília.

2.2.1 Independentemente da solicitação pelos interessados, a Comissão poderá expedir esclarecimentos sobre o instrumento convocatório, comunicando àqueles que o tiverem adquirido e disponibilizando-os na Biblioteca e, se for o caso, no endereço eletrônico da ANATEL.



2.3 Antes do recebimento das Propostas e da Documentação de Habilitação, este Edital poderá ser alterado por razões de interesse público ou por exigência legal. Em qualquer caso, se a modificação a ser realizada afetar a formulação das Propostas e dos Documentos de Habilitação, a autoridade signatária do Edital fará publicar no D.O.U. aviso de alteração do Edital, fixando nova data para apresentação das referidas Propostas e Documentos de Habilitação com prazo não inferior àquele inicialmente estabelecido para esse fim.

2.4 O Conselho Diretor se reserva no direito de invalidar ou revogar a licitação, indicando as razões de fato e de direito sobre as quais pretende apoiar sua decisão, notificando todos os interessados pelo D.O.U. ou por qualquer meio seguro com comprovante de recebimento para que se manifestem a respeito no prazo de 03 (três) dias úteis.

2.4.1 O Conselho Diretor deverá invalidar a licitação por vício de legalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, com observância do procedimento previsto neste Edital.

2.4.2 Não caberá qualquer indenização às Proponentes em caso de revogação ou invalidação da presente licitação.

2.5 Para efeito de contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento, desde que, no dia, haja expediente normal na sede da Agência Nacional de Telecomunicações.

2.5.1 Se na data marcada não houver expediente na sede da Agência Nacional de Telecomunicações, considerar-se-á o evento transferido para o primeiro dia útil seguinte, salvo manifestações em contrário, com prévia divulgação pela autoridade competente.

3. IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

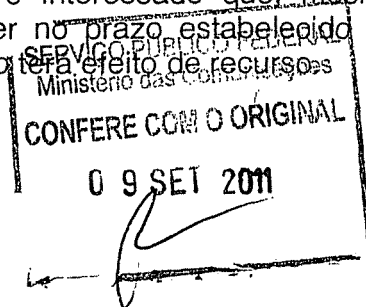
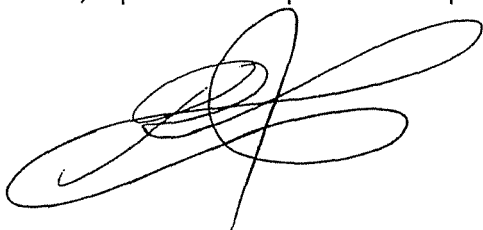
3.1 Eventuais impugnações do Edital deverão ser encaminhadas à Comissão Especial de Licitação em até 10 (dez) dias depois da data fixada no Aviso de Licitação para divulgação do Edital.

3.2 As impugnações não terão efeito suspensivo e deverão ser decididas antes da expedição do Ato de outorga de Concessão.

3.3 Caso sejam acolhidas as impugnações, a Comissão Especial de Licitação divulgará aviso no D.O.U., informando as partes do Edital que foram alteradas e a Licitação será refeita desde o início, ressalvando-se a hipótese em que o conhecimento não venha a importar em modificação das condições para a elaboração das propostas.

3.4 O não oferecimento, no prazo legal, de impugnação ao Edital e a subsequente entrega das Propostas Técnica, Financeira e da Documentação de Habilitação, pressupõe que a Proponente tem dele pleno conhecimento e que aceita incondicionalmente os seus termos, vedadas alegações posteriores de desconhecimento ou discordância de suas cláusulas ou condições, bem como das normas regulamentares pertinentes.

3.5 Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital o interessado que, mesmo indicando falhas ou irregularidades que o viciaram, não o fizer no prazo estabelecido no subitem 3.1, hipótese em que a correspondente comunicação não terá efeito de recurso.



das Fis. 124
Publica 130

3.6 Havendo alteração das disposições do Edital, substancial ou relevante para a preparação das Propostas e da Documentação de Habilitação, haverá a dilação do prazo primitivamente assinalado para a apresentação das propostas e da documentação de habilitação ou reabertura do prazo inicialmente previsto.

3.6.1 Caso o prazo para solicitação de esclarecimentos previsto no item 2.1 já tenha se esgotado quando da divulgação de alteração de disposições do Edital, substancial ou relevante para a preparação das Propostas e da Documentação de Habilitação, os interessados terão um prazo adicional de 5 (cinco) dias contados da divulgação da alteração para requerer, exclusivamente, esclarecimentos sobre as disposições alteradas, observando o procedimento especificado no item 2.1.

3.6.2 Caso o prazo para impugnação das disposições do Edital previsto no item 3.1 já tenha se encerrado quando da divulgação de alteração do Edital substancial ou relevante para a preparação de Propostas e Documentação de Habilitação, caberá, no prazo de 5 (cinco) dias, contados da divulgação da alteração, impugnações especificamente relacionadas às modificações havidas.

3.7 Cópias das impugnações formuladas e das decisões da ANATEL ficarão arquivadas na Biblioteca, para conhecimento geral, devendo também ser juntadas nos autos do processo administrativo.

4. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

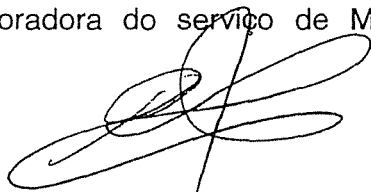
4.1 Somente será admitida a participação nesta licitação de pessoas jurídicas que tenham pelo menos 51% do seu capital social, com direito a voto, pertencente direta ou indiretamente a brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos ou a sociedade sediada no País, cujo controle pertença, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10(dez) anos, isoladas ou consorciadas, ou aquelas que, não atendendo essas condições, comprometam-se, através de declaração conforme MODELO nº 15 do ANEXO II, a adaptar-se ou constituir empresa com as características adequadas, com observância das exigências previstas neste Edital.

4.1.1 É vedada a participação na licitação de pessoa jurídica impedida pela legislação de participar do certame ou :

- a) cuja falência haja sido declarada ou que esteja em regime de concordata;
- b) empresa proibida de licitar ou contratar com o Poder Público ou que tenha sido declarada inidônea, bem como aquela que tenha sido punida nos dois anos anteriores à data fixada para a entrega das propostas e documentação de habilitação, com a decretação de caducidade de concessão, permissão ou autorização de serviço de telecomunicação, ou da caducidade de direito de uso de radiofrequência, vedações essas aplicáveis, também, à empresa, cuja controladora ou controlada encontre-se numa dessas situações;
- c) consorciada, por meio de mais de um consórcio, e isoladamente, em relação a uma mesma Área de Prestação do Serviço;
- d) coligada, controlada ou controladora da Proponente, em relação a uma mesma Área de Prestação do Serviço;
- e) exploradora do serviço de MMDS ou de TV a Cabo, sua coligada, controlada ou

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL

09 SET 2011



controladora, em relação a uma mesma área ou parte desta Área de Prestação do Serviço de Telecomunicações.

f) exploradora do serviço de TV a Cabo que, em decorrência da concessão objeto da presente licitação, extrapolar os limites de que trata o subitem 5.1.1 da Norma nº 013/96 –REV/97.

g) concessionária do Serviço Telefônico Fixo Comutado destinado ao uso do público em geral, bem como sua coligada, controlada ou controladora.

4.1.2 Para efeito deste Edital, considera-se:

a) Coligada: uma pessoa jurídica que detiver, direta ou indiretamente, pelo menos, 20% (vinte por cento) de participação no capital votante da outra, ou se o capital votante de ambas for detido direta ou indiretamente, em pelo menos, 20% (vinte por cento) por uma mesma pessoa natural ou jurídica.

a.1) Para efeito do cômputo do percentual referido neste subitem, caso haja participação de forma sucessiva em várias pessoas jurídicas, calcular-se-á o percentual final de participação por intermédio da composição das frações percentuais de participação em cada pessoa jurídica na linha de encadeamento.

a.2) As frações de participação maiores que cinquenta por cento do capital votante ou controle, com qualquer participação no capital, corresponderão a um multiplicador de cem por cento no cálculo da composição da participação sucessiva.

b) Controladora: pessoa natural ou jurídica ou ainda o grupo de pessoas, que detiver, isolada ou conjuntamente, o poder de controle sobre pessoa jurídica.

c) Controlada: a sociedade que, diretamente ou através de outras controladas, esteja sob o controle da Proponente.

c.1) Controle: o poder de dirigir, de forma direta ou indireta, interna ou externa, de fato ou de direito, individualmente ou por acordo, as atividades sociais ou funcionamento da empresa.

c.1.1) Entende-se que o funcionamento da empresa, compreende, entre outros aspectos, o planejamento empresarial e a definição de políticas econômico-financeiras, tecnológicas, de engenharia, de mercado e de preços ou de descontos e reduções tarifárias.

4.1.3 Sem prejuízo de outras situações fáticas ou jurídicas que se enquadrem no conceito de Controladora, para fins de evitar fraude as vedações legais e regulamentares à propriedade cruzada e à concentração econômica e de resguardar a livre concorrência e o direito dos consumidores de serviços de telecomunicações, é equiparada a Controladora a pessoa que, direta ou indiretamente:

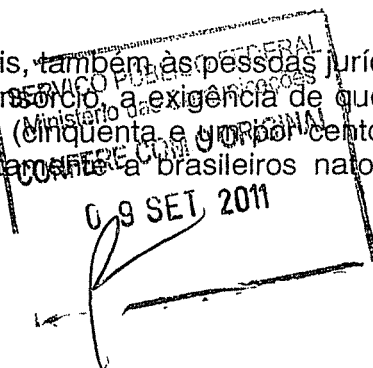
a) participe ou indique pessoa para membro de Conselho de Administração, da Diretoria ou de órgão com atribuição equivalente, de outra empresa ou de sua controladora;

b) tiver direito de veto estatutário ou contratual em qualquer matéria ou deliberação da outra;

c) possua poderes suficientes para, por qualquer mecanismo formal ou informal, impedir a verificação de quorum qualificado de instalação ou deliberação exigido, por força de disposição estatutária ou contratual, em relação às deliberações da outra, ressalvadas as hipóteses previstas em lei;

d) detenha ações ou quotas da outra, de classe tal que assegure o direito de voto em separado a que se refere o art. 16, III, da lei 6.404/76.

4.1.4 As exigências de que trata o subitem 4.1.1 são aplicáveis, também às pessoas jurídicas reunidas em consórcio, observando-se, na constituição do consórcio, a exigência de que, no capital social da empresa a ser constituída, pelo menos 51% (cinquenta e um por cento) do capital social, com direito a voto, pertença direta ou indiretamente a brasileiros natos ou



naturalizados há mais de 10 (dez) anos, ou a sociedade sediada no País, cujo controle pertença, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos.

5. CRITÉRIOS PARA ELABORAÇÃO DA PROPOSTA TÉCNICA.

5.1 A Proposta Técnica por Área de Prestação do Serviço deverá ser apresentada, preferencialmente, conforme MODELO do ANEXO III deste Edital, acompanhada de disquete de 3 1/2" e em conformidade com o Art. 29 do Regulamento do Serviço de TV a Cabo aprovado pelo Decreto nº 2.206, de 14 de abril de 1997, indicando no Projeto Técnico o seguinte:

5.1.1 Apresentação do Sistema Proposto:

- a) Meio Físico: informação da Proponente a respeito do meio físico pretendido para a rede a ser utilizada para a prestação do serviço;
- b) Configuração de Rede: informação da Proponente, que deverá descrever os principais elementos em que uma rede pode ser segmentada, suas funções e atribuições;
- c) Capacitação de Rede: informação da Proponente, que deverá descrever as diferentes capacidades exigidas pelo mercado e pela configuração de rede e também descrever as tecnologias disponíveis para o atendimento às necessidades de escoamento das informações;
- d) Qualidade de Serviço: informação da Proponente, que deverá apresentar os critérios de qualidade exigidos pela rede, tanto do ponto de vista de desempenho, quanto do ponto de vista do cliente a quem se presta o serviço;
- e) Programação: apresentação das características de programação a ser veiculada (filmes, notícias, esporte e outras) acompanhado da dimensão estimada do Serviço e da penetração pretendida e as possibilidades mercadológicas resultantes.

5.1.2 Área de Prestação do Serviço pretendida;

5.1.3 Largura de faixa (em MHz) pretendida para essa rede;

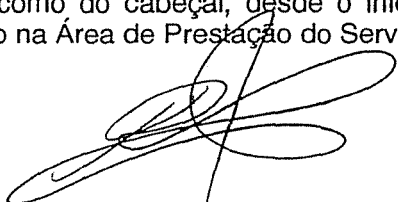
5.1.4 Número de canais tecnicamente disponíveis para o Serviço de TV a Cabo, referidos a uma largura de faixa de 6 MHz por canal;

5.1.5 Indicadores técnicos e de qualidade pretendidos para o serviço, em conformidade com os subitens 8.1 e 8.2 da Norma de Serviço de TV a Cabo, nº 13/96 – REV/97, aprovada pela Portaria nº 256, de 18 de abril de 1997.

5.1.6 Número de canais para livre programação.

5.1.7 Tempo diário de programação, em horas, de cada canal de livre programação.

5.1.8 Apresentação de cronograma em base trimestral, de implantação do sistema proposto, indicando as etapas de implementação da infra-estrutura necessária à execução do serviço, no que se refere à Rede de Transporte de Telecomunicações e a Rede Local de Distribuição de Sinais de TV, assim como do cabeçal, desde o início da instalação até o atendimento do número de domicílios previsto na Área de Prestação do Serviço conforme indicado no ANEXO I.



5.1.9 Número de domicílios, excluídos aqueles constantes da etapa inicial de operação do serviço, que podem ser atendidos, por trimestre, até que seja atendido o número de domicílios previsto na Área de Prestação de Serviço, conforme indicado no ANEXO I.

5.1.10 Número de domicílios passíveis de serem atendidos no início de operação do serviço.

5.1.10.1 Será considerado para este fim como início da operação do serviço o prazo proposto pela Proponente, desde que não ultrapasse os 18 (dezoito) meses, contado da data de publicação no Diário Oficial da União do Ato de outorga, conforme disposto no item 6.1 da Norma de Serviço de TV a Cabo, nº 13/96 – VER/97.

5.1.11 Número de domicílios passíveis de serem atendidos ao final do primeiro ano de operação do serviço.

5.1.12 Número de domicílios passíveis de serem atendidos ao final do segundo ano de operação do serviço.

5.1.13 Tempo total, em anos, que a Proponente se compromete a tornar disponível o serviço em área que cubra 50% (cinquenta por cento), 70% (setenta por cento) e 90% (noventa por cento) do número de domicílios previsto na Área de Prestação do Serviço estabelecido no ANEXO I, a partir da data de início de operação do serviço.

5.1.13.1 A data de início de operação efetiva do serviço será a data de emissão da licença de funcionamento com o conseqüente início do faturamento.

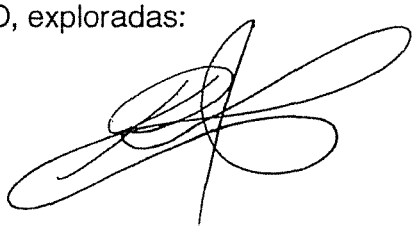
5.1.14 Tempo diário de programação, em horas, de todos os canais de livre programação, destinado à programação regional, voltada para os interesses da população da área a ser servida.

5.1.15 Número de canais de livre programação destinados exclusivamente à programação de caráter educativo/cultural, além do mínimo estabelecido na Lei nº 8.977/95.

5.1.16 Declaração da Proponente, conforme MODELO nº 9, constante do ANEXO II, relativa à percentagem do número total de estabelecimentos contidos no perímetro urbano do(s) município(s), conforme estabelecido em Lei Municipal, em vigor na data de publicação do Aviso de Licitação objeto deste Edital, dentre aqueles estabelecimentos públicos ou de utilidade pública, tais como: universidades, escolas de 1º grau, 2º grau e profissionalizante, bibliotecas, museus, hospitais e postos de saúde, da Área de Prestação do Serviço, aos quais será oferecido o serviço básico com isenção de pagamento do valor relativo à adesão e à assinatura básica mensal, desde o primeiro ano de operação comercial do serviço.

5.1.16.1 Este percentual é relativo ao número de estabelecimentos contidos na área estabelecida no subitem 5.1.16, a cada etapa de implantação da rede realizada, conforme cronograma estabelecido no item 5.1.8 e desde o primeiro ano de operação comercial do serviço.

5.1.17 Quantidade de outorgas de um ou mais dos serviços indicados no ANEXO V, discriminando a quantidade dentro e fora da Área de Prestação de Serviço de Interesse da Proponente, na data de publicação do Aviso de Licitação, conforme disposto no citado ANEXO, exploradas:



CONFERE COM O ORIGINAL
09 SET 2011
8

a) pela Proponente e por suas coligadas, controladas e controladoras;

b) por entidades cujos sócios ou acionistas detentores de pelo menos 5% das cotas ou ações do seu capital social votante, sejam também detentores, em pelo menos, 5% das cotas ou ações do capital social votante da Proponente;

c) por sócio ou acionista da Proponente detentor, diretamente, de pelo menos 5 % das cotas ou ações do capital votante da Proponente;

d) por entidades que tenham qualquer dirigente em comum com a Proponente.

5.1.17.1 A comprovação deverá ser feita a partir da demonstração de toda cadeia societária por meio de um diagrama, conforme MODELO 13 do ANEXO II, fornecendo dados de percentuais de participação de cada segmento na composição societária da Proponente/Consórcio/Sócias Indiretas, conforme alíneas "b" e "c" do subitem 5.1.17, chegando às pessoas físicas, acionistas ou cotistas.

5.2 A Proposta Técnica apresentada pela Proponente vencedora será anexada ao Contrato de Concessão, constituindo-se parte integrante dele.

5.3 O não cumprimento de qualquer compromisso assumido pela empresa vencedora em sua Proposta Técnica, objeto da cláusula 25ª a 31ª do Contrato de Concessão, poderá implicar na cassação da Concessão.

5.4 Os dados passíveis de pontuação, conforme item 10, poderão ser entregues em disquete de 3 1/2" de alta densidade, gerado através de software distribuído junto com este Edital, indicando-se na etiqueta do mesmo, a licitação nº 005/99-TVC-SCM/ANATEL, o nome da Proponente e a Área de Prestação do Serviço, conforme modelo disposto no subitem 8.12.6.

5.4.1 Os dados citados no subitem 5.4, quando entregues em disquete de 3 1/2", deverão ser transcritos da Proposta Técnica (ANEXO III). Havendo divergência entre o conteúdo do disquete e da Proposta Técnica escrita, prevalecerá a informação constante no documento escrito.

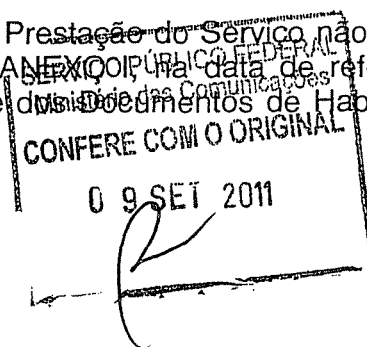
5.5 Para fins de planejamento do número de domicílios referidos nos subitens 5.1.8 a 5.1.13, poderão ser considerados domicílios fora do perímetro urbano do(s) município(s), desde que atendido o número de domicílios indicado nas Áreas de Prestação do Serviço constante do ANEXO I.

6. CRITÉRIOS PARA ELABORAÇÃO DA PROPOSTA FINANCEIRA.

6.1 A Proposta Financeira por Área de Prestação do Serviço deverá ser apresentada, conforme MODELO do ANEXO IV, preferencialmente acompanhada de disquete 3 1/2".

6.2 A Proponente deverá indicar o valor da importância que se propõe a pagar, em algarismo e por extenso, em moeda corrente do País, prevalecendo, em caso de dúvida, o valor por extenso.

6.2.1 O valor ofertado na Proposta Financeira por Área de Prestação do Serviço não poderá ser inferior ao preço mínimo de referência constante do ANEXO IV, na data de referência, considerada como a data de recebimento das Propostas e dos documentos de Habilitação, sob pena de desclassificação da Proposta.



6.2.2 Condição de pagamento do valor ofertado na Proposta Financeira:

a) O valor total ofertado ou 50% (cinquenta por cento) desse valor deverá ser pago na data da assinatura do Contrato de Concessão, por meio de cheque administrativo, nominal ao Fundo de Fiscalização das Telecomunicações - FISTEL, condição esta indispensável à assinatura do referido Contrato. A importância a ser paga será atualizada pela variação do IGP-DI (Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna) da Fundação Getúlio Vargas, disponível na data do pagamento, repetindo-se a última variação em caso de indisponibilidade do índice no mês de correção a contar da data de recebimento das Propostas e Documentação de Habilitação até a data do efetivo pagamento dessa parcela, caso o pagamento ultrapasse 12 (doze) meses da data de referência;

b) No caso de pagamento parcelado, os restantes 50% (cinquenta por cento), em cheque administrativo, nominal ao Fundo de Fiscalização das Telecomunicações - FISTEL, com vencimento em até 6 (seis) meses, a contar da data da assinatura do Contrato de Concessão. A importância a ser paga será atualizada pela variação do IGP-DI (Índice Geral de Preço - Disponibilidade Interna) da Fundação Getúlio Vargas, disponível na data do pagamento, repetindo-se a última variação em caso de indisponibilidade do índice no mês de correção, a contar da data de recebimento das Propostas e Documentação de Habilitação até a data do efetivo pagamento dessa parcela, caso o pagamento ultrapasse 12 (doze) meses da data de referência.

6.2.3 Se a adjudicatária não efetuar o pagamento previsto no subitem 6.2.2, alínea "a", na data prevista, serão adotadas as medidas indicadas no subitem 17.1.

6.2.4 O atraso no pagamento previsto no subitem 6.2.2, alínea "b", poderá implicar na cassação da concessão.

6.3 O dado passível de pontuação, conforme item 12, poderá constar de disquete de 3 1/2", gerado através de software distribuído junto com este Edital, indicando-se na etiqueta do mesmo, o número desta licitação, o nome da Proponente e a Área de Prestação do Serviço.

6.3.1 O dado citado no subitem 6.3, quando entregue em disquete de 3 1/2" deverá ser transcrito da Proposta Financeira (ANEXO IV), sendo que havendo divergência entre os mesmos, prevalecerá a informação constante no documento escrito.

6.4 A Proposta Financeira apresentada pela Proponente vencedora será anexada ao Contrato de Concessão, constituindo-se parte integrante dele.

7. REQUISITOS PARA HABILITAÇÃO DAS PROPONENTES.

7.1 Para habilitar-se, a Proponente estará obrigada a satisfazer as exigências relativas aos subitens 7.2 - Habilitação Jurídica, 7.3 - Qualificação Técnica, 7.4 - Qualificação Econômico - Financeira e 7.5 - Regularidade Fiscal, devendo apresentar, em 1 (uma) via, no Conjunto nº 3, os documentos, certidões, declarações e atestados especificados nos respectivos subitens:

7.1.1 Mesmo que uma Proponente deseje apresentar Propostas para mais de 1(uma) Área de Prestação do Serviço, objeto deste Edital, deverá apresentar uma única Documentação de Habilitação.

7.2 A Proponente comprovará sua ~~Habilitação Jurídica~~ com a apresentação de:



7.2.1 Registro comercial, no caso de tratar-se de empresa individual;

7.2.2 Estatuto ou ~~Contrato Social e suas alterações~~ ou a sua consolidação, devidamente arquivados ou registrados na repartição competente, onde conste dentre seus objetivos a prestação de Serviços de TV a Cabo.

7.2.3 ~~Comprovação de que pelo menos 51% (cinquenta e um por cento) do capital social~~ com direito a voto da Proponente, pertença direta ou indiretamente a brasileiros natos ou naturalizados a mais de 10 (dez) anos ou a sociedade sediada no País, cujo controle pertença direta ou indiretamente a brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos.

7.2.3.1 A comprovação deverá ser feita a partir da demonstração de toda a cadeia societária, chegando até às pessoas físicas acionistas ou cotistas (diretas/indiretas), sendo aceitos como meios de comprovação os seguintes:

a) em relação às sociedades por ações, relação de acionistas da qual constem a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada acionista, com CGC/CNPJ/CPF, acompanhada de cópias autenticadas das folhas do livro de registro de acionistas, ou declaração de auditores independentes na data do recebimento das Propostas e Documentação de Habilitação, representando toda a cadeia societária (sócios diretos/indiretos) até a pessoa física;

b) em relação às sociedades por cotas de responsabilidade limitada, por meio do Contrato Social, apresentado conforme subitem 7.2.2 ;

c) em relação à nacionalidade dos sócios ou acionistas pessoas físicas, cópia autenticada do documento de identificação civil (RG).

7.2.4 No caso de sociedade por ações, deverá ser apresentada, também, a ata de eleição de seus atuais administradores, na data do recebimento das Propostas e Documentação de Habilitação, desde que espelhe a situação na data em questão.

7.2.5 Declaração dos dirigentes da Proponente, individual ou conjunta de que não estão em gozo de imunidade parlamentar ou de foro especial, conforme ~~MODELO nº 1, do ANEXO II~~

7.2.6 O consórcio Proponente deverá apresentar Termo de Constituição do Consórcio, conforme MODELO nº 2, do ANEXO II.

7.2.7 Declaração da Proponente de que não deixou de iniciar operação de Serviço de TV a Cabo no prazo legalmente fixado, salvo por motivo justificado e aceito pela Agência Nacional de Telecomunicações, de que não teve cassada concessão, permissão ou autorização, há pelo menos 5 (cinco) anos, ou declarada caduca Concessão para uso de radiofrequência, e de que não se encontra inadimplente com a fiscalização do Poder Executivo, na forma apurada em regular processo administrativo, conforme ~~MODELO nº 3, do ANEXO II~~

7.2.8 Declaração da Proponente de que seus sócios ou acionistas não tenham pertencido aos quadros societários de empresas nas condições previstas no subitem 7.2.7, com participação de, pelo menos 10% (dez por cento) do capital votante ao tempo das cominações, conforme ~~MODELO nº 4, do ANEXO II~~

7.2.9 Declaração da Proponente de que esta e suas coligadas, controladas e controladora, não ultrapassam o limite do número de concessões estabelecido no subitem 5.1.2, da Norma do Serviço de TV a Cabo nº 13/96 – REV/97, aprovada pela Portaria MCM nº 256, de 18 de abril de 1997, conforme ~~MODELO nº 5, do ANEXO II~~

Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL
09 SET 2011

7.2.10 Decreto de Autorização, devidamente arquivado, no caso de empresa estrangeira em funcionamento no País e Ato de Registro ou Autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

7.2.11 A pessoa jurídica estrangeira integrante ou não de consórcio deverá ter representante(s) legal(is) ou procurador(es) no Brasil, com poderes para, em seu nome, receber citação e responder administrativa e judicialmente, apresentando declaração conforme MODELO nº 6, do ANEXO II.

7.2.12 Declaração da Proponente indicando a composição do seu controle societário e/ou coligadas, controladas ou controladoras, e das empresas sócias, direta ou indiretamente, relacionadas à Proponente, conforme ~~MODELO nº 16 do ANEXO II~~

7.2.13 Declaração da Proponente, conforme ~~MODELO nº 17 do ANEXO II~~, de que os sócios ou acionistas eleitos para mandato de administração ou direção não se encontram impedidos de praticar atos da vida civil, nem estão sob restrição dos direitos decorrentes de sentença condenatória criminal, transitada em julgado.

7.3 A Proponente comprovará sua Qualificação Técnica com a apresentação de:

7.3.1 ~~Registro da empresa Proponente no Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura - CREA~~ do local de sua sede, nos termos da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, sendo que, no caso de consórcio, pelo menos uma das empresas consorciadas deverá apresentar o registro em questão.

7.3.2 ~~Demonstração do conhecimento técnico~~ indispensável à prestação do serviço, objeto da licitação, mediante qualquer um dos seguintes documentos:

7.3.2.1 Declaração firmada pela própria Proponente de que já prestou ou está prestando serviço de telecomunicações com características técnicas similares ao objeto da licitação, anexando-se cópia do ato de outorga correspondente;

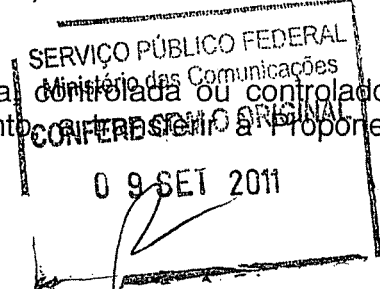
7.3.2.2 Declaração da própria Proponente, fundamentada na experiência de profissionais de seu corpo técnico ou diretivo, que tenha exercido estas funções em empresas prestadoras de serviços de telecomunicações, com características técnicas similares ao objeto da licitação, com as devidas comprovações;

7.3.2.3 Atestado emitido por pessoa de Direito Público ou Privado, comprovando a experiência da Proponente na prestação de serviços de telecomunicações, com características técnicas similares ao objeto da licitação;

7.3.2.4 Declaração de Sócio (pessoa física) da Proponente, que detenha direta ou indiretamente, participação igual ou superior a 20% no seu capital social, com direito a voto, comprovando sua participação ou atuação na prestação de serviços de telecomunicações, com características técnicas similares ao objeto da licitação;

7.3.2.5 Declaração de pessoa jurídica, coligada, controlada ou controladora da Proponente, comprovando a prestação de serviços de telecomunicações, com características técnicas similares ao objeto da licitação.

7.3.2.5.1 A declaração de experiência de empresa coligada, controlada ou controladora só será aceita se ela se comprometer, no mesmo instrumento, a apresentar a Proponente o



conhecimento que detém e que seja necessário à exploração do serviço, conforme MODELO nº 11, do ANEXO II.

Comunicação
Rubrica
13

7.3.3 Ocorrendo o desligamento da pessoa física ou jurídica que garantia a qualificação técnica da adjudicatária, dos seus quadros, até o início da operação do sistema, deverá ela ser substituída, imediatamente, por qualquer das formas indicadas no subitem 7.3.2, devendo a Superintendência dos Serviços de Comunicação de Massa ser comunicada da substituição, no prazo de 5 (cinco) dias após a ocorrência.

7.3.4 No caso de Proponente consórcio, a demonstração do conhecimento técnico indispensável à prestação do serviço deverá ser demonstrada por:

7.3.4.1 Uma das empresas consorciadas que, consoante afirmado no Termo de Constituição do Consórcio, participará do capital social votante da pessoa jurídica a ser constituída com percentual igual ou superior a 20%;

7.3.4.2 Empresa coligada, controlada ou controladora de pessoa jurídica consorciada que, consoante afirmado no Termo de Constituição do Consórcio, participará do capital social votante da pessoa jurídica a ser constituída com percentual igual ou superior a 20%;

7.3.4.2.1 A declaração de experiência de empresa coligada, controlada ou controladora só será aceita se estas apresentarem declaração na qual comprometem-se a transferir à Proponente o conhecimento que detém e que seja necessário à exploração do serviço, conforme MODELO nº 12, do ANEXO II e desde que não haja, na mesma licitação, outro participante com vistas à mesma Área de Prestação de Serviço valendo-se da experiência da mesma empresa coligada, controlada ou controladora.

7.3.5 Quando o consórcio Proponente pretender utilizar declaração, na forma admitida no subitem 7.3.2.2, de uma empresa coligada, controlada ou controladora de Pessoa Jurídica Consorciada deverá acompanhar o atestado ou declaração, prova da experiência alegada.

Serviço Público de Comunicação de Massa
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL
09 SET 2011

7.3.6 Serão aceitos como meio de prova:

a) declaração da própria pessoa jurídica Proponente ou integrante de consórcio, demonstrando o relacionamento societário, direto ou indireto, entre as pessoas jurídicas envolvidas; ou

b) declaração de auditores independentes demonstrando o relacionamento societário, direto ou indireto, entre as pessoas jurídicas envolvidas.

7.3.7 A Proponente que pretender participar da licitação em relação a mais de uma Área de Prestação do Serviço deverá apresentar um único atestado, que será aceito para todas as Áreas de Prestação do Serviço.

7.3.8 Comprovação, mediante cópia autenticada do ~~Termo de Declaração~~, de que a Proponente recebeu o Edital de Licitação;

7.3.9 Deverá haver declaração da Proponente, conforme ~~MODELO nº 7~~ do ANEXO II, de que tomou conhecimento do Edital de Licitação, de seus ANEXOS e de todas as informações referentes à presente licitação, disponibilizadas pela ANATEL, bem como das condições locais para a execução do Contrato objeto da licitação.

7.3.10 Cópia autenticada da ~~Lei Municipal que estabelece o perímetro urbano do(s)~~

município(s) correspondente(s) à Área de Prestação do Serviço.

7.4 A Proponente comprovará sua ~~Qualificação Econômico-Financeira~~ com a apresentação de:

7.4.1 ~~Demonstrações financeiras do último exercício social~~, já exigíveis e apresentadas na forma da lei, admitindo-se as demonstrações do exercício imediatamente anterior, caso não tenha transcorrido, ainda, o prazo legal de sua divulgação.

7.4.1.1 Quando se tratar de sociedade anônima, a documentação referente ao balanço patrimonial e demonstrações financeiras do último exercício social, assim como a comprovação do patrimônio líquido, devem ser acompanhadas de parecer de auditoria independente.

~~7.4.1.2 Quando se tratar de sociedade por cotas de responsabilidade limitada, deverá ser apresentada cópia autenticada das folhas do Livro Diário em que o balanço foi transcrito.~~

7.4.1.3 Quando se tratar de fundo de investimentos, a instituição responsável por sua gestão deverá apresentar a documentação referente ao balanço patrimonial e demonstrações financeiras do último exercício social, acompanhado de parecer de auditor independente.

7.4.1.4 No caso de empresa que, de acordo com a legislação, na data de apresentação da documentação de habilitação e propostas, não tenha apurado as demonstrações financeiras referentes ao seu primeiro exercício social, deverá apresentar o balanço de abertura, levantado em até 30 (trinta) dias após a data de sua constituição e em conformidade com todos os requisitos da legislação societária e comercial, em substituição aos documentos exigidos no subitem 7.4.1.

7.4.1.5 No caso de empresas estrangeiras, os valores expressos em moeda estrangeira nas demonstrações financeiras serão convertidos em Reais, pela taxa de venda, no câmbio comercial, da moeda estrangeira respectiva, divulgada pelo Banco Central do Brasil, relativamente à data do levantamento das referidas demonstrações financeiras, ou, na ausência de divulgação nessa data, àquela relativa ao primeiro dia subsequente.

7.4.1.5.1 Essa conversão deverá ser apresentada pela própria pessoa jurídica Proponente ou integrante do consórcio, com indicação da taxa de câmbio utilizada, informando-se a data de sua divulgação pelo Banco Central do Brasil.

7.4.2 A empresa Proponente será considerada em boa situação financeira e, portanto, apta a assumir os compromissos decorrentes da execução do objeto da licitação, quando o exame de seu balanço, apresentado na forma do subitem anterior, resulte na verificação do ~~Índice de Solvência~~ maior ou igual a 1,20 (um inteiro e vinte centésimos), segundo a fórmula abaixo:

$$IS = AT \div (PC + ELP) \geq 1,20$$

onde:

IS : Índice de Solvência

AT : Ativo Total

PC : Passivo Circulante

ELP: Exigível a Longo Prazo

Serviço Público Federal
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL

09 SET 2011

7.4.2.1 No caso de instituições financeiras e demais instituições autorizadas pelo Banco Central do Brasil a funcionar no País, cada uma das instituições deverá, em substituição ao estabelecido no subitem 7.4.2, declarar por escrito que, no que se refere a valores mínimos de capital e patrimônio líquido ajustado, atende aos regulamentos estabelecidos pela Resolução Nº 002.099, de 17 de agosto de 1994, do Banco Central do Brasil.

7.4.2.2 No caso de consórcios, serão habilitados aqueles nos quais cada um dos membros atenda, isoladamente, a exigência feita em 7.4.2 ou 7.4.2.1

7.4.3 Comprovação, pela Proponente, de que seu ~~patrimônio líquido mínimo~~ constante das demonstrações financeiras do último exercício social, apresentadas na Documentação de Habilitação, tem valor igual ou superior a 10% do valor do Preço Mínimo constante do ANEXO I, para a(s) Área(s) de Prestação do Serviço considerada(s) pela Proponente.

7.4.3.1 No caso de consórcio, a comprovação do patrimônio líquido mínimo exigido poderá ser obtida a partir da soma do patrimônio líquido de cada empresa consorciada, constante de suas demonstrações financeiras do último exercício social, na proporção de sua respectiva participação no consórcio.

7.4.3.2 Caso haja interesse de pessoa jurídica ou consórcio Proponente em mais de uma Área de Prestação do Serviço, o valor do patrimônio líquido a ser considerado para fins da comprovação de que trata o subitem 7.4.3 será calculado em relação àquela, dentre as áreas de interesse, cujo Preço Mínimo pelo Direito de Exploração do Serviço for o mais elevado.

7.4.3.3 Para fins de comprovação do patrimônio líquido exigido, na forma do subitem 7.4.3, admitir-se-á que a pessoa jurídica Proponente ou integrante de consórcio utilize-se dos correspondentes quantitativos de empresa sua controlada ou controladora, sempre na proporção da participação da empresa, cujos quantitativos serão utilizados no capital social da pessoa jurídica Proponente ou integrante de consórcio.

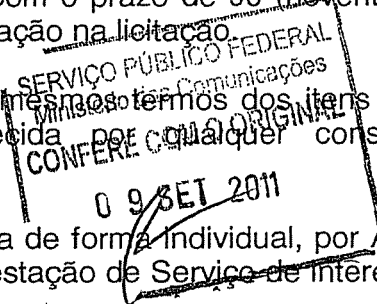
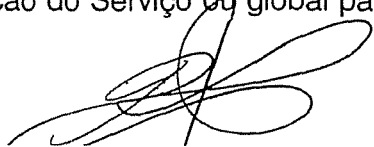
7.4.3.3.1 No caso em que a pessoa jurídica Proponente ou integrante de consórcio se utilizar da faculdade prevista no item anterior, deverá ser apresentada além das demonstrações financeiras da empresa cujo Patrimônio Líquido será considerado, prova do relacionamento societário, nos termos admitidos no item 7.3.6.

7.4.4 Apresentação pela Proponente de ~~comprovação de garantia~~ de proposta na forma de caução em dinheiro, em formulário específico, junto à Caixa Econômica Federal, conforme dispõe o Decreto-Lei nº 1737/79, Fiança Bancária ou Seguro Garantia, que não poderá ser inferior a 10%(dez por cento) do Preço Mínimo na Área de Exploração do Serviço considerada, conforme constante do ANEXO I.

7.4.4.1 A garantia prevista no subitem 7.4.4 deverá permanecer válida até a data de Publicação do Ato de Concessão ficando fixado como prazo de validade 90 (noventa) dias. Em qualquer caso, 05 (cinco) dias antes do término do prazo de validade da garantia, deverá a Proponente apresentar sua prorrogação ou renovação, com o prazo de 90 (noventa) dias, caso contrário, ficará vedada, a partir de então, sua participação na licitação.

7.4.4.2 No caso de consórcio, a garantia deverá ser nos mesmos termos dos itens 7.4.4 e 7.4.4.1, podendo, a critério do consórcio, ser oferecida por qualquer consorciada isoladamente, ou seu valor rateado entre as demais.

7.4.4.3 A comprovação da garantia poderá ser apresentada de forma individual, por Área de Prestação do Serviço ou global para todas as Áreas de Prestação de Serviço de interesse da



Proponente.

CGT-BR/Finanças
Fls. 135
Rubrica
135

7.4.4.4 No caso da Proponente optar pela garantia de proposta, na forma de caução em dinheiro, junto à Caixa Econômica Federal – CEF, deverá ser encaminhada a via original do comprovante de depósito, devidamente assinada no verso pela Proponente, indicando a Licitação nº 005/99-TVC-SCM/ANATEL e a(s) Área(s) de Prestação do Serviço a que se refere a caução.

7.4.5 Apresentação de ~~certidão negativa de pedido de falência ou~~ concordata, da pessoa jurídica ou de cada integrante do consórcio, expedida pelos distribuidores do lugar de sua sede, no Brasil ou no exterior, com data não anterior a 90 (noventa) dias daquela marcada no preâmbulo deste Edital, a qual poderá ser substituída por declaração da Proponente de que não se encontra em processo de falência ou em regime de concordata, conforme **MODELO 14 do ANEXO II**.

7.5 A Proponente comprovará sua Regularidade Fiscal com a apresentação de:

7.5.1 Prova de inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes - CGC ou no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - ~~CNPJ~~ e no cadastro de contribuintes estadual e municipal, se houver relativo à sede da pessoa jurídica, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto da licitação, ou declaração da inexistência do cadastro no âmbito estadual e municipal fornecida pelos respectivos órgãos;

7.5.2 Prova de regularidade relativamente a:

a) ~~Seguridade Social~~

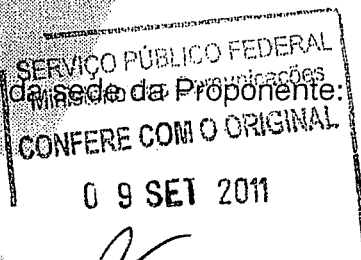
b) Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - ~~FCTIS~~

7.5.3 Prova de Regularidade Fiscal passada por órgão do lugar da sede da Proponente:

a) da ~~Fazenda Federal~~ e da ~~Procuradoria da Fazenda Nacional~~

b) da Fazenda ~~Estadual~~ ou do ~~Distrito Federal~~, e

c) da ~~Fazenda Municipal~~



7.5.3.1 Será considerada em situação regular a Proponente cujo débito com as Fazendas Públicas ou a Seguridade Social, esteja com sua exigibilidade suspensa ou que, sendo objeto de cobrança executiva, nela já tenha sido realizado penhora.

7.5.4 A Proponente com sede no País deverá apresentar declaração, conforme **MODELO 15 do ANEXO II**, de que não está impedida, por qualquer motivo, de transacionar com a Administração Direta ou Indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

7.6 As Proponentes pessoas jurídicas integradas em consórcio estão obrigadas a apresentar, individualmente, os documentos exigidos nos subitens 7.2, 7.3, 7.4, 7.5, ressalvado o disposto nos subitens 7.2.4, 7.2.6 e 7.3.1, que deverão ser apresentados pelo consórcio.

7.7 As empresas estrangeiras que não funcionem no País atenderão às exigências dos subitens 7.2, 7.3, 7.4, e 7.5, mediante documentos equivalentes, que se em língua estrangeira deverão ser notariados, ter a chancela do Consulado, ou, na falta deste, da Representação Diplomática do Brasil no País de origem e serem vertidos para a língua portuguesa por tradutor juramentado, nos termos do Decreto-lei nº 13.609, de 21.10.43.

7.8 Será considerada inabilitada a Proponente que deixar de apresentar quaisquer dos

documentos exigidos, ou que, em os apresentando, não correspondam às exigências solicitadas ou estejam com falhas ou incorreções.

7.8.1 No caso de consórcio Proponente, será inabilitado aquele no qual, pelo menos, um dos integrantes não atenda às exigências de habilitação solicitadas.

7.9 As empresas estrangeiras poderão declarar sua regularidade fiscal e que não se encontram em processo de falência ou em regime de concordata, indicando os órgãos de seu país, junto aos quais poder-se-á verificar a veracidade das declarações, hipótese em que ficarão dispensadas da apresentação dos documentos arrolados nos subitens 7.4.5 e 7.5.

7.10 A Proponente estrangeira em atividade no Brasil deverá apresentar os documentos arrolados nos subitens 7.4.5 e 7.5, e comprovar a inexistência de falência e concordata no País.

7.11 Todos os documentos firmados, expedidos, revalidados ou aqueles que não possuírem prazo de validade inscrito em seu texto ou com previsão em lei, serão aceitos desde que tenham sido firmados, expedidos ou revalidados em data não anterior a 90 (noventa) dias da data prevista para recebimento da Documentação de Habilitação.

8. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS TÉCNICA E FINANCEIRA E DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO.

8.1 No dia, hora e local designados no preâmbulo deste Edital, a Comissão receberá por Área de Prestação do Serviço, em invólucros distintos, as Propostas Técnica, Financeira e a Documentação de Habilitação.

8.1.1 Poderão ser apresentadas Propostas para todas as Áreas de Prestação do Serviço, ou apenas para alguma(s) de interesse da Proponente.

8.1.2 As Propostas deverão ser apresentadas individualmente e separadas para cada uma das Áreas de Prestação do Serviço.

8.1.3 Após a abertura da Proposta Técnica, não será admitida a desistência de participação da Proponente em qualquer uma das Áreas de prestação do Serviço objeto deste edital.

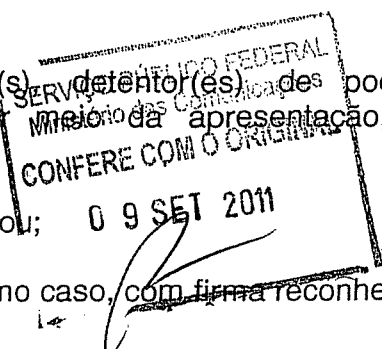
8.2 Cada Proponente poderá ter até 3 (três) representantes legais, os quais agirão sempre isoladamente, para rubricar os invólucros fechados e os documentos, após a abertura dos invólucros.

8.3 Os invólucros contendo as Propostas Técnica, Financeira e a Documentação de Habilitação deverão ser entregues pessoalmente pelo(s) representante(s) legal(is) da Proponente, na forma indicada no preâmbulo deste Edital, sendo vedada sua remessa via postal ou por qualquer outra forma não prevista neste Edital.

8.3.1 O(s) representante(s) legal(is) da(s) Proponente(s) detentor(es) de poderes suficientes, deverá(ão) comprovar suas qualificações por meio da apresentação, em separado:

a) da documentação prevista no subitem 7.2.2 deste Edital, e/ou;

b) de instrumento público ou particular de mandato, neste último caso, com firma reconhecida,



conforme MODELO nº 10, do ANEXO II, a ser entregue em separado, no ato de apresentação da Documentação de Habilitação e das Propostas respectivas, no caso de procurador(es) na forma do subitem 8.4.

8.3.1.1 Em qualquer caso, o(s) apresentante(s) das Propostas e da Documentação de Habilitação deverá(ão) apresentar, no ato respectivo, sua carteira de identidade ou documento equivalente.

8.4 As procurações e as declarações apresentadas na forma prevista neste Edital deverão, sob pena de não aceitação, se fazer acompanhar de comprovação, na forma da lei, de que seus signatários têm, no âmbito da sociedade outorgante ou declarante, poderes bastantes para a prática daquele ato.

8.5 Nas sessões públicas das Comissões, o Presidente solicitará aos representantes legais das Proponentes que assinem a lista de presença, na qual indicarão a pessoa jurídica que representam e a respectiva qualificação, confrontando com os documentos exibidos no ato.

8.6 De todas as sessões das Comissões, públicas ou não, será lavrada ata que, lida e aprovada, será assinada obrigatoriamente por seus membros e, no caso de reunião pública, também, pelos representantes legais presentes.

8.7 É facultada às Comissões, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligências destinadas ao saneamento de falhas, complementação de documentação e prestação de esclarecimento. Caso seja verificado vício de caráter formal nas Propostas Técnica, Financeira ou na Documentação de Habilitação, será dado à Proponente prazo de 3 (três) dias úteis para saná-las, a contar da publicação da notificação a ser efetuada através do Diário Oficial da União.

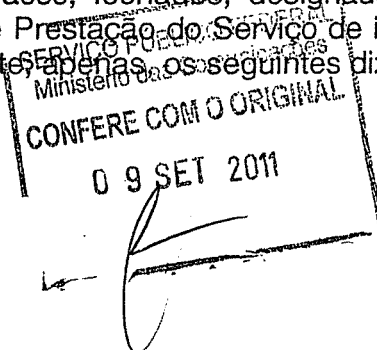

8.8 O representante legal poderá manifestar-se em nome da Proponente, bem como rubricar os invólucros fechados da Documentação de Habilitação e das Propostas das demais Proponentes referentes à(s) Área(s) de Prestação do Serviço de seu interesse.

8.9 Somente um representante legal de cada Proponente poderá manifestar-se em seu nome e assinar a ata, salvo a ocorrência de fatos supervenientes, durante a sessão, que obrigue a sua substituição.

8.10 Os representantes das Proponentes não poderão interromper a leitura de qualquer documento, devendo solicitar a palavra, pela ordem, ao Presidente da Comissão. Não será admitido aparte nem discussão paralela entre os representantes das Proponentes. O Presidente, para boa ordem dos trabalhos, fará as advertências cabíveis, inclusive, se não atendido, solicitará a retirada daqueles que estiverem, de qualquer forma, dificultando o bom andamento da sessão.

8.11 Nas sessões públicas das Comissões, o Presidente determinará a inclusão em ata, quando necessário, de eventuais manifestações dos representantes das Proponentes, reduzindo-as a termo, o qual ficará ANEXO à ata da sessão.

8.12 As Propostas Técnica, Financeira e os Documentos de Habilitação deverão ser apresentados em invólucros distintos, indevassáveis, opacos, fechados, designados como Conjunto nº 1, Conjunto nº 2 e Conjunto nº 3, por Área de Prestação do Serviço de interesse da Proponente, contendo na parte externa, obrigatoriamente, apenas os seguintes dizeres:



<p align="center">CONJUNTO nº 1 – PROPOSTA TÉCNICA LICITAÇÃO nº 005/99 – TVC-SCM/ANATEL Serviço de TV a Cabo</p>		<p align="right">Comunicações Fls. 138 Rubrica:</p>
Área de Prestação do Serviço/UF (indicar a Área de interesse): XX		
Razão Social da Proponente: XX		
<p align="center"><u>Conteúdo:</u></p> PROPOSTA TÉCNICA conforme item 5 – ANEXO III (datilografada ou impressa). MODELO Nº 9 – ANEXO II MODELO Nº 13 – ANEXO II MODELO Nº 16 – ANEXO II ANEXO V DISQUETE 3½ " contendo dados pontuáveis da Proposta Técnica (se for o caso).		

<p align="center">CONJUNTO nº 2 – PROPOSTA FINANCEIRA LICITAÇÃO nº 005/99 – TVC-SCM/ANATEL Serviço de TV a Cabo</p>	
Área de Prestação do Serviço/UF (indicar a Área de interesse): XX	
Razão Social da Proponente: XX	
<p align="center"><u>Conteúdo:</u></p> PROPOSTA FINANCEIRA conforme item 6 – ANEXO IV (datilografada ou impressa). DISQUETE 3½ " contendo o dado pontuável da Proposta Financeira (se for o caso).	

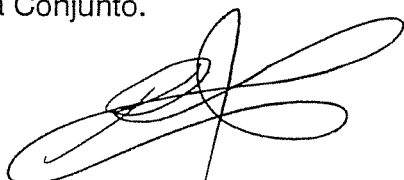
<p align="center">CONJUNTO nº 3 – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO LICITAÇÃO nº 005/99 – TVC-SCM/ANATEL Serviço de TV a Cabo</p>	
Área de Prestação do Serviço/UF (indicar a Área de interesse): XX	
Razão Social da Proponente: XX	
<p align="center"><u>Conteúdo:</u></p> Documentos de HABILITAÇÃO JURÍDICA . Documentos de QUALIFICAÇÃO TÉCNICA . Documentos de QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA . Documentos de REGULARIDADE FISCAL .	

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 Ministério das Comunicações
 CONFERE COM O ORIGINAL
 09 SET 2011

8.12.1 As Propostas Técnica, Financeira e a Documentação de Habilitação não poderão conter rasuras, emendas ou entrelinhas, mesmo que ressalvadas e, deverão ser preferencialmente, datilografadas ou impressas em papel tamanho A4, com até 44 linhas por página e letras no tamanho 14 pontos, no idioma português.

8.12.2 O conteúdo dos Conjuntos das Propostas Técnica, Financeira e dos Documentos de Habilitação deverão ser apresentados em 1(uma) via, rubricadas por representante legal ou procurador da Proponente no rodapé de cada folha, devendo, preferencialmente, cada uma das folhas estar numerada seqüencial e continuamente, por Conjunto, no ângulo superior direito.

8.12.3 As Propostas Técnica e Financeira e os Documentos de Habilitação, inclusive apêndices, se houver, devem preferencialmente estar listados em índice geral no início de cada Conjunto.



8.12.4 O Conjunto composto de mais de um volume deverá trazer, na parte externa de cada um desses volumes, a completa identificação do material nele contido.

8.12.5 Os conjuntos (1, 2 e 3) deverão ser apresentados, preferencialmente, em pastas com espessura entre 7 e 8 cm, 35 cm de altura e com dois furos.

8.12.6 Os disquetes deverão estar identificados externamente com os dizeres:

LICITAÇÃO nº 005/99-TVC-SCM/ANATEL PROPOSTA TÉCNICA
Razão Social da Proponente XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Área de Prestação do Serviço/UF XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

LICITAÇÃO nº 005/99-TVC-SCM/ANATEL PROPOSTA FINANCEIRA
Razão Social da Proponente XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Área de Prestação do Serviço/UF XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

8.12.7 A inclusão de qualquer elemento que implique violação do sigilo de determinada Proposta acarretará sua imediata desclassificação.

8.12.8 Será recusado o invólucro que não contiver a indicação externa de seu conteúdo.

8.12.9 Entregues os invólucros, não será admitida a inclusão de documento adicional ou, ainda, a substituição ou alteração dos já entregues, durante a sessão pública, qualquer que seja a justificativa apresentada pelo Proponente.

8.13 Todos os documentos, incluindo as declarações e atestados, deverão conter a qualificação do(s) seu(s) signatário(s) e a descrição dos fatos ou identificação dos eventos que comprovem o atendimento das exigências.

8.14 Os documentos deverão ser apresentados em via original ou cópia legível, autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração ou, quando for o caso, na forma de publicação em órgão da imprensa oficial.

8.14.1 Os documentos produzidos em língua estrangeira, deverão estar legalizados por notário ou tabelião do país de origem, autenticados por consulado brasileiro da correspondente jurisdição e, ainda, traduzidos para a língua portuguesa por tradutor juramentado, nos termos do Decreto-lei nº 13.609, de 21.10.43.

8.15 A Proponente é responsável pela autenticidade de toda a documentação apresentada.

8.16 Os invólucros contendo a Proposta Financeira e a Documentação de Habilitação da(s) Proponente(s) serão rubricados pelos membros da Comissão e pelos representantes ou procuradores presentes que manifestarem interesse, devendo ser lacrados em separado, para abertura da Proposta Financeira, após a análise e julgamento da Proposta Técnica, e para abertura da Documentação de Habilitação, após a classificação final das Propostas.

9. ABERTURA DA PROPOSTA TÉCNICA.

9.1 A Comissão procederá, por Área de Prestação do Serviço, na ordem indicada no preâmbulo deste Edital, na mesma Sessão de Recebimento dos Conjuntos 1, 2 e 3, a abertura dos invólucros contendo a Proposta Técnica.

Serviço Público Federal
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL
09 SET 2011

9.2 Todos os documentos relativos à Proposta Técnica serão rubricados pelos membros da Comissão e pelos representantes ou procuradores das Proponentes que manifestarem interesse.

9.2.1 Caso não seja possível efetuar a abertura de todos os invólucros, em uma mesma sessão, os que não forem abertos serão rubricados pelos membros da Comissão e Proponentes que demonstrarem interesse, devendo ser lacrados, para abertura em data que será indicada na ata da sessão.

9.3 Após a abertura de todas as Propostas Técnicas, a Comissão divulgará na mesma sessão pública de abertura, por Área de Prestação do Serviço, a Pontuação Técnica (PT) informada pelas Proponentes em suas propostas.

9.3.1 Os dados da Proposta Técnica serão obtidos do disquete, conforme subitem 5.4 deste Edital.

9.3.2 Não tendo sido apresentados os dados em disquete ou havendo impossibilidade da obtenção dos mesmos, serão considerados os dados da Proposta Técnica da Proponente.

9.3.3 A Pontuação Técnica (PT) informada pelas Proponentes, poderá ser alterada quando da análise, pela Comissão, das Propostas Técnicas apresentadas.

9.4 A Comissão Especial de Licitação elaborará relatório circunstanciado das Propostas Técnicas, lavrando a correspondente ata. O resultado da análise e julgamento das Propostas Técnicas, por Área de Prestação de Serviço, será divulgado em sessão pública, convocada com antecedência mínima de 03 (três) dias, por meio do Diário Oficial da União.

9.5 O Presidente da Comissão informará que os autos do procedimento ficarão com vistas franqueadas às Proponentes, fixando prazo para exame.

10. CRITÉRIOS PARA ANÁLISE E JULGAMENTO DA PROPOSTA TÉCNICA.

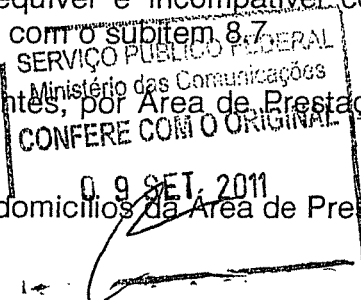
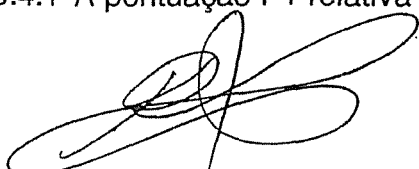
10.1 A Comissão Especial de Licitação analisará a conformidade da Proposta Técnica de cada uma das Proponentes com os requisitos do Edital e atribuirá pontuação a cada proposta, procedendo ao cálculo, por Área de Prestação do Serviço, conforme estabelece o subitem 10.4 deste Edital.

10.2 Somente serão classificadas as Propostas Técnicas que além de atenderem às condições mínimas estabelecidas nos quesitos de 10.4.1 a 10.4.8, obtiverem, pelo menos, a pontuação de 50 (cinquenta) pontos para os serviços enquadrados no grupo A, 60 (sessenta) pontos para os serviços enquadrados no grupo B e 70 (setenta) pontos para os serviços enquadrados no grupo C.

10.3 Será desclassificada a Proposta Técnica apresentada em desconformidade com o presente Edital e seus ANEXOS, ou manifestamente inexecutável e incompatível com os objetivos da licitação, não sanável ou não atendida, de acordo com o subitem 8.7.

10.4 Para a pontuação das Propostas Técnicas das Proponentes, por Área de Prestação do Serviço, será atribuída a seguinte pontuação:

10.4.1 A pontuação P1 relativa à percentagem do número de domicílios da Área de Prestação



do Serviço estabelecido no ANEXO I, passíveis de serem atendidos no início de operação do serviço (%domicílios1), será:

- a) P1 = 0 (zero) ponto, quando (%domicílios1) for < 10% (dez por cento);
- b) P1 = 15 (quinze) pontos, quando (%domicílios1) for ≥ 10% (dez por cento);
- c) Condição mínima: (%domicílios1) não poderá ser inferior a 8% (oito por cento).

10.4.2 A pontuação P2 relativa à percentagem do número de domicílios da Área de Prestação do Serviço estabelecido no ANEXO I, passíveis de serem atendidos ao final do primeiro ano de operação do serviço (%domicílios2), será:

- a) P2 = 0 (zero) ponto, quando (%domicílios2) for < 20% (vinte por cento);
- b) P2 = 9 (nove) pontos, quando (%domicílios2) for ≥ 20% (vinte por cento);
- c) Condição mínima: (%domicílios2) não poderá ser inferior a 16% (dezesseis por cento).

10.4.3 A pontuação P3 relativa à percentagem do número de domicílios da Área de Prestação do Serviço estabelecido no ANEXO I, passíveis de serem atendidos ao final do segundo ano de operação do serviço (%domicílios3), será:

- a) P3 = 0 (zero) ponto, quando (%domicílios3) for < 30% (trinta por cento);
- b) P3 = 6 (seis) pontos, quando (%domicílios3) for ≥ 30% (trinta por cento);
- c) Condição mínima: (%domicílios3) não poderá ser inferior a 24% (vinte e quatro por cento).

10.4.4 A pontuação P4 relativa à quantidade de anos (tempo), que a Proponente se compromete a tornar disponível o serviço em área que cubra 50% (cinquenta por cento), 70% (setenta por cento) e 90% (noventa por cento) do número de domicílios da Área de Prestação do Serviço estabelecido no ANEXO I, a contar da data de início de operação do serviço, será de, no máximo, 10 (dez) pontos, da seguinte forma:

- a) P4 = 0 (zero) ponto, quando (isolado ou conjuntamente):
 - a.1) (tempo) > 5 (cinco) anos para 50% do número de domicílios da Área de Prestação do Serviço;
 - a.2) (tempo) > 7 (sete) anos para 70% do número de domicílios da Área de Prestação do Serviço;
 - a.3) (tempo) > 9 (nove) anos para 90% do número de domicílios da Área de Prestação do Serviço.
- b) P4 = 10 (dez) pontos, quando (cumulativamente):
 - b.1) (tempo) ≤ 5 (cinco) anos para tornar disponível o serviço em 50% do número de domicílios da Área de Prestação do Serviço;
 - b.2) (tempo) ≤ 7 (sete) anos para tornar disponível o serviço em 70% do número de domicílios da Área de Prestação do Serviço;
 - b.3) (tempo) ≤ 9 (nove) anos para tornar disponível o serviço em 90% do número de domicílios da Área de Prestação do Serviço.



Ministério das Comunicações
Fis. 141
Rubrica: [assinatura]
CEB

Ministério das Comunicações
SERVIÇO PÚBLICO
CONFERE COM O ORIGINAL
09 SET 2011

- c) Condição mínima: (tempo) não poderá ser superior a 10 (dez) anos para tornar disponível o serviço em 90% (noventa por cento) do número de domicílios da Área de Prestação do Serviço.

10.4.5 A pontuação P5 relativa à percentagem do tempo total diário, em horas, de programação de todos os canais de livre programação, destinada à programação regional voltada para os interesses da população da área a ser servida (% tempo), será no máximo de 20 (vinte) pontos, por grupo de enquadramento, assim:

- a) Para os serviços enquadrados no Grupo A:
a.1) $P5 = \{22,23 \times [((\% \text{ tempo}) - 1) / (\% \text{ tempo})]\}$ pontos
a.2) Condição mínima: $1\% \text{ (um por cento)} \leq (\% \text{ tempo}) \leq 10\% \text{ (dez por cento)}$

b) Para os serviços enquadrados no Grupo B:
b.1) $P5 = \{21,43 \times [((\% \text{ tempo}) - 1) / (\% \text{ tempo})]\}$ pontos
b.2) Condição mínima: $1\% \text{ (um por cento)} \leq (\% \text{ tempo}) \leq 15\% \text{ (quinze por cento)}$

c) Para os serviços enquadrados no Grupo C:
c.1) $P5 = \{21,06 \times [((\% \text{ tempo}) - 1) / (\% \text{ tempo})]\}$ pontos
c.2) Condição mínima: $1\% \text{ (um por cento)} \leq (\% \text{ tempo}) \leq 20\% \text{ (vinte por cento)}$

10.4.6 A pontuação P6 relativa à quantidade de canais destinados à programação de caráter educativo/cultural (Nº canais), tomados em relação ao número de canais de livre programação da operadora (Nº canais livres), será no máximo de 10 pontos.

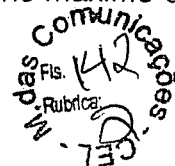
- a) $P6 = \{11,12 \times [(N^\circ \text{ canais}) - 1] / (N^\circ \text{ canais})\}$ pontos, onde:
 $1 \leq (N^\circ \text{ canais}) \leq 10 \text{ (dez) canais}$

b) Condição mínima: (Nº canais) não poderá ser inferior ao mínimo, 1 (um), estabelecido no Art. 23, letra f, da Lei nº 8.977/95.

10.4.7 A pontuação P7 relativa à percentagem do número total de estabelecimentos públicos ou declarados de utilidade pública contidos no perímetro urbano do(s) município(s), conforme estabelecido em Lei municipal, em vigor na data de publicação do Aviso de Licitação objeto deste Edital, tais como: universidades, escolas de 1º grau, 2º grau e profissionalizantes, bibliotecas, museus, hospitais e postos de saúde, da Área de Prestação do Serviço, aos quais será oferecido o serviço básico com isenção de pagamento do valor de adesão e da assinatura básica (% estabelecimentos) durante a vigência da outorga, será de, no máximo, 20 (vinte) pontos calculados da seguinte forma:

- a) $P7 = 0,20 \times (\% \text{ estabelecimentos})$ pontos;
b) Condição mínima: (% estabelecimentos) não poderá ser inferior a 50 % (cinquenta por cento) para cada etapa de implementação indicada no subitem 5.1.8.

10.4.8 A pontuação P8 relativa ao número de outorgas de serviços explorados pela Proponente; por coligadas, controladas ou controladoras da Proponente; por entidades onde os sócios ou acionistas detentores de pelo menos 5% das quotas ou ações do capital social votante sejam também detentores de pelo menos 5% das quotas ou ações do capital social votante da Proponente; por sócio ou acionista da Proponente detentor de pelo menos 5% das quotas ou ações do capital social votante da Proponente e por entidades que tenham qualquer dirigente em comum com a Proponente, será de, no máximo, 10 (dez) pontos, e calculada da seguinte forma:



CONFERE COM O ORIGINAL

09 SET 2011

- a) na Área de Prestação do Serviço de interesse da Proponente (Nº de outorgas):
- a.1) $P8.1 = 4 - (1 \times N^{\circ} \text{ outorgas})$ pontos
 - a.2) $P8.1 = 0$ (zero) para o N° de outorgas ≥ 4
- b) fora da Área de Prestação do Serviço de interesse da Proponente (Nº de outorgas):
- b.1) $P8.2 = 6 - (0,6 \times N^{\circ} \text{ outorgas})$ pontos
 - b.2) $P8.2 = 0$ (zero) para o N° de outorgas ≥ 10
- c) $P8 = (P8.1 + P8.2)$ pontos
- d) Condição mínima: (Nº de outorgas) não poderá ser superior a 6(seis) na Área de Prestação do Serviço de interesse da Proponente.

10.5 A Pontuação Técnica (PT) da Proponente será obtida pela soma dos pontos resultantes da verificação do enquadramento da mesma no disposto em cada quesito constante do subitem 10.4, conforme a seguir:

$PT = (P1 + P2 + P3 + P4 + P5 + P6 + P7 + P8)$ pontos:

10.6 A Proponente que participar da licitação em vários municípios simultaneamente terá a quantidade de outorgas computada após a assinatura de cada Contrato de Concessão e publicação do seu referido extrato, observado o disposto nos subitens 5.1.1 e 5.1.2 da Norma do Serviço de TV a Cabo, nº 13/96 – REV/97 aprovada pela Portaria nº 256, de 18 de abril de 1997.

10.7 Para fins de comprovação do número de domicílios afetos à pontuação P1, P2, P3 e P4, poderão ser considerados domicílios fora do perímetro urbano dos municípios, desde que atendido o número de domicílios indicado nas Áreas de Prestação do Serviço constante do ANEXO I.

11. ABERTURA DA PROPOSTA FINANCEIRA.

11.1 A Comissão, na sessão pública para a divulgação do resultado da análise e classificação das Propostas Técnicas, procederá por Área de Prestação do Serviço, na ordem indicada no preâmbulo deste Edital, a abertura dos invólucros contendo as Propostas Financeiras das Proponentes classificadas.

11.2 Todos os documentos relativos às Propostas Financeiras serão rubricados pelos membros da Comissão, e pelos representantes ou procuradores das Proponentes que manifestarem interesse.

11.2.1 Caso não seja possível efetuar a abertura de todos os invólucros em uma mesma sessão, os que não forem abertos serão rubricados pelos membros da Comissão e pelas Proponentes que demonstrarem interesse, devendo ser lacrados, para abertura em data que será indicada na ata da sessão.

11.3 Após a abertura de todas as Propostas Financeiras, a Comissão divulgará na mesma sessão pública de abertura, por Área de Prestação do Serviço, a Pontuação Financeira (PF) informada pelas Proponentes em suas propostas.

11.3.1 O dado da Proposta Financeira será obtido do disquete, conforme subitem 6.2 deste Edital.



11.3.2 Não tendo sido apresentado o dado em disquete, ou havendo impossibilidade de obtenção do mesmo, será considerado o dado constante da Proposta Financeira de Proponente, conforme MODELO do Anexo IV.

11.3.3 A Pontuação Financeira (PF) informada pelas Proponentes poderá ser alterada quando da análise, pela Comissão, das Propostas Financeiras apresentadas.

11.4 A Comissão Especial de Licitação elaborará relatório circunstanciado das Propostas Financeiras, lavrando a correspondente ata. O resultado da análise e julgamento das Propostas Financeiras, por Área de Prestação do Serviço, poderá ser divulgado na mesma sessão pública ou em outra, a ser convocada com antecedência mínima de 03 (três) dias, por meio do Diário Oficial da União.

11.5 O Presidente da Comissão informará que os autos do procedimento ficarão com vistas franqueadas às Proponentes, fixando prazo para exame.

12. CRITÉRIOS PARA ANÁLISE E JULGAMENTO DA PROPOSTA FINANCEIRA.

12.1 A Comissão Especial de Licitação, durante a sessão de abertura das Propostas Financeiras, analisará a conformidade das mesmas com os requisitos do Edital e atribuirá pontuação a cada proposta, procedendo ao cálculo, por Área de Prestação do Serviço, conforme estabelece o subitem 12.2 deste Edital.

12.2 À Proposta Financeira, por Área de Prestação do Serviço das Proponentes, cujas Propostas Técnicas forem classificadas, será atribuída a pontuação, conforme a seguir:

$$PF = 100 \times [(1 - 1/3 (V_{\min}/V_{\text{of}}))]^{21}$$

onde,

PF : Pontuação Financeira
Vof : Valor do Preço ofertado pela Outorga
Vmin : Valor Mínimo fixado para a Outorga

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL

09 SET 2011

12.3 O prazo de validade da Proposta será de 90 (noventa) dias, findo o qual ficará a Proponente liberada dos compromissos assumidos em sua proposta, a qual perderá a eficácia a partir de então. Caso a Proponente pretenda manter válida sua Proposta até o final da licitação, deverá se manifestar por escrito à Comissão Especial de Licitação, em até 5 (cinco) dias antes do transcurso do prazo de validade da Proposta, prorrogando sua validade por períodos sucessivos de 90 (noventa) dias.

12.4 Será desclassificada a Proposta Financeira, em desconformidade com o Edital e seus ANEXOS ou financeiramente incompatível com os objetivos da licitação, em especial as de valor zero, as de valor simbólico ou irrisório e aquelas cujo valor seja incompatível com os custos envolvidos na execução e/ou com o lucro usual, tendo como comparação os parâmetros de mercado.

13. CRITÉRIOS PARA JULGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO FINAL DAS PROPOSTAS, POR ÁREA DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO.

13.1 Após adotados os procedimentos previstos nos subitens 10.1 e 12.1, será efetuada,

durante sessão pública, por Área de Prestação do Serviço, a ponderação das pontuações obtidas pelas Proponentes em suas Propostas Técnica e Financeira, através da seguinte fórmula:

$VP = (0,70 PT + 0,30 PF)$ pontos (Grupo A)

$VP = (0,50 PT + 0,50 PF)$ pontos (Grupo B)

$VP = (0,30 PT + 0,70 PF)$ pontos (Grupo C)

onde,

VP : Valor Ponderado das Pontuações Técnica e Financeira da Proponente;

PT : Valor da Pontuação Técnica da Proponente;

PF : Valor da Pontuação Financeira da Proponente.



13.1.1 O índice VP, assim como as parcelas da equação, será calculado com até cinco casas decimais, arredondando-se a quinta casa, para cima, quando a sexta for maior ou igual ao dígito 5 (cinco).

13.2 Após concluída a análise e ponderação das pontuações obtidas pelas Proponentes em suas Propostas Técnicas e Financeiras por Área de Prestação do Serviço constantes do ANEXO I deste Edital, a Comissão Especial de Licitação divulgará, em sessão pública, o resultado da classificação.

13.3 Ocorrendo, em relação a uma mesma Área de Prestação do Serviço, uma ou mais propostas que proporcionem resultados finais não idênticos, cuja diferença seja igual ou inferior ao percentual de 10% (dez por cento), do maior índice VP obtido para a mesma Área, as Proponentes enquadradas nesta situação, serão convocadas para apresentarem na mesma sessão pública Propostas Financeiras substitutivas.

13.4 Observada a ordem de classificação das Propostas e a ordem das Áreas de Prestação de Serviço constantes do ANEXO I deste Edital, será solicitado aos representantes legais das Proponentes classificadas, iniciando pela Proponente classificada em último lugar, dentre aquelas enquadradas em 13.3, que apresentem, de viva voz ou por escrito, no prazo de até 05 (cinco) minutos, Proposta Financeira substitutiva, sendo que a não manifestação neste prazo será considerada como renúncia.

13.4.1 A renúncia da Proponente do direito de apresentar Proposta Financeira substitutiva implicará sua exclusão do processo de oferta de Propostas Financeiras substitutivas para a Área de Prestação do Serviço em disputa, mantendo a pontuação obtida em sua proposta anterior.

13.4.2 A Proposta Financeira substitutiva somente será considerada quando tornar superior, em pelo menos 2% (dois por cento) o Valor Ponderado (VP), da Proponente, em relação à maior pontuação obtida até o momento.

13.5 Apresentada Proposta Financeira substitutiva ou tendo havido renúncia em apresentá-la, as Propostas remanescentes, enquadradas em 13.3 serão reclassificadas, repetindo-se os procedimentos descritos em 13.4.

13.6 Os procedimentos descritos anteriormente serão repetidos até que uma Proponente seja proclamada vencedora, o que se dará quando as demais renunciarem ao direito de apresentar Proposta Financeira substitutiva.

A large, stylized handwritten signature in black ink.

13.7 No caso de empate entre Propostas iniciais, sem modificação da classificação através do procedimento previsto no item 13.3, será efetuado sorteio, incluindo-se apenas as empatadas para indicação da Proposta vencedora.

13.8 Caso não seja possível a conclusão do julgamento na data da Sessão prevista no subitem 13.3, a Sessão Pública será suspensa, devendo ser retomada no 1º dia útil subsequente.

13.9 Concluída a fase de julgamento, a Comissão divulgará o seu resultado final, por ordem decrescente de pontuação das Proponentes, por Área de Prestação do Serviço, que constará da ata da sessão, passando para a abertura dos documentos de habilitação.

13.10 Os invólucros dos documentos de habilitação das Proponentes desclassificadas ficarão em poder da Comissão, que os conservará, devidamente lacrados, até a assinatura do Contrato de Concessão pela vencedora.

14. ABERTURA E ANÁLISE DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

14.1 Encerrada a classificação das propostas e julgamento de todas as Áreas de Prestação do Serviço, constantes do ANEXO I, serão abertos os invólucros com os Documentos de Habilitação da Proponente que apresentou a melhor oferta e das demais Proponentes classificadas, que serão rubricados pelos membros da Comissão e pelas Proponentes interessadas em rubricá-los.

14.2 A Comissão Especial de Licitação elaborará relatório circunstanciado lavrando a correspondente ata.

14.3 O Presidente da Comissão informará que os autos do procedimento ficarão com vistas franqueadas às Proponentes, fixando prazo para exame.

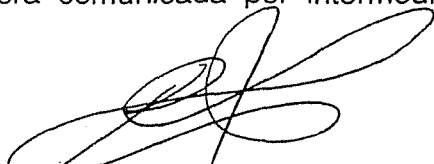
14.4 A Comissão Especial de Licitação procederá à análise da documentação das demais Proponentes, apenas para verificação do cumprimento, pela Proponente vencedora, das condições restritivas fixadas nos subitens 4.1.1 alínea "c", 7.3.2.5.1 e 7.3.4.2.1 deste Edital.

14.5 A Comissão Especial de Licitação procederá à análise dos documentos da Proponente que apresentou a melhor oferta, com o objetivo de verificar sua conformidade com este Edital, analisando também as eventuais manifestações apresentadas pelas demais Proponentes por ocasião das vistas realizadas.

14.5.1 Caso venha a ser detectado vício apenas formal, inclusive a falta de documento exigido neste Edital, serão concedidos 03 (três) dias úteis para que a Proponente que apresentou a melhor oferta possa saná-lo.

14.6 Na hipótese de inabilitação da Proponente que apresentou a melhor oferta, serão analisados os documentos habilitatórios da Proponente com a proposta classificada em segundo lugar e assim, sucessivamente, até que uma Proponente atenda às condições fixadas neste Edital, a qual será declarada vencedora do certame, sendo-lhe adjudicado o objeto nas condições técnicas e econômicas por ela ofertadas inicialmente ou, na hipótese do item 13.3 pela última Proposta Financeira apresentada.

14.7 Será comunicada por intermédio do Diário Oficial da União ou através de Sessão



Pública, a decisão da Comissão Especial de Licitação quanto à habilitação da Proponente que ofereceu a melhor oferta e adjudicação do objeto da Licitação, por Área de Prestação do Serviço.

15. HOMOLOGAÇÃO E FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO.

142
Fis.
Rubrica:
das Comunicações

15.1 O Presidente do Conselho Diretor, à vista do relatório da Comissão Especial de Licitação, proferirá sua decisão, homologando o resultado da licitação, por Área de Prestação do Serviço.

15.2 A Concessão será conferida à Proponente que tiver se habilitado e cujas Propostas tiverem sido classificadas para a respectiva Área de Prestação do Serviço e que tiver apresentado o maior resultado conforme o subitem 13.1.

15.3 Antes da expedição do Ato de Concessão, a empresa estrangeira ou o consórcio adjudicatário deverá se constituir em empresa, fazendo prova de que atende ao disposto no subitem 4.1 deste Edital, bem como apresentar as declarações de que tratam os subitens 7.2.5 e 7.2.13, referentes a seus dirigentes.

15.4 Cada pessoa jurídica ou consórcio só poderá assinar Contrato de Concessão para explorar o Serviço de TV a Cabo até os seguintes limites:

- a) no máximo para sete Áreas de Prestação do Serviço com população igual ou superior a setecentos mil habitantes;
- b) no máximo para doze Áreas de Prestação do Serviço com população igual ou superior a trezentos mil e inferior a setecentos mil habitantes;

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL
8 de maio de 2011

15.5 Os limites estabelecidos no subitem 15.4 considerarão apenas as áreas de Prestação do Serviço, em que a detentora de Concessão para exploração do Serviço de TV a Cabo, explora o serviço sem competição com outros prestadores de serviços de distribuição de sinais de televisão mediante assinatura, excluídos os serviços distribuídos via satélite.

15.5.1 A competição estará caracterizada quando da existência na Área de Prestação do Serviço de pelo menos um outro operador, ou quando for aberto pelo Poder Concedente Edital de Licitação visando nova outorga para o serviço de TV a Cabo e/ou MMDS.

15.6 O prazo entre a convocação da adjudicatária para assinatura do Contrato de Concessão e essa assinatura será de até 10 (dez) dias úteis.

15.6.1 O prazo mencionado no subitem 15.6 para assinatura do Contrato de Concessão poderá ser prorrogado uma única vez, pelo mesmo período, por solicitação da adjudicatária, devidamente justificada, formulada antes do término do período previamente designado.

15.7 Em qualquer das hipóteses previstas no subitem 17.1, a licitação será retomada com análise da documentação da Proponente melhor classificada entre as remanescentes que, caso habilitada, será convocada para assinar o Contrato de Concessão, nas condições técnicas e econômicas, por ela ofertada inicialmente ou, na hipótese do subitem 13.3, pela última de suas propostas.

15.8 Se nenhuma das Proponentes remanescentes concordar em assinar o Contrato de Concessão nas condições do item 15.7, será comunicada, por intermédio do Diário Oficial da

União, a revogação da licitação em relação a essa Área de Prestação do Serviço.

Comunicação
SAS Fis. 148
Rubrica: 432

15.9 Em qualquer das hipóteses do subitem 15.8, a Concessão outorgada será extinta, com a indicação, no ato, dos motivos da extinção.

15.10 O não pagamento da segunda parcela dentro do prazo fixado no Contrato de Concessão, poderá implicar na cassação da Concessão, sujeitando a Concessionária às sanções e penalidades previstas neste Edital e na legislação que regula esta licitação.

15.11 O Contrato de Concessão a ser celebrado entre a ANATEL e a empresa vencedora, por Área de Prestação do Serviço, observará a minuta do ANEXO VI.

16. RECURSOS E MANIFESTAÇÕES.

16.1 Contra os atos da Comissão Especial de Licitação praticados nas fases de classificação e habilitação, e contra a adjudicação, caberá recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis a contar da publicação do Aviso de adjudicação da Proponente vencedora, no Diário Oficial da União, dirigido ao Conselho Diretor da ANATEL por intermédio do Presidente da Comissão.

16.2 Os recursos previstos no subitem 16.1 terão efeito suspensivo por Área de Prestação do Serviço.

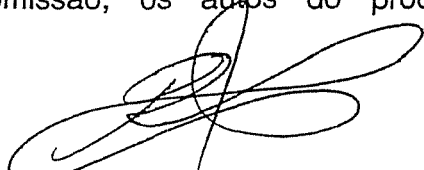
16.3 Interposto o recurso, a Comissão Especial de Licitação identificará as demais Proponentes classificadas na Área de Prestação do Serviço, no prazo de 2 (dois) dias úteis, a contar do recebimento da comunicação acompanhada de cópia do recurso, podendo juntar pareceres técnicos, que deverão ser anexados aos autos do processo administrativo.

16.4 O recurso, contra-razão ou pedido de reconsideração será interposto mediante petição, protocolizada exclusivamente no endereço SAS Quadra 6 – Bloco H – Edifício Ministro Sérgio Motta – 2º andar – Protocolo da Agência Nacional de Telecomunicações em Brasília/DF, CEP.: 70.313-900 devendo conter, sob pena de não conhecimento:

- a) identificação e qualificação da recorrente;
- b) o nome e a qualidade do(s) seu(s) signatário(s), que poderá(ão) ser representante(s) legal(is) ou procurador(es) da Proponente, em ambos os casos detentores de poderes suficientes, comprovados, no caso do(s) representante(s) legal(is), pela forma prevista nos subitens 7.2.1 e 7.2.2 ou 7.2.4 deste Edital e, no caso de mandatário(s), por meio de procuração com poderes específicos, outorgada na forma da lei, a qual deverá vir acompanhando a petição;
- c) objeto da petição, com a indicação clara dos atos e documentos questionados;
- d) fundamentação do pedido, que poderá ter anexado pareceres técnicos.

16.4.1 A Comissão Especial de Licitação, após o recebimento de recurso e ultrapassado o prazo previsto no subitem 16.1 ou decorrido o prazo de 2 (dois) dias úteis para apresentação de contra-razões por parte das Proponentes, terá o prazo de 3 (três) dias úteis para reconsiderar ou manter sua decisão.

16.4.2 Recebido o recurso e a contra-razão, se houver, mantida ou reformada a decisão pela Comissão, os autos do procedimento administrativo, devidamente instruídos, serão



encaminhados ao Conselho Diretor, para que no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar do recebimento dos mesmos, ouvida a Procuradoria, proceda o julgamento do recurso ou a ratificação do ato de reconsideração.

16.4.2.1 Contra as decisões do Conselho Diretor, ratificando ou não a decisão da Comissão, caberá pedido de reconsideração a ser dirigido ao Presidente do Conselho, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis a contar da publicação da decisão, do qual constará a qualificação do interessado e o endereço para correspondência, bem como exposição clara e completa das razões da inconformidade.

16.4.3 Caso o Conselho Diretor mantenha a decisão da Comissão por fundamento diverso do por ela adotado, deverá notificar a Proponente interessada, por meio seguro com prova de recebimento, indicando as razões de fato e de direito do ato que pretende praticar.

16.4.3.1 A Proponente terá o prazo de 3 (três) dias úteis, contado da notificação do Conselho Diretor, para se manifestar.

16.4.4 Transcorrido o prazo fixado no item anterior, ou após a manifestação apresentada pela Proponente, o Conselho Diretor decidirá pela manutenção da decisão da Comissão pelos novos fundamentos indicados ou pelo acolhimento do recurso.

16.5 Na fluência dos prazos para interposição do recurso ou impugnação o processo ficará na Secretaria da Comissão, onde as Proponentes poderão ter vista dos autos.

16.5.1 A Secretaria da Comissão funcionará nos dias úteis, no horário das 9 às 12 horas e das 14 às 17 horas.

16.5.2 Em nenhuma hipótese, será concedida vista do processo fora da Secretaria da Comissão.

16.6 A invalidação ou revogação da licitação poderá ser proposta pelo Conselho Diretor, indicando as razões de fato e de direito sobre as quais pretende apoiar sua decisão.

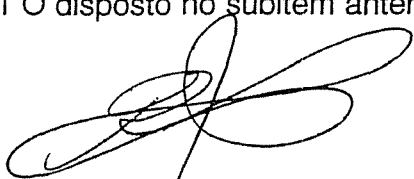
16.6.1 A notificação a todas as Proponentes se dará por meio do Diário Oficial da União, para que se manifestem a respeito, no prazo de até 3 (três) dias úteis, após o que, o Conselho Diretor emitirá sua decisão.

17. PENALIDADES.

17.1 A eventual desistência da adjudicatária em relação a uma determinada Área de Prestação do Serviço, representada por uma das situações abaixo, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e resultará na extinção da Concessão sujeitando a entidade à multa de 10% sobre o preço ofertado em sua Proposta, cujo recolhimento deverá ser comprovado no prazo de 15 (dias) contados do recebimento da notificação.

- a) pelo não pagamento da primeira parcela na forma e no prazo previstos no Edital, injustificadamente, ou ;
- b) pela recusa injustificada em assinar o Contrato de Concessão.

17.1.1 O disposto no subitem anterior se aplica à Proponente convocada para assumir o lugar



da Proponente vencedora ou da Proponente convocada anteriormente, que não aceitar a contratação nas mesmas condições de sua proposta, conforme previsto no subitem 15.7.

17.2 Pela inexecução total ou parcial do Contrato de Concessão, a ANATEL poderá, garantida ampla defesa, aplicar à Concessionária as seguintes penalidades:

- a) advertência;
- b) multa de até 5 (cinco) vezes o valor ofertado pela outorga, corrigido pelo IGP-DI;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a ANATEL, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

17.2.1 As penalidades previstas nas alíneas "a", "c" e "d" do subitem 17.2, poderão ser aplicadas simultaneamente, facultada a defesa do interessado no processo no prazo de 15 (quinze) dias.

17.3 Ocorrendo a extinção do ato de Concessão pela ANATEL em razão da renúncia manifestada pela Concessionária, considerar-se-á o Contrato de Concessão automaticamente rescindido, sem prejuízo do cumprimento das obrigações decorrentes do mesmo Contrato.

17.4 As penalidades por infração na execução do serviço estão previstas nas leis, regulamentos e disposições normativas, independentemente das previstas no subitem 17.2.

18. DISPOSIÇÕES FINAIS.

18.1 A Concessão só será expedida à empresa que atenda às condições estabelecidas neste Edital, vedada a sub-concessão.

18.2 No resultado dos cálculos previstos neste Edital, considerar-se-ão cinco decimais à direita da vírgula, arredondando-se a quinta casa, para cima, quando a sexta for maior ou igual ao dígito 5 (cinco).

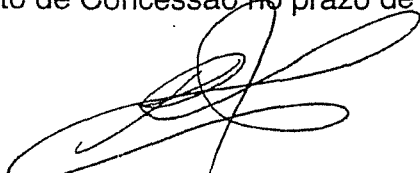
18.3 Não será expedida Concessão à empresa cujo ato de constituição tenha sido alterado, após apresentação da proposta, em decorrência de transferência de cotas ou ações.

18.3.1 A vedação contida no subitem 18.3 se aplica ao consórcio que, após apresentação da proposta, tenha promovido alterações no Termo de Constituição apresentado em atendimento ao subitem 4.1

18.4 Disposições referentes à execução contratual:

18.4.1 A transferência da Concessão ou a aquisição do controle societário da Concessionária será admitida nos termos da legislação e consoante Cláusula Trigésima Segunda do Contrato de Concessão que integra esse instrumento como ANEXO VI.

18.4.2 A ANATEL providenciará a publicação, no Diário Oficial da União, do resumo do Contrato de Concessão no prazo de 5 (cinco) dias úteis.



Comunicar
Fis. 150
Rubrica
CE

CONFERE COM O ORIGINAL

09 SET 2011

18.5 Disposições referentes à renovação do prazo de Concessão.

18.5.1 O prazo da concessão para exploração do Serviço de TV a Cabo poderá ser renovado, desde que a Concessionária tenha cumprido as condições da concessão e manifeste expresso interesse na renovação, pelo menos, 24 (vinte e quatro) meses antes de expirar o prazo da concessão.

18.5.2 A renovação do prazo de concessão para exploração do Serviço de TV a Cabo implicará novo pagamento, pela Concessionária, pelo direito de exploração do serviço.

18.6 A Concessionária, se obriga a despendar com contratos de prestação de serviços de gerência, inclusive assistência, com entidades estrangeiras em relação à receita anual do Serviço de TV a Cabo, líquida de impostos e contribuições, valor máximo de 0,2% (zero vírgula dois por cento) ao ano.

18.7 Na contratação de serviços e na aquisição de equipamentos e materiais vinculados ao serviço objeto deste Edital, a Concessionária se obriga a considerar ofertas de fornecedores independentes, inclusive os nacionais, e basear suas decisões, com respeito às diversas ofertas apresentadas, no cumprimento de critérios objetivos de preço, condições de entrega e especificações técnicas estabelecidas na regulamentação pertinente.

18.7.1 Nos casos em que haja equivalência entre ofertas, a empresa Concessionária se obriga a utilizar como critério de desempate, a preferência a serviços oferecidos por empresas situadas no País, equipamentos e materiais produzidos no País, e, entre eles, aqueles com tecnologia nacional. A equivalência ora referida será apurada quando, cumulativamente:

I - o preço nacional for menor ou igual ao preço importado, posto no território nacional, incluídos os tributos incidentes;

II - o prazo de entrega for compatível com as necessidades do serviço; e

III - sejam satisfeitas as especificações técnicas estabelecidas na regulamentação pertinente e possuam certificação expedida ou aceita pela Anatel, quando aplicável.

18.7.2 Compreende-se como serviços aqueles relacionados com a pesquisa e desenvolvimento, planejamento, projeto, implantação e instalação física, operação, manutenção, supervisão e testes de avaliação de sistemas de telecomunicações.

18.7.3 A operacionalização do disposto no subitem 18.7 será objeto de regulamentação por parte da Anatel, incluindo sanções aplicáveis.

18.8 Fica assegurado à Proponente vencedora que em até 06 (seis) meses a contar da publicação do Ato de concessão, não serão iniciados pelo Poder Concedente novos processos licitatórios que visem novas Concessões do Serviço de TV a Cabo, para as mesmas Áreas de Prestação do Serviço incluídas no citado ato, salvo em caso de interesse público.

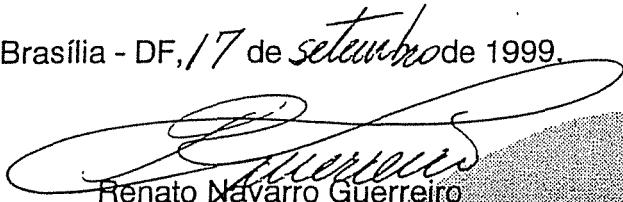
18.9 A Comissão decidirá os casos omissos.



19. ANEXOS.

- ANEXO I - Especificações Técnicas por Área de Prestação do Serviço
- ANEXO II - Modelos de Termos, Declarações e Procurações
- ANEXO III - Modelo para elaboração da Proposta Técnica
- ANEXO IV - Modelo de Proposta Financeira por Área de Prestação do Serviço
- ANEXO V - Relação de Serviços
- ANEXO VI - Minuta do Contrato de Concessão

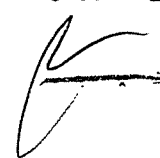
Brasília - DF, 17 de setembro de 1999.



Renato Navarro Guerreiro
Presidente da ANATEL

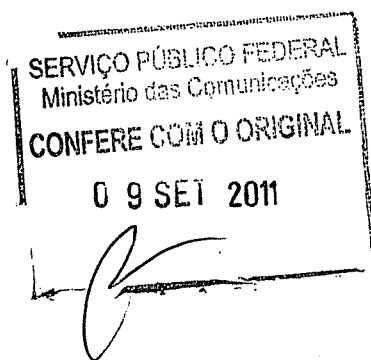
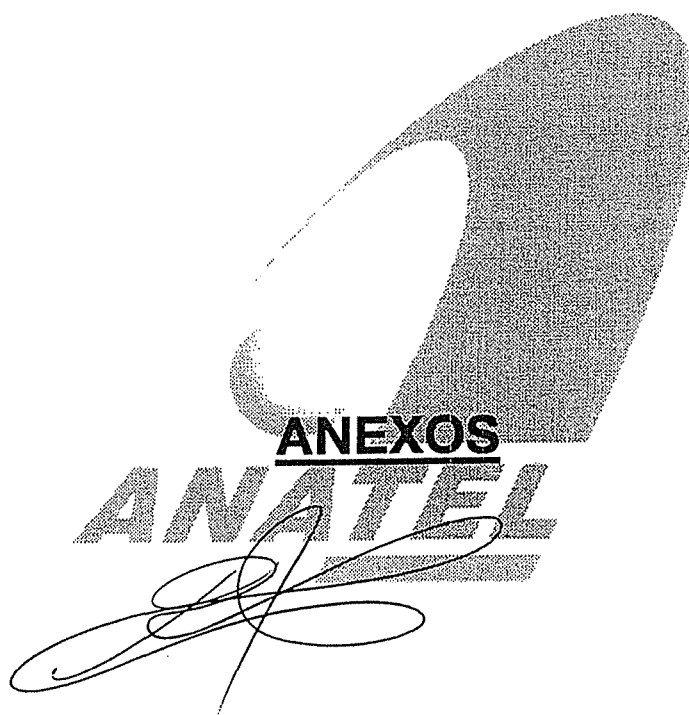
ANATEL

Serviço Público Federal
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL

09 SET 2011



Ministério das Comunicações
Fls. 152
Rubrica: 



ANEXO I

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS POR ÁREA
DE PRESTACAO DO SERVIÇO



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL

09 SET 2011

ANEXO I

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS POR ÁREA DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

Licitação Nº 005/99 - TVC - SCM/ANATEL

Grupo de Enquadramento :

ÁREA DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

	POPULAÇÃO	DOMICÍLIOS URBANOS	PREÇO MÍNIMO (R\$)
ALMIRANTE TAMANDARE / PR	88.752	20.373	64.270,31
ALTA FLORESTA / MT	57.053	8.529	224.946,07
ARAPONGAS / PR	74.875	19.015	106.447,69
ASSIS / SP	81.982	22.645	154.650,42
ATIBAIA / SP	94.627	22.849	150.633,53
BARRA DO PIRAI / RJ	84.936	22.290	112.473,04
BARRETOS / SP	99.861	26.891	192.810,92
BIRIGUI / SP	85.084	22.407	126.532,16
BOTUCATU / SP	100.123	26.438	164.692,66
CACERES / MT	73.004	13.891	78.329,44
CAMAQUA / RS	61.265	12.128	86.363,22
CAMPO BOM / RS	51.894	14.293	148.625,08

OBS: Os dados estatísticos relativos à População e Nº de Domicílios da Área de Prestação de Serviço, foram retirados do Censo de 1996 - IBGE, atualizados às de crescimento previstas no SIEG/IBGE.

09 SET 2011

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL

CEL. M. da
S. F. S.
R. S. S.
Comunicações

ANEXO I

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS POR ÁREA DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

Licitação Nº 005/99 - TVC - SCM/ANATEL

Grupo de Enquadramento : **A**

ÁREA DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

	POPULAÇÃO	DOMICÍLIOS URBANOS	PREÇO MÍNIMO (R\$)
CAMPO LARGO / PR	82.712	16.861	84.354,77
CAMPO MOURAO / PR	79.135	19.955	140.591,29
CANGUCU / RS	49.830	4.835	92.388,56
CARATINGA / MG	86.869	16.368	92.388,56
CARAZINHO / RS	56.572	15.340	104.439,25
CRUZEIRO / SP	71.914	17.759	106.447,69
ESTEIO / RS	74.698	21.257	106.447,69
FORMIGA / MG	64.237	15.024	180.760,24
GUARAPARI / ES	73.394	17.650	86.363,22
HORTOLANDIA / SP	112.859	28.665	232.979,85
ITAJUBA / MG	79.569	18.554	120.506,82
ITAPERUNA / RJ	81.797	19.072	104.439,25

OBS: Os dados estatísticos relativos à População e Nº de Domicílios da Área de Prestação de Serviço, foram retirados do Censo de 1996 - IBGE, atualizados às de crescimento previstas no SIEG/IBGE.

ANATEL
SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL
09 SET 2011

CEL - 1516
Comunicações

ANEXO I

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS POR ÁREA DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

Licitação Nº 005/99 - TVC - SCM/ANATEL

Grupo de Enquadramento : A

ÁREA DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

	POPULAÇÃO	DOMICÍLIOS URBANOS	PREÇO MÍNIMO (R\$)
ITAPEVA / SP	77.279	14.959	104.439,25
ITAUNA / MG	70.646	17.510	100.422,35
JANDIRA / SP	75.137	18.915	70.295,65
JANUARIA / MG	77.416	7.931	64.270,31
JAPERI / RJ	72.939	18.900	58.244,96
JAU / SP	102.831	26.506	190.802,46
LAVRAS / MG	72.659	17.952	116.489,92
LEME / SP	77.407	18.938	112.473,04
LORENA / SP	76.004	18.475	112.473,04
MANHUACU / MG	69.147	12.435	176.743,34
MONTENEGRO / RS	49.086	12.980	160.675,76
MURIAE / MG	87.884	20.829	142.599,74

OBS: Os dados estatísticos relativos à População e Nº de Domicílios da Área de Prestação de Serviço, foram retirados do Censo de 1996 - IBGE, atualizados às de crescimento previstas no SIEG/IBGE.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 Ministério das Comunicações
 CONFERE COM O ORIGINAL

09 SET 2011

38
 Comunicações
 157
 730

ANEXO I

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS POR ÁREA DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

Licitação Nº 005/99 - TVC - SCM/ANATEL

Grupo de Enquadramento : **A**

ÁREA DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

	POPULAÇÃO	DOMICÍLIOS URBANOS	PREÇO MÍNIMO (R\$)
NOVA LIMA / MG	56.531	11.276	74.312,54
OURINHOS / SP	86.516	22.232	154.650,42
OURO PRETO / MG	61.350	11.886	78.329,44
PALHOCA / SC	80.905	20.334	76.320,98
PARA DE MINAS / MG	68.291	15.662	94.397,01
PARACATU / MG	67.274	13.018	82.346,33
PARANAVAI / PR	72.618	18.798	130.549,05
PATROCÍNIO / MG	67.815	14.069	88.371,67
PINDAMONHANGABA / SP	113.318	25.889	152.641,97
PINHAIS / PR	88.649	21.899	56.236,52
PONTE NOVA / MG	58.361	12.484	180.760,24
QUEIMADOS / RJ	108.322	28.444	90.380,12

OBS: Os dados estatísticos relativos à População e Nº de Domicílios da Área de Prestação de Serviço, foram retirados do Censo de 1996 - IBGE, atualizados às de crescimento previstas no SIEG/IBGE.

09 SET 2011

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL

CEL. M. de
F. 15
Rubrica
39
Comunicações

ANEXO I

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS POR ÁREA DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

Licitação Nº 005/99 - TVC - SCM/ANATEL

Grupo de Enquadramento : **A**

ÁREA DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

	POPULAÇÃO	DOMICÍLIOS URBANOS	PREÇO MÍNIMO (R\$)
ROLIM DE MOURA / RO	43.783	7.810	96.405,46
SALTO / SP	85.695	22.396	140.591,29
SANTA ROSA / RS	62.265	14.992	110.464,59
SANTIAGO / RS	53.335	12.496	156.658,87
SANTO ANGELO / RS	75.057	18.739	106.447,69
SAO BORJA / RS	62.751	14.389	100.422,35
SAO CARLOS / SP	174.433	44.483	140.591,29
SAO GABRIEL / RS	60.169	14.473	58.244,96
SAO JOAO DA BOA VISTA / SP	73.415	18.656	126.532,16
SAO JOAO DEL REI / MG	74.827	18.533	104.439,25
SAO LOURENCO DO SUL / RS	42.404	6.137	100.422,35
SAO MATEUS / ES	81.894	14.991	88.371,67

OBS: Os dados estatísticos relativos à População e Nº de Domicílios por Área de Prestação de Serviço, foram retirados do Censo de 1996 - IBGE, atualizados às de crescimento previstas no SIEG/IBGE.

09 SET 2011
CONFERE COM O ORIGINAL
SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações

CEL. M. das
R. 15
Comunicações
40

ANEXO I

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS POR ÁREA DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

Licitação Nº 005/99 - TVC - SCM/ANATEL

Grupo de Enquadramento : **A**

ÁREA DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

	POPULAÇÃO	DOMICÍLIOS URBANOS	PREÇO MÍNIMO (R\$)
SAPIRANGA / RS	65.704	16.399	164.692,66
TAQUARA / RS	46.902	11.516	148.625,08
TATUI / SP	66.072	20.946	130.549,05
TEIXEIRA DE FREITAS / BA	96.136	19.256	78.329,44
TELEMACO BORBA / PR	64.477	16.067	90.380,12
TOLEDO / PR	90.107	20.537	140.591,29
TRES LAGOAS / MS	74.430	18.675	92.388,56
TRES RIOS / RJ	65.885	16.465	88.371,67
UBA / MG	76.419	16.402	212.895,38
UMUARAMA / PR	90.389	21.519	150.633,53
UNAI / MG	73.021	12.814	78.329,44
VALINHOS / SP	74.179	18.875	116.489,92

OBS: Os dados estatísticos relativos à População e Nº de Domicílios da Área de Prestação de Serviço, foram retirados do Censo de 1996 - IBGE, atualizados às de crescimento previstas no SIEG/IBGE.

09 SET 2011

Serviço Público Federal
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL

CEL. M. da
Rafael
16
Comun.

ANEXO I

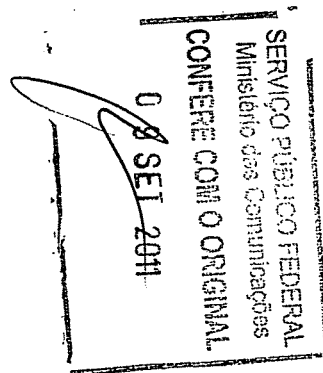
ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS POR ÁREA DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

Licitação Nº 005/99 - TVC - SCM/ANATEL

Grupo de Enquadramento : **A**

ÁREA DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

	POPULAÇÃO	DOMICÍLIOS URBANOS	PREÇO MÍNIMO (R\$)
VARZEA PAULISTA / SP	77.872	19.696	86.363,22
VILHENA / RO	44.394	9.980	84.354,77
VOTORANTIM / SP	86.744	21.925	104.439,25



ANATEL

OBS: Os dados estatísticos relativos à População e Nº de Domicílios da Área de Prestação de Serviço, foram retirados do Censo de 1996 - IBGE, atualizados às de crescimento previstas no SIEG/IBGE.

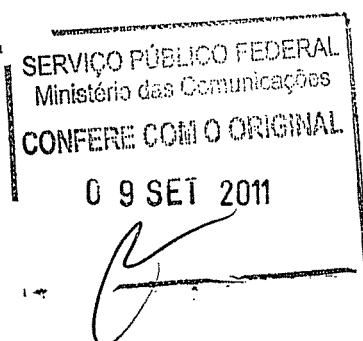
Comunicações
16/11/11
16/11/11

ANEXO II

MODELOS DE TERMOS, DECLARAÇÕES E PROCURAÇÕES

[assinatura]

ANATEL



ANEXO II - Subitem 7.2.5 do Edital

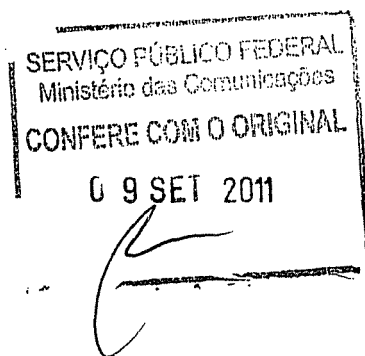
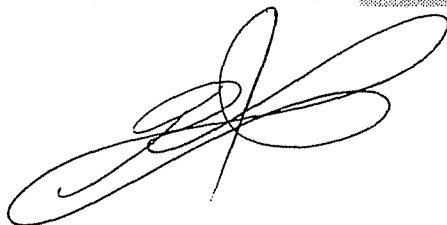
MODELO nº 1

DECLARAÇÃO

(Nome(s) completo(s), Identidade, CPF) declara(m) para fins de participação na LICITAÇÃO nº 005/99 - TVC - SCM/ANATEL, promovida pela Agência Nacional de Telecomunicações, que não se encontra(m) em gozo de imunidade parlamentar ou de foro especial.

(local e data)

(identificação do(s) dirigente(s) da empresa, com indicação de sua(s) função(ões) na pessoa jurídica)



ANEXO II - Subitem 7.2.6 do Edital

MODELO nº 2

TERMO DE CONSTITUIÇÃO DO CONSÓRCIO
(Condições Mínimas)

(Denominação ou razão social, endereço da sede, nº de inscrição no CGC ou CNPJ, da empresa líder do consórcio e demais empresas consorciadas, por seus representantes legais, infra-assinados, declararam que:

a) como integrantes do consórcio participarão do capital social da pessoa jurídica a ser constituída, caso venha a ser adjudicatário do objeto licitado, com os seguintes percentuais;

Entidade (1) %

Entidade (2) %

b) a exploração do serviço de TV a Cabo deverá ser o objetivo ou um dos objetivos da entidade a ser constituída;

c) obrigam-se a manter, até o final da licitação a composição inicial do consórcio, que deverá, igualmente, ser observada inclusive no que se refere aos percentuais de participação societária quando da constituição da empresa, caso lhe seja adjudicado o objeto licitado;

d) liderará o consórcio a empresa _____, entidade constituída sob as leis brasileiras, com sede e administração no País e representante das empresas consorciadas perante a Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel;

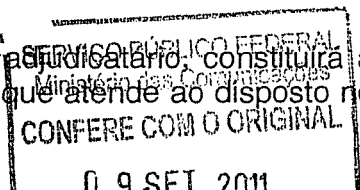
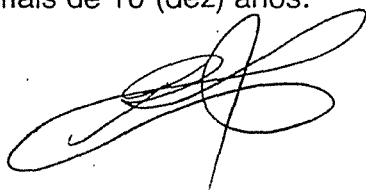
e) as empresas consorciadas, que subscrevem o presente são, solidariamente, responsáveis por todas as obrigações e atos do consórcio;

f) antes da expedição do ato de concessão, o consórcio, se adjudicatário, constituirá a empresa nas condições da alínea "a" e "b", fazendo prova de que atende ao disposto no subitem 4.1 do Edital.;

(Local e data)

(identificação das pessoas que subscrevem o termo, com indicação de sua função na pessoa jurídica consorciada).

Nota * A composição do capital social da empresa a ser constituída deverá observar os percentuais declarados na constituição do consórcio, devidamente arquivado no registro do comércio, observada a condição de que pelo menos 51% (cinquenta e um por cento) do capital votante pertencerá a brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos ou a sociedade sediada no País, cujo controle pertencerá a brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos.



ANEXO II - Subitem 7.2.7 do Edital

MODELO nº 3

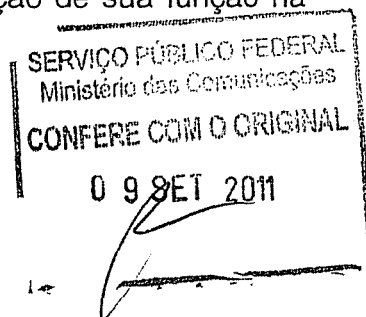

DECLARAÇÃO

(Denominação ou razão social, endereço da sede, nº de inscrição no CGC ou CNPJ), por seu representante legal, declara, para fins de participação na LICITAÇÃO nº 005/99 - TVC - SCM/ANATEL, promovida pela Agência Nacional de Telecomunicações, na forma do subitem 7.2.7 do Edital, que:

- a) não deixou de iniciar operação de Serviço de TV a Cabo no prazo legalmente fixado, salvo por motivo justificado e aceito pela Agência Nacional de Telecomunicações;
- b) não teve cassada ou decretada caducidade de Concessão, Permissão ou Autorização, há menos de 5 (cinco) anos;
- c) não se encontra inadimplente com a Fiscalização do Poder Executivo, na forma apurada em regular processo administrativo.

(local e data)

(identificação da pessoa que subscrever a declaração, com indicação de sua função na pessoa jurídica)



ANEXO II - Subitem 7.2.8 do Edital

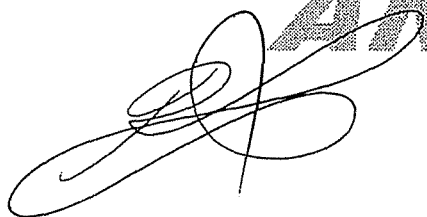
MODELO nº 4

DECLARAÇÃO

(Denominação ou razão social, endereço da sede, nº de inscrição no CGC ou CNPJ), por seu representante legal, declara, para fins de participação na LICITAÇÃO nº 005/99 - TVC - SCM/ANATEL, promovida pela Agência Nacional de Telecomunicações, na forma do subitem 7.2.8 do Edital, que seus sócios ou acionistas não pertenceram aos quadros societários de empresas enquadradas nas condições previstas no subitem 7.2.7 do Edital com participação de, pelo menos 10% (dez por cento) do capital votante ao tempo das cominações.

(local e data)

(identificação da pessoa que subscrever a declaração, com indicação de sua função na pessoa jurídica)



ANATEL



ANEXO II - Subitem 7.2.9 do Edital

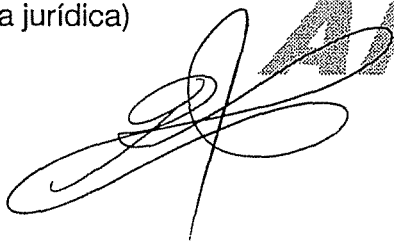
MODELO nº 5

DECLARAÇÃO

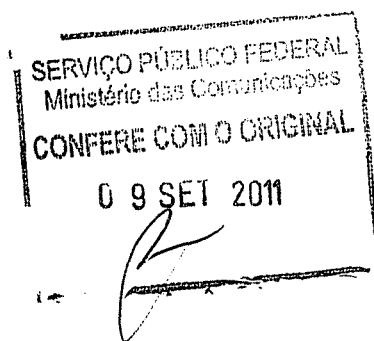
(Denominação ou razão social, endereço da sede, nº de inscrição no CGC ou CNPJ), por seu representante legal, declara, para fins de participação na LICITAÇÃO nº 005/99 - TVC - SCM/ANATEL, promovida pela Agência Nacional de Telecomunicações, na forma do subitem 7.2.9 do Edital, de que, a Proponente e suas coligadas, controladas e controladora não ultrapassam o limite do número de autorizações estabelecido nos subitens 5.1.1 e 5.1.2 da Norma do Serviço de TV a Cabo, nº 13/96 - REV/97, aprovada pela Portaria MC nº 256, de 18 de abril de 1997.

(local e data)

(identificação da pessoa que subscrever a declaração, com indicação de sua função na pessoa jurídica)



ANATEL



ANEXO II - Subitem 7.2.11 do Edital

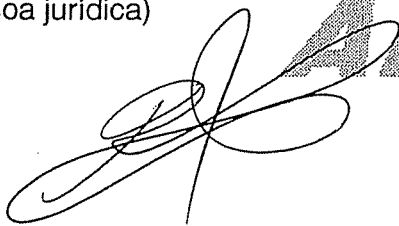
MODELO nº 6

DECLARAÇÃO

(Denominação ou razão social da(s) empresa(s) estrangeira(s) integrante(s) de consórcio, país de origem, endereço da sede no exterior), declara(m), para fins de participação na LICITAÇÃO nº 005/99 - TVC – SCM/ANATEL, promovida pela Agência Nacional de Telecomunicações, na forma do subitem 7.2.11 do Edital, que será (ão) representada(s) no Brasil, pelo(s) representante(s) legal(is), abaixo relacionado(s), tendo o(s) mesmo(s) poderes para, em seu nome, receber citação e responder administrativa e judicialmente.

(local e data)

(identificação da pessoa que subscrever a declaração, com indicação de sua função na pessoa jurídica)



ANATEL



ANEXO II - Subitem 7.3.9 do Edital

MODELO nº 7

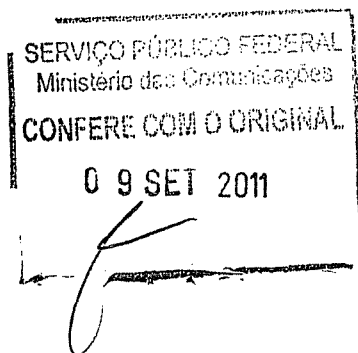
DECLARAÇÃO

(Denominação ou razão social, endereço da sede, nº de inscrição no CGC ou CNPJ), por seu representante legal, declara, para fins de participação na LICITAÇÃO nº 005/99 - TVC - SCM/ANATEL, promovida pela Agência Nacional de Telecomunicações, que tomou conhecimento do Edital de Licitação, de seus ANEXOS e de todas as informações referentes à presente licitação, disponibilizadas pela ANATEL, bem como das condições locais para a execução do Contrato objeto da licitação.

(local e data)

(identificação da pessoa que subscreveu a declaração, com indicação de sua função na pessoa jurídica)

 **ANATEL**



ANEXO II - Subitem 7.5.4 do Edital

MODELO nº 8

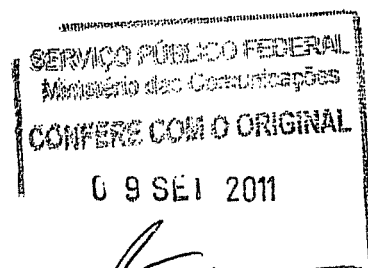
DECLARAÇÃO

(Denominação ou razão social, endereço da sede, nº de inscrição no CGC ou CNPJ), por seu representante legal, declara, para fins de participação na LICITAÇÃO nº 005/99 - TVC - SCM/ANATEL, promovida pela Agência Nacional de Telecomunicações, na forma do subitem 7.5.4 do Edital, que não está impedida, por qualquer motivo, de transacionar com a Administração Direta ou Indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios.

(local e data)

(identificação da pessoa que subscrever a declaração, com indicação de sua função na pessoa jurídica)

 **ANATEL**



ANEXO II - Subitem 5.1.16 do Edital

MODELO nº 9

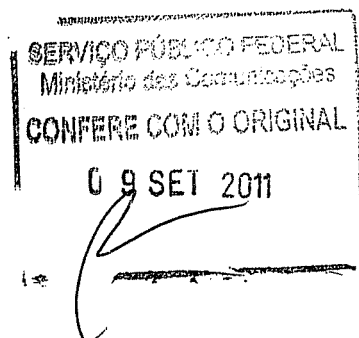
DECLARAÇÃO

(Denominação ou razão social, endereço da sede, nº de inscrição no CGC ou CNPJ), por seu representante legal, declara, para fins de participação na LICITAÇÃO nº 005/99 - TVC - SCM/ANATEL, promovida pela Agência Nacional de Telecomunicações, na forma do subitem 5.1.16 do Edital, que atenderá _____% do total dos estabelecimentos públicos ou declarados de utilidade pública, contidos no perímetro urbano do(s) município(s), tais como: universidades, escolas do 1º grau, 2º grau e profissionalizantes, bibliotecas, museus, hospitais e postos de saúde, da Área de Prestação do Serviço, aos quais será oferecido o serviço básico com isenção de pagamento do valor relativo à Taxa de Adesão e à assinatura básica mensal, desde o primeiro ano de operação do serviço.

(local e data)

(identificação da pessoa que subscrever a declaração, com indicação de sua função na pessoa jurídica)

 **ANATEL**



ANEXO II - Subitem 8.3.1 b) do Edital

MODELO nº 10

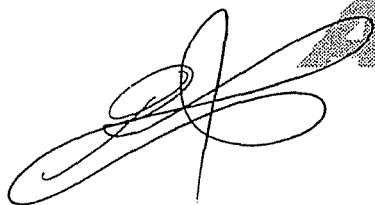
PROCURAÇÃO (Particular)

(Denominação ou razão social da pessoa jurídica, endereço da sede, inscrição no CGC ou CNPJ) nomeia e constitui seu bastante procurador (nome, qualificação, documento de identidade, nº do CPF) a quem outorga poderes para representá-la em todos os atos da LICITAÇÃO nº 005/99 - TVC - SCM/ANATEL, promovida pela Agência Nacional de Telecomunicações, podendo apresentar Documentação de Habilitação, Propostas, passar recibo, rubricar documentos, apresentar impugnações, assinar lista de presença e atas, desistir de prazo recursal, submeter pedido de reconsideração, interpor recursos e impugná-los, ter vista dos autos, enfim, praticar todos os atos necessários ao fiel cumprimento deste mandato.

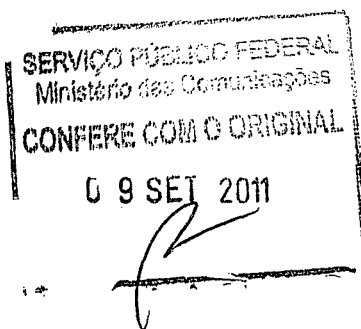
(local e data)

(identificação do(s) representante(s) legal(is) da Proponente que assinar(em) a procuração, com a indicação de sua(s) função(ões) na pessoa jurídica correspondente)

OBS.: A procuração só será válida se contiver firma reconhecida do signatário, devendo ser apresentada por ocasião da entrega dos Documentos de Habilitação e Propostas.



ANATEL



ANEXO II - Subitem 7.3.2.5.1 do Edital
MODELO nº 11

DECLARAÇÃO

(Denominação ou razão social, endereço da sede, nº de inscrição no CGC ou CNPJ), por seu representante legal, coligada da (Denominação ou razão social, endereço da sede, nº de inscrição no CGC ou CNPJ), declara, para fins de participação na LICITAÇÃO nº 005/99 - TVC - SCM/ANATEL, promovida pela Agência Nacional de Telecomunicações, na forma do subitem 7.3.2.5.1 do Edital, que se compromete a transferir à Proponente o conhecimento que detém e que seja necessário à exploração do serviço, conforme exigências do Edital, e que não é coligada de nenhuma outra Proponente para a mesma Área de Prestação do Serviço.

(local e data)

(identificação da pessoa que subscrever a declaração, com indicação de sua função na pessoa jurídica)


ANATEL



ANEXO II - Subitem 7.3.4.2.1 do Edital

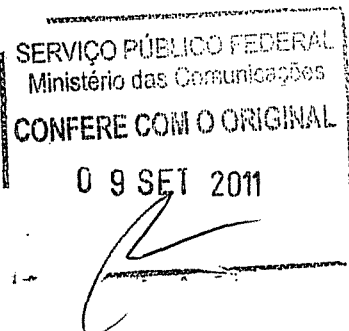
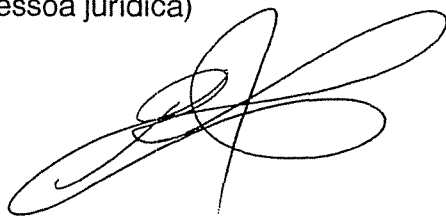
MODELO nº 12

DECLARAÇÃO

(Denominação ou razão social, endereço da sede, nº de inscrição no CGC ou CNPJ), por seu representante legal, coligada da (Denominação ou razão social, endereço da sede, nº de inscrição no CGC OU CNPJ), participante do Consórcio (Denominação ou razão social, endereço da sede, nº de inscrição no CGC ou CNPJ), declara, para fins de participação na LICITAÇÃO nº 005/99 - TVC - SCM/ANATEL, promovida pela Agência Nacional de Telecomunicações, na forma do subitem 7.3.4.2.1 do Edital, que se compromete a transferir ao Consórcio (Denominação ou razão social, endereço da sede, nº de inscrição no CGC ou CNPJ) o conhecimento que detém e que seja necessário à exploração do serviço, conforme exigências do Edital, e que não é coligada de nenhuma outra Proponente para a mesma Área de Prestação de Serviço.

(local e data)

(identificação da pessoa que subscrever a declaração, com indicação de sua função na pessoa jurídica)



Comunicações
N.º 179
Publ. 75


DECLARAÇÃO

[illegible]

09 SET 2011

OBS; A pessoa jurídica deve estar identificada além da Razão Social, com o C.G.C. e a pessoa Física com o C.P.F

(identificação da pessoa que subscrever a declaração, com indicação de sua função na pessoa jurídica)



ANEXO II - Subitem 7.4.5 do Edital

MODELO nº 14

DECLARAÇÃO

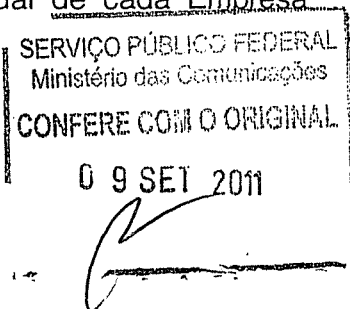
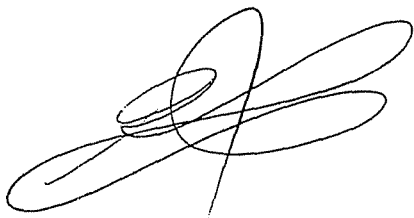
(Denominação ou razão social, endereço da sede, nº de inscrição no CGC ou CNPJ),
(*participante do Consórcio (Denominação ou razão social, endereço da sede, nº de
inscrição no CGC ou CNPJ),* por seu representante legal, declara, para fins de
participação na LICITAÇÃO nº 005/99 - TVC - SCM/ANATEL, promovida pela Agência
Nacional de Telecomunicações, na forma do subitem 7.4.5 do Edital, que não se encontra
em processo de falência ou concordata.

(local e data)

(identificação da pessoa que subscrever a declaração, com indicação de sua função na
pessoa jurídica)

Obs.1: A data não poderá ser anterior a 90 (noventa) dias daquela marcada no preâmbulo
deste Edital, sob pena de não aceitação desta Declaração.

Obs.2: Em caso de Consórcio, deverá haver Declaração individual de cada Empresa
participante do Consórcio.



ANEXO II - Subitem 4.1 do Edital

MODELO nº 15

DECLARAÇÃO

(Denominação ou razão social, endereço da sede, nº de inscrição no CGC ou CNPJ), por seu representante legal, declara, para fins de participação na LICITAÇÃO nº 005/99 - TVC - SCM/ANATEL, promovida pela Agência Nacional de Telecomunicações, na forma do subitem 4.1 do Edital que, a Proponente compromete-se a adaptar-se ou a constituir empresa com as características adequadas, com observância das exigências previstas neste Edital, antes da expedição do ato de Concessão.

(local e data)

(identificação da pessoa que subscrever a declaração, com indicação de sua função na pessoa jurídica)



ANATEL

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL
09 SET 2011

Comissão de Licitação
Preliminar
178
734

ANEXO II Subitem 7.2.12 do Edital

MODELO nº 16

DECLARAÇÃO

(Denominação ou razão social, endereço da sede, nº de inscrição no CGC ou CNPJ), por seu representante legal, declara, para fins de participação na LICITAÇÃO nº 005/99 - TVC -SCM/ANATEL, promovida pela Agência Nacional de Telecomunicações, na forma do subitem 5.1.17.1 e 7.2.12 que:

1) a composição do controle societário da Proponente está assim constituída:

Nome entidade/sócio	CGC/CNPJ/CPF	Objeto Social	%
XXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XX

2) a composição do controle societário da coligada, controlada ou controladora:

Nome entidade/sócio	CGC/CNPJ/CPF	Objeto Social	%
XXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XX

3) por entidades cujos sócios ou acionistas detentores de, pelo menos, 5% das cotas ou ações do seu capital social votante, sejam também detentores de, pelo menos, 5% das cotas ou ações do capital social votante da Proponente;

Nome entidade/sócio	CGC/CNPJ/CPF	Objeto Social	%
XXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XX

4) a composição do controle societário de entidades que tenham qualquer dirigente em comum com a Proponente:

Nome da entidade	CGC/CNPJ	Dirigente	CPF
XXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL
09 SET 2011

(local e data)

(identificação da pessoa que subscrever a declaração, com indicação de sua função na pessoa jurídica)

ANEXO II – Subitem 7.2.13 do Edital

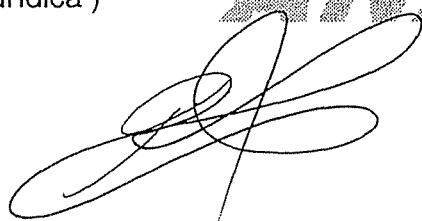
MODELO nº 17

DECLARAÇÃO

(Denominação ou razão social, endereço da sede, nº de inscrição no CGC ou CNPJ), por seu representante legal, declara, para fins de participação na LICITAÇÃO nº 005/99 - TVC –SCM/ANATEL, promovida pela Agência Nacional de Telecomunicações, que os ocupantes de cargos de administração ou direção não se encontram impedidos de praticar atos da vida civil, nem estão sob privação decorrente de sentença condenatória criminal, transitado em julgado.

(Local e Data)

(Identificação da pessoa que subscrever a declaração, com indicação de sua função na pessoa jurídica)



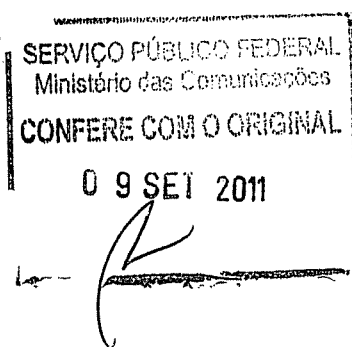
SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL

09 SET 2011



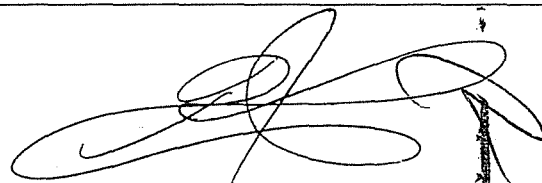
ANEXO III

**MODELO PARA ELABORAÇÃO DA
PROPOSTA TÉCNICA**



ANEXO III- Subitem 5.1 a 5.1.17 do Edital

MODELO DE PROPOSTA TÉCNICA POR ÁREA DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO LICITAÇÃO Nº :	
RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE - CGC/MF ou CNPJ/MF	
SUBITENS NÃO PONTUÁVEIS	
APRESENTAÇÃO DO SISTEMA PROPOSTO (5.1.1)	
Meio Físico: (5.1.1 letra a)	
Configuração da Rede (5.1.1. letra b)	
Capacitação de Rede (5.1.1. letra c)	
Qualidade do Serviço (5.1.1 letra d)	
Programação (5.1.1 letra e)	
ÁREA DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO / UF (5.1.2):	
LARGURA DE FAIXA (EM MHZ) PRETENDIDA PARA A REDE(5.1.3): _____ MHz	
NÚMERO DE CANAIS TECNICAMENTE DISPONÍVEIS PARA O SERVIÇO DE TV A CABO, REFERIDOS A UMA LARGURA DE FAIXA DE 6 MHZ POR CANAL (5.1.4): _____ canais	
INDICADORES TÉCNICOS E DE QUALIDADE PRETENDIDOS PARA O SERVIÇO(5.1.5):	
NÚMERO DE CANAIS PARA LIVRE PROGRAMAÇÃO (5.1.6): _____ canais	
TEMPO DIÁRIO DE PROGRAMAÇÃO, EM HORAS, DE CADA CANAL DE LIVRE PROGRAMAÇÃO(5.1.7): _____ horas	
APRESENTAÇÃO DO CRONOGRAMA EM BASE TRIMESTRAL, DA IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA PROPOSTO, INDICANDO AS ETAPAS DE IMPLEMENTAÇÃO DA INFRA-ESTRUTURA DE REDE DE TRANSPORTE DE TELECOMUNICAÇÕES E A REDE LOCAL DE DISTRIBUIÇÃO DE SINALS DE TV, ASSIM COMO DO CABEÇAL, DESDE O INÍCIO DA INSTALAÇÃO ATÉ O ATENDIMENTO TOTAL DA ÁREA DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO (5.1.8):	
NÚMERO DE DOMÍLIOS, EXCLUIDOS AQUELES CONSTANTES DA ETAPA INICIAL DE OPERAÇÃO DO SERVIÇO, QUE PODEM SER ATENDIDOS, POR TRIMESTRE, ATÉ QUE SEJA CONSIDERADA TODA A ÁREA DE PRESTADO DO SERVIÇO(5.1.9):	
PRAZO, EM MESES, CONTADO A PARTIR DA DATA DE PUBLICAÇÃO DO ATO DE OUTORGA NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, PARA A CONCLUSÃO DA ETAPA INICIAL DE INSTALAÇÃO DO SISTEMA E INÍCIO DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO AOS ASSINANTES. (5.1.10.1): _____ meses	
DEMONSTRAÇÃO DE TODA CADEIA SOCIETÁRIA POR MEIO DE DIAGRAMA, CONFORME MODELO Nº 13 DO ANEXO II, FORNECENDO DADOS EM PERCENTUAIS DE PARTICIPAÇÃO DE CADA SEGMENTO NA COMPOSIÇÃO SOCIETÁRIA DA EMPRESA/CONSÓRCIO, CHEGANDO ÀS PESSOAS FÍSICAS OU COTISTAS (5.1.17.1):	



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 Ministério das Comunicações
 CONFERE COM O ORIGINAL
 09 SET 2011

CEL. 181
 09 SET 2011

**MODELO DE PROPOSTA TÉCNICA
POR ÁREA DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO
LICITAÇÃO Nº :**

RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE - CGC/MF ou CNPJ/MF

SUBITENS PONTUÁVEIS

P1 - NÚMERO DE DOMÍLIOS PASSÍVEIS DE SEREM ATENDIDOS NO INÍCIO DE OPERAÇÃO DO SERVIÇO (5.1.10) : _____ Domicílios

P2 - NÚMERO DE DOMÍLIOS PASSÍVEIS DE SEREM ATENDIDOS AO FINAL DO PRIMEIRO ANO DE OPERAÇÃO DO SERVIÇO (5.1.11): _____ Domicílios

P3 - NÚMERO DE DOMÍLIOS PASSÍVEIS DE SEREM ATENDIDOS AO FINAL DO SEGUNDO ANO DE OPERAÇÃO DO SERVIÇO (5.1.12): _____ Domicílios

P4 - TEMPO TOTAL, EM ANOS, QUE A PROPONENTE SE COMPROMETE A TORNAR DISPONÍVEL O SERVIÇO EM ÁREA QUE CUBRA 50%, 70% E 90% DOS DOMÍLIOS DA ÁREA DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO, A PARTIR DA DATA DE INÍCIO DE OPERAÇÃO DO SERVIÇO (5.1.13): 50%: _____ anos; 70%: _____ anos; 90%: _____ anos

P5 - TEMPO DIÁRIO DE PROGRAMAÇÃO, EM HORAS, DE TODOS OS CANAIS DE LIVRE PROGRAMAÇÃO, DESTINADO A PROGRAMAÇÃO REGIONAL, VOLTADA PARA OS INTERESSES DA POPULAÇÃO DA ÁREA A SER SERVIDA (5.1.14): _____ horas

P6 - NÚMERO DE CANAIS DE LIVRE PROGRAMAÇÃO DESTINADO EXCLUSIVAMENTE A PROGRAMAÇÃO DE CARÁTER EDUCATIVO/CULTURAL, ALÉM DO MÍNIMO (UM CANAL) ESTABELECIDO NA LEI Nº 8.977/95 (5.1.15): _____ canais

P7 - DECLARAÇÃO DA PROPONENTE, CONFORME MODELO Nº 9, CONSTATANTE DO ANEXO II, RELATIVA À PERCENTAGEM DO NÚMERO TOTAL DE ESTABELECIMENTOS PÚBLICOS OU DECLARADOS DE UTILIDADE PÚBLICA, CONTIDOS NO PERÍMETRO URBANO DO(S) MUNICÍPIO(S), TAIS COMO : UNIVERSIDADES, ESCOLAS DE 1.º GRAU, 2.º GRAU E PROFISSIONALIZANTE, BIBLIOTECAS, MUSEUS, HOSPITAIS E POSTOS DE SAÚDE, DA ÁREA DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO, AOS QUAIS SERÁ OFERECIDO O SERVIÇO BÁSICO COM ISENÇÃO DE PAGAMENTO DO VALOR RELATIVO À ADESAO E À ASSINATURA BÁSICA MENSAL, DESDE O PRIMEIRO ANO DE OPERAÇÃO DO SERVIÇO. (5.1.16): _____ %

INFORMAR A QUANTIDADE DE OUTORGAS DE UM OU MAIS DOS SERVIÇOS INDICADOS NO ANEXO V, DISCRIMINANDO A QUANTIDADE DENTRO E FORA DA ÁREA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE INTERESSE DA PROPONENTE, NA DATA DE PUBLICAÇÃO DO AVISO DE LICITAÇÃO, CONFORME DISPOSTO NO CITADO ANEXO, EXPLORADAS: (5.1.17)

- a) PELA PROPONENTE E/OU POR COLIGADAS, CONTROLADAS OU CONTROLADORAS DA PROPONENTE;
- b) POR ENTIDADES CUJOS SÓCIOS OU ACIONISTAS DETENTORES DE PELO MENOS 5% DAS COTAS OU AÇÕES DO SEU CAPITAL SOCIAL VOTANTE, SEJAM TAMBÉM DETENTORES, EM PELO MENOS, 5% DAS COTAS OU AÇÕES DO CAPITAL SOCIAL VOTANTE DA PROPONENTE;
- c) POR SÓCIO OU ACIONISTA DA PROPONENTE DETENTOR, DIRETAMENTE, DE PELO MENOS 5% DAS COTAS OU AÇÕES DO CAPITAL VOTANTE DA PROPONENTE;
- d) POR ENTIDADES QUE TENHAM QUALQUER DIRIGENTE EM COMUM COM A PROPONENTE.

P8.1 - a) NA ÁREA DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE INTERESSE DA PROPONENTE: _____ outorgas

P8.2 - b) FORA DA ÁREA DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE INTERESSE DA PROPONENTE: _____ outorgas

Local e Data:

Nome do Representante Legal da Empresa Proponente

Assinatura do Representante Legal da Empresa Proponente

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL
09 SET 2011

Comunicações
192
750

ANEXO IV

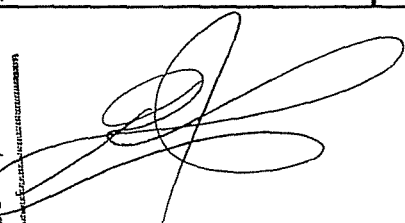
**MODELO DE PROPOSTA FINANCEIRA PELO DIREITO DE
EXPLORAÇÃO DO SERVIÇO
POR ÁREA DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO**

ANATEL
[assinatura]

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL
09 SET 2011
[assinatura]

ANEXO IV - Subitem 6.1

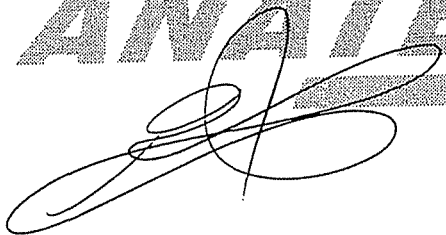
MODELO DE PROPOSTA FINANCEIRA POR ÁREA DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO LICITAÇÃO Nº :	
RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE	
CGC OU CNPJ/MF	
ÁREA DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO / UF	
VALOR PROPOSTO EM REAIS (R\$)	
VALOR PROPOSTO POR EXTENSO	
VALIDADE DA PROPOSTA	
Nome do Representante Legal da Empresa Proponente	
Assinatura do Representante Legal da Empresa Proponente	


 SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 Ministério das Comunicações
 CONFERE COM O ORIGINAL
 09 SET 2011

COTILUNDO
 19/09/2011
 14h30
 65

ANEXO V

RELACÃO DE SERVIÇOS



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL
09 SET 2011

ANEXO V
QUANTIDADE DE OUTORGAS – subitem 5.1.17

RELAÇÃO DE SERVIÇOS:

1. Na Área de Prestação do Serviço:

- Frequência Modulada, Onda Média, Onda Tropical, Onda Curta, Radiodifusão de Sons e Imagens (Televisão), MMDS e TV a Cabo.

2. Fora da Área de Prestação do Serviço:

- Frequência Modulada, Onda Média, Onda Tropical, Onda Curta, Radiodifusão de Sons e Imagens (Televisão), MMDS e TV a Cabo, Telefonia Pública, Telefonia Celular e DTH.

a) da Proponente

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA (conforme Indicado no subitem 5.1.17)	CGC/CNPJ	TIPO DE SERVIÇO	NA ÁREA DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO	FORA DA ÁREA DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO
			MUNICÍPIO	MUNICÍPIO

b) das coligadas, controladas ou controladoras

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA (conforme Indicado no subitem 5.1.17)	CGC/CNPJ	TIPO DE SERVIÇO	NA ÁREA DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO	FORA DA ÁREA DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO
			MUNICÍPIO	MUNICÍPIO

c) entidades cujos sócios ou acionistas detentores de pelo menos 5% das cotas ou ações do seu capital social votante sejam também detentores, em pelo menos 5% das cotas ou ações do capital social votante da Proponente.

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA (conforme Indicado no subitem 5.1.17)	CGC/CNPJ	TIPO DE SERVIÇO	NA ÁREA DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO	FORA DA ÁREA DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO
			MUNICÍPIO	MUNICÍPIO

d) por sócio ou acionista da Proponente detentor, diretamente ou indiretamente, de pelo menos 5% (cinco por cento) das cotas ou ações do capital social votante da Proponente ou por entidades que tenham qualquer dirigente em comum com a Proponente.

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA (conforme Indicado no subitem 5.1.17)	CGC/CNPJ	TIPO DE SERVIÇO	NA ÁREA DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO	FORA DA ÁREA DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO
			MUNICÍPIO	MUNICÍPIO

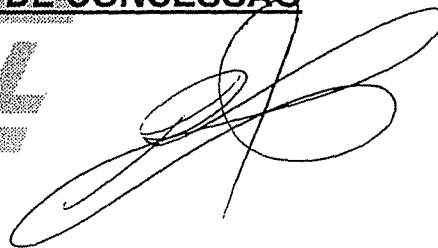
SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 Ministério das Comunicações
 CONFERE COM O ORIGINAL
 9 SET 2011

19/09/2011
 14h 15min
 19/09/2011

ANEXO VI

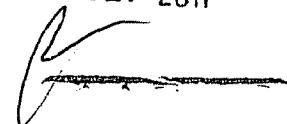
MINUTA DO CONTRATO DE CONCESSÃO

ANATEL



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL

09 SET 2011





AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

188
742

CONTRATO DE CONCESSÃO CELEBRADO ENTRE A
UNIÃO FEDERAL, POR INTERMÉDIO DA
AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES –
ANATEL, E A
_____, PARA
EXPLORAR O SERVIÇO DE TV A CABO, NA ÁREA DE
PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE
_____/____.

Aos ____ dias do mês de ____ de
____, em Brasília, Distrito Federal, a União, representada pela
AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES – ANATEL, inscrita no CNPJ/MF sob
nº 02.030.715/0001-12, como **PODER CONCEDENTE**, neste ato representada pelo
Presidente do seu Conselho Diretor, **Renato Navarro Guerreiro**, e pelo Conselheiro
_____, e a _____, inscrita
no CGC/MF ou CNPJ/MF sob nº _____, doravante denominada
CONCESSIONÁRIA, aqui representada por seu Diretor/Procurador
_____, portador da Cédula de Identidade RG nº
_____/____, CPF nº _____, por este instrumento e na
melhor forma de direito, firmam o presente Contrato, decorrente da concessão outorgada
à supramencionada entidade pelo Ato ANATEL nº _____, de (DIA) de (MÊS) de
(ANO), publicado no Diário Oficial da União do dia (DIA) de (MÊS) de (ANO), para
explorar o Serviço de TV a Cabo, na Área de Prestação de Serviço de
_____/____, regendo-se a referida concessão pelos preceitos da legislação de
telecomunicações, pela Lei nº 8.977, de 6 de janeiro de 1995, pela Lei nº 9.472, de 16 de
julho de 1997, seus regulamentos, normas complementares e, cumulativamente, pelas
cláusulas seguintes :

DO OBJETO, ÁREA DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO E PRAZO DE CONCESSÃO

Serviço Público Federal
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL

09 SET 2011

Cláusula Primeira – Fica assegurado à **CONCESSIONÁRIA** o direito de explorar, sem
exclusividade, na Área de Prestação do Serviço correspondente ao perímetro do(s)
município(s), conforme estabelecido em lei, em vigor na data de publicação do Aviso de
Licitação objeto do Edital de Licitação 005/99 – TVC-SCM/ANATEL, o Serviço de TV a
Cabo, destinado a promover a cultura universal e nacional, a diversidade de fontes de
informação, o lazer e o entretenimento, a pluralidade política e o desenvolvimento social e
econômico do País.

§ 1º. A área de Prestação do Serviço é aquela correspondente ao perímetro urbano do(s) município(s), conforme estabelecido em lei municipal, em vigor na data de publicação do Aviso de Licitação que deu origem a este instrumento;

§ 2º. A presente concessão é outorgada pelo prazo de 15 (quinze) anos, renovável por iguais períodos, produzindo efeitos a partir da data de vigência da outorga.

DO PAGAMENTO DO PREÇO PELO DIREITO DE EXPLORAÇÃO DO SERVIÇO

Cláusula Segunda – O preço pelo direito de exploração do serviço, nos termos da proposta apresentada pela CONCESSIONÁRIA na licitação, no valor de R\$ _____, será pago à CONCEDENTE, da seguinte forma:

a) R\$ _____, na data da assinatura do presente Contrato de Concessão, por meio de cheque administrativo, nominal ao Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – FISTEL. A importância acima poderá ser atualizada pela variação do IGP-DI (Índice Geral de Preço – Disponibilidade Interna) da Fundação Getúlio Vargas, a contar da data de recebimento das Propostas e Documentação de Habilitação até esta data, nos termos do subitem 6.2.2 do Correspondente Edital da LICITAÇÃO.

b) os restantes R\$ _____, em cheque administrativo, nominal ao Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – FISTEL, com vencimento em até (DIA) de (MÊS) de (ANO), a partir da data da assinatura do presente Contrato. A importância poderá ser atualizada pela variação do IGP-DI (Índice Geral de Preço – Disponibilidade Interna) da Fundação Getúlio Vargas, nos termos do subitem 6.2.2 do correspondente Edital de Licitação.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações

CONFERE COM O ORIGINAL

09 SET 2011

DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO

Cláusula Terceira – O serviço de TV a Cabo consiste na distribuição de sinais de vídeo e/ou áudio a assinantes, mediante transporte por meios físicos.

§ 1º. Os sinais referidos nesta cláusula compreendem programas de vídeo e/ou áudio similares aos oferecidos por emissoras de radiodifusão, informações meteorológicas, bancárias, financeiras, culturais, de preços e outros que possam ser oferecidos aos assinantes do Serviço;

§ 2º. Incluem-se no Serviço a interação necessária à escolha da programação e outras aplicações pertinentes, nas condições definidas em normas baixadas pelo PODER CONCEDENTE;

§ 3º. A interação referida no parágrafo 2º do art. 2º do Regulamento de TV a Cabo abrange aquela necessária à escolha da programação, aquela necessária à aquisição de programas pagos individualmente, tanto em horário previamente programado pela operadora como em horário escolhido pelos assinantes ("pay-per-view" e "vídeo-on-demand"), bem como aquela necessária ao acesso às informações

que possam ser oferecidas aos assinantes, tais como as mencionadas no parágrafo 1º do mesmo artigo do Regulamento;

§ 4º. Outras aplicações não mencionadas no parágrafo 1º desta cláusula, constituem outros serviços de telecomunicações, os quais poderão ser prestados através da rede de Serviço de TV a Cabo, mediante outorga específica em conformidade com a regulamentação aplicável.

Cláusula Quarta – A CONCESSIONÁRIA, caso tenha interesse em expandir sua Área de Prestação do Serviço além dos limites estabelecidos no presente contrato, somente poderá fazê-lo se ficar demonstrado, após procedimento de consulta pública, que não há interesse de terceiros na Prestação do Serviço na área pretendida ou em área que a envolva.

§ 1º. Havendo interesse da concessionária em expandir sua Área de Prestação do Serviço, o preço pelo direito de exploração da nova área será o valor mínimo definido pela ANATEL.

§ 2º. No caso de manifestação de interesse de terceiros, será determinada a abertura de edital de licitação.

Cláusula Quinta – A CONCESSIONÁRIA não poderá, direta ou indiretamente, determinar tratamento discriminatório com relação às demais operadoras ou concorrentes a edital referente a uma mesma área de prestação de serviço.

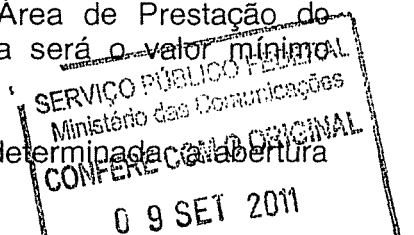
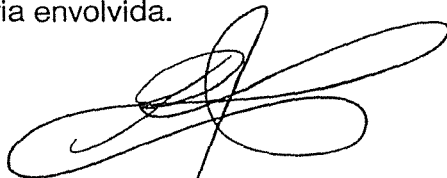
Cláusula Sexta – O não cumprimento do cronograma de implantação da rede, caracterizará incapacidade técnica da CONCESSIONÁRIA, salvo se ele for resultado de ocorrência de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovado e aceito pelo PODER CONCEDENTE.

Cláusula Sétima – Os sinais dos canais correspondentes às geradoras locais de televisão deverão ser oferecidos aos assinantes desde o início da operação do serviço.

§ 1º. Para fins de cumprimento do disposto no artigo 23, inciso I, alínea "a" da Lei nº 8.977/95, a CONCESSIONÁRIA fica obrigada a transmitir em seu sistema os sinais das emissoras geradoras de televisão, em VHF e UHF, cujos sistemas irradiantes estejam instalados em município(s) integrante(s) da área de prestação do serviço, que atinjam esta área com os níveis mínimos de intensidade de campo, de conformidade com as normas aplicáveis.

§ 2º. A CONCESSIONÁRIA deverá oferecer aos assinantes os sinais das geradoras locais de televisão em VHF e UHF nos mesmos canais por elas utilizados. Caso não haja viabilidade técnica para tal, os canais deverão estar no mesmo bloco de canais do sistema de TV a Cabo e dentro da mesma seqüência em que eles são livremente recebidos por seus telespectadores.

Cláusula Oitava – Para o oferecimento aos assinantes de qualquer outro sinal de geradora ou retransmissora de televisão, não enquadrado no estabelecido no § 1º da Cláusula Sétima, a CONCESSIONÁRIA deve obter o acordo da concessionária ou permissionária envolvida.



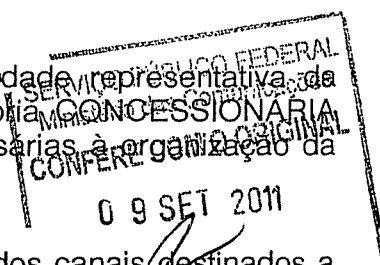
Cláusula Nona – A CONCESSIONÁRIA, conforme prevê a lei, não pode alterar a programação captada de estação de televisão, seja através de inserções de áudio e/ou vídeo, seja por cortes.

Cláusula Décima - A CONCESSIONÁRIA não poderá usar material gráfico da geradora de televisão como forma de promoção mercadológica sem autorização prévia e expressa da concessionária do serviço de radiodifusão de sons e imagens envolvida. Qualquer promoção mercadológica, relativa ao oferecimento da programação de radiodifusão de sons e imagens pelo Serviço de TV a Cabo, deverá informar que aquela programação é de recepção gratuita e disponível no sistema convencional de recepção de televisão.

Cláusula Décima Primeira – Os demais canais básicos de utilização gratuita e os canais para prestação eventual e permanente de serviço deverão estar disponíveis desde o início da operação do serviço.

Parágrafo único. Nos canais básicos de utilização gratuita, a veiculação de publicidade comercial está limitada à menção do patrocínio de programa.

Cláusula Décima Segunda – Caso não seja instituída a entidade representativa da comunidade local, para utilização do Canal Comunitário, a própria CONCESSIONÁRIA poderá coordenar, junto à comunidade servida, as ações necessárias à organização da programação.



Cláusula Décima Terceira – Tornada pública a disponibilidade dos canais destinados a prestação eventual (dois canais) e permanente (trinta por cento) da capacidade do sistema, de acordo com o estabelecido no parágrafo 1º do art. 66 do Regulamento do Serviço de TV a Cabo, caso, no prazo de 6 (seis) meses, não haja interessados suficientes para a utilização da totalidade dos canais, a CONCESSIONÁRIA poderá utilizar tais canais com programação própria ou de coligada.

Parágrafo único. Constatada a superveniência de demanda para a utilização dos canais de que trata esta cláusula, a operadora deverá novamente disponibilizar os correspondentes canais em um prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar da solicitação da entidade interessada.

Cláusula Décima Quarta - Os sistemas de TV a Cabo deverão ser dimensionados e instalados de modo a atender plenamente os requisitos técnicos fixados em Normas.

Cláusula Décima Quinta - Os sistemas de TV a Cabo deverão operar estritamente de acordo com todas as condições e requisitos estabelecidos na regulamentação do serviço.

Cláusula Décima Sexta – Os canais de livre programação da CONCESSIONÁRIA, mencionados no art. 24 da Lei nº 8.977/95, conterão programação da própria operadora, de suas afiliadas ou coligadas, ou ainda adquirida de outras programadoras escolhidas.

Cláusula Décima Sétima – A CONCESSIONÁRIA, obrigatoriamente, deverá tornar disponível, pelo menos um canal exclusivo de programação composta por obras cinematográficas e audiovisuais brasileiras de produção independente, devendo a

programação deste ser diário, com um mínimo de 12 horas de programação ininterrupta, que inclua o horário de 12 a 24 horas.

Cláusula Décima Oitava - Em cumprimento ao disposto no inciso V do art. 10 da Lei nº 8.977/95, e de modo a assegurar o desenvolvimento do Serviço de TV a Cabo em conformidade com o inciso VI do mesmo artigo, os acordos entre a CONCESSIONÁRIA e as programadoras deverão observar as seguintes disposições :

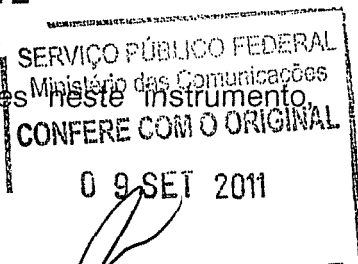
- 1) a CONCESSIONÁRIA não poderá impor condições que impliquem participação no controle ou requeiram algum interesse financeiro na empresa programadora;
- 2) a CONCESSIONÁRIA não poderá obrigar a programadora a prever direitos de exclusividade como condição para o contrato;
- 3) a CONCESSIONÁRIA não poderá adotar práticas que restrinjam indevidamente a capacidade de uma programadora não afiliada a ela de competir lealmente, através de discriminação na seleção, termos ou condições do contrato para fornecimento de programas; e
- 4) a contratação, pela CONCESSIONÁRIA, de programação gerada no exterior deverá ser sempre realizada através de empresa localizada no território nacional.

DA COMPETÊNCIA DO PODER CONCEDENTE

Cláusula Décima Nona - Sem prejuízo das demais disposições neste instrumento, compete ao PODER CONCEDENTE :

- 1) fiscalizar o serviço, em todo o território nacional;
- 2) aplicar as penalidades legais, regulamentares e contratuais;
- 3) definir os parâmetros técnicos de qualidade e desempenho da execução e exploração do Serviço;
- 4) dirimir, em primeira instância, as dúvidas e conflitos que surgirem em decorrência da interpretação da Lei nº 8.977/95, de sua regulamentação e do presente instrumento;
- 5) fixar os critérios legais que coíbam abusos do poder econômico no Serviço de TV a Cabo;
- 6) promover e estimular o desenvolvimento do serviço de TV a Cabo em regime de livre CONCORRÊNCIA;
- 7) extinguir a concessão, nos casos e na forma previstos na legislação;
- 8) determinar, a qualquer tempo, que a CONCESSIONÁRIA realize testes adicionais ou a repetição de testes já realizados em seu sistema ou a realização de testes em terminais de assinantes específicos;
- 9) interromper os serviços até que seja sanada qualquer interferência detectada.

Cláusula Vigésima - Compete ao PODER CONCEDENTE, em conjunto com o Ministério da Cultura, o estabelecimento de diretrizes para a prestação do Serviço de TV a Cabo,



que estimulem e incentivem o desenvolvimento da indústria cinematográfica nacional e de produção de filmes, desenhos animados, vídeo e multimídia no País.

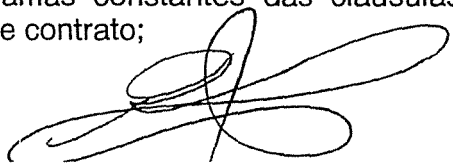
DOS ENCARGOS DA CONCESSIONÁRIA

Serviço Público Federal
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL

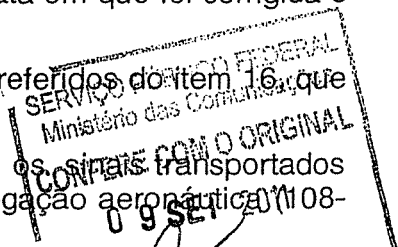
09 SET 2011

Cláusula Vigésima Primeira – Incumbe à CONCESSIONÁRIA :

- 1) apresentar, ao PODER CONCEDENTE, o resumo do projeto de instalação, em formulário próprio, no prazo de XX meses, de acordo com o proposto pela
- 2) concessionária, no parágrafo único da Cláusula Vigésima Quinta, a contar da publicação do ato de outorga no Diário Oficial da União;
- 3) apresentar ao PODER CONCEDENTE todas as alterações das características técnicas constantes do projeto de instalação, tão logo estas estejam efetivadas, utilizando o mesmo formulário padronizado, devendo essas alterações manter as características técnicas do serviço dentro do estabelecido em normas;
- 4) manter, em seu poder, o projeto de instalação e suas alterações, que ficarão disponíveis para consulta do PODER CONCEDENTE, a qualquer tempo;
- 5) utilizar somente equipamentos em conformidade com as normas de certificação expedidas pelo PODER CONCEDENTE;
- 6) adotar as providências necessárias para sanar quaisquer interferências prejudiciais que ocorram em sistemas autorizados e operando regularmente ou suspender, por determinação do PODER CONCEDENTE, a transmissão dos canais comprovadamente envolvidos em interferência até a remoção de sua causa;
- 7) oferecer o serviço ao público de forma não discriminatória e a preços e condições justos, razoáveis e uniformes, compatíveis com as práticas usuais de mercado e com os seus correspondentes custos, assegurando o acesso ao Serviço, como assinante, a todos os que tenham suas dependências localizadas na área de sua prestação, mediante o pagamento do valor correspondente à adesão e à assinatura básica;
- 8) tornar disponível ao assinante, quando por ele solicitado e a suas expensas, dispositivo que permita o bloqueio de canais, de forma a possibilitar a não recepção de determinados programas;
- 9) permitir consulta, por parte de qualquer interessado, aos contratos para utilização de redes, celebrados com as operadoras do Serviço Telefônico Fixo Comutado ou com outras operadoras de TV a Cabo;
- 10) encaminhar, ao PODER CONCEDENTE com vistas ao licenciamento do sistema, a declaração do profissional habilitado responsável pela instalação de que ela foi executada de acordo com o projeto e Normas Técnicas aplicáveis e o laudo de vistoria das instalações, contendo os testes de desempenho do sistema, elaborados por profissional habilitado, sendo ambos os documentos acompanhados da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART;
- 11) encaminhar ao PODER CONCEDENTE os relatórios semestrais relativos à implantação da rede, inclusive o atendimento de assinantes, e à implementação da programação da CONCESSIONÁRIA, para acompanhamento do cumprimento, dos cronogramas constantes das cláusulas Vigésima Quinta à Trigésima Primeira do presente contrato;



- 12) apresentar, anualmente, ao PODER CONCEDENTE, a relação das empresas e entidades que, naquele ano, utilizaram ou utilizam canais para prestação permanente de serviços;
- 13) responsabilizar-se pelo desempenho do sistema, estando preparada para demonstrar, a qualquer tempo, ao PODER CONCEDENTE, que opera o serviço de acordo com todas as normas técnicas aplicáveis;
- 14) manter, em sua sede local, lista atualizada dos canais de TV a Cabo que oferece a seus assinantes, juntamente com a programação neles veiculada;
- 15) realizar testes de desempenho do sistema pelo menos duas vezes por ano, em intervalos que não excedam a 6 (seis) meses, mantendo seus resultados arquivados na sede local da empresa por pelo menos 5 (cinco) anos, bem como torná-los disponíveis ao PODER CONCEDENTE;
- 16) estabelecer programa de monitoração das irradiações do sistema nas faixas de radionavegação aeronáutica, de acordo com o disposto em normas;
- 17) manter registro de cada irradiação com valor superior ao limite estabelecido, contendo os dados referentes à data e ao local onde foi verificada, a data em que foi corrigida e a provável causa da irradiação;
- 18) manter arquivados, pelo prazo de 2 (dois) anos, os registros referidos no item 16, que devem estar disponíveis ao PODER CONCEDENTE;
- 19) fornecer anualmente, ao PODER CONCEDENTE, todos os sinais transportados no sistema de faixas de frequências do serviço de radionavegação aeronáutica (1108-137 MHz e 328,6 - 335,4 MHz e 960 - 1000 MHz);
- 20) fornecer, ao PODER CONCEDENTE, sempre que for transmitir qualquer portadora ou componente de sinal com um nível médio de potência igual ou superior a 10 Watts numa largura de faixa de 25 kHz em qualquer intervalo de 160 microssegundos, em qualquer ponto do sistema de TV a Cabo, em qualquer nova frequência das faixas do serviço de radionavegação aeronáutica;
- 21) apresentar relação nominal, com endereço de todos os estabelecimentos públicos ou declarados de utilidade pública contidos no perímetro urbano do(s) município(s), conforme estabelecido em Lei Municipal, em vigor na data de publicação do Aviso de Licitação objeto do Edital de Licitação 005/99-TVC-SCM/ANATEL, tais como: universidades, escolas de 1º grau, 2º grau e profissionalizante, bibliotecas, museus, hospitais e postos de saúde, da Área de Prestação do Serviço, devendo ser atestados a existência e o endereço de cada um desses estabelecimentos por órgãos oficiais a eles afetos, como condição para licenciamento do serviço;
- 22) encaminhar relação nominal constante do item anterior, ao PODER CONCEDENTE, a cada dois anos, com as alterações e os novos estabelecimentos públicos ou declarados de utilidade pública;
- 23) encaminhar ao PODER CONCEDENTE comunicação de alteração da denominação social ou do tipo societário da concessionária, quando for o caso, bem como a composição, do novo quadro diretivo, quando ocorrer qualquer modificação, acompanhada de declaração dos novos dirigentes de que não gozem de imunidade parlamentar e foro especial;
- 24) na contratação de serviços e na aquisição de equipamentos e materiais vinculados ao serviço objeto deste Edital, a CONCESSIONÁRIA se obriga a considerar ofertas de



Comunicações
195
750

fornecedores independentes, inclusive os nacionais, e basear suas decisões, com respeito às diversas ofertas apresentadas, no cumprimento de critérios objetivos de preço, condições de entrega e especificações técnicas estabelecidas na regulamentação pertinente.

§ 1º Nos casos em que haja equivalência entre ofertas, a empresa CONCESSIONÁRIA se obriga a utilizar como critério de desempate, a preferência a serviços oferecidos por empresas situadas no país, equipamentos e materiais produzidos no país, e, entre eles, aqueles com tecnologia nacional. A equivalência referida nesta cláusula será apurada quando, cumulativamente:

I - O preço nacional for menor ou igual ao preço importado, posto no território nacional, incluídos os tributos incidentes;

II - O prazo de entrega for compatível com as necessidades do serviço; e,

III - Sejam satisfeitas as especificações técnicas estabelecidas na regulamentação pertinente e possuam certificação expedida ou aceita pela Anatel, quando aplicável.

§ 2º Compreende-se como serviços aqueles relacionados com a pesquisa e desenvolvimento, planejamento, projeto, implantação e instalação física, operação, manutenção, supervisão e testes de avaliação de sistemas de telecomunicações.

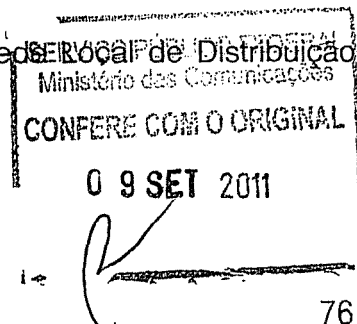
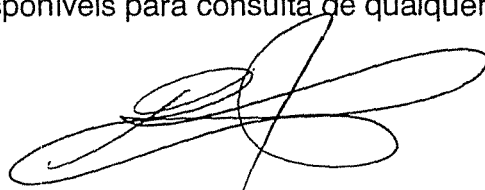
§ 3º A operacionalização do disposto nesta cláusula será objeto de regulamentação por parte da Anatel, incluindo sanções aplicáveis.

25) Despender com contratos de prestação de serviços de gerência, inclusive assistência, com entidades estrangeiras, em relação à receita anual do serviço de TV a Cabo, líquida de impostos e contribuições, valor máximo de 0,2% (zero vírgula dois por cento) ao ano.

Cláusula Vigésima Segunda – No caso de a CONCESSIONÁRIA instalar a Rede de Transporte de Telecomunicações ou segmentos dessa rede, sua capacidade disponível poderá ser utilizada pelas operadoras do Serviço Telefônico Fixo Comutado, mediante contrato entre as partes, para prestação dos referidos serviços, bem assim por outra concessionária de TV a Cabo, exclusivamente para prestação do serviço.

Cláusula Vigésima Terceira – No caso de a CONCESSIONÁRIA instalar a Rede Local de Distribuição de Sinais de TV, sua capacidade disponível poderá ser utilizada pela operadora de Serviço Telefônico Fixo Comutado, mediante contrato entre as partes, para prestação do referido serviço, bem assim por outra concessionária ou permissionária de serviço de telecomunicações.

Cláusula Vigésima Quarta – Os contratos de utilização da Rede Local de Distribuição ficarão disponíveis para consulta de qualquer interessado.



Min. das Comunicações
Fls. 196
Rubrica: [assinatura]
CEL. 75

**DOS COMPROMISSOS ASSUMIDOS E CONSTANTES
DA PROPOSTA TÉCNICA**

Cláusula Vigésima Quinta - A CONCESSIONÁRIA deverá atender a XX% (tantos por cento) do número de domicílios da Área de Prestação do Serviço, estabelecido no ANEXO I do Edital, no início de sua operação, correspondendo a _____ domicílios.

Parágrafo único – Será considerado para este fim, como início da operação do serviço, o prazo de XX meses contado da data de publicação no Diário Oficial da União do Ato de Outorga, conforme proposto pela concessionária, no item 5.1.10.1, do ANEXO III MODELO DA PROPOSTA TÉCNICA.

Cláusula Vigésima Sexta – A CONCESSIONÁRIA deverá atender a XX% (tantos por cento) do número de domicílios da Área de Prestação de Serviço, estabelecido no ANEXO I do Edital, ao final do primeiro ano de sua operação, correspondendo a _____ domicílios.

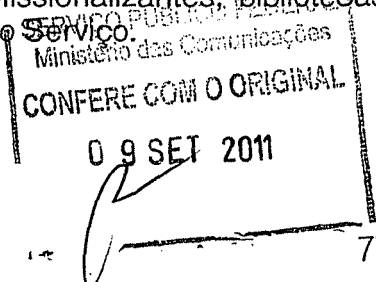
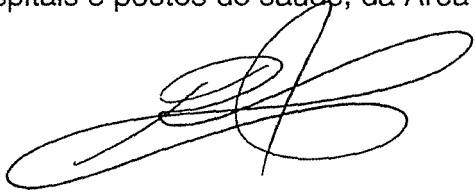
Cláusula Vigésima Sétima - A CONCESSIONÁRIA deverá atender a XX% (tantos por cento) do número de domicílios da Área de Prestação de Serviço, estabelecido no ANEXO I do Edital, ao final do segundo ano de sua operação, correspondendo a _____ domicílios.

Cláusula Vigésima Oitava - A CONCESSIONÁRIA deverá tornar disponível o serviço em área que cubra 50% (cinquenta por cento), 70% (setenta por cento) e 90% (noventa por cento) do número de domicílios da Área de Prestação do Serviço, estabelecido no ANEXO I do Edital, objeto do presente contrato, a contar da data de início de operação do serviço em _____ anos, _____ anos e _____ anos, respectivamente;

Cláusula Vigésima Nona - A CONCESSIONÁRIA deverá destinar à programação regional voltada para os interesses da população da área a ser servida, XX% (tanto por cento) do tempo total diário, em horas, de programação de todos os canais de livre programação;

Cláusula Trigésima - A CONCESSIONÁRIA deverá destinar XX (tantos) canais à programação de caráter educativo/cultural, tomados em relação ao número de canais de livre programação da operadora;

Cláusula Trigésima Primeira - A CONCESSIONÁRIA oferecerá o serviço com isenção de pagamento dos valores relativos à taxa de adesão e à assinatura mensal, desde o primeiro ano de operação do serviço, a XXX% (tanto por cento) do número total de estabelecimentos públicos ou declarados de utilidade pública contidos no perímetro urbano do(s) município(s), conforme estabelecido em Lei Municipal, em vigor na data de publicação do Aviso de Licitação objeto do Edital de Licitação 005/99-TVC-SCM/ANATEL, tais como : universidades, escolas de 1º e 2º graus e profissionalizantes, bibliotecas, museus, hospitais e postos de saúde, da Área de Prestação do Serviço.



DA TRANSFERÊNCIA DA CONCESSÃO

Cláusula Trigésima Segunda – Depende de prévia aprovação do PODER CONCEDENTE, sob pena de cassação da outorga, a transferência do direito de execução e exploração do serviço a outra entidade, bem como a transferência de cotas representativas do capital social votante a terceiros, quando ocorrer alienação de controle societário.

§ 1º. As transferências de que trata a presente cláusula somente poderão ser requeridas após o início da operação comercial do serviço e desde que atendidas as exigências do art. 84, do Regulamento do Serviço;

§ 2º. A disposição prevista no parágrafo anterior não se aplica às hipóteses de transferência da concessão, pela empresa concessionária, para empresa controlada ou para sua controladora e de sucessão hereditária ou cisão, casos em que a transferência dar-se-á a qualquer momento.

Cláusula Trigésima Terceira – Quando ocorrer transferência de cotas representativas do capital social, bem como quando houver aumento de capital social com alteração da proporcionalidade entre os sócios, sem que isso implique transferência do controle da sociedade, o PODER CONCEDENTE deverá ser informado, nos termos do disposto no art. 86 do Regulamento do Serviço.

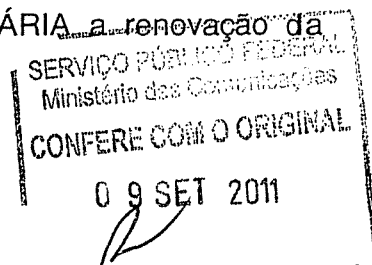
Parágrafo único – Deverá igualmente ser comunicada ao PODER CONCEDENTE a efetivação de transferência do contrato societário realizado entre os sócios.

Cláusula Trigésima Quarta – Para cumprimento das condições estabelecidas no inciso II do Art. 7º da Lei nº 8.977, de 06.01.95, a concessionária deverá comunicar a realização de transferências de cotas ou ações representativas do capital social de suas sócias diretas e indiretas, independentemente do percentual transferido, bem como do aumento do capital social, com alteração da proporcionalidade entre os sócios, no prazo de sessenta dias, contados de sua efetivação.

DA RENOVAÇÃO

Cláusula Trigésima Quinta – É assegurada à CONCESSIONÁRIA a renovação da outorga sempre que :

- 1) tenha cumprido satisfatoriamente as condições da concessão;
- 2) tenha atendido à regulamentação aplicável ao Serviço;
- 3) concorde em atender às exigências que sejam técnicas e economicamente viáveis para a satisfação das necessidades da comunidade, inclusive no que se refere à modernização do sistema, e



- 4) manifeste expresso interesse na renovação, pelo menos, em até 24 meses antes de expirar o prazo da concessão.

Cláusula Trigésima Sexta – A renovação da concessão, objeto do presente instrumento, deverá implicar pagamento pelo direito de exploração do serviço por parte da CONCESSIONÁRIA.

Parágrafo único. O valor do pagamento de que trata esta cláusula será acordado entre o PODER CONCEDENTE e a CONCESSIONÁRIA, pelo menos 12 (doze) meses antes de expirar o prazo da concessão, levando-se em consideração as condições de prestação do serviço à época da renovação.

Cláusula Trigésima Sétima – Findo o prazo da outorga, se não houver renovação, será a concessão declarada extinta, sem que a CONCESSIONÁRIA tenha direito a qualquer indenização, cabendo ao setor competente do PODER CONCEDENTE tomar as providências para a interrupção do serviço.

Cláusula Trigésima Oitava - Caso expire o prazo de concessão sem decisão sobre o pedido de renovação, em razão de exigências impostas à entidade, o serviço será mantido em funcionamento em caráter precário.

DAS PENALIDADES

Cláusula Trigésima Nona – Pelo inadimplemento total ou parcial de suas obrigações contratuais, a CONCESSIONÁRIA, fica sujeita às sanções previstas na Lei nº 8.977, de 6 de janeiro de 1995, e em seu Regulamento ou em outros diplomas que vierem a substituí-los ou complementá-los.

DO FORO

Cláusula Quadragésima – Para dirimir dúvidas ou controvérsias oriundas da interpretação deste instrumento, as partes elegem, como competente, o foro do Distrito Federal.

Cláusula Quadragésima Primeira – Fazem parte integrante do presente Contrato de Concessão, como se neles estivessem transcritos, anexados ao processo nº _____, o Edital da LICITAÇÃO, a Proposta Técnica e a Proposta Financeira pelo Direito de Exploração do Serviço.

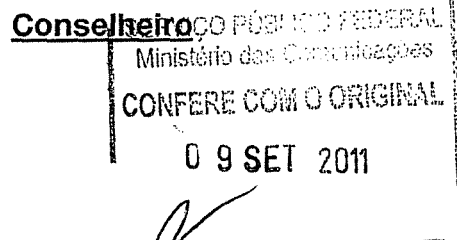
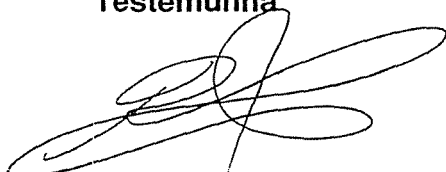
E, por estarem assim justas e acordadas, firmam as Partes o presente contrato, em 2 (duas) vias, de igual teor e forma que, depois de lido e achado conforme, vai devidamente assinado perante duas testemunhas.

Presidente do Conselho Diretor


CONCESSIONÁRIA

Diretor/Procurador

Testemunha

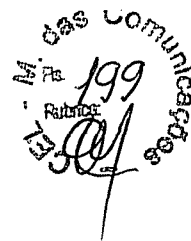


Testemunha





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO



INFORMAÇÃO MC/CEL/N.º 361/2010

CONCORRÊNCIA : 003/2010-CEL/MC (CAMPANHA/MG - TV)
PROCESSO : 53000.019793/2010-87
RECORRENTE : FENIX RADIODIFUSÃO E PRODUÇÕES LTDA.
RECORRIDA.....: RADIO E TELEVISÃO SÉCULO 21 LTDA.

- I -

Trata-se de recurso interposto por Fênix Radiodifusão e Produções Ltda.. (fls. 108/109) contra a decisão desta Comissão Especial de Licitação que considerou Radio e Televisão Século 21 Ltda. habilitada na concorrência em epígrafe.

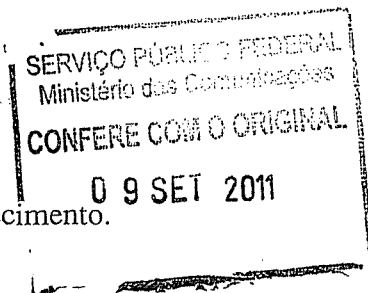
A Recorrente argumenta, em síntese, que a recorrida não registrou o balanço patrimonial e não apresentou a certidão de protestos de títulos da proponente.

A Recorrida impugnou o recurso interposto e dispôs que as certidões devem ser apresentadas em nome do administrador e para a apresentação do termo de abertura e de encerramento devidamente registrado na Junta Comercial é necessário que o edital exija.

É o relatório do necessário, passo a opinar.

- II -

O recurso e impugnação são tempestivos, merecendo conhecimento.



Relativo ao objeto em questão, dispõe o edital 003/2010 o que se segue:

5.1.5 Certidões expedidas pelas Justiças Estadual e Federal, quanto a feitos cíveis e criminais, bem como certidões dos Cartórios de Protestos de Títulos, todas dos locais de residência e de exercício de atividade econômica dos dirigentes nos últimos 05 (cinco) anos.

(...)

5.2.1 Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do ultimo exercício social ou do exercício anterior caso não tenha transcorrido o prazo legal de sua divulgação.

Relativo à comprovação de registro do balanço e cópia dos termos de abertura e de encerramento do Livro Diário, conclui-se que, quer seja pelo fato de as normas contidas na LC nº 123/06 referirem-se apenas a matérias afetas a tributação, quer seja pelo fato de a Administração Pública estar obrigada a aferir a real capacidade do proponente contratante em assumir os ônus decorrentes do futuro contrato, impõe-se a



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

Min. das Comunicações
400
10/07/2010

apresentação, mínima, do Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício relativamente ao último exercício social, quando exigido no instrumento convocatório, como documentação relativa à qualificação econômico-financeira, salvo disposição ao contrario, o que não é o caso.

E a obrigatoriedade da apresentação da certidão de protesto refere-se ao sócio administrador e não a empresa proponente, conforme o subitem 5.1.5 e os documentos apresentados às fls. 43/53.

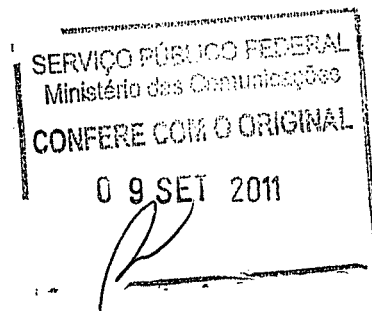
- III -

Diante o exposto sugiro conhecer e não prover o Recurso ora interposto, mantendo o ato da Comissão que habilitou Radio e Televisão Século 21 Ltda., nesta Concorrência 003/10, com relação ao serviço e localidades acima referenciadas.

É a proposta que ora submeto à apreciação do Presidente da Comissão Especial de Licitação.

Brasília/DF, 22 de julho de 2010.


GIZELE CORRÊA DE ALENCAR
Assessora



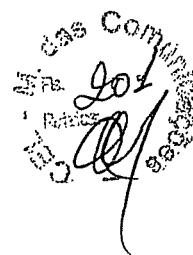
Em 19 de AGOSTO de 2010.

Após exame do que constam dos presentes autos, proponho aos senhores Membros da Comissão Especial de Licitação a aprovação da informação de fls. a . Submeta-se à consideração do Senhor Ministro, e consigne-se em ata própria a decisão tomada e publique-se.


ALVIMAR BERTRAND D. G. DE MACÊDO
Presidente da Comissão Especial de Licitação



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO



ATA DE REUNIÃO Nº 357/2010


Em 19 de agosto de 2010, às 14h30 (quatorze horas e trinta minutos), na sala de reuniões da Comissão Especial de Licitação – CEL/MC, na Sobreloja do Edifício sede do Ministério das Comunicações, Bloco “R”, Esplanada dos Ministérios, nesta cidade de Brasília, Distrito Federal, reuniu-se a Comissão Especial de Licitação, constituída por meio da Portaria MC nº 432, de 24/07/2009, publicada no DOU de 27/07/2009 e suas alterações, com a participação de seu Presidente Alvimar Bertrand D. G. de Macêdo e dos membros Edmar de Freitas Machado José e Adilson Bezerra Torquato (ausente justificadamente o Vice-Presidente Eriko Mendes Domenici), com o objetivo de apreciar os trabalhos referentes à análise dos “**recursos e impugnações**” interpostos pelas licitantes, os quais compreenderam, entre outras atividades: (1) O Senhor Presidente apresentou para exame e aprovação da Comissão a(s) informação(ões) contendo a análise do(s) referido(s) **recurso(s) e impugnação(ões)**. (2) Após a leitura do(s) documento(s) a Comissão aprovou o desenvolvimento e a(s) conclusão(ões) contida(s) na(s) **INFORMAÇÃO(ÕES) MC/CEL/Nº(s)**, constante(s) desta Ata, adotando as providências necessárias ao prosseguimento da presente licitação. Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente deu por encerrada a presente sessão, lavrando a presente Ata que, lida e achada conforme, vai assinada pelo Presidente e pelos membros da Comissão.

CONCORRÊNCIA Nº	PROCESSO(S) Nº (s)	INFORMAÇÃO(ÕES) MC/CEL/Nº(s)
003/2010-CEL/MC	53000.019796/2010-11	358/2010
	53000.019792/2010-32	360/2010
	53000.019793/2010-87	361/2010
	53000.019795/2010-76	359 e 389/2010


ALVIMAR BERTRAND D. G. DE MACÊDO
Presidente

AUSENTE
ERIKO MENDES DOMENICI
Vice-Presidente


EDMAR DE FREITAS MACHADO
Titular


JOSÉ ADILSON BEZERRA TORQUATO
Titular

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL

09 SET 2011

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL
09 SET 2011

Nesta data, anexei aos autos do processo de
nº 53000-019793/10 a documentação
a seguir constituída de oito folhas,
que assim numerei: 202 a 208
Data: 03 / 12 / 10
Nome: Juamino
Assinatura: Jm



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS – CGAA

PARECER/N.º 0916-2.21/ 2010/CLL/CGAA/CONJUR-MC/AGU

CONCORRÊNCIA n.º 003/2010 – CEL/MC

PROCESSO PRINCIPAL: 53000.007347/2010-20

RECORRENTES: SKORPION SISTEMA DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA. (53000.019795/2010-76)
FÊNIX RADIODIFUSÃO E PRODUÇÕES LTDA. (53000.019796/2010-11;
(53000.019796/2010-11; 53000.019793/2010-87; 53000.019792/2010-32)

LOCALIDADE: CAMPANHA/MG

- I. Concorrência n.º 003/2010-CEL/MC. Certame com vistas a outorgar concessão para a exploração do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens (TV), pelo prazo de 15 anos, na localidade de Campanha, no Estado de Minas Gerais.
- II. Recursos na fase de habilitação.

SELO DE APROVAÇÃO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL

09 SET 2011

Senhor Consultor Jurídico,

Trata-se do certame da Concorrência Pública n.º 003/2010-CEL/MC, que tem por objeto a outorga de concessão para a exploração do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens (TV), pelo prazo de 15 anos, na localidade de Campanha, no Estado de Minas Gerais.

2. O resultado da análise da documentação de habilitação foi publicado no Diário Oficial da União, Seção 3, de 30 de abril de 2010, página 152, à fl. 45 do processo piloto nº 53000.007347/2010-20. Os autos foram encaminhados a esta Consultoria Jurídica para análise dos recursos interpostos pelas licitantes na fase de habilitação. Vejamos.

I – DO RECURSO INTERPOSTO PELA LICITANTE SKORPION SISTEMA DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA. (53000.019795/2010-76)

1. A recorrente interpôs tempestivamente recurso contra sua própria inabilitação, conforme se vê às fls. 59/63 do processo nº 53000.019795/2010-76.

2. A Comissão Especial de Licitação, por meio da Informação/MC/CEL/N.º 389/2010 (fls. 67/68 do processo nº 53000.019795/2010-76), apreciou os argumentos aduzidos no recurso, manifestando-se pela manutenção da inabilitação da recorrente e encaminhando, por conseguinte, os autos ao Sr. Ministro de Estado das Comunicações, para decisão.

3. O motivo que levou a Comissão Especial de Licitação a inabilitar a recorrente foi o descumprimento ao subitem 5.1.5.2 do Edital, uma vez que a licitante deixou de apresentar as certidões de objeto e pé das ações a que se refere o documento acostado à fl. 22 do processo nº 53000.019795/2010-76.

4. No mérito, o recurso interposto pela licitante SKORPION SISTEMA DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA.. não merece prosperar, pois evidente o descumprimento à

mencionada regra do Edital.

5. Os subitens 5.1.5 e 5.1.5.2 dispõem a respeito da obrigatoriedade da juntada de certidões de objeto e pé respectivas quando quaisquer das certidões do subitem 5.1.5 forem positivas, *in verbis*:

“5.1.5. Certidões expedidas pelas Justiças Estadual e Federal, quanto a feitos cíveis e criminais, bem como certidões dos Cartórios de Protesto de Títulos, todas dos locais de residência e de exercício da atividade econômica dos dirigentes nos últimos 05 (cinco) anos.

(...)

5.1.5.2. A menção “positiva” em qualquer das certidões referidas no subitem 5.1.5 implica a obrigatoriedade de apresentação de certidão de objeto e pé da ação respectiva ou de documento equivalente que revele sua situação processual.”

6. A licitante apresentou certidão cível expedida pela Justiça Federal positiva relativa à dirigente Valdez Ribeiro de Miranda (fl. 22), conforme exigência do subitem 5.1.5. Porém, deixou de apresentar certidão de objeto e pé das ações respectivas ou documento equivalente sobre a situação do processo apontado na certidão, nos termos do subitem 5.1.5.2 do Edital.

7. O procedimento licitatório é essencialmente formal. O não cumprimento das formalidades significa transgressão às regras editalícias. Afrontado foi o princípio da vinculação do instrumento convocatório. Acerca do aludido princípio, ensina a ilustre MARIA SYLVIA ZANELLA DI PIETRO, em sua obra Direito Administrativo, 13ª ed., Ed. Atlas, pág. 299, *in litteris*:

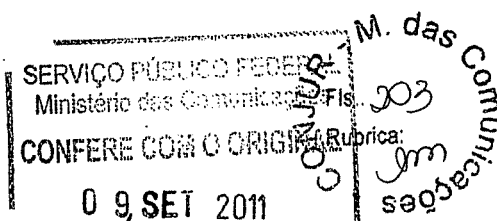
“Trata-se de princípio essencial cuja inobservância enseja nulidade do procedimento. Além de mencionado no artigo 3º da Lei 8.666/93, ainda tem seu sentido explicitado no artigo 41, segundo o qual ‘a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada’. E o artigo 43, inciso V, ainda exige que o julgamento e classificação das propostas se faça de acordo com os critérios de avaliação constantes do Edital. O princípio dirige-se tanto à Administração, como se verifica pelos artigos citados, como aos licitantes, pois estes não podem deixar de atender aos requisitos do instrumento convocatório (edital ou carta-convite); se deixarem de apresentar a documentação exigida, serão considerados inabilitados e receberão de volta, fechado, o envelope-proposta (art. 43, inciso II); se deixarem de atender às exigências concernentes à proposta, serão desclassificados (art. 48, inciso I)”.

8. Não se trata, portanto, de formalismo excessivo. O edital é a lei interna da licitação, sendo assim, desrespeitá-lo implica comprometer diversos outros princípios que são salvaguardados pelo princípio da vinculação ao instrumento convocatório, tais como o da impessoalidade, do julgamento objetivo das propostas e o da isonomia.

9. Assim, não há possibilidade de habilitar licitante que, por qualquer motivo, deixar de apresentar dentro do envelope respectivo documentação exigida no ato convocatório da licitação. O descumprimento das exigências do edital implicará na sua inabilitação.

10. Diante destes fatos, conclui-se que o procedimento da Comissão de Licitação em relação à inabilitação da Recorrente resultou de interpretação correta da Lei 8.666/93 e em estrita observância ao disposto no Ato Convocatório.

II- DO RECURSO INTERPOSTO PELA LICITANTE FÊNIX RADIODIFUSÃO E PRODUÇÕES LTDA. CONTRA ATO DA CEL QUE INABILITOU A LICITANTE SKORPION SISTEMA DE



TELECOMUNICAÇÕES LTDA. (53000.019795/2010-76)

11. A licitante recorrente interpôs recurso contra a decisão da Cel que habilitou a licitante SKORPION SISTEMA DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA., conforme se vê às fls. 55/58 do processo nº 53000.019795/2010-76, pleiteando a manutenção do ato da CEL que inabilitou a recorrida.

12. A Comissão Especial de Licitação, por meio da Informação/MC/CEL/N.º 357/2010 (fls. 66 do processo nº 53000.019795/2010-76), não conheceu do recurso, manifestando-se pela manutenção da inabilitação da recorrida e encaminhando, por conseguinte, os autos ao Sr. Ministro de Estado das Comunicações, para decisão.

13. Preliminarmente, há de ser considerado que o recurso foi protocolado na data de 24/05/2010, portanto, é intempestivo, uma vez que o prazo para interpor recurso era de 05 dias úteis, a contar de 10 de maio de 2010 (fl. 45 do processo piloto nº 53000.007347/2010-20), não merecendo ser conhecido.

14. Outrossim, verifica-se que a recorrente FÊNIX RADIODIFUSÃO E PRODUÇÕES LTDA. requer a manutenção do ato da CEL que inabilitou a recorrida SKORPION SISTEMA DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA.

15. O pleito da recorrente esbarra na ausência de interesse recursal, uma vez que a situação fática demonstra que a inabilitação da licitante recorrida não traz nenhum prejuízo à recorrente capaz de subsidiar a interposição de recurso.

16. Nesse sentido, mister citar Marçal Justen Filho¹ que assim destaca:

"4.4) Interesse Recursal

O interesse de recorrer deriva do cotejo entre a decisão administrativa e a situação do recorrente. A decisão deverá ser lesiva aos interesses do particular, acarretando sua agravação, para caracterizar-se o interesse de recorrer.

A lesividade pode ser direta, quando o ato administrativo tiver apreciado a situação do próprio recorrente, agravando-a.

Mas também haverá interesse de recorrer quando a lesividade for indireta. Isso ocorrerá quando a decisão, sem se referir diretamente à situação do recorrente, reconhece direito (em sentido amplo) a um terceiro potencial competidor. Assim, por exemplo, a decisão que julga habilitado um dos licitantes é indiretamente lesiva ao interesse de todos os demais licitantes. Se o licitante fosse inabilitado, seria um competidor a menos. (...)”

17. Assim, ainda que o recurso fosse interposto tempestivamente, careceria o recorrente de interesse recursal.

18. Diante destes fatos, verifica-se que restou acertada a decisão da Comissão Especial de Licitação que não conheceu do recurso interposto pela licitante FÊNIX RADIODIFUSÃO E PRODUÇÕES LTDA.

III- DO RECURSO INTERPOSTO PELA LICITANTE FÊNIX RADIODIFUSÃO E PRODUÇÕES LTDA. CONTRA ATO DA CEL QUE HABILITOU A LICITANTE RF TECNOLOGIA E PARTICIPAÇÕES LTDA. (53000.019796/2010-11)

19. A licitante recorrente interpôs tempestivamente recurso contra a decisão da Cel que habilitou a licitante RF TECNOLOGIA E PARTICIPAÇÕES LTDA., conforme se vê às fls. 58/61 do processo nº 53000.019796/2010-11, aduzindo que a empresa recorrida não apresentou certidões de competência do Juizado Especial, bem como que o administrador da recorrida não apresentou certidões de outras localidades de sua residência.

20. A licitante recorrida apresentou impugnação ao recurso às fls. 64/74.

21. A Comissão Especial de Licitação, por meio da Informação/MC/CEL/N.º

¹ Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Editora Dialética. 11ª edição. Página 643.

358/2010 (fls. 75/76 do processo nº 53000.019796/2010-11), apreciou os argumentos aduzidos no recurso, manifestando-se pela manutenção da habilitação da recorrida e encaminhando, por conseguinte, os autos ao Sr. Ministro de Estado das Comunicações, para decisão.

22. No mérito, a irresignação da recorrente não merece prosperar, uma vez que toda a documentação da recorrida foi apresentada adequadamente.

23. Primeiramente, a alegação da recorrente de que a empresa recorrida contrariou o subitem 5.1.5² ao não apresentar as certidões dos Juizados Especiais, não encontra respaldo nas regras contidas no instrumento convocatório. Cumpre destacar que não cabe a Comissão Especial de Licitação utilizar-se de interpretação extensiva aos requisitos dispostos no edital da concorrência.

24. O Tribunal de Contas da União possui decisão que coaduna com o ideário exposto. Vejamos:

"Análise:

A audiência se resume na resolução de duas questões: a possibilidade de se exigir do licitante certidão de inexistência de débitos não inscritos em dívida ativa e a exigência de certidões de regularidade fiscal não suficientemente especificadas no edital de licitação.

Quanto a esta última questão, entendemos que a forma de comprovação da regularidade fiscal deverá estar suficientemente detalhada no Edital, não cabendo à Comissão de Licitação fazer interpretação extensiva dos requisitos de habilitação presentes no instrumento convocatório.

Ainda assim, caso duas ou mais interpretações forem possíveis, deverão ser admitidos os licitantes que atenderem a quaisquer delas. Estes deverão ser habilitados, até mesmo, por isonomia, caso contrário, aqueles que não conhecerem a jurisprudência das Comissões restarão prejudicados.(...)" (Acórdão 1848/2003 – Plenário) (grifos nossos).

25. Nesse diapasão, se o subitem 5.1.5 do instrumento convocatório não versa sobre apresentação de certidões dos Juizados Especiais, não há que se falar em inabilitação de licitante fundada nesse argumento. Se o edital não exige tal certidão, esta não pode ser exigida como indispensável.

26. A recorrente alega que o subitem 5.1.5 fora novamente contrariado pela recorrida em virtude de que o dirigente desta teria residido em outras localidades nos últimos cinco anos, sem, todavia, ter colacionado certidões referentes a estas localidades.

27. O dirigente da recorrida, Sr. Ricardo Luiz Araújo Drummond, conforme consta do contrato social, fls. 04/09, bem como Certidão da Justiça Eleitoral, fls. 31, reside no município de Belo Horizonte. Assim, apresentou todas as certidões exigidas no edital em relação à mencionada urbe.

28. Contudo, a licitante recorrente presumiu que o dirigente da recorrida possuía outros locais de residência nos últimos cinco anos, baseando-se na Certidão da Justiça Eleitoral, à fl. 31, que declara que o referido dirigente é domiciliado na cidade de Belo Horizonte desde 25/04/2006. Bastou apenas a mencionada declaração para que a recorrente lançasse ao léu a existência de irregularidades, sem, contudo, fundamentar suas alegações.

29. Vale lembrar que a má-fé não se presume em Direito, logo, se a recorrente

² "5.1.5. Certidões expedidas pelas Justiças Estadual e Federal, quanto a feitos cíveis e criminais, bem como certidões dos Cartórios de Protestos de Títulos, todas dos locais de residência e de exercício da atividade econômica dos dirigentes nos últimos 05 (cinco) anos".

quisesse demonstrar que o dirigente da recorrida residiu em outras localidades nos últimos cinco anos, deveria ter trazido provas que amparassem seu recurso, entretanto, não o fez.

30. A recorrente FÊNIX RADIODIFUSÃO E PRODUÇÕES LTDA. aponta, também, que a recorrida apresentou balanço patrimonial referente ao exercício do ano de 2008 (fls. 34/36), sendo que, no entendimento da recorrente, a recorrida deveria ter apresentado balanço referente ao exercício do ano de 2009. Contudo, mais uma vez, carece razão à recorrente.

31. É importante salientar que se entende coincidir o encerramento do exercício social das empresas com o término do ano civil, 31 de dezembro de cada ano, salvo se houver disposição em contrário nos seus atos constitutivos, por isto o balanço patrimonial da recorrida é datado de 31/12/2008.

32. A Lei nº 10.406/02 (Código Civil), no capítulo que trata da Sociedade Limitada, determina em seu art. 1078, inciso I³, que, anualmente, nos quatro primeiros meses seguintes ao término do exercício social, deverá ser realizada assembléia geral para exame, discussão e aprovação das demonstrações financeiras. Portanto, a elaboração e a aprovação do balanço patrimonial das Sociedades Limitadas devem ser realizadas no referido prazo. A partir de então, o balanço será exigível. Daí a expressão adotada no inciso I do art. 31 da Lei nº 8.666/93, "balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício, já exigíveis e apresentados na forma da lei...".

33. Vale lembrar que a sessão para recebimento da documentação de habilitação do certame em apreço deu-se em 22/04/2010, assim, diante deste contexto, a recorrida que é uma Sociedade Limitada, teria até o dia 30/04/2010 para que a assembléia competente analisasse a demonstração contábil da empresa e, a partir daí, o balanço patrimonial referente ao exercício do ano de 2009 seria exigível.

34. Destarte, não há que se falar em irregularidade procedimental em relação à apresentação, pela recorrida RF TECNOLOGIA E PARTICIPAÇÕES LTDA., do balanço patrimonial datado de 31/12/2008, pois, considerando a data da sessão para recebimento da documentação de habilitação da concorrência em questão, a apresentação do balanço patrimonial referente ao exercício do ano de 2009 não era obrigatória, eis que não exigível, conforme motivos acima assinalados.

35. Diante destes fatos, conclui-se que o procedimento da Comissão de Licitação em relação à habilitação da Recorrida resultou de interpretação correta da Lei 8.666/93 e em estrita observância ao disposto no Ato Convocatório.

IV- DO RECURSO INTERPOSTO PELA LICITANTE FÊNIX RADIODIFUSÃO E PRODUÇÕES LTDA. CONTRA ATO DA CEL QUE HABILITOU A LICITANTE RÁDIO E TELEVISÃO SÉCULO 21 LTDA. (53000.019793/2010-87)

36. A licitante recorrente interpôs tempestivamente recurso contra a decisão da Cel que habilitou a licitante RÁDIO E TELEVISÃO SÉCULO 21 LTDA., conforme se vê às fls. 108/109 do processo nº 53000.019793/2010-87, aduzindo que a empresa recorrida não registrou na Junta Comercial o balanço de abertura, bem como não apresentou Certidão de Protestos de Títulos da Proponente.

37. A licitante recorrida apresentou impugnação ao recurso às fls. 112/198.

38. A Comissão Especial de Licitação, por meio da Informação/MC/CEL/N.º 361/2010 (fls. 199/200 do processo nº 53000.019793/2010-87), apreciou os argumentos

³ Art. 1.078. A assembléia dos sócios deve realizar-se ao menos uma vez por ano, nos quatro meses seguintes à ao término do exercício social, com o objetivo de:

I - tomar as contas dos administradores e deliberar sobre o balanço patrimonial e o de resultado econômico;

aduzidos no recurso, manifestando-se pela manutenção da habilitação da recorrida e encaminhando, por conseguinte, os autos ao Sr. Ministro de Estado das Comunicações, para decisão.

39. No mérito, a irresignação da recorrente não merece prosperar, uma vez que toda a documentação da recorrida foi apresentada adequadamente.

40. Primeiramente, a alegação da recorrente de que a empresa recorrida contrariou o subitem 5.1.5⁴ "*quando por analogia não foi apresentada a Certidão de Protestos de Títulos da Proponente*" (fl. 109), demonstra-se insustentável, uma vez que não encontra respaldo nas regras contidas no instrumento convocatório que, claramente, exige certidões dos Cartórios de Protestos de Títulos somente dos dirigentes das empresas participantes do certame e não da própria empresa. Ademais, cumpre destacar que ao contrário do alegado pela recorrente, não cabe a Comissão Especial de Licitação utilizar-se de analogia ou interpretação extensiva aos requisitos dispostos no edital da concorrência.

41. O Tribunal de Contas da União possui decisão que coaduna com o ideário exposto. Vejamos:

"Análise:

A audiência se resume na resolução de duas questões: a possibilidade de se exigir do licitante certidão de inexistência de débitos não inscritos em dívida ativa e a exigência de certidões de regularidade fiscal não suficientemente especificadas no edital de licitação.

Quanto a esta última questão, entendemos que a forma de comprovação da regularidade fiscal deverá estar suficientemente detalhada no Edital, não cabendo à Comissão de Licitação fazer interpretação extensiva dos requisitos de habilitação presentes no instrumento convocatório.

Ainda assim, caso duas ou mais interpretações forem possíveis, deverão ser admitidos os licitantes que atenderem a quaisquer delas. Estes deverão ser habilitados, até mesmo, por isonomia, caso contrário, aqueles que não conhecerem a jurisprudência das Comissões restarão prejudicados.(...)" (Acórdão 1848/2003 – Plenário) (grifos nossos).

42. Nesse diapasão, se o subitem 5.1.5 do instrumento convocatório não versa sobre apresentação de certidões dos Cartórios de Protestos de Títulos em nome da empresa, não há que se falar em inabilitação de licitante fundada nesse argumento. Se o edital não exige tal certidão, esta não pode ser exigida como indispensável.

43. Quanto a alegação da licitante recorrente de que não houve registro na Junta Comercial do balanço de abertura da licitante RÁDIO E TELEVISÃO SÉCULO 21 LTDA., razão também não assiste à recorrente.


44. O balanço patrimonial das sociedades comerciais é exigível a partir do encerramento do seu exercício social. Exceção é feita apenas quanto às sociedades anônimas e às sociedades por quotas de responsabilidade limitada que, nos termos do que faculta o Decreto nº 3.708, de 10 de janeiro de 1919, adotarem a estrutura de sociedade anônima, quando, então, reger-se-ão pelas normas desta.

45. É importante salientar, ainda, que se entende coincidir o encerramento do exercício social das empresas com o término do ano civil, 31 de dezembro de cada ano, salvo se houver disposição em contrário nos seus atos constitutivos.

46. São requisitos para a eficácia do balanço patrimonial da sociedade anônima a

⁴ "5.1.5. Certidões expedidas pelas Justiças Estadual e Federal, quanto a feitos cíveis e criminais, bem como certidões dos Cartórios de Protestos de Títulos, todas dos locais de residência e de exercício da atividade econômica dos dirigentes nos últimos 05 (cinco) anos".

09 SET 2011

M. das Comunicações
Fls. 205
Rubrica: 

publicação na imprensa oficial e o registro no órgão competente (artigos 176, § 1º, e 289, § 5º, da Lei nº 6.404/76), motivo pelo qual a Administração, em procedimento licitatório, pode e deve exigir a apresentação do balanço patrimonial devidamente registrado.

47. Com relação às demais formas societárias (no caso da licitante recorrida trata-se de Sociedade Limitada) que não sociedade anônima, poderá exigir que o balanço patrimonial seja acompanhado dos termos de abertura e de encerramento do Livro Diário, este de fato, por lei, deve ser sempre registrado (artigo 1.181 do Código Civil⁵ e artigo 5º, § 2º, do Decreto-Lei nº 486/69⁶). A obrigação decorrerá, única e exclusivamente, de previsão no instrumento convocatório.

48. Logo, verifica-se que o registro do balanço de abertura/ e ou patrimonial na junta comercial não é obrigatório para efeitos de participação em licitação, salvo quando exigido no instrumento convocatório, nos termos acima assinalados.

49. Ainda neste contexto, vejamos o que o doutrinador Marçal Justen Filho comenta a respeito da apresentação das demonstrações contábeis em seu livro "Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos" 11ª Edição - Dialética, cujos recortes transcrevemos abaixo com grifos nossos:

"O ato convocatório deve definir precisamente o modo de exibição das demonstrações financeiras." (pág.431)

(...)

"A exigência da apresentação de documentos contábeis destina-se a propiciar o exame da situação econômico-financeira da licitante. O que se pretende é a seriedade e a atualidade dos dados. Todas as exigências formais caracterizáveis como desnecessárias, excessivas ou inúteis devem ser proscritas. Logo, não há cabimento em formular exigências de apresentação de documentos contábeis mirabolantes, tal como se ausência de sua exibição importasse alguma presunção de inidoneidade. Assim, chega-se ao ponto de exigir a apresentação de Livros Comerciais no seu original, sob o fundamento de que a "forma legal para a contabilidade" envolve a escrituração deles. Ora, qual a utilidade para a Administração em verificar os Livros o que a ela interessa é o conteúdo do balanço e outras demonstrações contábeis? O princípio da instrumentalidade das formas tem de ser aplicado para conduzir à satisfatoriedade da exibição de cópia autenticada do Livro ou de extrato de balanço, devidamente firmado pelo representante legal da sociedade e pelo contador." (pág. 342)

(...)

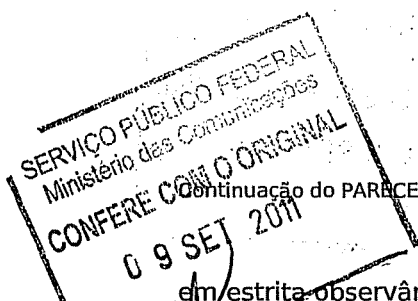
"Afigura-se descabida a disputa sobre o tema da forma concreta de apresentação de documentos contábeis, especialmente quando isso se traduza em problema gerado pela omissão do ato convocatório. Veja-se que a primeira fórmula para evitar disputas é o edital indicar, de modo claro, a exigência reputada como necessária por parte da Administração. Atender a essa regra evitaria a maior parte dos problemas concretos, eis que o interessado teria ciência prévia da concepção visualizada como concreta por parte da Administração." (pág. 344).

50. Diante destes fatos, conclui-se que o procedimento da Comissão de Licitação em relação à habilitação da Recorrida resultou de interpretação correta da Lei 8.666/93 e

⁵ Art. 1.181. Salvo disposição especial de lei, os livros obrigatórios e, se for o caso, as fichas, antes de postos em uso, devem ser autenticados no Registro Público de Empresas Mercantis.

⁶ Art. 5º, § 2º Os Livros ou fichas do Diário deverão conter termos de abertura e de encerramento, e ser submetidos à autenticação do órgão competente do Registro do Comércio.





Continuação do PARCER/N.º 0916 - 2.21/ 2010/CLL/CGAA/CONJUR-MC/AGU

em estrita observância ao disposto no Ato Convocatório.

V DO RECURSO INTERPOSTO PELA LICITANTE FÊNIX RADIODIFUSÃO E PRODUÇÕES LTDA. CONTRA ATO DA CEL QUE HABILITOU A LICITANTE EMPRESA DE RADIODIFUSÃO CONQUISTA LTDA. (53000.019792/2010-32)

51. A licitante recorrente interpôs tempestivamente recurso contra a decisão da Cel que habilitou a licitante EMPRESA DE RADIODIFUSÃO CONQUISTA LTDA., conforme se vê às fls. 105/107 do processo 53000.019792/2010-32, aduzindo que a empresa recorrida não registrou na Junta Comercial o balanço de abertura, bem como alegou que faltava no referido balanço a declaração "*Reconhecemos a exatidão do presente balanço da empresa, encerrado em 31 de dezembro de 2009*", e, ainda, que a recorrida não recolheu caução no valor suficiente.

52. A Comissão Especial de Licitação, por meio da Informação/MC/CEL/N.º 360/2010 (fls. 110/111 do processo nº 53000.019792/2010-32), apreciou os argumentos aduzidos no recurso, manifestando-se pela manutenção da habilitação da recorrida e encaminhando, por conseguinte, os autos ao Sr. Ministro de Estado das Comunicações, para decisão.

53. No mérito, a irresignação da recorrente não merece prosperar, uma vez que toda a documentação da recorrida foi apresentada adequadamente.

54. Quanto à alegação da licitante recorrente de que não houve registro na Junta Comercial do balanço de abertura da licitante EMPRESA DE RADIODIFUSÃO CONQUISTA LTDA., razão não assiste à recorrente.

55. O balanço patrimonial das sociedades comerciais é exigível a partir do encerramento do seu exercício social. Exceção é feita apenas quanto às sociedades anônimas e às sociedades por quotas de responsabilidade limitada que, nos termos do que faculta o Decreto nº 3.708, de 10 de janeiro de 1919, adotarem a estrutura de sociedade anônima, quando, então, reger-se-ão pelas normas desta.

56. São requisitos para a eficácia do balanço patrimonial da sociedade anônima a publicação na imprensa oficial e o registro no órgão competente (artigos 176, § 1º, e 289, § 5º, da Lei nº 6.404/76), motivo pelo qual a Administração, em procedimento licitatório, pode e deve exigir a apresentação do balanço patrimonial devidamente registrado.

57. Com relação às demais formas societárias (no caso da licitante recorrida trata-se de Sociedade Limitada) que não sociedade anônima, poderá exigir que o balanço patrimonial seja acompanhado dos termos de abertura e de encerramento do Livro Diário, este de fato, por lei, deve ser sempre registrado (artigo 1.181 do Código Civil⁷ e artigo 5º, § 2º, do Decreto-Lei nº 486/69⁸). A obrigação decorrerá, única e exclusivamente, de previsão no instrumento convocatório.

58. Logo, verifica-se que o registro do balanço de abertura/ e ou patrimonial na junta comercial não é obrigatório para efeitos de participação em licitação, salvo quando exigido no instrumento convocatório, nos termos acima assinalados.

59. Ainda neste contexto, vejamos o que o doutrinador Marçal Justen Filho comenta a respeito da apresentação das demonstrações contábeis em seu livro "Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos" 11ª Edição – Dialética, cujos recortes transcrevemos abaixo com grifos nossos:

"O ato convocatório deve definir precisamente o modo de exibição das

⁷ Art. 1.181. Salvo disposição especial de lei, os livros obrigatórios e, se for o caso, as fichas, antes de postos em uso, devem ser autenticados no Registro Público de Empresas Mercantis.

⁸ Art. 5º, § 2º Os Livros ou fichas do Diário deverão conter termos de abertura e de encerramento, e ser submetidos à autenticação do órgão competente do Registro do Comércio.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL

09 SET 2011

M. das Comunicações
Fls. 206
Rubrica: *[assinatura]*

demonstrações financeiras." (pág.431)

(...)

"A exigência da apresentação de documentos contábeis destina-se a propiciar o exame da situação econômico-financeira da licitante. O que se pretende é a seriedade e a atualidade dos dados. Todas as exigências formais caracterizáveis como desnecessárias, excessivas ou inúteis devem ser proscritas. Logo, não há cabimento em formular exigências de apresentação de documentos contábeis mirabolantes, tal como se ausência de sua exibição importasse alguma presunção de inidoneidade. Assim, chega-se ao ponto de exigir a apresentação de Livros Comerciais no seu original, sob o fundamento de que a "forma legal para a contabilidade" envolve a escrituração deles. Ora, qual a utilidade para a Administração em verificar os Livros o que a ela interessa é o conteúdo do balanço e outras demonstrações contábeis? O princípio da instrumentalidade das formas tem de ser aplicado para conduzir à satisfatoriedade da exibição de cópia autenticada do Livro ou de extrato de balanço, devidamente firmado pelo representante legal da sociedade e pelo contador." (pág. 342)

(...)

"Afigura-se descabida a disputa sobre o tema da forma concreta de apresentação de documentos contábeis, especialmente quando isso se traduza em problema gerado pela omissão do ato convocatório. Veja-se que a primeira fórmula para evitar disputas é o edital indicar, de modo claro, a exigência reputada como necessária por parte da Administração. Atender a essa regra evitaria a maior parte dos problemas concretos, eis que o interessado teria ciência prévia da concepção visualizada como concreta por parte da Administração." (pág. 344).

60. No que tange à alegação da recorrente, à fl. 107, de que o balanço de abertura, embora assinado por Técnico Contábil e pelo Administrador da recorrida, carece dos dizeres "*Reconhecemos a exatidão do presente balanço da empresa, encerrado em 31 de dezembro de 2009*", também não procede. Nota-se que à fls. 69/71 é aposta a assinatura, acompanhada do número do registro no CRC do Técnico Contábil, presume-se, portanto, que este empregou todo o zelo necessário na confecção do mencionado demonstrativo contábil. A má-fé não se presume em Direito, logo, se a recorrente quisesse demonstrar qualquer irregularidade no referido balanço, deveria ter trazido provas que amparassem seu recurso. Não o fez e está a exigir uma declaração que o Edital e nem a lei exigem.

61. Neste prisma, interessante suscitar o entendimento do Egrégio Superior Tribunal de Justiça:

"Acórdão Origem: STJ - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Classe: MS - MANDADO DE SEGURANÇA - 5693 Processo: 199800153543 UF: DF Órgão Julgador: PRIMEIRA SEÇÃO Data da decisão: 10/04/2000 Documento: STJ000355898 Fonte DJ DATA:22/05/2000 PÁGINA:62 Relator(a) MILTON LUIZ PEREIRA.

Ementa Administrativo. Mandado de Segurança. Concorrência para Exploração do Serviço de Radiodifusão nº 07/97 - SPO-MC. Disposições Editalícias. Balança de Abertura. Exigência Ilegal. Lei nº 8.666/93 (art. 21, § 4º).

1. O interesse público reclama o maior número possível de concorrentes,



configurando ilegalidade a exigência desfilhada da lei básica de regência e com interpretação de cláusulas editalícias impondo condição excessiva para a habilitação.

2. Não é irregular, para fins de habilitação em processo licitatório, o balanço contendo a assinatura do contador, competente legalmente para elaborar o documento como técnico especializado (Resp 5.601/DF, Rel. Min. Demócrito Rêgo).

3. Precedentes jurisprudenciais iterativos.

4. Segurança concedida.

Data Publicação 22/05/2000 Referência Legislativa LEG_FED LEI_8666 ANO_1993 ART_21 PAR_4" (grifos nossos).

62. Por derradeiro, a alegação da recorrente de que a licitante EMPRESA DE RADIODIFUSÃO CONQUISTA LTDA., contrariou o subitem 5.2.3º do Edital, é absolutamente improcedente, simplesmente porque se verifica que o preço mínimo pela outorga é R\$ 476.886,40 (conforme publicado no Diário Oficial da União, Seção 3, de 12 de fevereiro de 2010, página 155, à fl. 38 do processo principal), e a empresa recorrida ofertou caução em dinheiro no valor de R\$ 4.768,86 (fl. 72), satisfazendo o 1% do valor mínimo pela outorga.

63. Diante destes fatos, conclui-se que o procedimento da Comissão de Licitação em relação à habilitação da Recorrida resultou de interpretação correta da Lei 8.666/93 e em estrita observância ao disposto no Ato Convocatório.

VI- CONCLUSÃO

64. Diante do exposto, opinamos pelo seguinte:

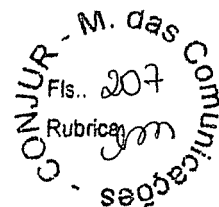
a. pelo conhecimento e não provimento do recurso interposto pela licitante SKORPION SISTEMA DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA., mantendo-se a decisão da Comissão Especial de Licitação que a inabilitou no certame da Concorrência nº 003/2010, para a localidade de Campanha/MG, nos termos da INFORMAÇÃO/MC/CEL/Nº 389/2010, às fls. 67/68 do processo nº 53000.019795/2010-76,

b. pelo não conhecimento do recurso interposto pela licitante FÊNIX RADIODIFUSÃO E PRODUÇÕES LTDA., por intempestividade e ausência de interesse recursal, mantendo-se a decisão da Comissão Especial de Licitação que inabilitou a recorrida SKORPION SISTEMA DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA., no certame da Concorrência nº 003/2010, para a localidade de Campanha/MG, nos termos da INFORMAÇÃO/MC/CEL/Nº 359/2010, às fls. 66 do processo do processo nº 53000.019795/2010-76,

c. pelo conhecimento e não provimento do recurso interposto pela licitante FÊNIX RADIODIFUSÃO E PRODUÇÕES LTDA., mantendo-se o ato da Comissão Especial de Licitação que habilitou a licitante RF TECNOLOGIA E PARTICIPAÇÕES LTDA., no certame da Concorrência n.º 003/2010-CEL/MC, para a localidade de Campanha/MG, nos termos da INFORMAÇÃO/MC/CEL/Nº 358/2010, às fls. 75/76 do processo nº 53000.019796/2010-11,

d. pelo conhecimento e não provimento do recurso interposto pela licitante FÊNIX RADIODIFUSÃO E PRODUÇÕES LTDA., mantendo-se o ato da Comissão Especial de Licitação que habilitou a licitante RÁDIO E TELEVISÃO SÉCULO 21 LTDA., no certame da Concorrência n.º 003/2010-CEL/MC, para a localidade de Campanha/MG, nos termos da

⁹ 5.2.3 Comprovante relativo à garantia de manutenção de proposta, válida para as três etapas, equivalente a 1% (um por cento) do valor mínimo previsto pela outorga, podendo a Proponente optar por uma das seguintes modalidades de garantia: a) carta de fiança bancária; ou b) caução em dinheiro.



Informação/MC/CEL/N.º 361/2010, às fls. 199/200 do processo nº 53000.019793/2010-87,

e. pelo conhecimento e não provimento do recurso interposto pela licitante FÊNIX RADIODIFUSÃO E PRODUÇÕES LTDA., mantendo-se o ato da Comissão Especial de Licitação que habilitou a licitante EMPRESA DE RADIODIFUSÃO CONQUISTA LTDA., no certame da Concorrência n.º 003/2010-CEL/MC, para a localidade de Campanha/MG, nos termos da Informação/MC/CEL/N.º 360/2010, às fls. 110/111 do processo nº 53000.019792/2010-32,

f. à consideração do Sr. Ministro. E, após, pelo retorno dos autos à Comissão Especial de Licitação para providências.

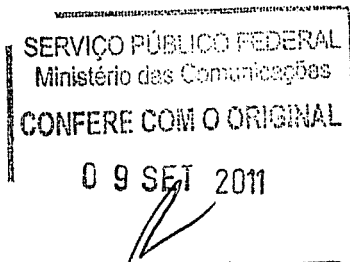
À consideração superior.

Brasília, 22 de novembro de 2010.

Camila Lorena L. S. Medrado
CAMILA LORENA LORDELO SANTANA MEDRADO
Advogada da União
Coordenadora-Geral de Assuntos Administrativos

Aprovo. Encaminhem-se os autos ao Gabinete do Ministro. Após, à Comissão Especial de Licitação. 03/12/10

Édio Henrique de A. J. e Azevedo
ÉDIO HENRIQUE DE A. J. E AZEVEDO
Consultor Jurídico



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

GABINETE DO MINISTRO

DESPACHO DO MINISTRO

Em 06 de 12 de 2010.

Tendo em vista os recursos interpostos contra as decisões da Comissão Especial de Licitação no bojo da Concorrência nº 003/2010-CEL/MC, acolho o o PARECER/AGU/CONJUR-MC/CLL/N.º 0916-2.21 / 2010, de sorte a não conhecer do recurso interposto pela licitante FÊNIX RADIODIFUSÃO E PRODUÇÕES LTDA. contra ato da CEL que inabilitou a licitante SKORPION SISTEMA DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA., por intempestividade e ausência de interesse recursal, bem como não dar provimento aos recursos das concorrentes listadas no Anexo Único.


JOSÉ ARTUR FILARDI LEITE
 Ministro das Comunicações

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 Ministério das Comunicações
 CONFERE COM O ORIGINAL

09 SET 2011

ANEXO ÚNICO

CONCORRÊNCIA CEL/MC	UF	LOCALIDADE	SERVIÇO	MANIFESTANTE	Nº DO PROCESSO
003/2010	MG	CAMPANHA	TV	SKORPION SISTEMA DE TELECOMUNICA ÇÕES LTDA.	53000.019795/2010
003/2010	MG	CAMPANHA	TV	FÊNIX RADIODIFUSÃO E PRODUÇÕES LTDA.	53000.019796/2010
003/2010	MG	CAMPANHA	TV	FÊNIX RADIODIFUSÃO E PRODUÇÕES LTDA.	53000.019793/2010
003/2010	MG	CAMPANHA	TV	FÊNIX RADIODIFUSÃO E PRODUÇÕES LTDA.	53000.019792/2010

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL
09 SET 2011

EM BRANCO

Nesta data anexei aos autos do processo de
nº 53000.019793/10 a documentação
a seguir consuntida de 01 folhas,
que assim numerai: 209
Data: 07.12.2010
Nome: [assinatura]
Assinatura: [assinatura]

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SECRETARIA DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE REGISTRO E
TÍTULOS
187 187 2 0

Esta data anexei aos autos do processo de
nº 52000-019793/10 a documentação
a seguir constituída de 06 folhas,
que assim numerei: 250

Data: 07/04/11
Nome: _____
Assinatura: _____

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL
09 SET 2011



148

ISSN 1677-7069

Diário Oficial da União - Seção 3

Nº 5, sexta-feira, 7 de janeiro de 2011

Ministério das Comunicações

ANEXO I

GABINETE DO MINISTRO

EXTRATOS DE CONTRATOS

PARTES: União e Rádio Som Alvorada Ltda.

ESPÉCIE: Contrato de Adesão de Permissão outorgada por meio da Portaria nº 954, de 20 de novembro de 2006, publicada no Diário Oficial da União de 28 de novembro de 2006.

OBJETO: Execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Taguatinga, Estado do Tocantins.

VIGÊNCIA: O contrato tem vigência de 10 (dez) anos e entra em vigor na data de publicação deste extrato no Diário Oficial da União.

DATA E ASSINATURA: 27 de dezembro de 2010. José Artur Filardi Leite - Ministro de Estado das Comunicações, e Marcelo Marques de Lima - Procurador da Rádio Som Alvorada Ltda.

PARTES: União e Rádio Som Tocantins Ltda.

ESPÉCIE: Contrato de Adesão de Permissão outorgada por meio da Portaria nº 255, de 24 de abril de 2006, publicada no Diário Oficial da União de 2 de maio de 2006.

OBJETO: Execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Mirante, Estado do Tocantins.

VIGÊNCIA: O contrato tem vigência de 10 (dez) anos e entra em vigor na data de publicação deste extrato no Diário Oficial da União.

DATA E ASSINATURA: 27 de dezembro de 2010. José Artur Filardi Leite - Ministro de Estado das Comunicações, e Marcelo Marques de Lima - Procurador da Rádio Som Tocantins Ltda.

PARTES: União e Rádio Som Tocantins Ltda.

ESPÉCIE: Contrato de Adesão de Permissão outorgada por meio da Portaria nº 324, de 19 de junho de 2007, publicada no Diário Oficial da União de 21 de junho de 2007.

OBJETO: Execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Paraisópolis, Estado do Tocantins.

VIGÊNCIA: O contrato tem vigência de 10 (dez) anos e entra em vigor na data de publicação deste extrato no Diário Oficial da União.

DATA E ASSINATURA: 27 de dezembro de 2010. José Artur Filardi Leite - Ministro de Estado das Comunicações, e Marcelo Marques de Lima - Procurador da Rádio Som Tocantins Ltda.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO

PARTES: União e a TV Vale do Itajaí Ltda.

ESPÉCIE: Termo Aditivo ao Contrato de Concessão.

OBJETO: Consignação de canal de radiofrequência destinado à transmissão digital do serviço de radiodifusão de sons e imagens, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre - SBTVD-T, na localidade de Itajaí, Estado de Santa Catarina. VIGÊNCIA: O prazo para a utilização plena, pela Concessionária, do canal de radiofrequência consignado para a transmissão digital do serviço de radiodifusão de sons e imagens, será até 30 de junho de 2016, observados os termos constantes na Cláusula 7ª do Termo Aditivo.

DATA E ASSINATURA: 30 de dezembro de 2010. José Artur Filardi Leite - Ministro de Estado das Comunicações, e Márcio Silva Novais - Procurador da TV Vale do Itajaí Ltda.

AVISOS

A Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria MC nº 432, de 24 de julho de 2009, publicada no DOU de 27/07/2009, em conformidade com os Editais de Licitação, torna público que a sessão para abertura do(s) envelope(s) contendo a(s) Proposta(s) Técnica(s) da(s) Proponente(s) habilitada(s), será realizada no seguinte endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Sobreloja - sala 104, Ed. Sede, Brasília/DF, de acordo com o indicado no quadro abaixo. Ficam convocados os participantes da licitação, bem como convidados e demais interessados para acompanhar os trabalhos.

Data da Reunião	Horário(s)	Concorrência(s) Nº	Localidade(s)	UF
14/01/2011	09h30	022/1997	Catanduvas	SC
		063/2009	Mucugê	BA
		002/2010	Cambuí	MG
		003/2010	Campanhã	MG

Brasília - DF, 4 de janeiro de 2011.

A Comissão Especial de Licitação do Ministério das Comunicações, instituída pela Portaria MC nº 432, de 24 de julho de 2009, publicada no DOU de 27 de julho de 2009, Seção 2, página 38, autoriza a(s) empresa(s) indicada(s) no Anexo Único, que, embora tenham efetivado a garantia prevista no edital, não participaram da sessão de recebimento das documentações de habilitação e propostas, a resgatar caução junto à Caixa Econômica Federal.

ANEXO ÚNICO

Conc.	Licitante	CNPJ	Agência/Conta	Valor
028/2010	Rádio Canaã FM Ltda.	11.950.291/0001-03	0394/008/00.000.436-6	501,61
029/2010	Rádio Canaã FM Ltda.	11.950.291/0001-03	0394/008/00.000.437-4	545,77

A Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria MC nº 432, de 24 de julho de 2009, publicada no DOU de 27/07/2009, e com base no(s) Edital(s) de Licitação, torna pública a abertura de prazo para apresentação de IMPUGNAÇÃO(s) ao(s) recurso(s) interposto(s) na fase de habilitação, nas(s) Concorrência(s) indicada(s) no(s) Anexo(s) I.

Os auto(s) do(s) processo(s) estarão disponíveis na Secretaria da Comissão Especial de Licitação, Sobreloja - sala 101, Ministério das Comunicações, no seguinte endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Ed. Sede, Brasília/DF, os eventuais recursos deverão ser protocolizados no Protocolo Geral deste Ministério, sendo que a contagem do prazo de cinco dias úteis terá início a partir do primeiro dia útil seguinte à presente publicação, a teor do §5º, do art. 109 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00032011010700148

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL

09 SET 2011

Comunicações
2011
Rubrica
CEL

RECURSOS CONTRA HABILITAÇÃO DE TERCEIROS

Conc. N.º	UF	Localidade(s)	Serviço	Recorrente	Recorrida
028/2010	BA	Formosa do Rio Preto	FM	Formosa do Rio Preto FM Ltda.	Rádio Jôia Ltda.
029/2010	BA	Itará	FM	Sistema Aleluia de Comunicação Ltda.	NSTV Sistema de Comunicações Ltda.
029/2010	BA	Itará	FM	Sistema Aleluia de Comunicação Ltda.	Rádio Oliveira FM Ltda.
029/2010	BA	Itará	FM	Sistema Aleluia de Comunicação Ltda.	Sistema MID de Comunicações Ltda.
029/2010	BA	Itará	FM	NSTV Sistema de Comunicações Ltda.	Sistema Aleluia de Comunicação Ltda.
029/2010	BA	Itará	FM	NSTV Sistema de Comunicações Ltda.	Total - Comunicação, Publicidade e Produções Artísticas Ltda.
029/2010	BA	Itará	FM	NSTV Sistema de Comunicações Ltda.	Sistema MID de Comunicações Ltda.
029/2010	BA	Itará	FM	NSTV Sistema de Comunicações Ltda.	Rádio Oliveira FM Ltda.

A Comissão Especial de Licitação do Ministério das Comunicações, instituída pela Portaria MC nº 432, de 24 de julho de 2009, publicada no DOU de 27 de julho de 2009, Seção 2, página 38, autoriza a(s) licitante(s) indicada(s) no Anexo Único a resgatar caução junto à Caixa Econômica Federal.

Brasília, 5 de janeiro de 2011.

ALVIMAR BERTRAND D. G. DE MACÊDO

Presidente da Comissão

ANEXO ÚNICO

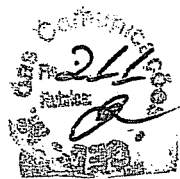
Conc.	Licitante	Processo	Agência/Conta	Valor
029/2009	Regional Comunicações Ltda.	53000.060197/2009	1457/008/00.000.486-7	340,00
029/2009	Sistema de Comunicação Amazônia Ltda. - ME	53000.060198/2009	0551/010/00.000.023-3	338,26
029/2009	Nossa Rádio de Teresina FM Ltda.	53000.060200/2009	0221/010/00.000.039-5	338,26
030/2009	Radiodifusão Carajás Ltda.	53000.060508/2009	3145/008/00.000.001-1	731,00
030/2009	Nossa Rádio de Teresina FM Ltda.	53000.060510/2009	0221/010/00.000.040-9	730,14
030/2009	Printscm Rádio e Televisão Ltda.	53000.060514/2009	3024/010/00.000.046-5	730,14
039/2009	VCP Comunicações Ltda.	53000.008534/2010	4119/010/00.000.001-4	2.367,00
039/2009	Rádio Monte São Ltda.	53000.008530/2010	0186/008/00.000.043-2	2.367,00
040/2009	Nossa Rádio de Teresina FM Ltda.	53000.060801/2009	0221/010/00.000.041-7	11.051,48
040/2009	Rede Ello Brasil Comunicação Ltda.	53000.060802/2009	1241/010/00.000.001-0	11.051,48
040/2009	Empresa de Radiodifusão Urubitinga Ltda.	53000.060804/2009	0333/010/00.000.016-5	11.052,00
040/2009	Televisão Ouro Verde Ltda.	53000.060805/2009	0174/010/00.000.048-0	11.051,49
040/2009	Campos Rio Comunicações Ltda.	53000.060807/2009	0180/010/00.000.040-7	11.051,50
040/2009	Iconha Rádio FM Ltda.	53000.060808/2009	0167/010/00.000.487-8	11.051,48
040/2009	Printscm Rádio e Televisão Ltda.	53000.060809/2009	3024/010/00.000.047-3	11.051,48
041/2009	Rádio FM Natal Ltda.	53000.009047/2010	0759/010/00.000.056-3	1.389,98
041/2009	Sistema Aleluia de Comunicação Ltda.	53000.009050/2010	2063/010/00.000.002-3	1.389,00
041/2009	Sistema Potiguar de Comunicação Ltda.	53000.009054/2010	3242/008/00.000.012-7	1.389,00
041/2009	Grupo Paraíba de Comunicação Ltda.	53000.009056/2010	1041/010/00.001.013-1	1.389,99
055/2009	Sistema de Comunicações de Rádio AM/FM e TV Ltda.	53000.013911/2010	1500/010/00.000.101-3	903,50
055/2009	Empresa de Radiodifusão Conquista Ltda.	53000.013912/2010	3111/010/00.000.040-9	903,50
055/2009	FM Tobias Barreto Almeida Reis Ltda.	53000.013913/2010	0739/010/00.000.005-7	903,50
055/2009	Rede Ilha de Comunicação Ltda.	53000.013920/2010	1500/010/00.000.095-5	903,50
055/2009	Comunicações Maranhenses Ltda.	53000.013923/2010	1824/010/00.000.075-2	903,50
055/2009	TOTAL - Comunicação, Publicidade e Produções Artísticas Ltda.	53000.013924/2010	2789/010/00.000.371-0	903,50
055/2009	Ocean Comunicação Digital SE Ltda.	53000.013926/2010	2903/010/00.000.023-1	904,00
030/2010	Printscm Rádio e Televisão Ltda.	53000.029873/2010	3024/010/00.000.059-7	2.887,28
030/2010	VCP Comunicações Ltda.	53000.029876/2010	4119/010/00.000.002-2	2.887,29
030/2010	Rádio Monte São Ltda.	53000.029877/2010	0186/010/00.000.092-2	2.888,00
030/2010	Centro Norte FM Stereo Ltda. - ME	53000.029878/2010	0970/010/00.000.017-7	2.887,28
030/2010	SJB Sistema de Comunicações Ltda.	53000.029879/2010	3239/010/00.000.007-3	2.888,00

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SECRETARIA DE
COMUNICAÇÃO
1993-1994
1993-1994

Nesta data anexei aos autos do processo de
nº 53000-019793/60 documentação
e seguir constituída de 12 folhas.
que assim numerei: 266 | 222
Data: 17 | 06 | 66
Nome: [assinatura]
Assinatura: [assinatura]

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL
09 SET 2011
[assinatura]



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL

09 SET 2011

CONJUNTO Nº 2 – PROPOSTA TÉCNICA
Edital da Concorrência nº 03/2010 – CEL/MC
SERVIÇO DE RÁDIO DIFUSÃO

LOCALIDADE DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO: **Campanha - MG**

RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE: **RÁDIO E TELEVISÃO SÉCULO
21 LTDA.**

Conteúdo:

Conjunto nº 2:
Proposta Técnica.

[Handwritten signatures and marks at the top of the page]

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL
09 SET 2011

RECEBUEMOS
09/09/2011
10:22:41

[Vertical handwritten marks and symbols on the right margin]

[Handwritten signatures and marks at the bottom of the page]

000001



Proposta Técnica

Campanha - MG

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL
09/SET 2011

RÁDIO E TELEVISÃO SÉCULO 21 LTDA.

[Handwritten signatures]

Erilso M. Domenici
CEL - MC

000002


Proponente: **RÁDIO E TELEVISÃO SÉCULO 21 LTDA.**
Edital de Concorrência nº 03/2010-CEL/MC
Localidade: Campanha – MG



Índice **Proposta Técnica (item 6)**

- 1 – Programas Jornalísticos, Educativos e Informativos de caráter geral (subitem 6.1.1)**
- 2 – Serviço Noticioso de caráter geral - (subitem 6.1.2)**
- 3 – Programas Culturais, Artísticos e Jornalísticos, produzidos e gerados na localidade objeto da outorga - (subitem 6.1.3)**
- 4 – Prazo em meses para o início da execução do serviço em caráter definitivo - (subitem 6.1.6)**

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL
09 SET 2011


Erika M. Domenici
CEL - MC

000003

PROPOSTA TÉCNICA



Edital da Concorrência nº 03/2010-CEL/MC

Localidade: **Campanha** UF: **MG**Razão Social da Proponente: **RÁDIO E TELEVISÃO SÉCULO 21 LTDA.**

CNPJ/MF nº. 11.250.856/0001-31 Data: 20/04/2010.

1. Programas jornalísticos, educativos e informativos:

Programas jornalísticos, educativos e Informativos de caráter geral.	Tempo dos programas em minutos (T1)	(%T1) T1x100/1440
	115,20	8,0

SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações

CONFERE COM O ORIGINAL

09 SET 2011

2. Serviço noticioso:

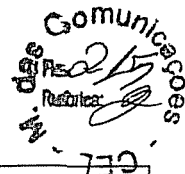
Programas de serviço noticioso de caráter geral	Tempo dos programas em minutos (T2)	(%T2) T2x100/1440
	115,20	8,0

3. Programas culturais artísticos e jornalísticos produzidos e gerados na localidade ou no município ao qual pertence à localidade objeto da outorga.

Programas culturais, artísticos e jornalísticos de caráter local.	Tempo dos programas em minutos (T3)	(%T3) T3x100/1440
	115,20	8,0

Erika M. Domenici
CEL - MC

000 004

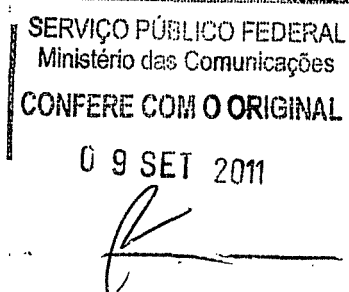


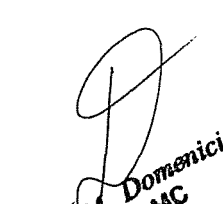
4. Prazo de execução do serviço em caráter definitivo:

Prazo para iniciar a execução do serviço em caráter definitivo (T4)	Quantidade de meses (T4)
	9,0

Valinhos - SP, 20 de abril de 2010.


RINALDO STECANELA OLIVEIRA
Dirigente
CPF nº. 613.359.249-49




Erika M. Domenici
CEL - MC



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

Ministério das Comunicações
Rubrica
CEL - MC

ATA DE REUNIÃO Nº 004/2011

SESSÃO DE ABERTURA DE INVÓLUCRO(S) E JULGAMENTO DE PROPOSTA(S)
TÉCNICA(S).

CONCORRÊNCIA Nº 003/2010/CEL/MC

SERVIÇO: TV – CANAL: 50 – CLASSE: C – GRUPO

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações

CONFERE COM O ORIGINAL

09 SET 2011

LOCALIDADE(S): CAMPANHA/MG

Em 14 de janeiro de 2011, sexta-feira, às 09h30 (nove horas e trinta minutos), na sala de Reunião da Comissão Especial de Licitação - CEL/MC, situada na sobreloja, sala 110 do Edifício sede do Ministério das Comunicações, Bloco "R" da Esplanada dos Ministérios, nesta cidade de Brasília, Distrito Federal, reuniu-se a Comissão Especial de Licitação, instituída por meio da Portaria MC nº 432, de 24/07/09, publicada no DOU de 27/07/2009, e suas alterações, com a participação de seu Presidente, Alvimar Bertrand D. G. de Macêdo, Vice-Presidente, Eriko Mendes Domenici e dos membros Edmar de Freitas Machado (ausência justificada) e José Adilson Bezerra Torquato, com o objetivo de realizar a **abertura do(s) invólucro(s) contendo as proposta(s) técnica(s) da(s) proponente(s) habilitada(s) na Concorrência nº 003/2010-CEL/MC**, que visa à outorga de concessão para a exploração do serviço de sons e imagens (TV), na localidade de **CAMPANHA/MG**, conforme convocação publicada no DOU de 07/01/2011, Número 5, Seção "3", Página 148, para sessão de abertura e julgamento de propostas técnicas em 14/01/2011, sendo desenvolvidas as atividades a seguir; (1) Assinatura das listas de presença das proponentes e do público que serão anexadas a presente Ata. (2) Conferência do malote padrão ECT de cor verde sob o n.º CX31333679-7, sendo constatada a sua integridade. (3) Abertura do malote e conferência do envelope tipo *starlock* de números 4592119, sendo constatada sua integridade. (4) Abertura do envelope plástico citado e conferência dos invólucros contendo as propostas técnicas dos licitantes; sendo constatada a integridade de todos eles. (5) Abertura do(s) invólucro(s) lacrado(s) contendo a(s) proposta(s) técnica(s) da(s) seguinte(s) empresa(s): EMPRESA DE RADIODIFUSÃO CONQUISTA LTDA., Processo nº 53000.019792/10, FÊNIX RADIODIFUSÃO E PRODUÇÕES LTDA., Processo nº 53000.019794/10, RÁDIO E TELEVISÃO SÉCULO 21 LTDA., Processo nº 53000.019793/10, RF TECNOLOGIA E PARTICIPAÇÕES LTDA., Processo nº 53000.019796/10. (6) A documentação foi rubricada por todos os membros da Comissão Especial de Licitação e público presente. (7) Apuração e registro em planilha eletrônica dos itens constantes da(s) proposta(s) técnica(s), sendo obtida(s) a(s) pontuações conforme segue: EMPRESA DE RADIODIFUSÃO CONQUISTA LTDA., 100,00000 pontos, FÊNIX RADIODIFUSÃO E PRODUÇÕES LTDA., 100,00000 pontos, RÁDIO E TELEVISÃO SÉCULO 21 LTDA., 100,00000 pontos, RF TECNOLOGIA E PARTICIPAÇÕES LTDA., 100,00000 pontos. (7) Impressão, leitura e aprovação do(s) documento(s) denominado(s) **"Resultado da Proposta Técnica"**, que segue(m) em anexo, que aponta(m) a(s) pontuação(ões) da(s) proposta(s) técnica(s) constante(s) da presente abertura. (9) O Sr Presidente determinou que fossem registradas em Ata as seguintes intercorrências: a) O malote de cor verde do tipo *snapseal* foi novamente lacrado sob o nº 0005043. Nada mais

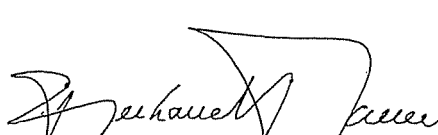
Eriko M. Domenici
CEL - MC



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

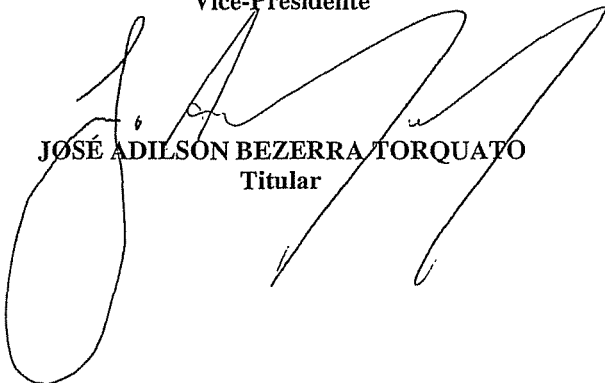
Comunicações
Fls. 217
Rubrica
CEL

havendo a acrescentar, o Presidente deu por encerrada a presente sessão às 10h06 (dez horas e seis minutos), sendo lavrada a presente Ata que, lida e achada conforme, vai assinada pelo Presidente, Vice-Presidente e membros Titulares da Comissão.


ALVIMAR BERTRAND D. G. DE MACÊDO
Presidente


ERIKO MENDES DOMENICI
Vice-Presidente

AUSENTE
EDMAR DE FREITAS MACHADO
Titular


JOSÉ ADILSON BEZERRA TORQUATO
Titular

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL
09 SET 2011



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO – CEL

CONCORRÊNCIA Nº 003/2010–CEL/MC

SESSÃO DE ABERTURA DE PROPOSTA(S) TÉCNICA(S)

LISTA DE PRESENÇA DE PÚBLICO

DATA: 14/01/2011

SERVIÇO: SONS E IMAGENS (TV)

LOCALIDADE(S): CAMPANHA/MG

Nome	RG nº/UF	Rubrica
Carlos ALBERTO DA SILVA	1383684 DF	
Diogo Souza C. Maia	23.030 MG	

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL
09 SET 2011

Comunicações
CEL - M. G.
Rubrica
21/9



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO – CEL

FOLHA Nº 02106

CONCORRÊNCIA Nº 003/2010–CEL/MC

SESSÃO DE ABERTURA DE PROPOSTA(S) TÉCNICA(S)

LISTA DE PRESENÇA DE PROPONENTES

DATA: 14/01/2011

SERVIÇO: SONS E IMAGENS(TV)

LOCALIDADE: CAMPANHA/MG

Razão Social da Proponente	Nome do representante legal ou Procurador	Assinatura	Rubrica	RG nº/UF	Cargo
RADIO E TELEVISÃO SÉCULO 21 LTDA.	ANDRÉA COSTA BOMBA NOGUEIRA			1497-048/DF	Sócio/Acionista () Procurador (X)
					Sócio/Acionista () Procurador ()
					Sócio/Acionista () Procurador ()
					Sócio/Acionista () Procurador ()
					Sócio/Acionista () Procurador ()
					Sócio/Acionista () Procurador ()
					Sócio/Acionista () Procurador ()

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL
09 SET 2011

CEL - M. C.
Rubrica
09/01/2011
Comunicações



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

RESULTADO DA PROPOSTA TÉCNICA

Processo :	RÁDIO E TELEVISÃO SÉCULO 21 LTDA.		
Proponente :	53000.019793/2010		
Concorrência :	003/2010	Local : CAMPANHA	UF : MG
Serviço :	TV	Grupo de Enquadramento : A	

	Min.	%	Condição
Programas jornalísticos, educativos e informativos (ANEXO V, item 1))	115.200	8,00000	5% ≤ T1 ≤ 8%
Programas de serviços noticiosos (ANEXO V, item 2)	115.200	8,00000	5% ≤ T2 ≤ 8%
Programas culturais, artísticos e jornalísticos gerados na localidade (ANEXO V, item 3)	115.200	8,00000	5% ≤ T3 ≤ 8%
Prazo em meses para iniciar a execução do serviço em caráter definitivo (ANEXO V, item 4)	9		9 ≤ T4 ≤ 36

P1 =	15,00000
P2 =	15,00000
P3 =	30,00000
P4 =	40,00000
PT =	100,00000

CLASSIFICADA

Alvimar Bertrand D. G. de Macêdo
Presidente

Edmar Freitas Machado
Membro

Eriko Mendes Domenici
Vice-Presidente

José Adilson Bezerra Torquato
Membro

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL
09 SET 2011



ESPÉCIE: Termo de Cooperação Técnica que entre si celebram a União por intermédio da Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa do Ministério da Saúde e o Município de Santarém por intermédio da Secretaria de Saúde do Município de Santarém.

OBJETO: formalizar a execução da implantação do sistema Ovi-dorsus nível I.

DATA DA ASSINATURA: 23 de dezembro de 2010

VIGÊNCIA: 12 meses

SIGNATÁRIOS: ANTONIO ALVES DE SOUZA - Secretário de Gestão Estratégica e Participativa - JOSÉ ANTONIO ROCHA - Secretário Municipal de Saúde de Santarém.

ESPÉCIE: Termo de Cooperação Técnica que entre si celebram a União por intermédio da Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa do Ministério da Saúde e o Município de São José dos Pinhais, por intermédio da Secretaria de Saúde do Município de São José dos Pinhais.

OBJETO: formalizar a execução da implantação do sistema Ovi-dorsus nível I.

DATA DA ASSINATURA: 16 de agosto de 2010.

VIGÊNCIA: 12 meses

SIGNATÁRIOS: ANTONIO ALVES DE SOUZA - Secretário de Gestão Estratégica e Participativa - ARMANDO MARTINHO RAGGIO - Secretário de Saúde do Município de São José dos Pinhais.

ESPÉCIE: Termo de Cooperação Técnica que entre si celebram a União por intermédio da Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa do Ministério da Saúde e o Município do Rio de Janeiro, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil do Rio de Janeiro.

OBJETO: formalizar a execução da implantação do sistema Ovi-dorsus nível I.

DATA DA ASSINATURA: 31 de dezembro de 2009.

VIGÊNCIA: 12 meses

SIGNATÁRIOS: ANTONIO ALVES DE SOUZA - Secretário de Gestão Estratégica e Participativa - IANS FERNANDO ROCHA DOHMANN - Secretário Municipal de Saúde e Defesa Civil do Rio de Janeiro.

ESPÉCIE: Termo de Cooperação Técnica que entre si celebram a União por intermédio da Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa do Ministério da Saúde e o Município de Presidente Prudente, por intermédio da Secretaria de Saúde do Município de Presidente Prudente.

OBJETO: formalizar a execução da implantação do sistema Ovi-dorsus nível I.

DATA DA ASSINATURA: 10 de dezembro de 2010

VIGÊNCIA: 12 meses

SIGNATÁRIOS: ANTONIO ALVES DE SOUZA - Secretário de Gestão Estratégica e Participativa - SÉRGIO LUIZ CORDEIRO DE ANDRADE - Secretário Municipal de Saúde de Presidente Prudente.

ESPÉCIE: Termo de Cooperação Técnica que entre si celebram a União por intermédio da Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa do Ministério da Saúde e o Município de Várzea Paulista, por intermédio da Secretaria de Saúde do Município de Várzea Paulista.

OBJETO: formalizar a execução da implantação do sistema Ovi-dorsus nível I.

DATA DA ASSINATURA: 22 de outubro de 2010

VIGÊNCIA: 12 meses

SIGNATÁRIOS: ANTONIO ALVES DE SOUZA - Secretário de Gestão Estratégica e Participativa - LUIS FERNANDO NOGUEIRA TOFANI - Secretário Municipal de Saúde de Várzea Paulista.

ESPÉCIE: Termo de Cooperação Técnica que entre si celebram a União por intermédio da Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa do Ministério da Saúde e o Município de Votorantim, por intermédio da Secretaria de Saúde do Município de Votorantim.

OBJETO: formalizar a execução da implantação do sistema Ovi-dorsus nível I.

DATA DA ASSINATURA: 06 de novembro de 2010

VIGÊNCIA: 12 meses

SIGNATÁRIOS: ANTONIO ALVES DE SOUZA - Secretário de Gestão Estratégica e Participativa - GLADYS LEITE BARASNEVICIUS - Secretário Municipal de Saúde de Votorantim.

SECRETARIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE

DEPARTAMENTO DE ANÁLISE

DE SITUAÇÃO DE SAÚDE

COORDENAÇÃO-GERAL DE VIGILÂNCIA

DE AGRAVOS E DOENÇAS NÃO TRANSMISSÍVEIS

EXTRATO DE DOAÇÃO

Nº do Processo: 25000.633365/2009-92. ESPÉCIE: Termo de Doação que entre si celebram EXPERTISE INTELIGÊNCIA E PESQUISA DE MERCADO LTDA. OBJETO: Doação não onerosa do direito de utilização do Programa de Computador "Aplicativo de Coleta de Dados do Sistema de Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico - VIGITEL". DATA DA ASSINATURA: 29/11/2010. SIGNATÁRIOS: Gerson Oliveira Penna, Secretário de Vigilância em Saúde - CPF nº. 083.733.102-15; Roberto Luiz Ralo Liberato da Silva - CPF nº. 603.991.206-53 e Fabricia Stoupa Machado - CPF nº. 039.592.576-27, Sócios da Expertise Inteligência e Pesquisa De Mercado Ltda.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00032011011700114

INSTITUTO EVANDRO CHAGAS

AVISO DE SUSPENSÃO PREGÃO Nº 71/2010

Comunicamos a suspensão da licitação supra citada, publicada no D.O. em 30/12/2010. Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de materiais diversos para laboratório, para atender as necessidades das Seções do Instituto Evandro Chagas.

ALICE DE FATIMA BENTO ARAUJO
Membro da CPL

(SIDEC - 14/01/2011)

Ministério das Cidades

SECRETARIA EXECUTIVA SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 1/2011

Nº Processo: 80000050322201019. Objeto: Contratação da ENAP para ministrar curso de pós-graduação. Total de Itens Licitados: 00001. Fundamento Legal: Artigo 24, inciso VII, da Lei 8.666/93. Justificativa: O curso proporcionará aos participantes maiores habilidades no desempenho das atividades. Declaração de Dispensa em 14/01/2011. EDNA DA SILVA AMORIM - Ordenador de Despesas Ratificação em 14/01/2011. MAGDA OLIVEIRA DE MYRON CARDOSO - Subsecretaria de Orç. Planej. e Administração. Valor: R\$ 24.900,00. Contratada: FUNDAÇÃO ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. Valor: R\$ 24.900,00

(SIDEC - 14/01/2011) 560010-00001-2011NE900017

COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS LOGÍSTICOS

EXTRATO DE CONTRATO Nº 39/2010

Nº Processo: 80000052264201068. Contratante: MINISTERIO DAS CIDADES - CNPJ Contratado: 81103228000109. Contratado: TECNOLACH INDUSTRIAL LTDA - Objeto: Aquisição de 07 (sete) conjuntos de arquivos deslizantes para compor o mobiliário do Arquivo Central do Ministério das Cidades, da Divisão de Almoarifado e Conformidade dos Registros de Gestão, incluindo instalação, manutenção e assistência técnica. Fundamento Legal: Lei nº 10.520/02, Dec nº 3.555/00, Dec nº 5.450/05, Lei Complementar nº 123/06, e Lei nº 8.666/93. Vigência: 09/12/2010 a 08/12/2011. Valor Total: R\$841.476,00. Fonte: 100000000 - 2010NE902171. Data de Assinatura: 09/12/2010.

(SIDEC - 14/01/2011) 560010-00001-2011NE800059

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 8/2011

Número do Contrato: 26/2008. Nº Processo: 80000020199200714. Contratante: MINISTERIO DAS CIDADES - CNPJ Contratado: 03567231000170. Contratado: ORION SERVICOS E EVENTOS LTDA - Objeto: Prorrogar o prazo de vigência, a que se reporta a CLAUSULA DÉCIMA QUARTA do Contrato Administrativo nº 26/2008, que iniciará no dia 15 de janeiro de 2011 e terminará no dia 14 de janeiro de 2012; renovar a validade da garantia ofertada, objeto da CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA; bem como atualizar a CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA - Da Dotação Orçamentária.

Ministério das Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

RESULTADOS DE PROPOSTAS TÉCNICAS

A Comissão Especial de Licitação, nos termos da Portaria MC nº 432, de 24 de julho de 2009, publicada no DOU de 27/07/2009, e suas alterações, em conformidade com os Edital(s) de Licitação, torna público, por meio deste Aviso, o(s) resultado(s) da contratação, da(s) Proposta(s) Técnica(s) da(s) licitante(s) habilitada(s) conforme Anexo(s) I, II, III e IV.

Os auto(s) do(s) processo(s) estarão disponíveis na Secretaria da Comissão Especial de Licitação, Sobreloja - sala 101, Ministério das Comunicações, no seguinte endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Ed. Sede, Brasília/DF.

Os eventuais recursos deverão ser protocolizados no Protocolo Geral deste Ministério, sendo que a contagem do prazo de cinco dias úteis terá início a partir do primeiro dia útil seguinte à presente publicação, nos termos dos artigos 109, inciso I, alínea "b" e 110, §5º, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e subitem 13.6 do Edital.

Brasília - DF, 14 de janeiro de 2011.
ALVIMAR BERTRAND D. G. DE MACÊDO
Presidente da Comissão

ANEXO I

Concorrência n.º 022/1997-SFO/MC, Localidade de Catanduvas/SC.

Proponentes	Serviço	Nº do Processo	P. Tcc	Resultado
Rádio Pinhais Ltda.	FM	53820.000170/97	100.000	CLASSIFICADA

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Fundamento Legal: Art. 24 da Lei nº 8666/93 Vigência: 15/01/2011 a 14/01/2012. Valor Total: R\$12.717.368,16. Data de Assinatura: 14/01/2011.

(SIDEC - 14/01/2011) 560010-00001-2011NE800017

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2/2011

Objeto: Aquisição de 370 licenças de suite de escritório (editor de texto, planilha eletrônica, estruturador de slides e banco de dados); 12 licenças de software de gestão de projetos cliente e 01 licença de gestão de projeto servidor, ambos integrados Total de Itens Licitados: 00003. Edital: 17/01/2011 de 09h00 às 12h00 e de 14h às 17h00. ENDEREÇO: www.comprasnet.gov.br Brasília - BRASILIA - DF. Entrega das Propostas: a partir de 17/01/2011 às 09h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 27/01/2011 às 10h00 site www.comprasnet.gov.br

RENATO STOPPA CÂNDIDO
Ordenador de Despesas

(SIDEC - 14/01/2011) 560010-00001-2011NE800017

COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS DE BELO HORIZONTE

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 97/2010

Objeto: Aquisição de câmeras e monitores de vídeo e multiplexadores. Comunicamos a todos os interessados, que os lotes 01 e 02 do pregão eletrônico em epígrafe foram adjudicados às empresas APEL-APLICACOES ELETRONICAS INDUSTRIA E COMERCIO e BMP DO BRASIL COMERCIO DE PECAS LTDA nos valores de R\$34.999,90 (Trinta e quatro mil, novecentos e noventa e nove reais e noventa centavos) e R\$ 8.478,96 (Oito mil, quatrocentos e setenta e oito reais e noventa e seis centavos) respectivamente e o lote 03 foi fracassado, sendo o resultado homologado pelo Sr. Superintendente Regional.

HENRIQUE GUIMARÃES SAMPAIO
Pregoeiro

EMPRESA DE TRENS URBANOS DE PORTO ALEGRE S/A

AVISO DE REGISTRO DE PREÇOS

SRP nº 401/2010

Divulgamos os preços registrados pela Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A, em conformidade com o art. 15 da Lei 8.666/93. Pregão Eletrônico - SRP nº 401/2010. RESOLVE: Registrar preços para contratação de empresa para serviço de locação de equipamentos de informática (estações de trabalho - microcomputadores modelo desktop e portáteis modelo notebook), conforme descrição do Anexo 01 do Edital; oferecido pela empresa, Comtech Informática Ltda., com valor total Lote 1 - R\$ 300.000,00. Lote 2 - R\$ 90.000,00 respectivamente. Processo nº 2091/2010.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
NARA JOYCE CORREA DE OLIVEIRA
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
CONFERE COM O ORIGINAL

09 SET 2011

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL
09 SET 2011

Comunicações
Fls. 222
Rubrica
730

Nº 11, segunda-feira, 17 de janeiro de 2011

Diário Oficial da União - Seção 3

ISSN 1677-7069

115



ANEXO II

Concorrência n.º 063/2009-CEL/MC, Localidade de Mucugê/BA.

Proponentes	Serviço	Nº do Processo	P. Tce	Resultado
Empresa de Radiodifusão Ursa Maior Ltda.	TV	53000.001557/10	100,00000	CLASSIFICADA
Nossa Rádio de Teresina FM Ltda.	TV	53000.001556/10	100,00000	CLASSIFICADA
Printcom Rádio e Televisão Ltda.	TV	53000.001552/10	100,00000	CLASSIFICADA
S/C - Sistema Pernambucano de Comunicações Ltda.	TV	53000.001558/10	-	DESCCLASSIFICADA

ANEXO III

Concorrência n.º 002/2010-CEL/MC, Localidade de Cambuí/MG.

Proponentes	Serviço	Nº do Processo	P. Tce	Resultado
Empresa de Radiodifusão Conquista Ltda.	TV	53000.019461/10	100,00000	CLASSIFICADA
Central Técnica Prestação de Serviços Ltda.	TV	53000.019462/10	100,00000	CLASSIFICADA
Guarani Radiodifusão Ltda.	TV	53000.019465/10	100,00000	CLASSIFICADA
GOTV TV Televisão Ltda.	TV	53000.019466/10	100,00000	CLASSIFICADA
SM Radiodifusão Ltda.	TV	53000.019468/10	100,00000	CLASSIFICADA

ANEXO IV

Concorrência n.º 003/2010-CEL/MC, Localidade de Campanha/MG.

Proponentes	Serviço	Nº do Processo	P. Tce	Resultado
Empresa de Radiodifusão Conquista Ltda.	TV	53000.019792/10	100,00000	CLASSIFICADA
Penix Radiodifusão e Produções Ltda.	TV	53000.019794/10	100,00000	CLASSIFICADA
Rádio e Televisão Século 21 Ltda.	TV	53000.019793/10	100,00000	CLASSIFICADA
RF Tecnologia e Participações Ltda.	TV	53000.019796/10	100,00000	CLASSIFICADA

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES
PRESIDÊNCIA EXECUTIVA

EDITAIS DE NOTIFICAÇÃO DE 13 DE JANEIRO DE 2011

Edital n.º: 001-0001/2011

A Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel, por meio do presente Edital, notifica a existência de débito(s) relativos ao Fundo de Universalização das Telecomunicações - FUST (art. 6º, IV, da Lei 9.998/2000). Em razão da inexistência da declaração/recolhimento por ocasião do lançamento espontâneo, foi realizado o lançamento de Ofício, conforme Processo Administrativo Fiscal, nos termos do art. 149 do Código Tributário Nacional-CTN. Solicita-se efetuar o pagamento do(s) débito(s) ou apresentar IMPUGNAÇÃO, a ser dirigida à Gerência-Geral de Planejamento, Orçamento e Finanças-ADPF, no endereço: SAUS, Quadra 6, Bloco E, 4º andar - Brasília/DF, CEP 70070-940, no prazo de 30 (trinta) dias, a partir da data da publicação deste Edital, consoante o art. 15 do Decreto no 70.235/72. Eventual pedido de vistas do processo poderá ser feito pelo site <http://sistemas.anatel.gov.br>, clicar em Fale Conosco. Informamos que o não pagamento do(s) débito(s) ou a rejeição da impugnação implicará em inscrição em dívida ativa (art. 201 do CTN) e providências judiciais cabíveis, com a inclusão do devedor no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal - CADIN, no prazo de 75 (setenta e cinco) dias, contados da data da publicação deste Edital, conforme estabelecido no art. 2º, § 2º, da Lei no 10.522/02. O pagamento poderá ser realizado junto ao Banco do Brasil S/A com a utilização de Guia de Recolhimento da União-GRU - boleto bancário, obtido na Anatel ou pela internet, no endereço: www.anatel.gov.br, Informações Técnicas - Físcal-Consulta de débitos e boleto bancário, que informará o valor atualizado e a data para pagamento. E para que chegue ao conhecimento dos interessados, foi expedido o presente edital, que será publicado pela Imprensa Oficial, e, ainda, afixado no local.

CNPJ/CPF	Nome do Devedor	Nº do Processo	Mês/Ano
02041460000193	BRASIL TELECOM COMUNICACAO MULTIMIDIA LTDA		05/2010, 06/2010
76535764000143	BRASIL TELECOM S.A.		11/2008, 05/2009, 06/2009, 07/2009, 08/2009, 09/2009, 10/2009, 11/2009, 12/2009, 01/2010, 02/2010, 03/2010, 04/2010, 05/2010, 06/2010
034170090000190	BTS BRASIL TELECOMM SERVICES LTDA	535000272552008	01/2004
000806090000118	CHC TELECOMUNICACOES LTDA	535000064712008	01/2003, 02/2003, 03/2003, 04/2003, 05/2003, 06/2003, 07/2003, 08/2003, 09/2003, 10/2003, 11/2003, 12/2003
006290090000166	CONCEITO COMUNICACAO E MARKETING LTDA		02/2007, 03/2007, 07/2007, 08/2007
09542413000172	EASYNET WORK LIMITADA - ME		08/2009, 12/2009
01162227000104	ERIGE EMPREENDIMENTOS	535000039512008	11/2003
425201710000191	PETROBRAS GAS S/A - GASPETRO		01/2007, 02/2007, 03/2007, 04/2007, 05/2007, 06/2007, 07/2007, 08/2007, 09/2007, 10/2007, 11/2007, 01/2008, 02/2008, 03/2008, 04/2008, 05/2008, 06/2008, 07/2008, 08/2008, 09/2008, 10/2008
04091543000112	PROMAX SISTEMAS DE SEGURANCA LTDA		01/2007, 02/2007
71662001000140	PROMTEL COMUNICACOES SA		04/2007, 05/2007, 09/2007
03798617000192	QUAT L SERVICOS DE COMUNICACAO MULTIMIDIA LTDA		01/2007, 02/2007, 03/2007, 04/2007, 05/2007, 07/2007
03147043000192	RADIO TAXI BRASIL LTDA - ME		01/2002, 02/2002, 03/2002, 04/2002, 05/2002, 06/2002, 07/2002, 08/2002, 09/2002, 10/2002, 11/2002, 12/2002
08001192000162	RPZ SERVICOS MULTIMIDIA LTDA		06/2008, 08/2008, 06/2009, 01/2010, 04/2010, 05/2010

00661808000110	TRIDATA TECNOLOGIA LTDA		01/2007, 02/2007
03473641000151	TV MAIS LIMITADA		02/2010, 03/2010, 04/2010, 05/2010, 06/2010
07445252000173	VANGUARDA TELECOM SERVICOS DE TELECOMUNICACOES LTDA		03/2007, 07/2008, 08/2008, 10/2008, 11/2008, 12/2008, 01/2009, 02/2009, 04/2009, 06/2009, 07/2009, 08/2009
07445252000173	VANGUARDA TELECOM SERVICOS DE TELECOMUNICACOES LTDA		09/2009, 11/2009, 12/2009, 01/2010, 02/2010, 03/2010, 04/2010

Edital n.º: 001-0002/2011

A Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel, por meio do presente Edital, NOTIFICA DO(S) LANÇAMENTO(S) do(s) crédito(s) da(s) receita(s) em nome do(s) devedor(es) que se encontram(m) ao final relacionado(s), por se encontrar(em) em local incerto e não sabido. Fica(m), portanto, cliente(s) que poder(ão) apresentar IMPUGNAÇÃO, a ser dirigida à (ao) Agência Nacional de Telecomunicações, Endereço: SAUS Quadra 6 Bloco "E" - Ed. Dep. Luís Eduardo Magalhães - Brasília/DF, CEP: 70070-940, no prazo de 30 (trinta) dias, a partir da data da publicação deste Edital, e que o não pagamento do débito ou a rejeição da impugnação implicará inscrição do débito em Dívida Ativa, assim como, transcorrido o prazo especificado a seguir, a inclusão do devedor no Cadastro Informativo de créditos não quitados do Setor Público Federal - CADIN, no prazo de 75 (setenta e cinco) dias. O pagamento poderá ser realizado junto ao Banco do Brasil S/A com a utilização do GUIA DE RECOLHIMENTO DA UNIAO-GRU - boleto bancário, obtido na Anatel ou na internet, no endereço: www.anatel.gov.br/boleto, que informará o valor atualizado e a data para pagamento. E para que chegue ao conhecimento dos interessados, foi expedido o presente edital, que será publicado pela Imprensa Oficial, e, ainda, afixado no local.

CNPJ/CPF	Nome do Devedor	Nº do Físcal	Recei- ta	Ano
02129891000106	0800 SERVICOS LTDA	50004369386	CFRP	2009
06000346000176	51 BRASIL TELECOMUNICACOES LTDA.	50400849275	CFRP	2009
06000346000176	51 BRASIL TELECOMUNICACOES LTDA.	50401297420	CFRP	2009
03112386000111	AGENCIA NACIONAL DE VIGILANCIA SANITARIA	50012514276	CFRP	2009
06232605000128	ALO TAXI LTDA - ME	50401692132	CFRP	2009
04021007000140	ALOTELECOM S.A.	50405081669	CFRP	2009
00955175000152	AS SERVICOS DE TRANSPORTES DE PASSAGEIROS LTDA	50001018809	CFRP	2009
01861969000110	ASSOCIACAO DE MOTORISTAS DO SERVICO DE RADIO TAXI DE ARACAJU	50001112732	CFRP	2009
68630979000115	ASSOCIACAO DOS MOTORISTAS AUTONOMOS TELE UCA	50010815643	CFRP	2010
68630979000115	ASSOCIACAO DOS MOTORISTAS AUTONOMOS TELE UCA	50011096713	CFRP	2010
01492796000100	ASSOCIACAO DOS MOTORISTAS DE TAXI DO CENTRO AD SAO SEBASTIAO	50013052764	CFRP	2009
01492796000100	ASSOCIACAO DOS MOTORISTAS DE TAXI DO CENTRO AD SAO SEBASTIAO	50013420402	CFRP	2009
05197558000122	ASSOCIACAO DOS TAXISTAS DA USINA	50404078907	CFRP	2009
05197558000122	ASSOCIACAO DOS TAXISTAS DA USINA	50404316352	CFRP	2009
03134369000185	ASSOCIACAO GLOBO RADIO TAXI	50011834137	CFRP	2009
84478353000191	ATLANTA RADIO TAXI LTDA	12020501317	CFRP	2009
47770813000124	BAUNGARTNER SERV DE RADIO CHAMADA DE INT PUBL S/C LTDA	11030307440	CFRP	2009
07258645000178	BET DO BRASIL SERVICOS DE TELECOMUNICACOES LTDA	50403212367	CFRP	2010
24833808000118	BIP FONE TELECOMUNICACOES LTDA	11020257121	CFRP	2009
04772385000166	BRTAXI COMUM RADIO TAXI LTDA-ME	50405112564	CFRP	2010
06197765000140	CENTRAL RADIO TAXI LTDA - ME	50401495374	CFRP	2010
42388454000121	CHAME TAXI TRANSPORTES LTDA - ME	5001155663	CFRP	2009
02371495000154	CONSERVO BRASILIA EMPRESA DE SEGURANCA LTDA	11020243414	CFRP	2009
02811462000114	COOP MISTA DOS MOT PROFISSIONAIS DA REGIAO METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE LTDA	50003314430	CFRP	2009
08311909000172	COOPERATIVA ALAGOANA DE TAXI LTDA	50404845428	CFRP	2009
01224204000179	COOPERATIVA DE RADIO TAXI IMPERATRIZ LTDA	50000934968	CFRP	2009
03728941000134	COOPERATIVA DE TRABALHO DOS CONDUCTORES AUTONOMOS DE TRANSPORTE DE SAO PAULO - TIO PAIXAO	50402101758	CFRP	2009
05682994000197	COOPERATIVA DOS PROPRIETARIOS AUTONOMOS DE TAXI DO ESTADO DO AMAPA	50401475620	CFRP	2009
00696518000101	COOPERATIVA MISTA DOS MOTORISTAS PROFISSIONAIS DO DF LTDA-ME	11030014345	CFRP	2009
32195489000190	COOPERATIVA MISTA MOTORISTA AUTONOMOS TAXIS MUN RJ LTDA	01020365510	CFRP	2009
32195489000190	COOPERATIVA MISTA MOTORISTA AUTONOMOS TAXIS MUN RJ LTDA	50005230080	CFRP	2009
07324636000138	COOPERATIVA MOTO RADIO TAXX - COOM-RA TAXX	50403423570	CFRP	2009
04504354000124	DN2 INFORMATICA LTDA - ME	50405004168	CFRP	2010
07697447000100	DNM COOPERATIVA DE TAXI LTDA	50404216480	CFRP	2009
07697447000100	DNM COOPERATIVA DE TAXI LTDA	50404308929	CFRP	2009
01158038000150	ELETROFASE ENGENHARIA E COMERCIO LTDA	50009374817	CFRP	2009
84509835000161	ERIVALDO P. DE SOUZA	12020530929	CFRP	2009
03421822000134	F.NET COMUNICACOES LTDA	50014178133	CFRP	2009
02109761000101	FEDERAL SERVICOS GERAIS LTDA	50405246846	CFRP	2009
00148246000105	FEIRA RADIO TAXI SERVICOS E REPRESENTACOES LTDA	50000016721	CFRP	2010
06957255000123	FONEBRASIL COMUNICACAO & MULTIMIDIA LTDA - ME	50402147740	CFRP	2009
03555193000135	FORTES SERVICO DE RADIO TAXI LTDA.	50012377341	CFRP	2009
01241210000134	G.M. ARRUDA TRANSPORTES	50013113810	CFRP	2009
01182944000190	GOLDEN TAXI TRANSPORTES LTDA. ME	50403195845	CFRP	2009

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00032011011700115

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SECRETARIA DE
COMUNICAÇÃO
INTERIORES
MINISTÉRIO DA
SAÚDE

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL
09 SET 2011
[Handwritten signature]

Nesta data anexei aos autos do processo de
nº 577000-0/9793/60 documentação
a seguir constituída de 01 folhas
que assim numerar: 223+
Data: 26 / 06 / 11
Nome: [Handwritten name]
Assinatura: [Handwritten signature]

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 37/2010

ESPÉCIE: Registro de Preços 37/2010. Objeto: Serviço de Recuperação de um compressor de ar modelo 3CDC, Wabco-Westhouse, com fornecimento de peças para a STU-JOP/CBTU. CONTRATANTE: Companhia Brasileira de Trens Urbanos - STU-JOP/CBTU. CONTRATADA: BMP DO BRASIL COMÉRCIO DE PEÇAS LTDA. EPR. Valor total de R\$ 25.800,00. Data da assinatura: 15/12/2010. Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico nº 37/2010 - COLIC/STU-JOP/CBTU. Vigência: 12 (doze) meses.

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 16/2010

ESPÉCIE: Registro de Preços 16/2010. Objeto: Aquisição de Mobiliário para a STU-JOP/CBTU. CONTRATANTE: Companhia Brasileira de Trens Urbanos - STU-JOP/CBTU. CONTRATADA: COMERCIAL E. W. E. PRODUTOS LTDA. Valor total R\$ 31.979,72. Data da assinatura: 14/12/2010. CONTRATADA: LAYOUT MÓVEIS PARA ESCRITÓRIO LTDA. Valor total R\$ 45.033,55. Data da assinatura: 14/12/2010. Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico nº 016/2010 - COLIC/STU-JOP/CBTU. Vigência: 12 (doze) meses.

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 29/2010

ESPÉCIE: Registro de Preços 29/2010. Objeto: Aquisição de Equipamentos de Proteção Individual e Coletivo para a STU-JOP/CBTU. CONTRATANTE: Companhia Brasileira de Trens Urbanos - STU-JOP/CBTU. CONTRATADA: UNIFORMIZAR IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE CONFECÇÕES LTDA-ME. Valor global de R\$ 33.217,52. Data da assinatura: 15/12/2010. Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico nº 29/2010 - COLIC/STU-JOP/CBTU. Vigência: 12 (doze) meses.

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 25/2010

ESPÉCIE: Registro de Preços 25/2010. Objeto: Serviço de Recuperação de 03 carros de passageiros PIDNER pertencentes a STU-JOP/CBTU. CONTRATANTE: Companhia Brasileira de Trens Urbanos - STU-JOP/CBTU. CONTRATADA: SERVIMEC SERVIÇOS MECÂNICOS E ELÉTRICOS LTDA-ME. Valor unitário R\$ 264.650,00. Data da assinatura: 13/12/2010. Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico nº 25/2010 - COLIC/STU-JOP/CBTU. Vigência: 12 (doze) meses.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO A REGISTRO DE PREÇOS

ESPÉCIE: Aditivo a Ata de Registro de Preços 04/2010. Objeto: Aquisição de 125 Solda Aluminotérmica para a STU-JOP/CBTU, correspondente a 25% da quantidade registrada. CONTRATANTE: Companhia Brasileira de Trens Urbanos - STU-JOP/CBTU. CONTRATADA: JGF COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA. Valor unitário 129,37. Valor global inicial 64.685,00, com o aditivo no valor de 16.171,25, passa a ter o valor global de R\$ 80.856,25. Data da assinatura: 17/12/2010. Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico nº 04/2010 - COLIC/STU-JOP/CBTU. Vigência: 12 (doze) meses.

AVISOS DE HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2010/COLIC/STU-JOP/CBTU

Considerando que a Licitação sob a forma de Pregão Eletrônico nº 38/2010/COLIC/STU-JOP/CBTU que tem como objeto a aquisição de Conjuntos de Fixações S 75, duplamente elásticas e isolante, por dormente, para montagem de trilhos TR 37 sobre dormentes de concreto, projetado originalmente para bitola métrica trilhos TR-45 teve como ganhadora a empresa DRF DOIS RIOS FERRELAGENS LTDA EPP que ofertou o menor preço unitário no valor global de R\$ 59,84 (cinquenta e nove reais e oitenta e quatro centavos), fundamentado no art. 43, inciso VI da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, homologo o resultado em favor da empresa vencedora.

João Pessoa, 16 de dezembro de 2010

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 27/2010/COLIC/STU-JOP/CBTU

Considerando que a Licitação sob a forma de Pregão Eletrônico nº 27/2010/COLIC/STU-JOP/CBTU que tem como objeto a aquisição de buzina para locomotiva teve como ganhadora a empresa ALBATROZ PEÇAS E EQUIPAMENTOS LTDA EPP que ofertou o menor preço no valor global de R\$ 18.400,00 (dezoito mil e quatrocentos reais), fundamentado no art. 43, inciso VI da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, homologo o resultado em favor da empresa vencedora.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 28/2010/COLIC/STU-JOP/CBTU

Considerando que a Licitação sob a forma de Pregão Eletrônico nº 28/2010/COLIC/STU-JOP/CBTU que tem como objeto a aquisição de elemento de filtro teve como ganhadora a empresa BMP DO BRASIL COMÉRCIO DE PEÇAS LTDA EPP que ofertou o menor preço no valor global de R\$ 6.997,00 (seis mil novecentos e noventa e sete reais), fundamentado no art. 43, inciso VI da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, homologo o resultado em favor das empresas vencedoras.

João Pessoa, 9 de dezembro de 2010
LUCÉLIO CARTAXO PIRES DE SÁ
SuperintendenteEste documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00032011012600081

EMPRESA DE TRENS URBANOS DE PORTO ALEGRE S/A

EXTRATO DE CONTRATO Nº 1.120.085/2010

Contrato firmado com ESTRATOSFERA INDÚSTRIA E MONTAGENS LTDA. OBJETO: Contratação de empresa para retirada de toda e toda antiga e instalação de 1500m² tela nova, recuperação dos trilhos de sustentação e instalação de dois portões no pátio, no valor de R\$ 117.598,00 (cento e dezessete mil quinhentos e noventa e oito reais), conforme especificações, previsões e exigências constantes do Pregão Eletrônico 416/2010, tudo em conformidade com a Lei 8.666/93, consolidada. Processo Administrativo nº 2316/2009. Assinatura: 24/01/2011

EXTRATO DE CONTRATO Nº 1.120.083/2010

Contrato firmado com MARCO ANTÔNIO MARTINS ESTOFARIA ME. OBJETO: Contratação de empresa para serviço de reforma e recuperação de cadeiras, poltronas, bancos e sofás, com fornecimento de material necessário para a execução do objeto de modo a atender às necessidades da Trensurb, no valor de R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais), conforme especificações, previsões e exigências constantes do Pregão Eletrônico 398/2010, tudo em conformidade com a Lei 8.666/93, consolidada. Processo Administrativo nº 2127/2010. Assinatura: 25/01/2011

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 8.080.060/2009-A

Segundo Termo Aditivo firmado com a empresa FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS - FIPE. OBJETO: Aditar o contrato originário para prorrogar o prazo por mais 6 (seis) meses, a contar de 04 de janeiro de 2011, sem qualquer custo adicional, consoante permissivo legal contido no Art. 65, II, da Lei 8.666/93, consolidada. Processo Administrativo nº 1512/2009. Assinatura: 04/01/2011

AVISOS DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 3/2011

A Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A - TREN-SURB, vinculada ao Ministério das Cidades, torna público para fins de conhecimento dos interessados que no dia 11 de fevereiro de 2011, às 08:30h se dará a abertura de propostas do pregão em epígrafe e às 09h terá início a disputa em sessão pública. OBJETO: cordão lateral terminal cobre eletrolítico estanhado, de acordo com as especificações e quantidades constantes no Edital e seus Anexos. Limite para recebimento de propostas até às 08h na mesma data da Licitação no site www.licitacoes-e.com.br. Maiores informações pelo fone (51) 3363-8344 ou pelo site www.trensurb.gov.br. Processo nº 071/2011.

Porto Alegre, 25 de fevereiro de 2011.
LUCIANO DA SILVA OLIVEIRA
Pregueiro

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 6/2011

A Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A, vinculada ao Ministério das Cidades, torna público para fins de conhecimento dos interessados que no dia 12 de fevereiro de 2011, às 08h30h se dará a abertura de propostas do pregão em epígrafe e às 09h terá início a disputa em sessão pública. OBJETO: AQUISIÇÃO DE CABO DE COBRE ESTANHADO de acordo com as especificações constantes no Anexo 01 do edital. Limite para recebimento de propostas até às 08h30h na mesma data da Licitação no site www.licitacoes-e.com.br. Maiores informações pelo fone (51) 3363-8246 ou pelo site www.trensurb.gov.br. Processo nº 0068/2010.

Ministério das Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

AVISOS

A Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria MC nº 432, de 24 de julho de 2009, publicada no DOU de 27/07/2009, e suas alterações, em conformidade com o(s) Edital(s), torna público que a sessão para a abertura dos envelopes contendo as Propostas de Preços das Proponentes classificadas, será realizada no seguinte endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Sobreloja - sala 110, Ed. Sede, Brasília/DF, de acordo com o indicado no quadro abaixo. Ficam convocados os participantes da licitação, bem como convidados demais interessados para acompanhar os trabalhos.

Data da Reunião	Horário(s)	Concorrência(s) Nº	Localidade(s)	UF
01/02/2011	09h30	022/1997 SFO/MC	Catanduvas.	SC
		002/2010 CEL/MC	Cambuí.	MG
		003/2010 CEL/MC	Campanha.	MG

A Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria MC nº 432, de 24 de julho de 2009, publicada no DOU de 27/07/2009, convoca a licitante RÁDIO ULTRA FM LTDA. a se manifestar, no prazo de 10 (dez) dias, quanto a certidões que apontam hipóteses de violação aos limites de outorga impostos pelo art. 12, inciso I, alínea "a", do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, nas localidades e Concorrências indicadas no Anexo Único.

Os autos dos processos estarão disponíveis na Secretaria da Comissão Especial de Licitação, no seguinte endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Ed. Sede, Sobreloja - Sala 101, Brasília/DF, sendo que a contagem do prazo terá início a partir do primeiro dia útil seguinte à presente publicação, a teor do §5º do art. 109 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL

09 SET 2011

Comunicações
223
RUBRICAS
CEL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 12/2011

A Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A, vinculada ao Ministério das Cidades, torna público para fins de conhecimento dos interessados que no dia 10 de fevereiro de 2011, às 13h30h se dará a abertura de propostas do pregão em epígrafe e às 14h terá início a disputa em sessão pública. OBJETO: AQUISIÇÃO DE ADESIVO VINIL de acordo com as especificações constantes no Anexo 01 do edital. Limite para recebimento de propostas até às 13h30h na mesma data da Licitação no site www.licitacoes-e.com.br. Maiores informações pelo fone (51) 3363-8246 ou pelo site www.trensurb.gov.br. Processo nº 0097/2010.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 4/2011

A Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A - TREN-SURB, vinculada ao Ministério das Cidades, torna público para fins de conhecimento dos interessados que no dia 12 de fevereiro de 2011, às 13:30h se dará a abertura de propostas do pregão em epígrafe e às 14h terá início a disputa em sessão pública. OBJETO: grampo tipo R, de acordo com as especificações e quantidades constantes no Edital e seus Anexos. Limite para recebimento de propostas até às 13h na mesma data da Licitação no site www.licitacoes-e.com.br. Maiores informações pelo fone (51) 3363-8344 ou pelo site www.trensurb.gov.br. Processo nº 085/2011.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 7/2011

A Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A, vinculada ao Ministério das Cidades, torna público para fins de conhecimento dos interessados que no dia 10 de fevereiro de 2011, às 08h30h se dará a abertura de propostas do pregão em epígrafe e às 09h terá início a disputa em sessão pública. OBJETO: AQUISIÇÃO DE BATERIA PARA RÁDIO HT MOTOROLA de acordo com as especificações constantes no Anexo 01 do edital. Limite para recebimento de propostas até às 08h30h na mesma data da Licitação no site www.licitacoes-e.com.br. Maiores informações pelo fone (51) 3363-8246 ou pelo site www.trensurb.gov.br. Processo nº 0100/2010.

Porto Alegre, 25 de janeiro de 2010.
GABRIEL GROSS D'AMICO
Pregueiro

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 21/2011

A Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A - TREN-SURB, vinculada ao Ministério das Cidades, torna público para fins de conhecimento dos interessados que no dia 11 de fevereiro de 2011, às 13:30h se dará a abertura de propostas do pregão em epígrafe e às 14h terá início a disputa em sessão pública. OBJETO: vedação p/caixa de engrenagens, de acordo com as especificações e quantidades constantes no Edital e seus Anexos. Limite para recebimento de propostas até às 13h na mesma data da Licitação no site www.licitacoes-e.com.br. Maiores informações pelo fone (51) 3363-8344 ou pelo site www.trensurb.gov.br. Processo nº 152/2011.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 22/2011

A Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A - TREN-SURB, vinculada ao Ministério das Cidades, torna público para fins de conhecimento dos interessados que no dia 09 de fevereiro de 2011, às 08:30h se dará a abertura de propostas do pregão em epígrafe e às 09h terá início a disputa em sessão pública. OBJETO: luva acoplamento macho e bucha latão, de acordo com as especificações e quantidades constantes no Edital e seus Anexos. Limite para recebimento de propostas até às 08h na mesma data da Licitação no site www.licitacoes-e.com.br. Maiores informações pelo fone (51) 3363-8344 ou pelo site www.trensurb.gov.br. Processo nº 161/2011.

Porto Alegre, 25 de fevereiro de 2011.
LUCIANO DA SILVA OLIVEIRA
Pregueiro

CONJUNTO Nº 3 - PROPOSTA DE PREÇO PELA OUTORGA Edital da Concorrência nº 03/2010 - CEL/MC SERVIÇO DE RÁDIODIFUSÃO
LOCALIDADE DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO: Campanha - MG
RAZÃO SOCIAL DA PROPONENTE: RÁDIO E TELEVISÃO SÉCULO 21 LTDA.
<u>Conteúdo:</u> Conjunto nº 3: Proposta de Preço pela Outorga.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL
09 SET 2011

CEL
100
100

Proposta de Preço pela Outorga

Campanha - MG

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL
09 SET 2011

**RÁDIO E TELEVISÃO
SÉCULO 21 LTDA.**

[Handwritten signatures and initials]

Erika M. Domenici
CEL - MC

The image shows a document with several handwritten signatures and stamps. In the top left, there is a large, stylized signature. In the top right, there is a signature that appears to be 'M. J.' with a large 'J'. In the center, there is a signature that looks like 'M. J.' with a large 'J'. In the bottom left, there is a signature that looks like 'M. J.' with a large 'J'. In the bottom right, there is a signature that looks like 'M. J.' with a large 'J'. Below the signature in the bottom right, there is a stamp that reads 'Eriko M. Domenic' and 'CEL - MC'.

Proposta de Preço pela Outorga

Proposta sintética do Preço pela Outorga.

1. Razão Social da Proponente: **RÁDIO E TELEVISÃO SÉCULO 21 LTDA.**
2. CNPJ/MF: 11.250.856/0001-31
3. Edital de Concorrência nº. **03/2010-CEL/MC**
4. Serviço de **Rádiodifusão de Sons e Imagens (TV)**
5. Localidade: **Campanha** UF: **MG**
6. Valor Proposto: **R\$ 4.770.820,80 (Quatro milhões e setecentos e setenta mil e oitocentos e vinte reais e oitenta centavos)**

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL
09 SET 2011

1ª Parcela: **R\$ 2.385.410,40 (Dois milhões, trezentos e oitenta e cinco mil e quatrocentos e dez reais e quarenta centavos)**




2ª Parcela: **R\$ 2.385.410,40 (Dois milhões, trezentos e oitenta e cinco mil e quatrocentos e dez reais e quarenta centavos)**

Valinhos - SP, 20 de abril de 2010.


RINALDO STECANELA OLIVEIRA

Dirigente

CPF nº. 613.359.249-49




Erick M. Domencis
CEL - MC



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO



ATA DE REUNIÃO Nº 009/2011

SESSÃO DE ABERTURA DE INVÓLUCRO(S) E JULGAMENTO DE PROPOSTA(S)
DE PREÇO(S).

CONCORRÊNCIA Nº 003/2010/CEL/MC

SERVIÇO: TV – CANAL: 50 – CLASSE: C – GRUPO: A

PREÇO MINIMO R\$ 479.886,40

LOCALIDADE(S): CAMPANHA/MG

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL

09 SET 2011

Em 01 de fevereiro de 2011, às 09h30 (nove horas e trinta), na sala de Reunião da Comissão Especial de Licitação - CEL/MC, situada na sobreloja, sala 110 do Edifício sede do Ministério das Comunicações, Bloco "R" da Esplanada dos Ministérios, nesta cidade de Brasília, Distrito Federal, reuniu-se a Comissão Especial de Licitação, instituída por meio da Portaria MC nº 432, de 24/07/09, publicada no DOU de 27/07/2009, e suas alterações, com a participação de seu Presidente, Alvimar Bertrand D. G. de Macêdo, Vice-Presidente, Eriko Mendes Domenici e dos membros Edmar de Freitas Machado (ausência justificada) e José Adilson Bezerra Torquato, com o objetivo de realizar a **abertura do(s) invólucro(s) contendo as proposta(s) de preço(s) da(s) proponente(s) classificada(s) na Concorrência nº 003/2010-CEL/MC**, que visa à outorga de permissão para a exploração do serviço de sons e imagens (TV), na localidade de **CAMPANHA/MG**, conforme convocação publicada no DOU de 26/01/2011, Número 18, Seção "3", Página 81, para sessão de abertura e julgamento de propostas de preço em 01/02/2011, sendo desenvolvidas as atividades a seguir; (1) Assinatura das listas de presença das proponentes e do público que serão anexadas a presente Ata. (2) Conferência do malote de cor verde tipo *snapseal* sob o n.º 0005043, sendo constatada a sua integridade. (3) Abertura do malote e conferência do envelope tipo *starlock* de números 4592113, sendo constatada sua integridade. (4) Abertura do envelope plástico citado e conferência dos invólucros contendo as propostas de preços dos licitantes; sendo constatada a integridade de todos eles. (5) Abertura do(s) invólucro(s) lacrado(s) contendo a(s) proposta(s) de preço(s) da(s) seguinte(s) empresa(s): EMPRESA DE RADIODIFUSÃO CONQUISTA LTDA., Processo nº 53000.019792/10, RÁDIO E TELEVISÃO SÉCULO 21 LTDA., Processo nº 53000.019793/10, FÊNIX RADIODIFUSÃO E PRODUÇÕES LTDA., Processo nº 53000.019794/10, RF TECNOLOGIA E PARTICIPAÇÕES LTDA., Processo nº 53000.019796/10, (6) A documentação foi rubricada por todos os membros da Comissão Especial de Licitação e público presente. (7) Apuração e registro em planilha eletrônica do(s) valor(es) ofertado(s) pela outorga na(s) localidade(s) conforme segue: EMPRESA DE RADIODIFUSÃO CONQUISTA LTDA., R\$ 3.400.000,00 (três milhões e quatrocentos mil reais), RÁDIO E TELEVISÃO SÉCULO 21 LTDA., R\$ 4.770.820,80 (quatro milhões setecentos e setenta mil e oitocentos e vinte reais e oitenta centavos), FÊNIX RADIODIFUSÃO E PRODUÇÕES LTDA., R\$ 2.138.000,00 (dois milhões cento e trinta e oito mil reais), RF TECNOLOGIA E PARTICIPAÇÕES LTDA., R\$ 1.502.000,00 (um milhão e quinhentos e dois mil reais). (7) Impressão, leitura e aprovação do documento denominado "**Classificação das Proponentes (Média Ponderada)**", que segue em



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

Comunicações
nº 229
Folha 4
CEL. 730

anexo, que aponta o **Valor da Média Ponderada (VP) da Pontuação da Proposta Técnica (PT) e da Proposta de Preço pela Outorga (PP)** de cada proponente. (8) A Comissão Especial de Licitação, **por unanimidade de votos**, propôs como vencedora a concorrente que obteve o maior **Valor Ponderado (VP)** na localidade, conforme a seguir discriminado: **RÁDIO E TELEVISÃO SÉCULO 21 LTDA.** (9) O Sr. Presidente determinou que fosse(m) registrada(s) em Ata a(s) seguinte(s) intercorrência(s): **a)** após o encerramento da sessão as demais propostas técnicas e de preço das proponentes inabilitadas foram acondicionadas no envelope tipo **starlock** sob o nº 4592097. Nada mais havendo a acrescentar, o Presidente deu por encerrada a presente sessão às 09h55 (nove horas e cinquenta e cinco minutos), sendo lavrada a presente Ata que, lida e achada conforme, vai assinada pelo Presidente, Vice-Presidente e membros Titulares da Comissão.


ALVIMAR BERTRAND D. G. DE MACÊDO
Presidente

AUSENTE
EDMAR DE FREITAS MACHADO
Titular


ERIKO MENDES DOMENICI
Vice-Presidente


JOSÉ ADILSON BEZERRA TORQUATO
Titular

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL
09 SET 2011



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO – CEL

FOLHA Nº 01/01

CONCORRÊNCIA Nº 003/2010–CEL/MC

SESSÃO DE ABERTURA DE PROPOSTA(S) DE PREÇO

LISTA DE PRESENÇA DE PROPONENTES

DATA: 01/02/2011

SERVIÇO : SONS E IMAGENS (TV)

LOCALIDADE : CAMPANHA/MG

Razão Social da Proponente	Nome do representante legal ou Procurador	Assinatura	Rubrica	RG nº/UF	Cargo
RADIO E TELEVISÃO SÉCULO 21 LTDA.	ANDRÉ AUGUSTA BONNA NOGUEIRA			1494048-DF	Sócio/Acionista () Procurador (X)
					Sócio/Acionista () Procurador ()
					Sócio/Acionista () Procurador ()
					Sócio/Acionista () Procurador ()
					Sócio/Acionista () Procurador ()
					Sócio/Acionista () Procurador ()
					Sócio/Acionista () Procurador ()

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL
09 SET 2011

Comunicações
Fls. 230
Rubrica
730



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO – CEL

CONCORRÊNCIA Nº 003/2010–CEL/MC

SESSÃO DE ABERTURA DE PROPOSTA(S) TÉCNICA(S)

LISTA DE PRESENÇA DE PÚBLICO

DATA: 01/02/2011

SERVIÇO: SONS E IMAGENS (TV)

LOCALIDADE(S): CAMPANHA/MG

Nome	RG nº/UF	Rubrica
maio brian domi?	14.966.87-5.	mk.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL
09 SET 2011

Comunicações
09/02/2011
Rubrica
730



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

CLASSIFICAÇÃO DAS PROPONENTES
(Média Ponderada)

Concorrência : 003 / 2010

Preço Mínimo : 476.886,40

Serviço : TV

Grupo : A

Localidade : CAMPANHA

UF : MG

Nº Processo	Razão Social	Valor ofertado	(PT)	(PP)	(VP)
53000.019793/2010	Rádio e Televisão Século 21 Ltda.	4.770.820,80	100,00000	95,00205	99,50021
53000.019792/2010	Empresa de Radiodifusão Conquista Ltda.	3.400.000,00	100,00000	92,98696	99,29870
53000.019794/2010	Fênix Radiodifusão e Produções Ltda.	2.138.000,00	100,00000	88,84737	98,88474
53000.019796/2010	RF Tecnologia e Participações Ltda.	1.502.000,00	100,00000	84,12495	98,41250

Alvimar Bertrand D. G. de Macêdo
Presidente

Edmar Freitas Machado
Membro

Eriko Mendes Domenici
Vice-Presidente

José Adilson Bezerra Torquato
Membro

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL

09 SET 2011



09h00 às 17h00. ENDEREÇO: Rua do Resende 128 sala 305 Centro - RIO DE JANEIRO - RJ. Entrega das Propostas: a partir de 03/02/2011 às 09h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 16/02/2011 às 09h00 no site www.comprasnet.gov.br. Informações Gerais: Acessar os sites www.comprasnet.gov.br ou www.inca.gov.br para retirada do edital.

NELSON DOS SANTOS
Pregoeiro

(SIDEC - 01/02/2011) 250052-00001-2011NE800003

**AVISO DE REABERTURA DE PRAZO
PREGÃO Nº 19/2011**

Comunicamos a reabertura de prazo da licitação supracitada, publicada no D.O. de 13/01/2011. OBJETO: PREGÃO ELETRÔNICO Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de telefonia fixa comutada (STFC) para diversos endereços do INCA que incluem fornecimento de STFC fixo-fixo, STFC fixo móvel (VCI) linhas individuais e serviço de internet banda larga. Novo Edital: 02/02/2011 das 09h00 às 17h00. Endereço: Rua do Resende nº 128 - Sala 302 - Centro - RIO DE JANEIRO - RJ Entrega das Propostas: a partir de 02/02/2011 às 09h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 24/02/2011, às 09h00 no site www.comprasnet.gov.br.

NELSON DOS SANTOS
Pregoeiro

(SIDEC - 01/02/2011) 250052-00001-2011NE800003

**SECRETARIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
INSTITUTO EVANDRO CHAGAS**

EXTRATO DE CONTRATO Nº 4/2011

Nº Processo: 25209008765200929. Contratante: MINISTÉRIO DA SAÚDE - CNPJ Contratado: 69204832000126. Contratado: RAD-CHROM ANALITICA COMERCIO E -ASSESSORIA TECNICA LTDA. Objeto: Aquisição de analisadores de fluxo FlowCam® VS IS (um portátil e outro de bancada), conforme especificações do PBS SAMAM nº 86/2009. Fundamento Legal: Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores. Vigência: 25/01/2011 a 25/04/2011. Valor Total: R\$3795.300,00. Fonte: 151000000 - 2010NE901413. Data de Assinatura: 25/01/2011.

(SICON - 01/02/2011)

Ministério das Cidades

**SECRETARIA EXECUTIVA
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO**

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PROCESSO Nº 80001.035170/2007-19 - ESPÉCIE: Terceiro Termo Aditivo ao Contrato nº 07/2007 CONTRATANTE: Ministério das Cidades por meio do Departamento Nacional de Trânsito, CNPJ 05.465.986/0001-99. CONTRATADO: Centro de Pesquisas Avançadas Wernher von Braun, CNPJ 04.783.281/0001-57. OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto alterar a CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA que trata da vigência do Contrato nº 07/2007. VIGÊNCIA: O presente Contrato terá sua vigência prorrogada, com início em 26 de janeiro de 2011 e término em 25 de janeiro de 2012. DATA DA ASSINATURA: 24/01/2011. SIGNATÁRIOS: ORLANDO MOREIRA DA SILVA, Diretor Substituto do Departamento Nacional de Trânsito, pelo CONTRATANTE; DARIO SASSI THOBER, Diretor Técnico do Wernher von Braun, pelo CONTRATADO.

**COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS
SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS
DE BELO HORIZONTE**

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Termo Aditivo Nº 1 Contrato Nº 007/Cbtu/STU-Bh/2009. Contratante: Companhia Brasileira de Trens Urbanos - Cbtu. Contratada: Cn2b Agência de Design Ltda. Objeto: Prorrogação de Prazo. Fundamento Legal: art. 57, II da Lei nº 8.666/93. PROCESSO: PRC-3090/2010. DATA DE ASSINATURA: 24.01.11. SIGNATÁRIOS: Pela CBTU - Luiz Ayres de Lima Neto e Lúcio César Nascimento. Pela CONTRATADA: Rodrigo Gouveia de Oliveira.

**SUPERINTENDÊNCIA DE TRENS URBANOS
DE JOÃO PESSOA**

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 22/2010

ESPÉCIE: Registro de Preços 22/2010. Objeto: Aquisição de Laminas de Serra para a STU-JOP/CBTU. CONTRATANTE: Companhia Brasileira de Trens Urbanos - STU-JOP/CBTU. CONTRATA: MAXXLUUBRI LUBRIFICANTES E FERRAMENTAS LTDA. Valor total R\$ 9.848,00. Data da assinatura: 15/12/2010. Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico nº 22/2010 - COLIC/STU-JOP/CBTU. Vigência: 12 (doze) meses.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00032011020200089

**EMPRESA DE TRENS URBANOS DE
PORTO ALEGRE S/A**

EXTRATO DE CONTRATO Nº 1.120.078/2010

Contrato firmado com ESTRATOSFERA INDÚSTRIA E MONTAGENS LTDA. OBJETO: Contratação de empresa para execução de serviço de recuperação de escadas fixas metálicas, no valor de R\$ 47.499,00 (quarenta e sete mil quatrocentos e noventa e nove reais), conforme especificações, previsões e exigências constantes do Pregão Eletrônico 449/2010, tudo em conformidade com a Lei 8.666/93, consolidada. Processo Administrativo nº 2472/2010. Assinatura: 31/01/2011

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 1.110.004/2009-A

Primeiro Termo Aditivo firmado com a empresa DFE - ERGONOMIA DE PRODUTOS, PROCESSOS E AMBIENTES LTDA. OBJETO: Aditar o contrato originário para prorrogar o prazo de vigência por mais 18 (dezoito) meses, a contar de 01 de janeiro de 2011, sem acréscimo financeiro, consoante permissivo legal contido no Art. 65, II, da Lei 8.666/93, consolidada. Processo Administrativo nº 0447/2008. Assinatura: 30/12/2010

**AVISOS DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 8/2011**

A Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A, vinculada ao Ministério das Cidades, torna público para fins de conhecimento dos interessados que no dia 16 de fevereiro de 2011, às 08h30h se dará a abertura de propostas do pregão em epígrafe e às 09h terá início a disputa em sessão pública. OBJETO: AQUISIÇÃO DE PLACA DE DESGASTE AMBATEX de acordo com as especificações constantes no Anexo 01 do edital. Limite para recebimento de propostas até às 08h 30h na mesma data da Licitação no site www.licitacoes-e.com.br. Maiores informações pelo fone (51) 3363-8246 ou pelo site www.trensurb.gov.br. Processo nº 0098/2010.

Ministério das Comunicações

**GABINETE DO MINISTRO
RESULTADOS DE JULGAMENTOS**

A Comissão Especial de Licitação, constituída pela Portaria MC nº 432, de 24 de julho de 2009, publicada no DOU de 27/07/2009, e suas alterações, em conformidade com o Edital de Licitação, torna público os resultados da pontuação das Propostas de Preços para a Licitação (PP) e do Valor Ponderado (VP) atribuído a cada licitante da(s) Concorrência(s) conforme Anexo(s).

Os autos dos processos estarão com vista franqueada na Comissão Especial de Licitação, no seguinte endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Sobrelajeiro - sala 101, Ed. Sede, Brasília/DF, local este onde deverão ser protocolizados os eventuais recursos. A contagem do prazo de cinco dias úteis, para a interposição de eventuais recursos, dar-se-á a partir desta publicação, conforme o subitem 13.6 do Edital, bem como nos termos do artigo 109, inciso I, alínea "b" e "c" e §5º e artigo 110, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Brasília - DF, 1º de fevereiro de 2011.
ALVIMAR BERTRAND D. G. DE MACÊDO
Presidente da Comissão

ANEXO I

Concorrência n.º 022/1997-SFO/MC, Localidade de Catanduvas/SC.

Processo Nº	Proponente(s)	Valor Ofertado	Serviço	PP	VP
\$3790.000170/97	Rádio Pinhal Ltda.	12.000,00	FM	87.500	98.750

ANEXO II

Concorrência n.º 002/2010-CEL/MC, Localidade de Cambul/MG.

Processo Nº	Proponente(s)	Valor Ofertado	Serviço	PP	VP
\$3000.019468/10	SM Radiodifusão Ltda.	8.400.000,00	TV	96.39460	99.63946
\$3000.019463/10	Guarani Radiodifusão Ltda.	8.280.000,00	TV	96.34235	99.63424
\$3000.019466/10	GOTOTV Televisão Ltda.	7.135.000,00	TV	95.75539	99.57554
\$3000.032021/10	Empresa de Radiodifusão Conquista Ltda.	3.600.000,00	TV	91.58741	99.15874
\$3000.032010/10	Central Técnica Prestação de Serviços Ltda.	2.577.700,00	TV	88.25103	98.82510

ANEXO III

Concorrência n.º 003/2010-CEL/MC, Localidade de Campanha/MG.

Processo Nº	Proponente(s)	Valor Ofertado	Serviço	PP	VP
\$3000.019793/10	Rádio e Televisão Século 21 Ltda.	4.770.820,80	TV	95.00205	99.50021
\$3000.019792/10	Empresa de Radiodifusão Conquista Ltda.	3.400.000,00	TV	92.98696	99.29870
\$3000.019794/10	Fênix Radiodifusão e Produções Ltda.	2.138.000,00	TV	88.84737	98.88474
\$3000.019796/10	RF Tecnolgin e Participações Ltda.	1.502.000,00	TV	84.12495	98.41250

**AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES
SUPERINTENDÊNCIA DE RADIOFREQUÊNCIA
E FISCALIZAÇÃO
GERÊNCIA-GERAL DE FISCALIZAÇÃO
ESCRITÓRIO REGIONAL DO PARÁ**

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Fica JOSE ROBERTO SILVA SANTOS, portador do CPF 814108322-87, tendo em vista a impossibilidade de notificação postal e por se encontrar em local incerto e não sabido, NOTIFICADO pelo pre-

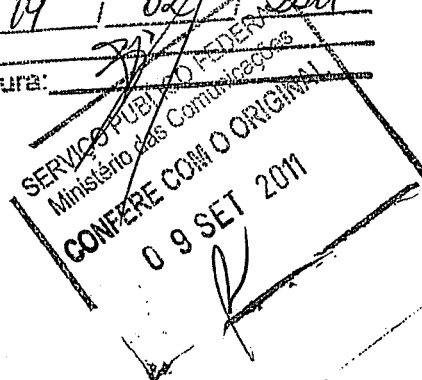
sente Edital, conforme art. 65, parágrafo único, do Regimento Interno da Agência Nacional de Telecomunicações, aprovado pela Resolução nº 270/01, que nos autos do processo nº 53569000732/2010 foi exarado o Despacho nº 11461/2010, que negou provimento ao recurso e manteve a sanção de Multa aplicada. Observado o disposto no art. 82, § 5º do RI da Anatel, fica facultada a interposição de recurso no prazo de 10 (dez) dias, após o que, o despacho será publicado no DOU, passando a ser, a referida sanção, considerada como agravante conforme prevê o art.178 da Lei 9.472/97.

JOÃO ALBERTO REIS LUIZ
Gerente

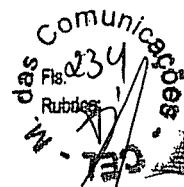
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Nesta data anexei aos autos do processo de
nº 53000.019793/2010 a documentação
a seguir constituída de 08 folhas,
que assim numerai: 0239 / 0241

Data: 14 / 02 / 2011
Nome: [assinatura]
Assinatura: [assinatura]

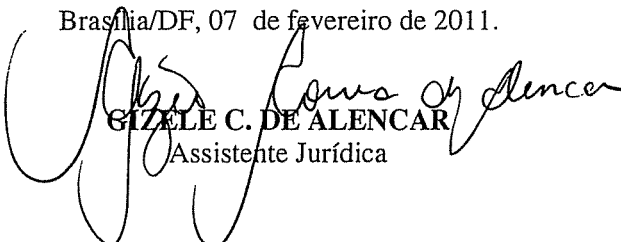


CERTIDÃO



Conforme a Ordem de Serviço Conjunta SSCE/CONJUR n.º 1, de 03 de novembro de 2004 – art. 2º, inciso I, alínea “d” – certifico que não há no processo n.º 53000.019793/2010-87- RADIO E TELEVISÃO SÉCULO 21 LTDA. - pendência de recurso sem apreciação pela Comissão Especial de Licitação.

Brasília/DF, 07 de fevereiro de 2011.


GIZELE C. DE ALENCAR
Assistente Jurídica

De acordo. Encaminhe-se o processo à douta Consultoria Jurídica, para providências de sua alçada.
Em 14 de fevereiro de 2011.


ALVIMAR BERTRAND D. G. DE MACÊDO
Presidente da Comissão Especial de Licitação

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL

09 SET 2011



[Início](#) [Links](#) [Fale Conosco](#) [Mapa do Site](#)

Você está em: [Início](#) > [Consultas](#) > [Processos](#)

Processos

Nenhuma Parte Encontrada para essa pesquisa !!!

[Buscar Processos](#)

[Nova Pesquisa](#)

Em caso de dúvidas, fale conosco:
Seção de Informação Processual
(61) 3319-8410, 3319-8411, 3319-8412 e 3319-8225
informacao.processual@stj.jus.br

Avalie este serviço:

Informações processuais

- ☐ Ótimo
☐ Bom
☐ Ruim
☐ Péssimo

[Votar](#)

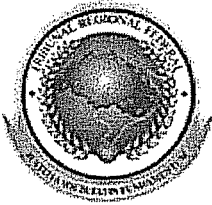
SAFS - Quadra 06 - Lote 01 - Trecho III, CEP: 70.095-900, Brasília - DF
Telefone: (61) 3319-8000 Fax: (61) 3319-8700 - Informações Processuais: (61) 3319.8410
© 1996-2006 - Superior Tribunal de Justiça. Todos os direitos reservados. Reprodução permitida se citada a fonte.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL
09 SET 2011

07/02/2011

.: Tribunal Regional Federal da 1ª Re...



Institucional Judicial Publicações Formulários Administrativos Setor de Serviços

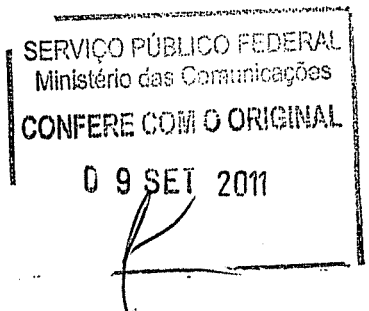
Consulta Processual pelo CPF/CNPJ da Parte

Argumento informado: 11.250.856/0001-31

Fls. 236
Rubrica
720

Nenhuma parte encontrada com o argumento informado: "11.250.856/0001-31".

Emitido pelo site www.trf1.gov.br em 07/02/2011 às 09:03:29



07/02/2011

.: Tribunal Regional Federal da 1ª Re...



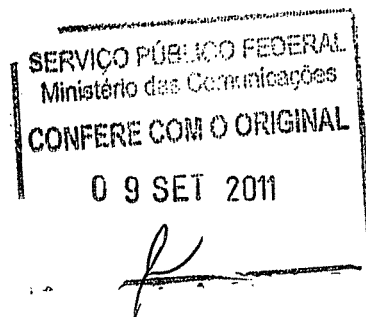
Seção Judiciária do Distrito Federal
Consulta Processual

Tipo de Pesquisa: Consulta de processos pelo CPF/CNPJ

Argumento Pesquisado: 11.250.856/0001-31

Nenhum processo encontrado com o argumento informado: "11.250.856/0001-31".

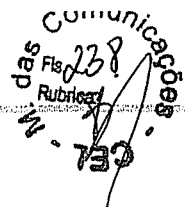
Emitido pelo site www.trf1.gov.br em 07/02/2011 às 09:04:22



07/02/2011

Tribunal Regional Federal da 3ª Regiã...

Consulta TRF3R



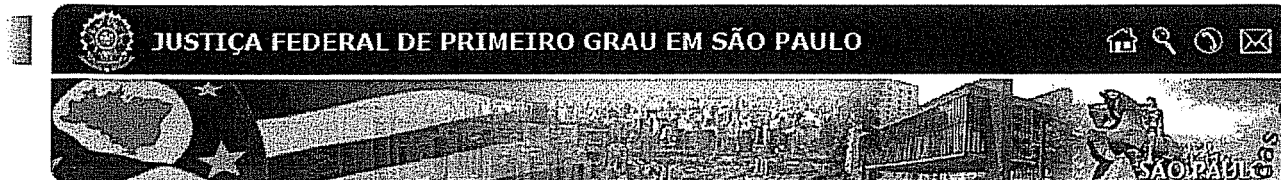
Não foram localizados processos que satisfaçam as condições de pesquisa abaixo:

CPF/CGC da Parte: 11250856000131

ATENÇÃO: O presente andamento processual reflete a posição constante em nossa base de dados até 07/02/2011

[Página : de 0]



[Institucional »](#)[Consulta Processual »](#)[» Consulta Processual » Fóruns Federais](#)**Fóruns Federais**[- Fóruns Federais](#)[- Juizado Especial Federal](#)[Consulta Processual 1º grau - SJSP e SJMS](#)[» Sistema Push](#)[» Certidões](#)

O Sistema não Encontrou processos que atendam aos critérios informados.

[» Fóruns e Juizados »](#)

Processo

Classe

Secretaria

Situação

Num

[» Concursos »](#)[» Imprensa](#)[» Transparência](#)[» Extranet](#)[» Mais Serviços »](#)[Nova Consulta](#)[Abandona](#)[<<](#)[>>](#)

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL

09 SET 2011

JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU EM SÃO PAULO
site desenvolvido por NUCS-JFSP com apoio técnico da Secretaria de Informática TRF 3ª Região
observação: alguns links de conteúdo e sistemas deste endereço estão vinculados ao site do TRF 3ª Região

07/02/2011

SISCOM - SISTEMA DE INFORMAÇÃO DOS SERVIÇOS DE...

Ministério das Comunicações

Destaque do Gove



Agência Nacional
de Telecomunicações

Sistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SISCOM :: Sistema de Informação dos Serviços de Comunicação de Massa | [menu](#) [ajuda](#)

Dados da consulta

Consulta

Criar Arquivo Texto

Criar Arquivo Texto (ANEXO)

UF: MG

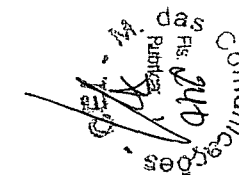
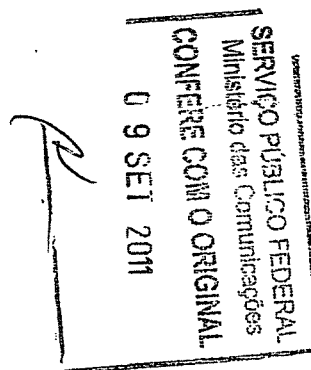
SERVIÇO: TV

Entidade	Latitude	Longitude	Canal	Azimute	ERP (KW)	ERP Máx. (KW)	Obs.
Localidade: CAMPANHA (Concorrência: 3/2010)	21S501000	45W240200	50			0,4010	

Usuário: - Data: 07/02/2011 Hora: 09:11:44

Registro 1 até 1 de 1 registros

Página: [1] [Ir] [Reg]



Ministério das Comunicações

Destaques do Governo

**ANATEL**Agência
de TelecomunicaçõesSistemas
Interativos

Menu Principal ▾

SRD » Consultas » Técnicos » **Plano Básico** | menu ajuda

Tela Inicial



Resultado da Consulta

Plano Básico - TV

Cambuí/MG

Canal	Classe	Entidade	Localidade	Fase	Situação
39	C	(Concorrência: 2/2010)		0	

Usuário: - Data: 07/02/2011 Hora: 09:20:06

Registro 1 até 1 de 1 registros

Página: [1] [Ir] [Reg]





ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA – CGCE

PARECER Nº 0941/2011/SJL/CGCE/CONJUR-MC/CGU/AGU

PROCESSO PRINCIPAL Nº 53000.007347/2010-20

EMENTA: Concorrência Nº 003/2010 – CEL/MC. Concessão de Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, para a localidade de Campanha, no Estado de Minas Gerais.

Análise do procedimento licitatório objeto do Edital de Concorrência nº 003/2010-CEL/MC: pela **HOMOLOGAÇÃO** do certame para a localidade de Campanha, no Estado de Minas Gerais, com adjudicação do objeto (outorga de concessão para a exploração do serviço de radiodifusão de sons e imagens) à entidade **RÁDIO E TELEVISÃO SÉCULO 21 LTDA**.

CONFERE COM O ORIGINAL

09 SET 2011

Senhora Coordenadora,

A Comissão Permanente de Licitação de Serviços de Radiodifusão encaminha para exame e parecer desta Consultoria Jurídica, por intermédio do Memo. Nº 038/2011/CEL/MC, os processos da Concorrência nº 003/2010 - CEL/MC em referência, contendo a documentação e as propostas das licitantes que participaram do referido procedimento licitatório, para a localidade de Campanha, no Estado de Minas Gerais.

2. O resultado da habilitação do certame foi publicado em 30.04.2010 (fl. 45 do processo principal), após o que foi concedida a oportunidade para interposição de recursos e impugnações; em momento seguinte, foram os autos remetidos a esta CONJUR, ocasião em que foi elaborado o PARECER Nº 0916-2.21/2010/CLL/CGAA/CONJUR-MC/AGU (fls. 50/55). Acolhidas as razões da citada peça pelo Exmo. Ministro de Estado das Comunicações, restou publicado o Despacho de fl. 58 (DOU de 07.12.2010).

3. Em momento posterior, deu-se o julgamento das propostas técnicas, cujo resultado foi publicado em 17.01.2010 (fl. 69). Em seguida, adveio a abertura dos envelopes com as propostas de preços, resultando no julgamento de fl. 76 (DOU 02.02.2011), oportunidade em que se sagrou em primeiro lugar a entidade **RÁDIO E TELEVISÃO SÉCULO 21 LTDA**. (Processo nº 53000/019793/2010).

4. Certifica-se, portanto, que o procedimento se encontra na fase de homologação, a qual corresponde à manifestação de concordância da autoridade competente com os atos até então praticados pela Comissão. Essa concordância se refere a

dois aspectos, a saber: legalidade dos atos praticados pela referida Comissão e a conveniência de ser mantida a licitação.

5. No que tange à conveniência da manutenção da licitação, por ser aspecto afeto ao juízo da autoridade, ressalva-se que, caso se entenda pela inconveniência, deverá a licitação ser revogada, desde que preenchidos os requisitos estabelecidos pelo art. 49 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, *in verbis*:

Art. 49. A autoridade competente para a aprovação do procedimento somente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

§ 1º A anulação do procedimento licitatório por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 59 desta Lei.

§ 2º A nulidade do procedimento licitatório induz à do contrato, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 59 desta Lei.

§ 3º No caso de desfazimento do processo licitatório, fica assegurado o contraditório e a ampla defesa.

§ 4º O disposto neste artigo e seus parágrafos aplica-se aos atos do procedimento de dispensa e de inexigibilidade de licitação.

6. Deste modo, é importante observar que a revogação, nos termos da própria lei, somente será possível se existir motivo superveniente suficiente a justificar tal conduta, nos termos do que preleciona MARÇAL JUSTEN FILHO¹:

Ao determinar a instauração da licitação, a Administração realiza juízo de conveniência acerca do futuro contrato. Esse juízo é confirmado quando da elaboração e aprovação do ato convocatório. No momento final da licitação, após apurada a classificação, exercita-se novo juízo de conveniência. Não se trata, porém, do mesmo juízo. Exercita-se sobre suportes fáticos distintos. Vale dizer, a Lei reconhece um condicionamento à revogação. A Administração pode desfazer seus próprios atos, a qualquer tempo, tendo em vista avaliação de sua inconveniência. Tendo concluído que o ato é conveniente e determinado sua prática ou manutenção, a Administração se vincula a essa decisão. Poderá revê-la desde que existam circunstâncias novas, inexistentes ou desconhecidas à época anterior. Logo, não se admite que a Administração julgue, posteriormente, que era inconveniente precisamente a mesma situação que fora reputada conveniente em momento pretérito.

7. Entretanto, no que tange aos aspectos mencionados, interessa à análise desta Consultoria Jurídica o exame da legalidade dos atos praticados pela Comissão Permanente de Licitação de Serviços de Radiodifusão.

8. Procedendo-se à leitura dos autos da proponente primeira colocada (RÁDIO E TELEVISÃO SÉCULO 21 LTDA. - Processo nº 53000.019793/2010), verifica-se que sua documentação de habilitação fora apresentada em conformidade com o edital (fls. 11/95), motivo pelo qual fora considerada habilitada pela Comissão. Registre-se que em face do mencionado ato, foi interposto recurso pela entidade FENIX RADIODIFUSÃO E PRODUÇÕES LTDA. (fls. 108/109 do processo da entidade), o qual também fora objeto do já citado PARECER Nº 0916-2.21/2010/CLL/CGAA/CONJUR-MC/AGU, cujo remate foi pelo conhecimento mas não provimento do recurso.

¹ JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 8 ed. São Paulo, Dialética, 2001. p.481

Continuação do PARECER Nº 0941/2011/SJL/CGCE/CONJUR-MC/CGU/AGU

9. Depara-se, às fls. 235/240, com os documentos em cumprimento à Ordem de Serviço Conjunta SSCE/CONJUR nº 1/2004; adicionalmente, não se verifica nos autos a existência de recursos pendentes de análise – o que também fora certificado à fl. 234 pela Comissão.

10. Ainda sobre a proponente RÁDIO E TELEVISÃO SÉCULO 21 LTDA., é possível verificar que, segundo dados obtidos junto ao Sistema de Acompanhamento de Radiodifusão – SARF desse Ministério, não constam outorgas em seu nome, além de seus sócios não participarem de entidades outras de serviço de radiodifusão. Logo, não há impedimento à atual homologação com relação ao limite fixado no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967.

11. Constata-se, pois, que a Comissão observou as regras contidas no instrumento convocatório (edital), atendeu o rito procedimental do certame, bem como pugnou pelo cumprimento das exigências legais pertinentes a todo procedimento licitatório, no que tange à concorrência para a localidade em apreço.

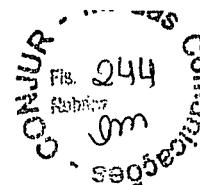
12. Cumpridos os requisitos do edital, opina-se pela homologação da Concorrência nº 003/2010-CEL/MC, para a localidade de Campanha, no Estado de Minas Gerais, com adjudicação do objeto (outorga de concessão para a exploração do serviço de radiodifusão de sons e imagens) à licitante RÁDIO E TELEVISÃO SÉCULO 21 LTDA.

À consideração superior.

Brasília, 9 de agosto de 2011

Socorro Janaina M. Leonardo
SOCORRO JANAINA M. LEONARDO
Advogada da União

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL
09 SET 2011



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA - CGCE

DESPACHO Nº 1677/2011/TFC/CGCE/CONJUR-MC/CGU/AGU

PROCESSO PRINCIPAL Nº 53000.007347/2010-20

EMENTA: Concorrência Nº 003/2010 – CEL/MC. Concessão de Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, para a localidade de Campanha, no Estado de Minas Gerais.

Aprovo o PARECER Nº 0941/2011/SJL/CGCE/CONJUR-MC/CGU/AGU, da lavra da Advogada da União Socorro Janaina M. Leonardo.

Encaminhem-se os autos ao Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação Eletrônica.

Brasília, 10 de agosto de 2011.

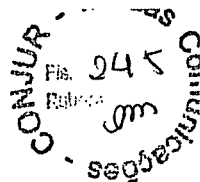
Tatiane Flores Cavalcante Razuk

Advogada da União

Coordenadora Jurídica de Licitação de Radiodifusão e Assuntos Administrativos Diversos



sjl



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA - CGCE

DESPACHO Nº 1678/2011/DPF/CGCE/CONJUR-MC/CGU/AGU

PROCESSO PRINCIPAL Nº 53000.007347/2010-20

EMENTA: Concorrência Nº 003/2010 – CEL/MC. Concessão de Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, para a localidade de Campanha, no Estado de Minas Gerais.

Aprovo o DESPACHO Nº 1677/2011/TFC/CGCE/CONJUR-MC/CGU/AGU, da lavra da Advogada da União, Dra. Tatiane Flores Cavalcante Razuk, Coordenadora Jurídica de Licitação de Radiodifusão e Assuntos Administrativos Diversos, que aprovou o PARECER Nº 0941/2011/SJL/CGCE/CONJUR-MC/CGU/AGU.

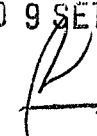
Encaminhem-se os autos à apreciação pelo Sr. Consultor Jurídico.

Brasília, 25 de agosto de 2011.


Daniel Pereira de Franco
Advogado da União

Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação Eletrônica

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL

09 SET 2011


sjl



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE DA CONSULTORIA JURÍDICA

DESPACHO Nº 1679/2011/RZL/GAB/CONJUR-MC/CGU/AGU

PROCESSO PRINCIPAL Nº 53000.007347/2010-20

EMENTA: Concorrência Nº 003/2010 – CEL/MC. Concessão de Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, para a localidade de Campanha, no Estado de Minas Gerais.

Aprovo o DESPACHO Nº 1678/2011/DPF/CGCE/CONJUR-MC/CGU/AGU, da lavra do Advogado da União, Dr. Daniel Pereira de Franco, Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação Eletrônica, que aprovou o DESPACHO Nº 1677/2011/TFC/CGCE/CONJUR-MC/CGU/AGU, de autoria da Advogada da União, Dra. Tatiane Flores Cavalcante Razuk, que aprovou o PARECER Nº 0941/2011/SJL/CGCE/CONJUR-MC/CGU/AGU.

Encaminhem-se os autos à Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica, em prosseguimento.

Brasília, 31 de AGOSTO de 2011

Rodrigo Zerbone Loureiro
Consultor Jurídico

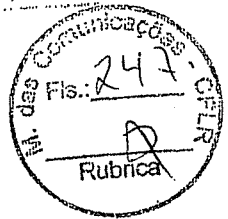
SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL

09 SET 2011

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério das Comunicações
CONFERE COM O ORIGINAL
09 SET 2011
R

Nesta data anexei aos autos do processo de nº 63000019793/2010 a documentação a seguir contida de 02 folhas, que assim numeral: 247 248

Data: 06/09/2011
Nome: Vainir
Assinatura: [assinatura]



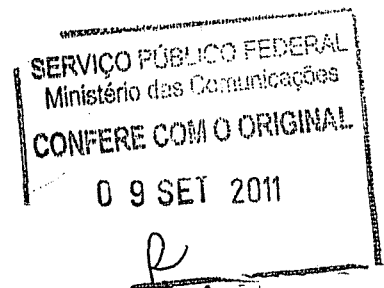
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE DO MINISTRO

DESPACHO DO MINISTRO

Em 5 de setembro de 2011.

Acolho o **PARECER Nº 0941/2011/SJL/CGCE/CONJUR-MC/CGU/AGU**, invocando seus fundamentos como razão desta decisão e **HOMOLOGO** a presente licitação e adjudico seu objeto à vencedora, de acordo com o Anexo Único, nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas no respectivo Edital.


PAULO BERNARDO SILVA
Ministro das Comunicações



ANEXO ÚNICO

Nº DA CONCORRÊNCIA CEL/MC	UF	LOCALIDADE	SERVIÇO	PROPONENTE VENCEDORA	Nº PROCESSO
003/2010	MG	CAMPANHA	TV	RÁDIO E TELEVISÃO SÉCULO 21 LTDA.	53000.019793/2010



2.1.4. Agência de Correios Comercial - ACC: Unidade de Atendimento terceirizada operada, mediante contrato de permissão, por pessoa jurídica de direito privado selecionada em procedimento de licitação específico, destinada à prestação de serviços e à venda de produtos comercializados pela ECT, compartilhada com negócios compatíveis e não concorrentes com os da ECT, conforme definido em edital de licitação, observadas as normas internas da ECT e a legislação em vigor.

2.1.5. Agência de Correios Comunitária - AGC: Unidade de Atendimento terceirizada operada, mediante convênio celebrado na forma da legislação e da regulamentação federal específica sobre a matéria, por pessoa jurídica de direito público ou privado, desde que caracterizando o interesse recíproco, destinada à viabilizar, no mínimo, a prestação de serviços postais básicos, nos termos da legislação em vigor, em localidades rurais ou urbanas, quando a exploração de serviços postais não se mostrar economicamente viável para a ECT e houver predominância do interesse social.

2.1.6. Posto de Venda de Produtos - PVP: Unidade de Atendimento terceirizada operada, mediante termo de autorização, por pessoa jurídica, destinada à venda de selos e de produtos comercializados pelas agências da ECT, compartilhada com negócios enquadrados em ramos de atividade de interesse da ECT e instalada em localidades atendidas por agência de correios.

3. DAS DIRETRIZES PARA A PADRONIZAÇÃO DAS UNIDADES DA REDE DE UNIDADES DE ATENDIMENTO

3.1. A ECT deverá disciplinar a padronização dos elementos de comunicação visual, do layout, da estrutura e das instalações exigidas, incluindo os correspondentes equipamentos, utensílios e mobiliários, para cada modelo de Unidade de Atendimento.

3.2. A ECT deverá definir os requisitos, os critérios, os prazos e as demais condições para a operação das Unidades de Atendimento e para a prestação do serviço postal, atentando para a garantia da qualidade e continuidade no desempenho das atividades e do atendimento aos clientes.

3.2.1. Na definição das condições para a operação das Unidades de Atendimento e para a prestação do serviço postal, a ECT deverá estabelecer as características das atividades típicas de agência de atendimento.

3.3. A ECT deverá adotar avaliação sistêmica e periódica do desempenho das unidades integrantes da Rede de Unidades de Atendimento, com o objetivo de subsidiar o processo de gestão da Rede.

3.3.1. Na avaliação do desempenho das Unidades Terceirizadas, a ECT deverá verificar sua contribuição para os resultados da Empresa e para a consecução dos objetivos de universalização dos serviços postais.

3.3.2. A sistemática de avaliação e de acompanhamento da operação das Unidades deverá ser baseada em parâmetros mínimos de desempenho, de cumprimento de prazos e de normas que permitam a identificação de oportunidades de melhoria ou de problemas passíveis da adoção de medidas preventivas e corretivas.

3.4. A implantação de Unidade de Atendimento terceirizada, em qualquer ponto do território nacional, não impedirá a livre atuação da ECT, por meio de seus recursos próprios, para o exercício das atribuições outorgadas pela Lei nº 6.538, de 1978, especialmente para o atendimento, a captação de clientes e a manutenção do relacionamento comercial com seus clientes, inclusive com a finalidade de suprir eventuais carências, lacunas ou falhas de atendimento por parte de unidades terceirizadas.

3.5. A ECT poderá decidir pela implantação de ACC ou AGF se identificada condições de oportunidade e interesse estratégico e comercial da Empresa, desde que observadas as seguintes premissas:

- a) a existência de estudo demonstrando a viabilidade econômico-financeira do modelo de unidade a ser terceirizada;
- b) a remuneração das atividades das ACC e das AGF deverá ser tecnicamente fundamentada pela ECT e se baseará em critérios e parâmetros de mercado, de aferição de vantagem econômica para a ECT, observados, especialmente os relacionados ao custo da prestação dos serviços e da venda dos produtos;
- c) se o custo da prestação dos serviços e da venda dos produtos for considerado como critério de remuneração de uma ACC ou AGF, o valor da remuneração desta não poderá ser superior ao custo que a ECT teria para a realização dos serviços mediante uma unidade própria de mesmo porte e com as mesmas características; e

d) a localização da unidade deverá favorecer a otimização da Rede de Unidades de Atendimento da ECT, a comodidade ao usuário e a viabilidade econômico-financeira do modelo de unidade terceirizada.

3.6. Respeitadas a legislação específica, as disposições contratuais e as orientações normativas da ECT, deverá ser vedado às AGF executar:

a) contratos comerciais celebrados pela ECT com entidades e órgãos públicos e demais entidades cujo regime de contratação se subordine à Lei nº 8.666/93; e

b) atividades relativas aos produtos e serviços postais previstos no art. 9º da Lei nº 6.538, de 1978, contratadas por instrumento próprio celebrado pela ECT com seus clientes, cujas características de volume ou quantidade estejam definidas nas normas internas da ECT como de alçada.

3.6.1. A vedação disposta na alínea a do item 3.6 desta Norma não deve abranger a exceção dos contratos comerciais cujo objeto seja o atendimento ao público, tais como o recebimento de inscrições ou formulários e o cadastramento promovido por órgãos públicos.

4. DA FISCALIZAÇÃO OPERACIONAL DAS UNIDADES DE ATENDIMENTO

4.1. Cabe à ECT fiscalizar e controlar a operação de suas Unidades de Atendimento.

4.1.1. A fiscalização da ECT sobre sua Rede de Unidades de Atendimento deve corresponder ao conjunto de ações, diretas ou indiretas, cujo objetivo seja verificar a conformidade da operação das Unidades de Atendimento em relação à legislação específica, às disposições contratuais e orientações normativas da ECT, compreendendo o controle ou acompanhamento das atividades, das condições físicas, operacionais e financeiras e da qualidade dos serviços prestados.

4.1.2. A ECT deverá disciplinar e implementar sistemática de fiscalização e controle das unidades integrantes da sua Rede de Unidades de Atendimento, incluindo a previsão de disposições específicas para as Unidades Terceirizadas.

4.1.3. Para fins do disposto no item 4 desta Norma, a ECT deverá ter livre acesso às instalações, livros sociais, documentos e sistemas informatizados das unidades terceirizadas, assim como às operações e informações pertinentes à execução dos serviços terceirizados.

DESPACHOS DO MINISTRO Em 5 de setembro de 2011

Tendo em vista o recurso interposto pela ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SHALLON em face da decisão de arquivamento do seu processo relativo à outorga para execução do serviço de radiodifusão comunitária para a localidade de Assis, Estado de São Paulo, acolho o PARECER Nº 538/2011/MMM/CGCE/CONJUR-MC/AGU, de sorte a conhecer o recurso e negar-lhe provimento, conforme Anexo Único, nos termos da legislação vigente.

ANEXO ÚNICO

RECURSO - CONHECIDO E NÃO PROVIDO

Nº DO AVISO DE HABILITAÇÃO	UF	LOCALIDADE	SERVIÇO	RECORRENTE
01/2009	SP	ASSIS	RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SHALLON

Tendo em vista o recurso interposto pela ASSOCIAÇÃO E MOVIMENTO RÁDIO NOVA ONDA FM em face da decisão de arquivamento do seu processo relativo à outorga para execução do serviço de radiodifusão comunitária para a localidade de Itaquaquecetuba, Estado de São Paulo, acolho o PARECER Nº 539/2011/MMM/CGCE/CONJUR-MC/AGU, de sorte a conhecer o recurso e dar-lhe provimento, conforme Anexo Único, nos termos da legislação vigente.

ANEXO ÚNICO

RECURSO - CONHECIDO E PROVIDO

Nº DO AVISO DE HABILITAÇÃO	UF	LOCALIDADE	SERVIÇO	RECORRENTE
01/2010	SP	ITAQUAQUECETUBA	RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA	ASSOCIAÇÃO E MOVIMENTO COMUNITÁRIO RÁDIO NOVA ONDA FM

Tendo em vista o recurso interposto pela ASSOCIAÇÃO ARAGUAIA DE RÁDIO COMUNITÁRIA DE COCALINHO - MT em face da decisão de arquivamento do seu processo relativo à outorga para execução do serviço de radiodifusão comunitária para a localidade de Cocalinho, Estado do Mato Grosso, acolho o PARECER Nº 540/2011/MMM/CGCE/CONJUR-MC/AGU, de sorte a conhecer o recurso e dar-lhe provimento, conforme Anexo Único, nos termos da legislação vigente.

ANEXO ÚNICO

RECURSO - CONHECIDO E PROVIDO

Nº DO AVISO DE HABILITAÇÃO	UF	LOCALIDADE	SERVIÇO	RECORRENTE
01/2009	MT	COCALINHO	RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA	ASSOCIAÇÃO ARAGUAIA DE RÁDIO COMUNITÁRIA DE COCALINHO - MT

Tendo em vista o recurso interposto pela ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE IGUATEMI em face da decisão de arquivamento do seu processo relativo à outorga para execução do serviço de radiodifusão comunitária para a localidade de Livramento de Nossa Senhora, Estado da Bahia, acolho o PARECER Nº 543/2011/MMM/CGCE/CONJUR-MC/AGU, de sorte a conhecer o recurso e dar-lhe provimento, conforme Anexo Único, nos termos da legislação vigente.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00012011090600051

ANEXO ÚNICO

RECURSO - CONHECIDO E PROVIDO

Nº DO AVISO DE HABILITAÇÃO	UF	LOCALIDADE	SERVIÇO	RECORRENTE
01/2009	BA	LIVRAMENTO DE NOSSA SENHORA	RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE IGUATEMI

Tendo em vista o recurso interposto pela ASSOCIAÇÃO CULTURAL E DIFUSÃO COMUNITÁRIA DA CIDADE DO DISTRITO DO INGA em face da decisão de arquivamento do seu processo relativo à outorga para execução do serviço de radiodifusão comunitária para a localidade de Luziânia, Estado de Goiás, acolho o PARECER Nº 544/2011/MMM/CGCE/CONJUR-MC/AGU, de sorte a conhecer o recurso e dar-lhe provimento, conforme Anexo Único, nos termos da legislação vigente.

ANEXO ÚNICO

RECURSO - CONHECIDO E PROVIDO

Nº DO AVISO DE HABILITAÇÃO	UF	LOCALIDADE	SERVIÇO	RECORRENTE
01/2009	GO	LUZIANIA	RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA	ASSOCIAÇÃO CULTURAL E DIFUSÃO COMUNITÁRIA DA CIDADE DO DISTRITO DO INGA

Tendo em vista as manifestações interpostas pelas licitantes PLENITUDE COMUNICAÇÕES LTDA. e TV.COM LTDA. em face dos atos que as julgaram inabilitadas na Concorrência nº 001/2007-CEL/MC, para a localidade abaixo citada, acolho o PARECER Nº 0978/2011/SJL/CGCE/CONJUR-MC/CGU/AGU, de sorte a não conhecer das manifestações; no entanto, amparando-se na autotutela administrativa, também adoto as razões do citado parecer jurídico para julgar habilitadas as manifestantes, conforme Anexo Único, nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas no respectivo Edital.

ANEXO ÚNICO

Nº DA CONCORRÊNCIA CEL/MC	UF	LOCALIDADE	SERVIÇO	MANIFESTANTES	Nº PROCESSO
001/2007	MG	ARAGUARI	TV	PLENITUDE COMUNICAÇÕES LTDA. e TV.COM LTDA.	53000.017272/2009 e 53000.017273/2009

Acolho o PARECER Nº 0941/2011/SJL/CGCE/CONJUR-MC/CGU/AGU, invocando seus fundamentos como razão desta decisão e HOMOLOGO a presente licitação e adjudico seu objeto à vencedora, de acordo com o Anexo Único, nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas no respectivo Edital.

ANEXO ÚNICO

Nº DA CONCORRÊNCIA CEL/MC	UF	LOCALIDADE	SERVIÇO	PROPONENTE VENCEDORA	Nº PROCESSO
003/2010	MG	CAMPANHA	TV	RÁDIO E TELEVISÃO SÉCULO 21 LTDA.	53000.019793/2010

Tendo em vista as manifestações de RÁDIO E TV CALDAS LTDA contra decisão que anulou seu ato de habilitação na Concorrência nº 013/2001-SSR/MC/acolho o PARECER Nº 677/2011/TPC/CGCE/CONJUR-MC/AGU, de sorte a não conhecer dos recursos, conforme Anexo Único, nos termos da legislação vigente e das normas estabelecidas no respectivo Edital.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Processo nº 53000.019793/10
Data: 20/10/11
Assinatura: Alice

Nesta data anexe aos autos do processo de
nº 53000.019793/10 a documentação
a seguir constituída de uma (01) folhas,
que assim numerei: 249 / 249
Data: 20 / 10 / 11
Nome: Alice
Assinatura: Alice

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA
DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Ed. Anexo, sala 132 - Oeste - 70044-900 Brasília - DF



NOTA TÉCNICA Nº 332/2011/CPLR/DEOC/SCE

Referência Processo nº: 53000.019793/2010 (cópia 1)
Assunto: Encaminhamento de cópia autenticada de processo e atos de outorga originais – Serviço: TV
Interessada: Rádio e Televisão Século 21 Ltda.

Trata-se de processo licitatório, visando a outorga de permissão para explorar o Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, para a entidade citada acima, vencedora da Concorrência 003/2010-CEL/MC, para a localidade de Campanha, Estado de Minas Gerais, conforme despacho de homologação de 5 de setembro de 2011, publicado no DOU de 6 subsequente.

Tendo em vista a preparação das minutas dos atos da referida outorga, opina-se pelo seu encaminhamento, juntamente com a cópia do processo, ao Sr. Consultor Jurídico, para providências cabíveis.

Brasília, 20 de outubro de 2011.

ALICIONETE DA SILVA LUZ
Agente Administrativo

De acordo. Prossiga-se conforme proposto.

Em 20/10/11

DENISE MENEZES DE OLIVEIRA

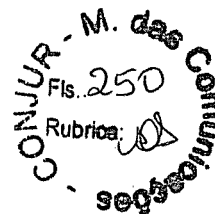
Presidente da Comissão Permanente de Licitação de Serviços de Radiodifusão

ASL/CPLR/DEOC/SCE

de ordem,
encaminha-se a CGL.
24/10/2011
Muniki
de Radiodifusão
Juliana Gonçalves da Oliveira Marinho
Aceiteiro Tórnico
3300123456



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE DA CONSULTORIA JURÍDICA



COTA nº 570/2011/RZL/CONJUR-MC/AGU
Processo nº 53000.019793/2010
Interessado: RÁDIO E TELEVISÃO SÉCULO 21 LTDA.

Senhor Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica,

Após análise acerca da regularidade jurídico-formal da minuta de ato apresentada a esta Consultoria Jurídica, esclareço que não foi verificado óbice ao prosseguimento do feito. Isso faz com que a minuta apresentada, encontre-se em conformidade com a legislação aplicável.

Dessa forma, encaminho o processo a essa d. Secretaria para as providências necessárias.

Brasília, 27 de novembro de 2011.

RODRIGO ZERBONE LOUREIRO
Consultor Jurídico

Flávio Bianchi
Consultor Jurídico-Substituto
Procurador Federal



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

EDITAL DE CONCORRÊNCIA 003/2010 - CEL/MC

SERVIÇO DE RÁDIODIFUSÃO

CONCESSÃO DE TV

Brasília (DF), _____ de _____ de 2010.

ÍNDICE

- 1 DO OBJETO
- 2 DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS
- 3 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL
- 4 DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO
- 5 DOS REQUISITOS PARA A HABILITAÇÃO DAS PROPONENTES
- 6 DOS CRITÉRIOS PARA A ELABORAÇÃO DA PROPOSTA TÉCNICA
- 7 DOS CRITÉRIOS PARA A ELABORAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇO PELA OUTORGA
- 8 DA APRESENTAÇÃO E RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS
- 9 DAS ATRIBUIÇÕES DA COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO E DAS SESSÕES
- 10 DA SESSÃO DE ABERTURA DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
- 11 DA ANÁLISE E JULGAMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
- 12 DA ABERTURA, ANÁLISE E JULGAMENTO DA PROPOSTA TÉCNICA
- 13 DOS CRITÉRIOS DE PONTUAÇÃO DA PROPOSTA TÉCNICA
- 14 DA ABERTURA, ANÁLISE E JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇO
- 15 DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS
- 16 DA HOMOLOGAÇÃO E FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO
- 17 DAS PENALIDADES
- 18 DOS RECURSOS, REPRESENTAÇÕES E IMPUGNAÇÕES (CONTRA-RAZÕES)
- 19 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
- 20 ANEXOS

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

EDITAL - CONCORRÊNCIA N.º 003/2010 – CEL/MC

O MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, neste ato representado pela Comissão Especial de Licitação instituída por meio da Portaria de n.º 432, de 24 de julho de 2009, e suas alterações, torna público que receberá dos interessados em participar desta Licitação, **EM DIA E LOCAL CONSTANTES DE AVISO A SER PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO**, simultaneamente, a Documentação de Habilitação e as Propostas Técnica e de Preço pela Outorga, doravante denominadas simplesmente Propostas, para a exploração do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens (TV), na localidade a seguir indicada.

UF	Localidade	Canal	Classe	Grupo	Preço Mínimo
MG	Campanha	50	C	A	476.886,40

A licitação, na modalidade Concorrência, objeto do presente Edital, será julgada pelo critério de maior valor da média ponderada da pontuação da Proposta Técnica e da Proposta de Preço pela Outorga.

A presente licitação reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, instituído pela Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962; pelo Decreto-lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; pelo Regulamento Geral do Código Brasileiro de Telecomunicações, aprovado pelo Decreto nº 52.026, de 20 de maio de 1963; pelo Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963 e suas alterações; pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações e pela Lei 10.610, de 20 de dezembro de 2.002, assim como pelos Regulamentos Técnicos específicos do serviço.

1 DO OBJETO

1.1 O objeto desta Licitação é a outorga de concessão para a exploração do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens (TV), em horário ilimitado (execução durante 24 horas do dia), na localidade indicada no preâmbulo, pelo prazo de 15 (quinze) anos.

2 DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

2.1 Quaisquer dúvidas sobre o conteúdo do presente Edital e de seus Anexos poderão ser dirigidas ao Presidente da Comissão Especial de Licitação, mediante requerimento, a ser protocolizado diretamente no Ministério das Comunicações, ou por intermédio de correspondência registrada, via postal, conforme a seguir indicado, até 30 (trinta) dias antes da data fixada para recebimento da Documentação de Habilitação e das Propostas:

Externamente:

Ao
Presidente da Comissão Especial de Licitação
LICITAÇÃO N.º ____/____ - CEL

Esplanada dos Ministérios – Bloco “R” – Sala 104 – Sobreloja
Edifício Sede do Ministério das Comunicações
70044-900 – Brasília – DF

Internamente:

- a) identificação e qualificação da requerente;
- b) objeto do requerimento, com a indicação clara dos itens questionados;
- c) fundamentação das questões a serem esclarecidas;
- d) data, nome e assinatura.

2.2 A Comissão Especial de Licitação responderá às consultas em até (5) cinco dias antes da data fixada para recebimento da Documentação e das Propostas, fazendo publicar no Diário Oficial da União o local e as condições pelas quais os interessados poderão obter cópias dos esclarecimentos. As consultas e respostas formuladas estarão disponibilizadas ao público em geral na sala de vistas da Comissão e no sítio eletrônico do Ministério das Comunicações (<http://www.mc.gov.br>).

2.2.1 Independentemente da solicitação dos interessados, a Comissão poderá expedir esclarecimentos sobre o instrumento convocatório, comunicando àqueles que o tiverem adquirido e disponibilizando-os na Secretaria da Comissão Especial de Licitação e no sítio eletrônico do Ministério das Comunicações (<http://www.mc.gov.br>).

2.3 Antes do recebimento da Documentação de Habilitação e das Propostas, este Edital poderá ser alterado por razões de interesse público ou por exigência legal. Em qualquer caso, se a modificação a ser realizada afetar a apresentação dos Documentos de Habilitação e a formulação das Propostas, a Comissão Especial de Licitação fará publicar, no Diário Oficial da União, Aviso de Alteração do Edital, fixando nova data para apresentação dos referidos Documentos de Habilitação e Propostas, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido.

2.4 A anulação ou revogação da Licitação, ainda que parcial, é ato do Ministro de Estado das Comunicações. A revogação dar-se-á por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal decisão, e a anulação dar-se-á, de ofício ou por provocação de terceiros, por ilegalidade. Em ambos os casos, a decisão será antecedida de parecer da Consultoria Jurídica do Ministério.

2.4.1 A Comissão Especial de Licitação poderá tornar sem efeito seus próprios atos, em face de ilegalidade, desde que a fase em que praticados não esteja encerrada.

2.4.2 Da decisão de revogação ou anulação a licitação caberá recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

2.4.3 Não caberá qualquer indenização às Proponentes em caso de revogação ou anulação do presente Edital.

2.5 Para efeito de contagem dos prazos estabelecidos neste Edital é excluído o dia do início e incluído o do vencimento.

2.5.1 Se na data marcada para o recebimento das propostas não houver expediente normal no Ministério das Comunicações, considerar-se-á transferido o evento para o primeiro dia útil seguinte.

2.6 A Proponente, executante ou não do serviço de radiodifusão, para fins dos limites a que se refere o artigo 12 do Decreto-lei n.º 236, de 28 de fevereiro de 1967, terá a quantidade de outorgas computadas a partir da assinatura dos respectivos contratos.

2.6.1 A superação àqueles limites em número de vitórias impedirá novas homologações para o mesmo tipo de serviço, até que os contratos respectivos sejam assinados, ficando os processos em que isto ocorra sobrestados.

3 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

3.1 Eventuais impugnações ao Edital serão recebidas até o quinto dia útil que anteceder a abertura dos envelopes contendo a Documentação de Habilitação.

3.2 O não oferecimento, no prazo do item 3.1, de impugnação ao Edital e a subsequente entrega da Documentação de Habilitação e das Propostas, pressupõe que a Proponente tem dele pleno conhecimento e que aceita incondicionalmente os seus termos, vedadas alegações posteriores de desconhecimento ou discordância de suas cláusulas ou condições, bem como das normas regulamentares pertinentes.

3.3 O não oferecimento de impugnação ao Edital no prazo estabelecido no subitem 3.1, ainda que a Proponente indique falhas ou irregularidades que o viciaram, implicará preclusão para quaisquer fins, inclusive recurso.

3.4 Acolhida a impugnação, e havendo alteração das disposições do Edital, substancial ou relevante para a apresentação da Documentação de Habilitação e formulação das Propostas, preceder-se-á conforme disposto no subitem 2.3.

4 DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1 Somente poderão participar desta licitação pessoas jurídicas constituídas sob as leis brasileiras, com sede e administração no País, que tenham pelo menos 70% (setenta por cento) do capital total e do capital votante pertencentes, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

4.1.1 A participação de capital estrangeiro nas empresas a que se refere o subitem 4.1 deverá obedecer ao que prevê a Lei n.º 10.610, de 20 de dezembro de 2002.

4.2 É vedada a participação nesta licitação de pessoa jurídica enquadrada nas situações a seguir.

4.2.1 Que não tenha sido recadastrada conforme determinação contida na Portaria MC n.º 447, de 9 de agosto de 2007 (dispositivo aplicável somente a empresas executantes de qualquer modalidade de serviço de radiodifusão).

4.2.1.1 Na ocorrência da situação indicada no subitem 4.2.1 a interessada deverá, até a data fixada para o recebimento da Documentação de Habilitação e Propostas, apresentar a documentação exigida para o cadastramento.

4.2.2 Que já detenha outorga, ou participe de concessionária/permissionária do serviço objeto deste Edital, nos limites estabelecidos no artigo 12 do Decreto-lei n.º 236, de 28 de fevereiro de 1967.

4.2.3 Cujos sócios e dirigentes participem dos quadros societário e diretivo de outras concessionárias/permissionárias do serviço objeto deste Edital, nos limites estabelecidos no artigo 12 do Decreto-lei n.º 236, de 28 de fevereiro de 1967.

4.2.4 Que execute o mesmo tipo de serviço na localidade objeto da presente licitação.

4.2.5 Cujos sócios, administradores ou gerentes participem do quadro societário ou diretivo de outra executante do mesmo tipo de serviço na localidade objeto desta licitação.

4.2.6 Que tenha sido declarada inidônea por qualquer órgão da Administração Direta ou Indireta da União, dos Estados, Distrito Federal e Municípios, ou ainda, que esteja impedida ou com seu direito de licitar e contratar com a Administração suspenso.

4.2.7. Cujas falência haja sido declarada ou que esteja em regime de concordata ou recuperação judicial.

4.3 Não será admitida a inclusão de documento adicional pelas Proponentes ou a substituição ou ainda a alteração dos já entregues, qualquer que seja a justificativa apresentada, ressalvada a realização das diligências referidas no subitem 9.2.

4.4 Após o recebimento das Propostas não serão admitidas modificações no quadro diretivo e no controle societário das Licitantes.

4.4.1 Fica excetuada da vedação contida no subitem 4.4 a hipótese de transferência *causa mortis*.

4.5 São vedadas, sob pena de desclassificação dos envolvidos, a representação (simultânea ou sucessiva) de mais de um licitante pelo mesmo procurador e a participação de licitantes com sócios (diretos e indiretos) em comum.

5 DOS REQUISITOS PARA A HABILITAÇÃO DAS PROPONENTES (CONJUNTO 1)

5.1 Para habilitar-se, a Proponente estará obrigada a satisfazer às exigências relativas à Habilitação Jurídica, Qualificação Econômico-Financeira e Regularidade Fiscal, devendo apresentar, em 1 (uma) via, no Conjunto nº 1, os documentos, certidões e declarações a seguir especificados, original ou cópia autenticada.

5.1.1 Ato constitutivo (estatuto ou contrato social) em vigor e suas alterações, ou sua consolidação, devidamente registrados na repartição competente, devendo a sociedade por ações encaminhar, também, a ata de eleição de seus atuais administradores e a relação de acionistas em que conste a quantidade, o valor e o tipo de ações de cada acionista na data do recebimento da documentação e propostas.

5.1.1.1 No ato constitutivo da Proponente, ou em suas alterações, deverá constar, dentre os objetivos sociais, a atividade de execução de serviços de radiodifusão.

5.1.1.2 Em se tratando de Fundação, apresentar, além do estatuto, a ata de eleição de sua diretoria.

5.1.1.3 Caso a Proponente tenha em seu quadro societário sócio pessoa jurídica deverá apresentar o respectivo ato constitutivo de todos os sócios nessa condição que, direta ou indiretamente, participem do capital social, total e votante, da Proponente, até que se comprove a plena observância do art. 2º da Lei 10.610, de 20 de dezembro de 2002.

5.1.1.4 Para efeito do subitem 5.1.1.3, deverá ser apresentado qualquer dos documentos listados no subitem 5.1.2, referentes às pessoas físicas que indiretamente participem do capital social, total e votante, da Proponente.

5.1.2 Prova da condição de brasileiros, natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos, ou de igualdade de direito civis para os portugueses, das pessoas físicas que sejam sócias da Proponente, feita mediante a apresentação de um dos seguintes documentos: certidão de nascimento, certidão de casamento, certificado de reservista, carteira profissional, carteira de identidade ou comprovante de naturalização ou, para os portugueses, comprovante de igualdade de direitos civis.

5.1.3 Declaração da Proponente de que não possui e nem manterá em seu quadro de pessoal empregado(s) menor(es) de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (catorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, conforme ANEXO I.

5.1.4 Declaração, conforme ANEXO II, firmada pelos dirigentes da Proponente.

5.1.5 Certidões expedidas pelas Justiças Estadual e Federal, quanto a feitos cíveis e criminais, bem como certidões dos Cartórios de Protestos de Títulos, todas dos locais de residência e de exercício de atividade econômica dos dirigentes nos últimos 05 (cinco) anos.

5.1.5.1 As certidões deverão ter validade na data prevista para recebimento da Documentação de Habilitação e Propostas. Caso a certidão não contenha data de validade serão aceitas aquelas expedidas nos 3 (três) meses anteriores à referida data.

5.1.5.2 A menção “positiva” em qualquer das certidões referidas no subitem 5.1.5 implica a obrigatoriedade de apresentação de certidão de objeto e pé da ação respectiva ou de documento equivalente que revele sua situação processual.

5.1.5.3 A Proponente, em decorrência das certidões a que se refere o subitem 5.1.5 será inabilitada:

- a) em caso de omissão em sua apresentação;
- b) se não apresentar os documentos referidos no subitem 5.1.5.2;
- c) diante do trânsito em julgado de sentença penal condenatória;

d) se os débitos a que se referirem os títulos protestados superarem o valor mínimo previsto pela outorga do serviço, desde que não estejam sendo contestados judicialmente;

e) se a sentença de natureza cível for de improbidade administrativa com sentença condenatória não mais sujeita a recurso com efeito suspensivo;

f) diante de execução não embargada cujo valor ultrapasse o valor mínimo previsto pela outorga do serviço.

5.1.6 Prova de que os dirigentes estão quites com suas obrigações eleitorais, mediante certidão fornecida pela Justiça Eleitoral.

5.1.7 Alvará de Funcionamento da Proponente ou documento congênere.

5.2 A Proponente deverá comprovar sua qualificação econômico-financeira mediante:

5.2.1 Para as Proponentes em atividade, apresentação do Balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentadas na forma da lei, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, admitindo-se as demonstrações financeiras do exercício imediatamente anterior, caso não tenha transcorrido, ainda, o prazo legal de sua divulgação.

5.2.2 Para as Proponentes inativas ou constituídas há menos de 1 (um) ano, a apresentação do balanço de abertura em conformidade com todos os requisitos da legislação societária e comercial.

5.2.3 Comprovante relativo à garantia de manutenção de proposta, válida para as três etapas, equivalente a 1% (um por cento) do valor mínimo previsto pela outorga, podendo a Proponente optar por uma das seguintes modalidades de garantia: a) carta de fiança bancária; ou b) caução.

5.2.3.1 Quando a Proponente optar por carta de fiança bancária, esta deverá ser emitida em favor da Proponente por banco comercial, de investimento ou múltiplo.

5.2.3.1.1 A carta de fiança deverá ter prazo de validade de 24 (vinte e quatro) meses, a partir da data de entrega dos Documentos e das Propostas.

5.2.3.2 A comprovação de garantia de manutenção de proposta na forma de caução deverá ser feita junto à Caixa Econômica Federal, em formulário específico, conforme dispõe o Decreto-lei n.º 1.737, de 20 de dezembro de 1979.

5.2.4 A garantia de manutenção de proposta será devolvida às Proponentes, mediante a apresentação de recibo, conforme segue:

a) às Proponentes inabilitadas, em até 15 (quinze) dias após a comunicação formal da inabilitação, desde que não tenha havido recursos, ou após seus julgamentos.

b) à Proponente vencedora, em até 15 (quinze) dias após a assinatura do Contrato.

c) às Proponentes com propostas classificadas, em até 15 (quinze) dias após a homologação do certame.

5.2.5 A Proponente será considerada em boa situação financeira e, portanto, apta a assumir os compromissos decorrentes da execução do serviço objeto desta licitação, quando:

a) apresentar a garantia a que se refere o subitem 5.2.3:

b) o exame de seu balanço patrimonial e de suas demonstrações contábeis ou do seu balanço de abertura resultar na verificação, pela Comissão Especial de Licitação, do Índice de Solvência maior ou igual a 1,0 (um vírgula zero) segundo a fórmula abaixo:

$$IS = AT \div (PC + ELP) \geq 1,0$$

onde:

IS : Índice de Solvência

AT : Ativo Total

PC : Passivo Circulante

ELP : Exigível a Longo Prazo

Se $PC + ELP = 0$, será considerado o fator 1 como divisor

5.3 Apresentação de certidão negativa de pedido de falência, recuperação judicial e concordata, expedida pelos distribuidores da sede da Proponente ou da comarca a que pertença, com data não anterior a 3 (três) meses da data prevista para o recebimento da Documentação de Habilitação e Propostas.

5.4 A Proponente deverá comprovar sua regularidade fiscal mediante:

a) Prova de inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes - CNPJ/MF;

b) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

c) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;

d) Certidões Negativas de Débito ou Certidões Positivas com Efeito de Negativas de Débitos para com as Fazendas Nacional, Estadual e Municipal.

5.4.1 Os documentos exigidos nas alíneas do subitem 5.4 deverão ter validade na data de recebimento da Documentação e Propostas.

5.4.2 Caso os documentos mencionados nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem 5.4 não contenham data de validade, serão aceitos aqueles expedidos nos 3 (três) meses anteriores à data prevista para recebimento da Documentação de Habilitação e Propostas.

6 DOS CRITÉRIOS PARA A ELABORAÇÃO DA PROPOSTA TÉCNICA

6.1 Para fins de pontuação, a Proponente deverá elaborar e apresentar a Proposta Técnica conforme ANEXO III deste Edital, informando:

6.1.1 Tempo total diário proposto para transmissão de programas jornalísticos, educativos e informativos de caráter geral, preenchendo o item 1 (um) do ANEXO III (T1).

6.1.1.1 No preenchimento do item 1 (um) do ANEXO III a Proponente deverá desconsiderar o tempo a que se refere o subitem 6.1.3.

6.1.2 Tempo total diário proposto para o serviço noticioso de caráter geral, preenchendo o item 2 (dois), do ANEXO III (T2).

6.1.2.1 No preenchimento do item 2 (dois) do ANEXO III a Proponente deverá desconsiderar o tempo mínimo de 5% (cinco por cento) de serviço noticioso fixado no art. 38, alínea "h" do Código Brasileiro de Telecomunicações, aprovado pela Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962.

6.1.3 Tempo total diário proposto para transmissão de programas culturais, artísticos e jornalísticos, produzidos e gerados no município ao qual pertence a localidade objeto da outorga, preenchendo o item 3 (três) do ANEXO III (T3).

6.1.5 O prazo, em meses, para início da execução do serviço em caráter definitivo, a partir da vigência da outorga, preenchendo o item 4 (quatro) do ANEXO III (T4).

6.2 A Proposta Técnica deverá ser datada e assinada pelo representante legal da Proponente.

6.3 A Proposta Técnica apresentada pela Proponente vencedora será anexada ao Contrato ou Termo de Adesão, conforme o caso, constituindo-se parte integrante dele.

7 DOS CRITÉRIOS PARA A ELABORAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇO PELA OUTORGA

7.1 A Proposta de Preço pela Outorga deverá ser apresentada na forma do ANEXO IV.

7.2 A Proponente deverá indicar o valor da importância que se propõe a pagar pela outorga, por extenso, em moeda corrente do País, em 2 (duas) parcelas iguais, preenchendo o ANEXO IV.

7.3 O valor ofertado não poderá ser inferior ao Preço Mínimo fixado para a Outorga.

8 DA APRESENTAÇÃO E RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS

8.1 A Proponente deverá apresentar a Documentação de Habilitação e Propostas, conforme detalhamento indicado nos itens a seguir.

8.2 Os Documentos de Habilitação e as Propostas deverão ser entregues, pessoalmente, pelo(s) dirigente(s) ou procurador(es) da Proponente, na forma indicada no preâmbulo deste Edital, sendo vedada sua remessa via postal ou por qualquer outra forma que não a prevista neste Edital.

8.2.1 O(s) dirigente(s) das Proponentes ou seu(s) procurador(es), detentor(es) de poderes suficientes, deverão comprovar suas qualificações por meio da apresentação:

a) de documento de identidade;

b) da documentação prevista no subitem 5.1.1 deste Edital;

c) de instrumento público ou particular de mandato com firma reconhecida, em se tratando de procurador, conforme Modelo constante do ANEXO VI, a ser entregue em separado no ato de apresentação da Documentação de Habilitação e das Propostas, que será juntado ao processo.

8.2.2 A não exibição no ato dos documentos indicados no subitem 8.2.1 implicará no não recebimento dos Documentos de Habilitação e as Propostas da Proponente.

8.3 A Documentação de Habilitação e as Propostas deverão ser apresentadas separadamente, em invólucros distintos, indevassáveis, opacos, fechados e rubricados em todas as partes coladas, designados como CONJUNTO 1, CONJUNTO 2 e CONJUNTO 3, contendo na parte externa, obrigatoriamente, os seguintes dizeres:

CONJUNTO 1 – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO Edital da Concorrência nº ____/____ – CEL/MC SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO
Localidade de Prestação do Serviço: <i>(indicar a localidade de interesse)</i>
Razão Social da Proponente: <i>(indicar a Razão Social)</i>
<u>Conteúdo:</u> Conjunto 1 – Documentação de Habilitação: Habilitação Jurídica; Qualificação Econômico-Financeira; Regularidade Fiscal.

CONJUNTO 2 – PROPOSTA TÉCNICA Edital da Concorrência nº ____/____ – CEL/MC SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO
Localidade de Prestação do Serviço: <i>(indicar a localidade de interesse)</i>
Razão Social da Proponente: <i>(indicar a Razão Social)</i>
<u>Conteúdo:</u> Conjunto 2: Proposta Técnica.

CONJUNTO 3 - PROPOSTA DE PREÇO PELA OUTORGA Edital da Concorrência nº ____/____ – CEL/MC SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO
Localidade de Prestação do Serviço: <i>(indicar a localidade de interesse)</i>

Razão Social da Proponente:

(indicar a Razão Social)

Conteúdo:

Conjunto 3:

Proposta de Preço pela Outorga.

8.3.1 A inclusão de qualquer elemento, entre os Documentos de Habilitação e Propostas, que implique violação do sigilo acarretará a desclassificação da Proponente.

8.3.2 Será recusado o invólucro que não contiver a indicação externa de seu conteúdo, conforme estabelecido no subitem 8.3.

8.3.3 Recomenda-se que, na elaboração dos Documentos de Habilitação e das Propostas, os aspectos essenciais e os quesitos formulados nos itens e subitens do presente Edital constem de um índice visando facilitar sua localização.

8.4 Entregues os invólucros, não será admitida a inclusão de documento adicional, substituição ou alteração dos já entregues, qualquer que seja a justificativa apresentada pela Proponente.

8.5 Todos os documentos, incluindo as declarações, deverão conter a qualificação do(s) seu(s) signatário(s) e a descrição dos fatos ou identificação dos eventos que comprovem o atendimento das exigências formuladas.

8.6 A Proposta Técnica e a Proposta de Preço pela Outorga não poderão conter rasuras, emendas ou entrelinhas, mesmo que ressalvadas, e deverão ser preferencialmente datilografadas ou impressas em papel tamanho A4, com até 44 linhas por página e letras no tamanho 12 pontos.

8.7 O conteúdo dos Conjuntos dos Documentos de Habilitação e Propostas, será apresentado em 1 (uma) via, rubricada pelo representante legal da Proponente no rodapé de cada folha, devendo preferencialmente cada uma das folhas estar numerada sequencial e continuamente, por CONJUNTO, no ângulo superior direito.

9 DAS ATRIBUIÇÕES DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO E DAS SESSÕES

9.1 As atribuições da Comissão Especial de Licitação, bem como os trabalhos a serem por ela desenvolvidos, estão estabelecidas na Portaria de n.º 432, de 24 de julho de 2009, além daquelas constantes deste Edital.

9.2 Cabe ao Presidente da Comissão Especial de Licitação, ou a quem ele designar, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução da licitação, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da Documentação de Habilitação e das Propostas.

9.3 De todas as sessões da Comissão, públicas ou não, será lavrada ata que, lida e aprovada, será assinada obrigatoriamente por seus membros e, no caso de sessão pública também pelos representantes legais das Proponentes presentes.

9.4 Nas sessões públicas da Comissão, o Presidente solicitará aos representantes legais das Proponentes que assinem a lista de presença, na qual indicarão a pessoa jurídica que representam e a respectiva qualificação, aferindo os documentos exibidos no ato.

9.4.1 Somente um representante legal de cada Proponente poderá manifestar-se em seu nome e assinar a ata, exceto quando a ocorrência de fatos supervenientes, durante a sessão, obrigar a sua substituição.

9.4.1.1 Os invólucros fechados e documentos serão rubricados pelo representante legal de cada Proponente.

9.4.2 Nas sessões públicas da Comissão, por determinação do Presidente, as eventuais manifestações dos representantes legais das Proponentes serão reduzidas a termo para anexação à ata da sessão.

9.4.3 Os representantes das Proponentes não poderão interromper a leitura de qualquer documento, devendo solicitar a palavra, pela ordem, ao Presidente da Comissão, não sendo admitido aparte nem discussão paralela entre os representantes das Proponentes.

9.4.4 O Presidente fará as advertências cabíveis e solicitará a retirada daqueles que estiverem, de qualquer forma, dificultando o bom andamento dos trabalhos.

10 DA SESSÃO DE ABERTURA DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

10.1 Aberta a sessão, serão recebidas, em invólucros distintos, a Documentação de Habilitação e as Propostas, que serão rubricados em todas as partes coladas pelos representantes legais das Proponentes, verificando a identificação dos invólucros, bem como a de seus respectivos representantes.

10.2 O Presidente anunciará o nome de cada Proponente estabelecendo o critério para a abertura do CONJUNTO 1 (Documentação de Habilitação) e determinará o acondicionamento dos CONJUNTOS 2 (Proposta Técnica) e CONJUNTO 3 (Proposta de Preço) em invólucros fornecidos pela Comissão que serão lacrados e depositados no cofre disponível na sala da Comissão.

10.3 Aberto o CONJUNTO 1 e rubricados os Documentos de Habilitação pelos membros da Comissão e por um representante de cada Proponente, a sessão será encerrada.

10.4. O resumo dos atos praticados durante a sessão constará de ata que será assinada pelos membros da Comissão e por um representante de cada Proponente presente.

10.5 Encerrada a sessão, o Presidente determinará o recolhimento de toda a Documentação de Habilitação para fins de organização, autuação e remessa dos autos à Comissão Especial de Licitação para análise.

10.6 Os Proponentes terão acesso à Documentação de Habilitação após a análise da Comissão Especial de Licitação.

11 DA ANÁLISE E JULGAMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

11.1 A Comissão Especial de Licitação analisará, em sala reservada, a conformidade dos Documentos de Habilitação com os termos do Edital e legislação específica, procedendo à

publicação dos conceitos **“HABILITADA”** e **“NÃO HABILITADA”**, conforme o caso, no Diário Oficial da União, abrindo prazo de 5 (cinco) dias úteis para a interposição de recursos.

11.2 Decorrido o prazo para a interposição dos recursos a Comissão Especial de Licitação intimará os interessados, abrindo prazo de 5 (cinco) dias úteis para impugnação (contra-razões).

11.3 A(s) Proponente(s) julgada(s) inabilitada(s) fica(m) impedida(s) de participar das fases subsequentes da licitação.

11.3.1 Encerrada a fase de habilitação as Proponentes inabilitadas serão intimadas para resgate de suas Propostas, devidamente lacradas, no prazo de 30 (dias) dias.

11.3.1.1 O não atendimento da intimação no prazo estabelecido autoriza a Administração a incinerar os documentos em referência.

11.4 Ultrapassada a fase de Habilitação, as Proponentes não serão mais desclassificadas por motivo relacionado à Habilitação Jurídica, Qualificação Econômico-financeira e Regularidade Fiscal, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após a Habilitação.

11.5 A previsão contida no subitem 11.4 não afasta o poder de autotutela do Ministério das Comunicações.

12 DA ABERTURA, ANÁLISE E JULGAMENTO DA PROPOSTA TÉCNICA.

12.1 Encerrada a fase de Habilitação a Comissão convocará com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis a sessão pública para abertura das Propostas Técnicas.

12.1.1 No local, dia e hora marcados, a Comissão procederá à abertura das Propostas Técnicas (CONJUNTO 2) das Proponentes habilitadas.

12.2 Após a abertura do CONJUNTO 2 e rubrica dos documentos relativos às Propostas Técnicas pelos membros da Comissão e por um representante legal de cada Proponente, a sessão será mantida em aberto pelo Presidente, que disponibilizará a documentação dos Proponentes para verificação.

12.3. O resumo dos atos praticados durante a sessão constará de ata que deverá ser assinada pelos membros da Comissão e por um representante de cada Proponente presente à sessão.

12.4 A Comissão Especial de Licitação analisará a conformidade das Propostas Técnicas com os requisitos do Edital e atribuirá pontuação a cada uma delas conforme estabelecido no item 13.

12.5 A Comissão Especial de Licitação elaborará ficha de avaliação das Propostas Técnicas, lavrando a correspondente ata, procedendo à publicação dos conceitos **“CLASSIFICADA”** e **“NÃO CLASSIFICADA”**, conforme o caso, no Diário Oficial da União, abrindo prazo de 5 (cinco) dias úteis para a interposição de recursos.

12.6 Será desclassificada a Proposta Técnica apresentada em desconformidade com o presente Edital e seus Anexos.

13 DOS CRITÉRIOS DE PONTUAÇÃO DA PROPOSTA TÉCNICA

13.1 Será atribuída à Proposta Técnica a seguinte pontuação:

13.1.1 A pontuação P1, relativa ao percentual do tempo total diário proposto para a transmissão de programas jornalísticos, educativos e informativos de caráter geral (%T1), conforme a fórmula e condições a seguir:

$$P1 = 65,0 \times [(\%T1 - 5) / (\%T1 + 5)], \text{ para } 5\% \leq T \leq 8\%$$

- Condição Mínima: %T1 = 5

- Condição Máxima: %T1 = 8

Legenda:

$$\%T1 = T1 \times 100 / 1440$$

T1 = valor preenchido no item 1 do ANEXO III.

13.1.2 A pontuação P2 relativa ao percentual de tempo total diário proposto para serviço noticioso de caráter geral (%T2), conforme a fórmula e condições a seguir:

$$P2 = 65,0 \times [(\%T2 - 5) / (\%T2 + 5)], \text{ para } 5\% \leq T \leq 8\%$$

- Condição Mínima: %T2 = 5

- Condição Máxima: %T2 = 8

Legenda:

$$\%T2 = T2 \times 100 / 1440$$

T2 = valor preenchido no item 2 do ANEXO III.

13.1.3 A pontuação P3 relativa ao percentual do tempo total diário proposto para programas culturais, artísticos e jornalísticos, produzidos e gerados no município ao qual pertence a localidade objeto da outorga (%T3), conforme a fórmula e condições a seguir:

$$P3 = 130 \times [(\%T3 - 5) / (\%T3 + 5)], \text{ para } 5\% \leq T \leq 8\%$$

- Condição Mínima: %T3 = 5

- Condição Máxima: %T3 = 8

Legenda:

$$\%T3 = T3 \times 100 / 1440$$

T3 = valor preenchido no item 3 do ANEXO III.

13.1.4 A pontuação P4 relativa ao prazo em meses (T4) para iniciar a execução do serviço em caráter definitivo, conforme a fórmula e condições a seguir:

$$P4 = 10 + 50 \times [(36 - T4) / (36 + T4)], \text{ para } 9 \leq T4 \leq 36$$

- Condição Mínima: T4 = 36 meses

- Condição Máxima: T4 = 9 meses

Legenda:

T4 = valor preenchido no item 4 do ANEXO III.

13.1.5 A valoração da Proposta Técnica da Proponente (PT), será obtida pela soma dos pontos resultantes da verificação do enquadramento da mesma no disposto em cada quesito constante do subitem 13.1, conforme a seguir:

$$PT = (P1 + P2 + P3 + P4) \text{ pontos.}$$

13.2 Serão classificadas as Propostas Técnicas que obtiverem o mínimo de 50 (cinquenta) pontos para os serviços enquadrados no grupo A, 60 (sessenta) pontos para os serviços enquadrados no grupo B e 70 (setenta) pontos para os serviços enquadrados no grupo C, conforme estabelecido no § 4º do art. 16 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com as alterações do Decreto nº 2.108, de 26 de dezembro de 1996.

13.3 O prazo de validade das Propostas é de 24 (vinte e quatro) meses, findo o qual estas serão automaticamente revalidadas por períodos sucessivos de 6 (seis) meses.

13.3.1 Não pretendendo a Proponente manter sua proposta deverá se manifestar, por escrito, em até 5 (cinco) dias antes do transcurso de cada período.

14 DA ABERTURA, ANÁLISE E JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇO

14.1 Encerrada a fase de análise e julgamento das Propostas Técnicas, a Comissão convocará, com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis, sessão pública para abertura das Propostas de Preço pela Outorga e intimará as Proponentes desclassificadas para devolução de suas Propostas.

14.1.1 No local, dia e hora marcados, a Comissão procederá à abertura das Propostas de Preço pela Outorga (CONJUNTO 3) das Proponentes classificadas.

14.2 Após a abertura do CONJUNTO 3 e rubrica dos documentos relativos às Propostas de Preço pela Outorga pelos membros da Comissão e por um representante legal de cada Proponente, a sessão será mantida em aberto pelo Presidente, que disponibilizará a documentação para verificação.

14.3. O resumo dos atos praticados durante a sessão constará de ata que deverá ser assinada pelos membros da Comissão e por um representante de cada Proponente presente à sessão.

14.4 A Comissão Especial de Licitação analisará a conformidade das Propostas de Preço pela Outorga com os requisitos do Edital e atribuirá pontuação a cada uma delas conforme estabelecido no subitem 14.5.

14.4.1 Será desclassificada a Proposta de Preço pela Outorga em desconformidade com o Edital e seus Anexos, em especial a de valor inferior ao mínimo estabelecido.

14.5 A pontuação das Propostas de Preço pela Outorga será calculada de acordo com a fórmula a seguir:

$$PP = 50 + 50 \times [(Vof - Vmin) / Vof] \quad (\text{Grupo de enquadramento A})$$

$$PP = 60 + 40 \times [(Vof - Vmin) / Vof] \quad (\text{Grupo de enquadramento B})$$

$$PP = 70 + 30 \times [(Vof - Vmin) / Vof] \quad (\text{Grupo de enquadramento C})$$

Legenda:

PP = Pontuação da Proposta de Preço pela Outorga

Vof = Valor do Preço ofertado pela Outorga

Vmim = Valor Mínimo fixado para a Outorga

15 DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

15.1 Será considerada vencedora da Licitação a Proponente habilitada e classificada nas fases anteriores que obtiver o maior valor expresso pela seguinte fórmula:

$VP = (0,90 PT + 0,10 PP)$ pontos (Grupo A)

$VP = (0,50 PT + 0,50 PP)$ pontos (Grupo B)

$VP = (0,10 PT + 0,90 PP)$ pontos (Grupo C)

Ledenda:

VP : Valor ponderado das pontuações da Proposta Técnica e da Proposta de Preço pela Outorga da Proponente.

PT : Valor da pontuação da Proposta Técnica da Proponente.

PP : Valor da pontuação da Proposta de Preço pela Outorga da Proponente.

15.2 Ocorrendo empate entre duas ou mais Proponentes, será declarada vencedora a que tiver oferecido maior preço pela outorga. Persistindo o empate será realizado sorteio.

15.3 Concluída a fase de julgamento, o resultado final constará de ata e será publicado no Diário Oficial da União.

15.3.1 Transcorrido o prazo de 5 (cinco) dias úteis para a interposição de recursos e julgados os eventuais recursos interpostos a Comissão Especial de Licitação enviará os autos à Consultoria Jurídica para manifestação.

15.4 Em se tratando de localidade constante da relação de Municípios Brasileiros da Faixa de Fronteira, publicada pela Diretoria de Geociências do IBGE, nos termos do art. 9º do Decreto nº 85.064, de 26 de agosto de 1980, antes de remessa dos autos à Consultoria Jurídica, a Proponente será intimada para apresentar no prazo de 90 (noventa) dias a documentação necessária para obtenção de Assentimento Prévio.

15.4.1 Em caso de negativa de assentimento por parte do órgão encarregado, a licitação será retomada e convocada a segunda colocada no certame e, assim, sucessivamente.

16 DA HOMOLOGAÇÃO E FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO

16.1 O Ministro de Estado das Comunicações, à vista do Parecer da Consultoria Jurídica, decidirá acerca da homologação da licitação por despacho que será publicado no Diário Oficial da União.

16.2 Transcorrido o prazo de 10 (dez) dias úteis da publicação do despacho de homologação da licitação sem manifestação dos interessados, o Ministro das Comunicações assinará a portaria de outorga da permissão para a exploração do serviço licitado, ou encaminhará Exposição de

Motivos ao Presidente da República, acompanhada da minuta do decreto de outorga de concessão para a exploração do serviço.

16.3 O Contrato ou o Termo de Adesão a ser firmado entre o Ministério das Comunicações, representando a União, e a concessionária/permissionária, será assinado após a aprovação do ato de outorga pelo Congresso Nacional.

16.4 O Ministério das Comunicações, no prazo de 10 (dez) dias, contados da publicação do decreto legislativo, convocará a entidade para a assinatura do Contrato ou Termo de Adesão, em data que fixará, observado o prazo do item 16.5.

16.5 A concessionária/permissionária terá o prazo de até 60 (sessenta) dias para a assinatura do Contrato ou Termo de Adesão, ocasião em que deverá comprovar o pagamento da primeira parcela pelo preço da outorga.

16.5.1 O valor da primeira parcela pelo preço da outorga será corrigido pelo IPCA-E mensal, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, desde a data de publicação da decisão de homologação da licitação.

16.5.2 O valor correspondente ao pagamento referido no subitem 16.5 será recolhido em favor do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações em Guia de Recolhimento da União (GRU) que deverá ser retirada na Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica.

16.5.3 A concessionária/permissionária, no prazo a que se refere o subitem 16.5, poderá efetuar o pagamento integral do preço pela outorga.

16.5.4 O prazo para pagamento da parcela a que refere o subitem 16.5 somente será prorrogado por motivos de força maior, ou caso fortuito, devidamente comprovados.

16.7 Assinado o Contrato ou o Termo de Adesão, a concessionária/permissionária providenciará a publicação do seu extrato no Diário Oficial da União, no prazo de 20 (vinte) dias.

16.8 O pagamento da segunda parcela pelo preço da outorga deverá ser realizado em até 1 (um) ano, contado da data de publicação do extrato do contrato no Diário Oficial da União, observado o que prevêm os subitens 16.5.1 e 16.5.2.

17 DAS PENALIDADES

17.1 Na eventualidade de não comparecimento da concessionária/permissionária para assinar o Contrato ou Termo de Adesão até o último dia do prazo de que trata o subitem 16.5, ou se não efetuar o recolhimento do valor correspondente às parcelas do preço da outorga, será ela considerada desistente.

17.2 Qualquer que seja a hipótese apontada no subitem 17.1 ficará caracterizado o descumprimento total da obrigação assumida, ocasionando a remessa de cópia dos autos ao órgão competente da Advocacia-Geral da União para propositura de ação de cancelamento de outorga, sem prejuízo da aplicação das seguintes penalidades:

a) cominação de pena equivalente o valor da primeira parcela do preço da outorga;

b) impedimento de a entidade participar de licitação e de contratar com o Ministério das Comunicações por um período de 2 (dois) anos.

17.3 Na ocorrência das situações descritas no subitem 17.2, a concessionária/permissionária terá o direito à ampla defesa e ao contraditório, em processo administrativo próprio.

17.4 O não cumprimento de qualquer compromisso assumido pela concessionária/permissionária em sua Proposta Técnica implicará imposição de multa de até 5% (cinco) por cento do valor da outorga, em processo administrativo próprio.

17.4.1 O descumprimento reiterado dos compromissos assumidos pela concessionária/permissionária em sua Proposta Técnica ensejará a adoção de providências objetivando o cancelamento da outorga.

17.5 Ocorrendo o cancelamento do ato de outorga considerar-se-á o Contrato ou Termo de Adesão automaticamente rescindido.

18 DOS RECURSOS, REPRESENTAÇÕES E IMPUGNAÇÕES (CONTRA-RAZÕES)

18.1 Dos atos da Comissão Especial de Licitação cabem:

I - recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, nos casos de:

- a) habilitação ou inabilitação da Licitante;
- b) julgamento das propostas;
- c) anulação ou revogação da licitação.

II - representação, no prazo de 5 (cinco) dias úteis da intimação da decisão relacionada com o objeto da licitação de que não caibam recurso.

18.2 Os recursos, representações e impugnações (contra-razões) serão sempre dirigidos ao Presidente da Comissão Especial de Licitação, ainda que se trate de decisão proferida pelo Ministro de Estado das Comunicações, mediante petição, apresentados no Protocolo Geral do Ministério das Comunicações em Brasília, devendo conter, sob pena de não conhecimento:

- a) identificação e qualificação da Proponente interessada;
- b) o nome do signatário, que deverá ser dirigente ou procurador da Proponente;
- c) objeto da petição, com a indicação clara dos atos e documentos questionados;
- d) pedido e sua fundamentação.

18.3 A intimação dos atos referidos no subitem 18.1, inciso I, será feita mediante publicação na imprensa oficial, salvo se presentes os prepostos das Proponentes no ato em que foi adotada a decisão, quando poderá ser feita por comunicação direta aos interessados e lavrada em ata.

18.3.1 Nas hipóteses não previstas no subitem 18.1, inciso I, as intimações poderão ser feitas por meio eletrônico (*e-mail*), desde que haja a disponibilidade de meios técnicos, ou por outro meio idôneo.

18.3.1.1 As intimações por meio eletrônico serão consideradas recebidas por seu destinatário no dia posterior à sua remessa, sendo que o prazo respectivo passará a fluir no primeiro dia útil subsequente.

18.4 Interposto recurso ou representação, o Presidente da Comissão Especial de Licitação cientificará as demais Proponentes que poderão apresentar impugnação (contra-razões) no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

18.5 Em todos os casos, os autos estarão à disposição dos interessados no primeiro dia útil seguinte ao da intimação, na Secretaria da Comissão Especial de Licitações.

18.6 Os recursos previstos no subitem 18.1, inciso I, alíneas “a” e “b”, terão efeito suspensivo, podendo o Presidente da Comissão Especial de Licitações, motivadamente e presentes razões de interesse público, atribuir eficácia suspensiva aos demais recursos.

18.7 Nas hipóteses do subitem 18.1, inciso I, a Comissão Especial de Licitação, apresentadas as impugnações ou transcorrido o prazo respectivo sem manifestação das interessadas, poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazer subir o recurso devidamente informado à Consultoria Jurídica para fim de emissão, no prazo de 15 (quinze) dias, salvo norma especial ou comprovada necessidade de maior prazo, de parecer prévio ao julgamento a ser proferido pelo Ministro de Estado das Comunicações.

18.7.1 Nas hipóteses não previstas no subitem 18.1, inciso I, o Presidente da Comissão Especial de Licitação, apresentadas as impugnações ou transcorrido o prazo respectivo sem manifestação das interessadas, encaminhará à Consultoria Jurídica para fim de emissão, no prazo de 15 (quinze) dias, salvo norma especial ou comprovada necessidade de maior prazo, de parecer prévio ao julgamento a ser proferido pelo Ministro de Estado das Comunicações.

18.8 O Ministro de Estado das Comunicações proferirá decisão no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento dos autos.

18.9 A autoridade administrativa poderá deixar de conhecer manifestações impertinentes, ressalvados o contraditório e a ampla defesa, bem como os recursos previstos em lei. Em alguns casos poderá, inclusive, haver desclassificação superveniente da manifestante, com fulcro no artigo 43, § 5º, da Lei n.º 8.666/93.

18.9.1 Serão consideradas impertinentes as manifestações que:

- a) deduzirem pretensão ou defesa contra texto expresso de lei ou fato incontroverso;
- b) alterarem a verdade dos fatos;
- c) usarem do processo para conseguir objeto ilegal;
- d) opuserem resistência injustificada ao andamento do processo;
- e) procederem de modo temerário em qualquer incidente ou ato do processo;

f) provocarem incidentes manifestamente infundados;

g) interpuserem recurso com intuito manifestamente protelatório.

18.10 Os interessados terão vistas dos autos na Comissão Especial de Licitação ou na Consultoria Jurídica, conforme o caso, vedada, em qualquer hipótese, a retirada em carga dos processos.

19 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

19.1 A Licitante se obriga a manter atualizado seu cadastro junto à Comissão Especial de Licitação.

19.2 A Comissão Especial de Licitação atenderá o público externo nos dias úteis, no horário das 9 às 11 horas e das 15 às 17 horas.

19.3 No resultado dos cálculos previstos neste Edital, considerar-se-ão 5 (cinco) decimais à direita da vírgula, arredondando-se a quinta casa, para cima, quando a sexta for maior ou igual a 5 (cinco).

19.4 A concessionária/permissionária somente poderá pleitear aumento da potência de seus transmissores após o transcurso do prazo a que se refere o art. 1º da Portaria de n.º 61, de 6 de março de 2008.

19.5 A Comissão Especial de Licitação decidirá os casos omissos, com base na legislação que rege a matéria.

20 ANEXOS

20.1 ANEXO I – Modelo de Declaração referente a trabalho de menores.

20.2 ANEXO II - Modelo de Declaração referente aos sócios e dirigentes da entidade Proponente.

20.3 ANEXO III - Modelo de Proposta Técnica, por localidade de execução do serviço.

20.4 ANEXO IV - Modelo de Proposta de Preço pela Outorga, por localidade de execução do serviço.

20.5 ANEXO V - Minuta do Contrato de Concessão.

20.6 ANEXO VI - Modelo de Procuração (particular).

Brasília (DF), ____ de _____ de 2010.

ALVIMAR BERTRAND D. G. DE MACÊDO
Presidente

ERIKO MENDES DOMENICI
Vice-Presidente

EDMAR FREITAS MACHADO
Titular

JOSÉ ADILSON BEZERRA TORQUATO
Titular

ANEXO I

Modelo de Declaração

Ref.: Concorrência ____/____-CEL/MC

....., inscrito no CNPJ nº....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)....., portador(a) da Carteira de Identidade no..... e do CPF no, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei no 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz () .

.....

(data)

.....

(representante legal)

ANEXO II

Modelo de Declaração

O(s) abaixo assinado(s), dirigente(s) da _____, declara(m) que:

a) a entidade não possui autorização para explorar o mesmo tipo de serviço, na localidade _____, Estado _____, e que não excederá os limites fixados no art. 12 do Decreto-lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, caso venha a ser contemplada com a outorga.

b) a entidade não se encontra declarada inidônea por qualquer órgão da Administração Direta ou Indireta da União, dos Estados, do dos Municípios e do Distrito Federal, ou ainda, não está com o direito de licitar e contratar com o Ministério das Comunicações suspenso;

c) nenhum sócio integra o quadro societário de outra entidade exploradora do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade objeto deste Edital, nem de outras entidades exploradoras de serviços de radiodifusão em localidades diversas, além dos limites fixados no art. 12 do Decreto-lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967;

d) nenhum dirigente está no exercício de mandato eletivo, que lhe assegure imunidade parlamentar, nem exerce cargo de supervisão ou assessoramento na Administração Pública, do qual decorra foro especial;

e) nenhum dirigente participa da direção de outra entidade executante de serviço de radiodifusão, nem de outras empresas de radiodifusão, em localidades diversas, em excesso aos limites fixados no art.12 do Decreto-lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967, mesmo que a Proponente venha a ser contemplada com a outorga.

_____,
(local e data)

(nome(s) e assinatura(s) do(s) dirigente(s) e respectivo(s) CPF)

ANEXO III

Modelo de Proposta Técnica

Edital Concorrência n.º _____/_____

Localidade: _____ UF: _____

Razão Social da Proponente: _____

CNPJ: _____ Data: ____/____/____.

1. Programas jornalísticos, educativos e informativos:

Programas jornalísticos, educativos e informativos de caráter geral	Tempo dos programas em minutos (T1)	(%T1) $T1 \times 100 / 1440$

2. Serviço noticioso:

Programas de serviço noticioso de caráter geral	Tempo dos programas em minutos (T2)	(%T2) $T2 \times 100 / 1440$

3. Programas culturais artísticos e jornalísticos produzidos e gerados na localidade ou no município ao qual pertence a localidade objeto da outorga:

Programas culturais, artísticos e jornalísticos de caráter local	Tempo dos programas em minutos (T3)	(%T3) $T3 \times 100 / 1440$

4. Prazo, em meses, para execução do serviço em caráter definitivo:

Prazo, em meses, para execução do serviço em caráter definitivo (T4)	Quantidade de meses (T4)

5. Local, data e assinatura do(s) representante (s) legal (is)

ANEXO IV

Modelo de Proposta de Preço pela Outorga

Proposta sintética do Preço pela Outorga.

1. Razão Social da Proponente:

2. CNPJ/MF: _____

3. Edital da Concorrência: nº _____-CEL/MC

4. Serviço _____

5. Localidade: _____ UF: _____

6. Valor Proposto: R\$ _____

algarismo e por extenso

1ª Parcela: R\$ _____

algarismo e por extenso:

2ª Parcela: R\$ _____

algarismo e por extenso:

Local e Data

Nome e assinatura do Representante Legal da Empresa Proponente

ANEXO V

Minuta de Contrato de Concessão

CONTRATO DE CONCESSÃO CELEBRADO ENTRE
A UNIÃO E A _____ PARA EXPLORAR O
SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO _____, NA
CIDADE D _____ ESTADO D _____.

Aos ____ dias do mês de _____ do ano de _____, o Ministro das Comunicações _____, representando a União, e _____, CNPJ nº _____, representada por seu _____, assinam o presente Contrato, decorrente da concessão outorgada à supramencionada entidade, pelo Decreto sem número, de ____ de _____ de _____, publicado no Diário Oficial da União do dia _____, aprovado pelo Decreto Legislativo nº _____, publicado no Diário Oficial da União de ____ de _____ de _____, para explorar o serviço de _____, na cidade de _____, Estado de _____, regendo-se referida concessão pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes e seus regulamentos e, cumulativamente, pelas Cláusulas seguintes:

Cláusula Primeira - Fica assegurado à _____ o direito de explorar, sem exclusividade, na cidade d _____, Estado de _____, o serviço de radiodifusão _____, com finalidades educativas e culturais, visando aos superiores interesses do País.

Parágrafo único - A execução do serviço sob consideração é vinculada aos termos do Edital de Concorrência nº ____/_- CEL/MC e às Propostas Técnica e de Preço pela Outorga, apresentadas na Licitação, pela concessionária, documentos esses que acompanham o presente Contrato como Anexos V e VI, dele fazendo parte integrante.

Cláusula Segunda - A presente concessão é outorgada pelo prazo de 15 (quinze) anos e entrará em vigor a partir da data de publicação do presente Contrato no Diário Oficial da União.

Cláusula Terceira - O preço ofertado pela concessionária pela outorga objeto do presente Contrato foi de R\$ _____ (_____), em duas parcelas de igual valor, corrigidas nos termos do Edital, da seguinte forma:

a) O pagamento da primeira parcela no valor de R\$ _____ (_____) foi pago concomitantemente à assinatura do presente Contrato, recolhida em favor do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações.

b) A segunda parcela no valor de R\$ _____ (_____) deverá ser paga em até 1 (um) ano, contado da data de publicação do extrato do presente termo de adesão no Diário Oficial da União.

Cláusula Quarta - A concessionária é obrigada a executar o serviço segundo as condições técnicas constantes do Plano Básico de Distribuição de Canais de _____, bem como a:

- a) destinar, diariamente, um mínimo de 5% (cinco) por cento de seu tempo total de programação para transmissão de serviço noticioso, em cumprimento à exigência constante da alínea 'h' do art. 38 do Código Brasileiro de Telecomunicações, além dos tempos indicados na Proposta Técnica objeto do ANEXO V do Edital de Concorrência;
- b) admitir, como técnicos encarregados da operação dos equipamentos transmissores, somente brasileiros ou estrangeiros com residência exclusiva no País, devidamente registrados e inscritos na entidade profissional competente. Poderá ser permitida, em caráter excepcional e com autorização expressa do Ministério das Comunicações, a admissão de especialistas estrangeiros, mediante contratos, conforme estabelecido no item 6 do art. 28 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão;
- c) obedecer, na organização dos quadros de pessoal da entidade, às qualificações técnicas e operacionais fixadas pelo Ministério das Comunicações, conforme estabelecido no item 14 do art. 28 do mesmo Regulamento;
- d) não empregar menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem empregar menor de dezesesseis anos, sendo permitida a admissão a partir dos quatorze anos, apenas na condição de aprendiz.
- e) não permitir que seus sócios integrem o quadro societário de outra entidade executante do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade, nem que seus administradores façam parte do quadro diretivo de entidade na mesma situação;
- f) manter o seu quadro societário constituído na forma da Constituição Federal;
- g) solicitar prévia aprovação do Ministério das Comunicações para constituir procurador com poderes para a prática de atos de gerência e administração;
- h) ter a sua diretoria ou gerência constituída por brasileiros, na forma da Constituição Federal, os quais não poderão tomar posse nos cargos antes de estarem aprovados pelo Poder Concedente, nem exercer mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar, nem, tampouco, ocupar cargo de supervisão, direção ou assessoramento na administração pública, do qual decorra foro especial;
- i) comunicar ao Ministério das Comunicações a efetivação das alterações contratuais ou estatutárias que não impliquem alteração dos objetivos sociais ou modificação do quadro diretivo e as cessões de cotas ou ações ou aumento de capital social que não resultem em alteração de controle societário, no prazo de sessenta dias a contar da realização do ato;
- j) solicitar prévia autorização do Ministério das Comunicações para efetivar alteração dos objetivos sociais, modificação do quadro diretivo, transferência do controle societário e a transferência direta da concessão.
- l) manter, durante a vigência da concessão, as condições observadas por ocasião da Habilitação e qualificação exigidas no Edital;
- m) observar as normas fixadas pelo Ministério das Comunicações para a execução do serviço;
- n) obedecer, na organização dos quadros de pessoal da entidade, às qualificações técnicas e operacionais fixadas pelo Ministério das Comunicações;

o) criar, através da seleção de pessoal e de normas de trabalho, na estação, condições eficazes para evitar a prática das infrações previstas na legislação específica de radiodifusão;

p) submeter-se aos preceitos estabelecidos nas convenções internacionais e regulamentos anexos, aprovados pelo Congresso Nacional, bem como a todas as disposições contidas em leis, decretos, regulamentos, portarias, instruções ou normas que existam ou venham a existir, referentes ou aplicáveis ao serviço;

p) facilitar a fiscalização, pelo Ministério das Comunicações e pela Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, das obrigações contraídas e das condições técnicas estabelecidas, prestando todas as informações que lhe forem solicitadas;

q) suspender o serviço, no todo ou em parte, pelo tempo que for determinado, tão logo seja notificada pela autoridade competente, fazendo cessar as transmissões imediatamente após o recebimento da notificação, sem que, por isso, lhe assista direito a qualquer indenização;

r) submeter à aprovação do Ministério das Comunicações o projeto de instalação da emissora no prazo de 6 (seis) meses, prorrogável uma única vez, no máximo, por igual período, e contado da data da publicação do extrato do contrato de concessão/termo aditivo;

s) manter 5 (cinco) horas semanais de programas educacionais, conforme previsto no artigo 28, item 12, alínea "e" do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão.

Cláusula Quinta - Na organização da programação, a concessionária deverá:

a) subordinar os programas de informação, divertimento, propaganda e publicidade às finalidades educativas e culturais da radiodifusão;

b) manter um elevado sentido moral e cívico, não permitindo a transmissão de espetáculos, trechos musicais cantados, quadros, anedotas ou palavras contrárias à moral familiar e aos bons costumes;

c) não transmitir programas que atentem contra o sentimento público, expondo pessoas a situações que, de alguma forma, redundem em constrangimento, ainda que seu objetivo seja jornalístico;

d) limitar ao máximo de 25% do tempo diário de funcionamento da emissora à publicidade comercial;

e) transmitir os programas semanais educacionais obrigatórios, conforme estabelecido pela legislação aplicável;

f) retransmitir diariamente, das 19 (dezenove) às 20 (vinte) horas, exceto aos sábados, domingos e feriados, o programa oficial de informações dos Poderes da República; **(Este item não se aplica ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens (TV));**

g) integrar gratuitamente as redes de radiodifusão, quando convocada pela autoridade competente;

h) obedecer às instruções baixadas pela Justiça Eleitoral, referentes à propaganda eleitoral;

i) não irradiar identificação da emissora utilizando denominação de fantasia, sem que esteja previamente autorizada pelo Ministério das Comunicações;

j) irradiar o indicativo de chamada e a denominação autorizada de conformidade com as normas baixadas pelo Ministério das Comunicações;

l) irradiar, com indispensável prioridade, e a título gratuito, os avisos expedidos pela autoridade competente, em casos de perturbações da ordem pública, incêndio ou inundação, bem como os relacionados com acontecimentos imprevistos;

m) irradiar, diariamente, os boletins ou avisos do serviço meteorológico;

n) manter em dia os registros da programação;

Cláusula Sexta - A frequência consignada à entidade não constitui direito de propriedade e ficará sujeita às regras estabelecidas na legislação vigente, ou na que vier disciplinar a execução do serviço, incidindo sobre esta frequência o direito de posse da União.

Cláusula Sétima - O Ministério das Comunicações poderá, a qualquer tempo, determinar que a concessionária de serviço de radiodifusão atenda, dentro de determinado prazo, às exigências do processo técnico-científico, tendo em vista sua maior perfeição e o mais alto rendimento dos serviços.

Cláusula Oitava - O Ministério das Comunicações reserva-se, a qualquer tempo, o direito de restringir o emprego de nova frequência, tendo em vista evitar interferência e tirar o melhor proveito das que já tenham sido consignadas.

Cláusula Nona - O Ministério das Comunicações poderá, a qualquer tempo, proceder à revisão ou substituição das frequências consignadas, por motivo de ordem técnica, de defesa nacional ou de necessidade dos serviços federais.

Parágrafo Único - A substituição de frequência poderá se dar, ainda, a requerimento da entidade, desde que haja possibilidade técnica e não importe a substituição em prejuízo para outras concessionárias, permissionárias ou autorizadas.

Cláusula Décima - A concessionária deverá cumprir as obrigações assumidas em sua Proposta Técnica nas condições compromissadas no ANEXO V do Edital da Concorrência, sob pena de imposição multa de até 5% (cinco por cento) do valor pago pela outorga.

Cláusula Décima Primeira - O descumprido reiterado dos compromissos assumidos pela concessionária ensejará a adoção de providências objetivando o cancelamento da outorga.

Cláusula Décima Segunda - O não cumprimento das leis, regulamentos e disposições normativas aplicáveis ao serviço de que trata o presente Contrato, sujeita a entidade às penalidades estabelecidas na legislação vigente.

Cláusula Décima Terceira - Ocorrendo o cancelamento do ato de outorga pelo Ministério das Comunicações, a pedido da concessionária, ou o seu cancelamento, por decisão judicial, considerar-se-á este Contrato automaticamente rescindido, sem prejuízo do cumprimento das obrigações pecuniárias dele decorrentes.

Cláusula Décima Quarta - Findo o prazo da outorga, se não houver renovação, será a concessão declarada perempta, sem que a entidade tenha direito a qualquer indenização.

Cláusula Décima Quinta - As partes elegem o foro de Brasília - DF para dirimir qualquer dúvida proveniente deste Contrato.

Cláusula Décima Sexta - Fazem parte integrante do presente Contrato, como se nele estivessem transcritos, os seguintes anexos:

Anexo 1: Edital de Concorrência nº ____ /__ - CEL/MC;

Anexo 2: Proposta Técnica;

Anexo 3: Proposta de Preço pela Outorga.

E, por estarem de acordo, foi lavrado o presente Contrato, em 3 (três) vias de igual teor e forma, que contém _____ folhas todas numeradas e rubricadas, com exceção da última, que vai assinada, perante duas testemunhas, sendo os 3 (três) - ANEXOS, compostos de _____ folhas, todas também numeradas e rubricadas.

Ministro das Comunicações

Concessionária

Testemunhas:

ANEXO VI

Modelo de Procuração

(Denominação ou razão social da pessoa jurídica, endereço da sede, nº de inscrição no CNPJ), nomeia e constitui seu bastante procurador (nome, qualificação, documento de identidade nº do CPF) a quem outorga poderes para representá-la em todos os atos da Concorrência nº ____/____-CEL/MC, promovida pelo Ministério das Comunicações, podendo apresentar Documentação de Habilitação, Proposta Técnica e Proposta de Preço pela Outorga, passar recibo, rubricar documentos, apresentar impugnações, assinar lista de presença e atas, desistir de prazo recursal, interpor recursos e impugná-los, ter vista dos autos, bem como praticar todos os atos necessários ao fiel cumprimento deste mandato.

(local e data)

(identificação do(s) representante(s) legal(is) da Proponente que assinarem a procuração, com a indicação de sua(s) função(ões) na pessoa jurídica.)

OBS.: A procuração só será aceita se contiver firma reconhecida do signatário.

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE DO MINISTRO
COORDENAÇÃO-GERAL DE SERVIÇOS DO GABINETE
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Sala 722
70044-900 Brasília-DF
Tel.: (61) 311-6242 - 321-7484 - Fax: (61) 311-6583

Ofício nº 78 /2011/GM-MC

Brasília, 19 de dezembro de 2011.

Ao Senhor

LUÍS ALBERTO DOS SANTOS

Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais

Palácio do Planalto, 4º andar

70150-900 Brasília-DF

Assunto: **Encaminha anexo(s)**

Senhor Subchefe,

Atendendo à orientação dessa Subchefia e ao que dispõe o Decreto nº 3.714, de 3 de janeiro de 2001, referente à transmissão eletrônica de documentos, encaminho, em anexo, os seguintes processos:

MC 00875 2011 ✓
- 53830.001831/2002. cópia I c.

MC 00876 2011 ✓
- 53000.019793/2010 cópia I c.

MC 00877 2011 ✓
- 53710.000200/1998 cópia I c.

MC 00878 2011 ✓
- 53640.000164/2002 / 29640.970260/1992 c.

MC 00879 2011 ✓
- 53000.018126/2010 c.

MC 00880 2011 /
- 53000.032001/2008 / 53000.004549/2005 c.

MC 00881 2011
- 53000.029948/2005 c. c.

→ MC 00882 2011
- 53740.000724/2000 cópia III **FALTA**

MC 00883 2011 ✓
- 53710.000549/2001 cópia I c.

→ MC 00884 2011
- 53660.000462/1997 cópia I **FALTA**

Atenciosamente,


PEDRO DE ALCÂNTARA DUTRA
Coordenador-Geral